ELOI GIOVANE MUCHALOVSKI

**A QUESTÃO DO TIMBÓ E CANOINHAS:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DO PARANÁ E
SANTA CATARINA (1900-1908)**

Irati
2018

ELOI GIOVANE MUCHALOVSKI

**A QUESTÃO DO TIMBÓ E CANOINHAS:
DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DO PARANÁ E
SANTA CATARINA (1900-1908)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Orientador: Prof. Dr. Oséias de Oliveira

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

MUCHALOVSKI, Eloi Giovane.

M942q A questão do Timbó e Canoinhas: Discursos e representações na imprensa do
Paraná e Santa Catarina (1900-1908) / Eloi Giovane Muchalovski. – Irati, PR :
[s.n], 2018.
203f.

Orientador: Prof. Dr. Oséias de Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de
Concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste,
PR.

1. História - Contestado. 2. Jornalismo - região. 3. Violência. I. Oliveira,
Oséias de. II. UNICENTRO. IV. Título.

CDD 981.62

TERMO DE APROVAÇÃO

Eloi Giovane Muchalovski

A Questão do Timbó e Canoinhas: discursos e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908)

Dissertação aprovada em 29/06/2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina
Titular

Dr. Ancelmo Schörner

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. Oseias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2018

Dedico este trabalho aos milhares de homens, mulheres e crianças, que morreram no Contestado. O ideal daqueles sertanejos não pode ser esquecido e tão menos rasurado.

AGRADECIMENTOS

Talvez, afirmar que os agradecimentos constituem a parte mais difícil da escrita de uma dissertação pareça um tanto quanto poético, mas, sem dúvida, é sincero. Em tantos momentos difíceis, exaustivos e angustiantes, a colaboração de professores, colegas, amigos e familiares foi fundamental para a concretização deste texto. Sem as pessoas certas, nos momentos certos, nada teria acontecido. Afinal, como poderia eu, em fase tão importante de minha trajetória profissional, cometer injustiça com aqueles que foram peças-chave – mesmo sem terem consciência disso – para com as páginas de reflexão que se seguem? Assim, se, de alguma maneira, cometi o pecado do lapso com alguém, desde já, peço meu humilde perdão.

Primeiramente, agradeço a meu orientador, professor Dr. **Oséias de Oliveira** – também ministrante de duas disciplinas que cursei –, pessoa que aprendi a admirar durante minha caminhada acadêmica e com a qual amadureci enquanto pesquisador, fazendo-me refletir sobre aspectos teóricos e metodológicos que, até então, para mim eram novidade. Também meu sincero agradecimento ao professor Dr. **José Adilçom Campigoto**, ministrante da disciplina Espaços de Práticas e Relações de Poder, pelas várias vezes em que voltei para casa com dor de cabeça – juro que é verdade –, devido a seu comprometimento e dedicação em fazer-nos compreender o conceito histórico de região. Da mesma forma, minha gratidão ao professor Dr. **Hélio Sochodolak**, ministrante da disciplina História da Violência. Seu profundo conhecimento e visível amor pela problematização teórica da violência contribuíram em muito para reflexões que neste texto encontram-se presentes, sem falar da semanal degustação de geleias que fizemos todas as quintas-feiras durante um semestre inteiro.

Gratidão aos professores participantes da banca, além do já citado professor Dr. Oséias de Oliveira, ao professor Dr. **Ancelmo Schorner**, pelos apontamentos feitos na minha qualificação, contribuindo profundamente para o aprimoramento do texto. Especial agradecimento ao, também membro da banca, professor Dr. **Paulo Pinheiro Machado**, “chefe do piquete” como é carinhosamente chamado pelo grupo de pesquisadores do Contestado. Seus apontamentos na qualificação, bem como as rápidas conversas que tivemos em eventos, muito me ajudaram. Seu dedicado trabalho a respeito do tema tem frutificado, fazendo jus à pessoa íntegra, humana e competente que é.

Meu agradecimento também à professora Dra. **Viviani Poyer**, pela conversa sobre nossas pesquisas durante o Simpósio Nacional do Contestado e pela indicação de contatos no

AHEx do Rio de Janeiro, local onde conheci pessoas fantásticas dedicadas à preservação da memória histórica, como o Subtenente **Álvaro**, o qual agradeço pelo préstimo durante minha consulta àquele arquivo. Também aos funcionários da Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública de Santa Catarina e da Biblioteca Pública do Paraná, que de forma profissional atenderam-me durante a coleta de fontes. Ao professor **Erverton Carlos Crema** e à professora **Dulceli Tonet Estacheski**, pela hospitalidade e carinho em minha visita ao LAPHIS - Laboratório de Aprendizagem Histórica da UNESPAR, cedendo-me preciosos documentos digitalizados da Câmara de Vereadores de União da Vitória.

Agradeço a todos os pesquisadores do Contestado que tive a oportunidade de conhecer ao longo da pesquisa. Notadamente, a professora Dra. **Marcia Janete Espig**, pelos conselhos e livros a mim cedidos. Ao professor Dr. **Alexandre Assis Tomporoski**, um dos culpados por este expediente, foi entre uma conversa e outra que o sonho de cursar o mestrado tomou corpo e concretizou-se.

Meu muito obrigado à dedicada **Cibele Zwar**, secretária do PPGH da UNICENTRO, simpatia em pessoa, sempre disposta a ajudar nos problemas burocráticos, fazendo tudo parecer tão simples. Aos **colegas de mestrado**, pelas diversas discussões, bem como pelos momentos de descontração. Aos **amigos diversos**, pelas mensagens de encorajamento e motivação.

Agradecimento especial aos meus pais, **Otávio** e **Geni**, pela vida e pela saúde, sei o quanto dedicaram-se a mim durante minha infância. A minha esposa **Daiane**, pelo apoio e dedicação, cuidando de mim nas situações mais difíceis. A você, Daiane, peço também perdão. Perdão pelos momentos de ausência física e mental, sei que, por vezes, minha companhia lhe fez profunda falta.

O jornalismo é um renunciamento espontâneo a todo bem estar de espírito; mas isto se dá quando aqueles que dirigem a opinião da imprensa têm a nítida compreensão de que as grandes lutas pela dignificação social, pela afirmação da verdade devem ser travadas mesmo entre os cardos de um martírio.

(Jornal A Republica, 19 de março de 1906, p. 2)

A primeira etapa de toda manipulação consiste justamente em fazer o interlocutor crer que é livre.

(Philippe Breton)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o discurso dos jornais catarinenses *República*, *O Dia* e *Gazeta de Joinville*, e dos paranaenses *A República*, *A Notícia* e *Diário da Tarde*, referente a casos de violência, ocorridos nos vales dos rios Timbó e Paciência, entre os anos 1900 e 1908. Estes casos, ligados à Questão de Limites e corriqueiramente noticiados pela imprensa como *A questão do Timbó* e/ou *A questão de Canoinhas*, foram objeto de acalorado debate político, produzindo uma série de representações que remetem a um imaginário de violência, tendo influenciado ações governamentais e militares no planalto do Contestado. A própria historiografia do movimento sertanejo ainda não abordou suficientemente o assunto; quando o fez destacou a intensificação das tensões na região entre os anos de 1905 e 1906, especificamente as ações do coronel Demétrio Ramos e a consequente mobilização de forças policiais naquele território, resultando em intervenção militar federal nos povoados de Vila Nova do Timbó e Canoinhas, epicentro dos eventos. A maioria das obras historiográficas reproduziram os relatos dos oficiais militares que participaram na campanha do Exército durante a Guerra do Contestado, os quais tenderam a dar maior respaldo às alegações dos periódicos paranaenses. Conforme pôde-se constatar, a imprensa destacou intensamente esses conflitos, produzindo fontes importantes para a pesquisa em História. Portanto, com o uso metodológico da Análise de Discurso, explorou-se o rol desses documentos jornalísticos, problematizando a categoria discursiva da região, em um período temporal em que a própria construção dessa noção, enquanto delimitação político-administrativa, não estava definida. Enunciados sobre casos de agressões, prisões e assassinatos, envoltos em intensas relações de poder político e jornalístico, impingiram um rótulo discursivamente violento aos vales do Timbó e Paciência, perpetuado na historiografia.

Palavras-chave: Contestado. Região. Violência.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the discourse of the newspapers *República*, *O Dia* and *Gazeta de Joinville* from Santa Catarina and *A República*, *A Notícia* and *Diário da Tarde* from Paraná, regarding cases of violence that occurred in the valleys of the rivers Timbó and Paciência between 1900 and 1908. These cases, related to issue of delimitation and commonly reported by the press as *A questão do Timbó* and/or *A questão de Canoinhas* were the subject of heated political debate and produced several representations that refer to an imaginary of violence, which has influenced governmental and military actions in the plateau of Contestado. The historiography of “sertanejo” movement has not yet sufficiently addressed the subject. When it was done, highlighted the intensification of tensions in the region between 1905 and 1906, specifically the outrages of Colonel Demetrio Ramos and the consequent mobilization of police forces in that territory, resulting in federal military intervention in the villages of Vila Nova do Timbó and Canoinhas, which were the epicenter of events. Most of the historiographical works reproduced the reports of the military officers who participated in the Army campaign during the Contestado War, giving greater support to the claims of the newspapers from Paraná. As it turned out, the journalistic media strongly emphasized these conflicts and produced important sources for History researches. Therefore, with the methodological use of Discourse Analysis, exploring the journalistic documents, problematizing the discursive category of the region in a temporal period in which the construction of this notion, as political-administrative delimitation, was not defined. Statements on cases of assaults, arrests and murders were involved in intense relations of political and journalistic power imposed a discursively violent label to the valleys of Timbó and Paciência, perpetuated in the historiography.

Keywords: Contestado. Region. Violence.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina conforme Decreto 3.378 de 1865, Aviso Ministerial de 14 de janeiro de 1879 e Acordo de Limites de 20 de outubro de 1916	14
Mapa 2 - Mapa da região contestada por Santa Catarina, apresentando a localização geográfica dos vales dos rios Timbó e Paciência	18
Mapa 3 - Mapa hidrográfico dos rios Iguaçu, Negro, Timbó, Canoinhas, Paciência e Preto, com os atuais limites políticos entre os estados do Paraná e Santa Catarina	168

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Desenho do busto do coronel Demétrio Ramos	126
Ilustração 2 - Busto do coronel Demétrio Ramos quando prefeito de Três Lagoas	138
Ilustração 3 - Charge sobre a intervenção federal no Timbó e Canoinhas	142
Ilustração 4 - Charge em alusão ao Presidente Rodrigues Alves	144
Ilustração 5 - Assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEx - Arquivo Histórico do Exército

AHSTF - Acervo Histórico do Supremo Tribunal Federal

APPR - Arquivo Público do Paraná

BN - Biblioteca Nacional

CRL - *Center for Research Libraries*

EFSPRG - Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

FAFIUV - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (PR)

IHGEP - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense

IOESC - Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina

LAPHIS - Laboratório de Aprendizagem Histórica

MS - Mato Grosso do Sul

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

STF - Supremo Tribunal Federal

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	13
Delimitação do tema	13
Motivações e problemática	20
Procedimentos	23
CAPÍTULO 1	
O CONTESTADO DO CONTESTADO: OS CONFLITOS DO TIMBÓ E PACIÊNCIA NA	
HISTORIOGRAFIA	28
1.1 Um debate teórico possível	28
1.2 A historiografia do Contestado	31
1.2.1 As obras dos oficiais memorialistas	32
1.2.2 As obras dos religiosos	40
1.2.3 As obras clássicas	43
1.2.4 As obras dos sociólogos	46
1.2.5 As obras de síntese histórica	51
1.2.6 As obras acadêmicas e dos historiadores	58
CAPÍTULO 2	
OS JORNAIS COMO OBJETO E FONTE: UM RELATO SOBRE A POLÍTICA E INTELECTUALIDADE	
NA IMPRENSA DO PARANÁ E SANTA CATARINA	73
2.1 O jornal como objeto e fonte para a História	73
2.2 Os jornais do Paraná e Santa Catarina no início do século XX	77
2.2.1 República	79
2.2.2. O Dia	82
2.2.3 Gazeta de Joinville	85
2.2.4 A Notícia	88
2.2.5 Diário da Tarde	92
2.2.6 A República	97
CAPÍTULO 3	
VALHACOUTO DE CRIMINOSOS: UMA NARRATIVA DOS CONFLITOS DO TIMBÓ E PACIÊNCIA	
ATRAVÉS DOS JORNAIS	104

3.1	As primeiras violências	105
3.1.1	Chico Pereira, o Antonio Conselheiro de Canoinhas	108
3.1.2	Dos jornais ao debate político	112
3.2	A segunda fase dos conflitos	116
3.2.1	Demétrio Ramos, o caudilho do Timbó	125
3.2.2	A intervenção federal no Timbó e Canoinhas	138
3.3	A última fase dos conflitos	151
CAPÍTULO 4		
	REGIÃO E VIOLÊNCIA: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS	155
4.1	Os jornais e Análise de Discurso	157
4.1.1	A região enquanto categoria discursiva	165
4.1.2	A violência enquanto categoria discursiva	171
4.2	Os jornais, a região e a violência na historiografia	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	189
	Fontes	189
	Bibliografia	191

INTRODUÇÃO

Delimitação do tema

A Guerra do Contestado (1912-1916) ou movimento sertanejo do Contestado – termo mais utilizado pela historiografia recente¹ – foi um importante movimento social latino-americano, ocorrido na região Sul do Brasil em um período de consolidação da Primeira República, momento em que os estados do Paraná e Santa Catarina disputavam um extenso território copioso de florestas de araucária e erva-mate. Este conflito, resultante de uma complexa cadeia de fatores econômicos, culturais, políticos, sociais e religiosos, ceifou a vida de milhares de brasileiros, entre sertanejos rebeldes e soldados das forças militares estaduais e do Exército nacional.

Ainda no período colonial, as oligarquias de Santa Catarina e São Paulo disputavam a jurisdição do atual planalto serrano catarinense, especificamente na área compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguai. Também a Argentina, por vezes, reivindicou a posse da região naquilo que ficou conhecido como a Questão de Palmas². Reivindicação arbitrada em 1895 pelo presidente norte-americano, Stephen Grover Cleveland, o qual emitiu laudo favorável às alegações brasileiras.

A tensão na região aumentou a partir da criação da província do Paraná em 1853, mesmo ano em que Santa Catarina apresentou à Assembleia Geral Legislativa um projeto determinando os limites de sua província, os mesmos que foram reafirmados em 1904 no Acórdão da Ação Originária nº 7, decisão resultante da ação movida pelo governo catarinense junto ao Supremo Tribunal Federal contra o estado do Paraná, na qual o STF manifestou-se favorável às

¹ Interessante elucidação deste contexto é apontado por Machado (2004, p. 35), enfatizando que o termo Guerra do Contestado foi utilizado nos escritos militares sobre o movimento, ficando assim batizado. Contudo, sugere o autor, que o termo mais apropriado seria Guerra no Contestado, haja vista a inexistência de guerra entre Paraná e Santa Catarina.

² Ainda no Segundo Reinado, com base no Tratado de Madri (1750), a Argentina pretendeu como fronteira com o Brasil os rios Chapecó e Chopin. As diplomacias de ambos os países revolveram pelo arbitramento para solucionar o caso. Contudo, após a Proclamação da República em 1889, o primeiro ministro das Relações Exteriores da República, Quintino Bocaiuva, tentou encaminhar a questão mediante a divisão da zona contestada em duas partes, uma para o Brasil, outra para a Argentina. Assinou inclusive um tratado para tal, em novembro de 1890, o qual veio a ser rejeitado pelo Congresso Nacional, submetendo a questão novamente para arbitramento, realizada em 1895 pelo presidente dos Estados Unidos (VIANNA, 1958).

[...] pretensões do estado de Santa Catarina que as baseia em títulos históricos e jurídicos, tem ainda ele por si o direito de possuir limites naturais, como sejam os rios Negros e Iguaçu ao norte, o Uruguai ao sul, ao oriente o oceano e ao poente as fronteiras argentinas.³

Todavia, tal decisão não foi aceita pelas autoridades paranaenses que consideravam ambas as margens dos rios Negro e Iguaçu, provisoriamente propostos como limítrofes, pertencentes e integrantes do seu domínio territorial.

Mapa 1 - Mapa dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina conforme Decreto 3.378, de 1865, Aviso Ministerial de 14 de janeiro de 1879 e Acordo de Limites de 20 de outubro de 1916.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados por Machado (2004).

A disputa entre os estados do então Estados Unidos do Brasil prolongou-se no STF após ganho de causa pelos catarinenses em 1904. Com a decisão, o governo do Paraná entrou com embargos, os quais foram rejeitados em 1909 e, outra vez, em 1910. Mesmo o Paraná

³ Acórdão da Ação Originária nº 7. AHSTF.

tendo contratado o jurista Inglês de Souza, então Presidente do Instituto dos Advogados, a suprema corte manteve a decisão do Acórdão de 1904.

Durante o longo período de conflito político-jurídico, iniciado efetivamente em 1853 e que estendeu-se aos primórdios do século XX, grupos políticos locais passaram a se formar na região contestada, um em Porto União da Vitória⁴ e outro em Canoinhas, ambos reivindicando jurisdição sobre os vales dos rios Timbó e Paciência. Uma região bastante específica do espaço em litígio, local abundante em erva-mate, na qual as rivalidades políticas instigaram fazendeiros e coronéis a tomar lado na Questão de Limites. Somado a isso, a Constituição de 1891 dava aos estados brasileiros o direito de legislar sobre as terras, fomentando o uso destas para a exploração agrícola e a respectiva tributação sobre a produção das mesmas.

Em meio a todo esse contexto, o habitante da região, o sertanejo, o caboclo remanescente das primeiras fixações efetivadas ao longo do caminho de tropas, que há tempo vivia naquele espaço, viu-se compreendido como um intruso, parte do estrato da sociedade a impedir o progresso nacional. Pois, com a instituição da República em 1889, um projeto de modernização e branqueamento da nação passou a ser aplicado. No Sul, o modelo adotado foi o de colonização pela introdução de imigrantes europeus, não prevendo qualquer meio de incorporação dos caboclos sertanejos àquele projeto.

Outros fatores vieram a piorar ainda mais a situação, especialmente pela inserção do capital estrangeiro na região. A partir de 1908 iniciou-se a construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande pela companhia norte americana *Brazil Railway Company*, obra entregue ao tráfego em 1910. Em 1917, foi concluído outro ramal da linha, ligando União da Vitória (PR) a São Francisco do Sul (SC).

As obras da EFSPRG promoveram sistemática expulsão de posseiros e sitiantes das margens da ferrovia, posto que uma das cláusulas do contrato de construção previa a concessão de quinze quilômetros de cada lado da estrada para a companhia, a qual podia explorar a madeira existente e efetivar a venda das terras, especialmente a colonos imigrantes europeus. Tal fato levou à criação de uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil*

⁴ A localidade, conhecida no período colonial como “Entrepasto de Nossa Senhora da Vitória”, teve várias nomenclaturas ao longo dos anos. Na Primeira República, já com intendência municipal criada em 1890, a vila era denominada de Porto União da Vitória, também conhecida como Porto da União ou apenas Porto, nomes utilizados para designar o município até 1906, quando, através da assinatura do acordo de limites, foi dividido em dois, Porto União, sob jurisdição de Santa Catarina, e União da Vitória, sob jurisdição do Paraná.

*Lumber Colonization Company*⁵, construída em área próxima às margens do rio Negro, no atual município de Três Barras (SC), considerada a maior serraria da América do Sul na época (AURAS, 1984, p. 100).

Os abalos sociais fomentados pelas disputas políticas, a sistemática colonização da região, bem como a inserção do capital estrangeiro aliado a uma forte crença no catolicismo popular, materializado na figura dos monges João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho⁶, possibilitaram a eclosão, em 1912, de um movimento social caracterizado na luta pela terra, o qual foi fortemente combatido pelo poder público, inicialmente por forças policiais de Santa Catarina e Paraná e, por último, pelo Exército Brasileiro, enviando metade de seu efetivo para a região. Nas palavras de Machado (2004, p. 26), “uma guerra entre ricos e pobres”.

Os sucessivos eventos que desencadearam todo um processo de extermínio da população sertaneja⁷ tiveram início com tensões geradas pela Questão de Limites⁸. Contudo, é importante salientar que este não foi o único fator que propiciou a eclosão do conflito. Por meio das recentes pesquisas sobre o movimento⁹, sabe-se atualmente que as motivações foram regionalizadas, não cabendo uma definição única e total devido às suas especificidades.

⁵ A *Southern Brazil Lumber Colonization Company* foi uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, empresa norte-americana ligada ao grupo do influente empresário Percival Farquhar, responsável pela construção da linha sul da ferrovia do Contestado. A *Lumber*, como ficou conhecida, procedeu, ao longo da estrada de ferro, extensiva exploração de madeira e venda de lotes para colonização. No contexto de privatização da terra, a situação influenciou a adesão de sitiantes sertanejos ao movimento do Contestado, uma vez que a ação da empresa expropriava-os, como também impedia que realizassem a coleta de erva-mate.

⁶ Na cultura popular, a crença no monge do Contestado é configurada por uma série de valores místicos e espirituais engajados pela ausência da atividade da Igreja Católica nos primórdios da ocupação do planalto meridional. Esses valores, muito peculiares, unificaram no imaginário a personificação de único monge, São João Maria. Mas, em diferentes momentos do século XIX e início do XX, diversos monges cruzaram os sertões pregando, benzendo, realizando curas e batizados. Destes, apenas três têm historicidade documentada e problematizada, são eles João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho. Trabalho importante sobre o tema, em especial sobre o primeiro monge, João Maria de Agostinho, é a obra de Karsburg (2014).

⁷ É plausível considerar as ações empreendidas pelo Exército Brasileiro no Contestado como verdadeiras táticas de extermínio. Por mais que a instituição tenha na época procurado transmitir uma imagem solidária e respeitosa para com seus patrícios, o que se pôde constatar foi o inverso. O corriqueiro uso da degola, bem como a imensa quantidade de crianças, mulheres e idosos assassinadas durante os anos de conflito, evidenciam uma operação de extermínio, efetivada pelo uso sistemático da execução, tanto por soldados como por civis armados pelo próprio governo.

⁸ Disputa político-jurídica entre Paraná e Santa Catarina pela posse de território e definição de seus limites.

⁹ A partir da década de 1980, profissionais da história passaram a interessar-se de forma intensa sobre a temática do Contestado, originando importantes contribuições ao conhecimento acadêmico sobre o movimento. Nesse sentido, pelo conjunto historiográfico já produzido, é possível destacar que, para os moradores da região de Taquaruçu e Irani, a guerra era um instrumento de luta para a vingança da morte do monge José Maria, já para os habitantes dos vales do Timbó e Paciência, a adesão foi uma reação à presença cada vez mais agressiva dos coronéis, que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre aquela região (TOMPOROSKI, 2015, p. 12).

No que tange aos primeiros conflitos sucedidos no território Contestado, ou seja, tensões políticas relacionadas à Questão de Limites – notadamente nos vales dos rios Timbó e Paciência, entre as vilas de Porto União da Vitória e Canoinhas, durante os primeiros anos do século XX –, alguns aprofundamentos se mostram necessários. Pois, apesar destes não terem sido decisivos na insurgência do movimento, influenciaram na adesão de habitantes do atual planalto norte catarinense, em especial proprietários de terras e detentores de títulos da Guarda Nacional¹⁰ como o caso do capitão Aleixo Gonçalves de Lima¹¹.

Vinhas de Queiroz (1977, p. 69) sugere que

Esses embates e escaramuças em virtude da questão de limites entre os dois Estados não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra-Acima, mas levaram também a que se familiarizassem com o manejo das armas e as técnicas militares muitos sertanejos. Eram eles recrutados e dispersados, armados e desarmados nos bandos rivais. Mas sempre aprendiam algo que mais tarde souberam aproveitar para outros fins.

Os vales dos rios Timbó e Paciência, localizados no atual planalto catarinense, foram objeto de intensas disputas discursivas entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Entre 1900 e 1908 várias ocorrências de invasão de território, assassinatos, prisões e ameaças foram noticiadas pelos jornais¹², nomeadas por meio dos títulos de chamada das matérias, como *A questão do Timbó e Canoinhas*, *O caso do Contestado*, *Caso de Canoinhas*, *Questão de Limites*, *Fatos do Timbó* ou, mais corriqueiramente, como *Caso do Timbó*¹³.

¹⁰ A Guarda Nacional foi uma espécie de milícia civil, criada durante a Regência (1831-1840). Representava o poder armado dos proprietários que, para terem direito de receber o título, deveriam comprovar renda superior a 200 mil réis nas grandes cidades, e 100 mil réis no interior. Após a Proclamação da República perdeu credibilidade, mas ainda surtia efeito enquanto poder político entre a população. Foi extinta em 1922.

¹¹ Aleixo Gonçalves de Lima era capitão da Guarda Nacional e proprietário de terras na região de Canoinhas. Defensor da causa catarinense na Questão de Limites, aderiu ao movimento após vários embates com proprietários paranaenses e autoridades tributárias do Paraná. Foi um dos líderes do movimento, seu maior reduto ficava localizado na antiga Colônia Vieira, hoje município de Major Vieira, estado de Santa Catarina (MACHADO, 2004).

¹² Jornais catarinenses: *O Dia*, *Gazeta de Joinville* e *República*. Jornais paranaenses: *Diário da Tarde*, *A República* e *A Notícia*. BN.

¹³ A Questão do Timbó e Canoinhas, Caso de Canoinhas, a Questão de Limites, os Fatos do Timbó e o Caso do Timbó, são títulos de chamada publicados com certa frequência em jornais de Santa Catarina e Paraná entre os anos de 1900 e 1908, os quais noticiaram disputas políticas sobre o domínio da região compreendida entre os rios Timbó e Paciência em um momento anterior à Guerra do Contestado. Devido à maioria das fontes jornalísticas consultadas utilizarem a denominação *o caso do Timbó*, este passará, por vezes, a ser empregado neste trabalho para referir-se a tais eventos, assim como também esclarece-se que, pelo motivo das duas principais vilas ocupadas pela intervenção militar federal em 1906, o designativo *A questão do Timbó e Canoinhas* foi escolhido como título deste trabalho.

Mapa 2 - Mapa da região contestada por Santa Catarina, apresentando a localização geográfica dos vales dos rios Timbó e Paciência.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados por Machado (2004).

Se por um lado as contestações territoriais tramitavam no STF, por outro, grupos armados agiam por conta própria na região, reivindicando o controle do território e o direito à exploração da erva-mate, planta abundante naqueles vales e cobiçada pelos coronéis. Cada um dos estados considerava-se no direito de exercer a posse da área enquanto corria o processo em juízo. Dessa forma, ambos os governos nomeavam autoridades políticas e policiais nos povoados de Canoinhas e Vila Nova do Timbó, cada qual por justificativas próprias.

Santa Catarina entendia como sua jurisdição provisória o território delimitado até a margem direita do rio Timbó e à esquerda do Iguaçu. Já o Paraná, até a margem esquerda do rio Canoinhas, o que colocava uma interseção de domínios, promovendo rivalidades entre os diferentes poderes políticos.

A partir do ano de 1900 teve início uma série de homicídios na região¹⁴, a mando de autoridades estaduais contra habitantes contrários ao discurso de cada lado na Questão de Limites, ou por mera disputa pelo domínio dos abundantes ervais, haja vista que os dois estados iniciaram medições e escrituração de terras naquela interseção, empreendendo documentação duplicada das propriedades, materializando registros distintos em cartórios diferentes¹⁵.

Estas ocorrências passaram a ganhar maior vulto no ano de 1905, quando o coronel Demétrio José Ramos, maragato¹⁶ oriundo do Rio Grande Sul e radicado no planalto desde o findar da Revolução Federalista (1893-1895), se pôs em defesa da causa catarinense, cometendo assassinios nas imediações de Vila Nova do Timbó. A ação levou as autoridades de Porto União da Vitória, estado do Paraná, a enviar força armada para busca e captura de Demétrio em sua residência. Não o encontrando, decidiram por levar prisioneiros mulher e filhos, incendiando a casa da família posteriormente.

Catarinenses consideraram a diligência da força policial do Paraná uma afronta à sua jurisdição, uma vez que a propriedade do acusado localizava-se à direita do rio Timbó, o que, no entendimento dos catarinenses, constituía território de Santa Catarina. Somado a isso, havia o fato de que Demétrio era filho de Fidélis José Ramos, respectivo irmão de José Vidal de Oliveira Ramos, por sua vez pai de Vidal Ramos, o que fazia de Demétrio primo-irmão de um dos principais políticos catarinenses na época e, inclusive, vice-governador do estado.

Os fatos prolongaram-se, ameaças e protestos de ambos os lados se multiplicaram através de telegramas trocados entre as distintas autoridades estaduais. Mensagens que a imprensa publicou com considerável destaque, reproduzindo matérias jornalísticas por todo o país.

¹⁴ Em 18 de setembro de 1900, o jornal *República* (SC) noticiou telegrama recebido pelo Prefeito de Polícia de Santa Catarina, no qual menciona que, em conflito de forças do Paraná com catarinenses na região de Timbó e Canoinhas, fora vítima o comandante da força paranaense. No dia 29 de setembro, o mesmo jornal publica matéria tecendo críticas ao governo do Paraná por promover incêndios e mortes na região. Na mesma edição também transcreve nota publicada pelo jornal *O Comercio* (PR), a fim de efetivar seu discurso acerca da presença de catarinenses na área, o que firmaria o território como pertencente ao estado catarinense. BN.

¹⁵ Um caso conhecido deste contexto ocorreu ao sul de Três Barras. Naquela região, o capitão da Guarda Nacional, Aleixo Gonçalves de Lima, considerava-se possuidor de terras registradas em cartórios catarinenses, as mesmas que vieram ser ocupadas pelos irmãos Pedro Firmino e Leocádio Pacheco, os quais procederam o registro em cartórios do Paraná, vendendo-as posteriormente à madeireira *Lumber* (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 166).

¹⁶ O termo *maragato* tem origem na Revolução Federalista (1893-1895), pejorativamente atribuída pelos legalistas aos revoltosos liderados por Gaspar Silveira Martins, os quais deixaram o exílio, no Uruguai, e entraram no Rio Grande do Sul à frente de um exército. Devido ao fato de que o exílio havia ocorrido na região do Uruguai, colonizada por originários da Maragateria (Espanha), os republicanos apelidaram-nos de *maragatos*, na busca de caracterizar uma identidade estrangeira aos federalistas. Com o tempo, o termo perdeu a conotação pejorativa e assumiu significado positivo, aceito e defendido pelos federalistas e seus sucessores políticos. O que identificava um *maragato* era o lenço vermelho no pescoço (MOURE, 1994).

Com a possibilidade de uma nova operação de forças do Paraná na região, desta vez em Canoinhas, o governo de Santa Catarina enviou armamento e munição para civis da vila no intuito de combater as intenções do estado vizinho e, ao mesmo tempo, solicitou, junto ao Ministro da Guerra, Francisco de Paula Argolo, intervenção de forças federais. Solicitação aceita e colocada em prática no primeiro mês de 1906, causando extrema revolta no presidente do Paraná, Vicente Machado. Tal ação fez com que os jornais, de ambos os estados, conflitassem discursivamente da segunda metade de janeiro até a primeira metade de fevereiro de 1906, multiplicando fontes sobre o evento.

Ao se observar a historiografia do Contestado, vê-se uma lacuna sobre os aspectos acima descritos, não que eles sejam inéditos, desconhecidos, mas acabaram por ficar em um vácuo da problematização.

É muito comum encontrar pesquisas que objetivaram a Questão de Limites no seu aspecto jurídico, enfatizando o processo judicial como fonte norteadora, e trabalhos sobre o Contestado que partem, em suma maioria, da chamada Batalha do Irani, ocorrida em 1912, tratando a questão do Timbó e Canoinhas apenas como contextualização do espaço onde se desencadearam os conflitos armados. Aspectos anteriores à eclosão do movimento sertanejo, assim como questões do coronelismo enquanto agente social, da inserção do índio no contexto da época¹⁷ – haja vista que os jornais publicavam notícias sobre presença de indígenas na região – e os próprios aspectos étnico-culturais dos sertanejos não foram suficientemente explorados.

Motivações e problemática

Seria a empreitada da pesquisa uma tarefa impessoal? Obviamente que não. Como diria Loriga (2012, p. 256), “da mesma forma que não existe uma única objetividade, também não existe uma única subjetividade”. Igualmente, os motivos que levaram à temática deste trabalho não foram impessoais, tiveram seu início com o envolvimento pessoal de nascer e viver na região outrora contestada, tendo ainda no ensino médio o primeiro contato com o tema através de uma encenação teatral. Entre histórias e estórias, o Contestado sempre foi muito presente,

¹⁷ Segundo Tomporoski (2015, p. 15), “pouco mais de uma década antes do início do movimento sertanejo do Contestado (1912-1916), a imprensa paranaense noticiava conflitos entre indígenas e colonos na região do Timbozinho, [...] é plausível supor que um número significativo de indígenas estivesse na região durante os eventos ligados ao movimento sertanejo. É preciso situá-los nesse contexto”.

permeando o imaginário e o interesse acadêmico, mesmo que os trabalhos de formação tenham sido sobre outros temas¹⁸.

Foi através da recente oportunidade de organizar e participar de um congresso sindical¹⁹ o estopim das pretensões para com esta dissertação. Naquele evento, o professor Dr. Alexandre Assis Tomporoski advertiu sobre a ausência de trabalhos “no estudo da região entre os rios Timbó e Paciência [...] na qual não havia qualquer definição quanto ao controle da jurisdição pelos estados que litigavam em torno da Questão de Limites” (TOMPOROSKI, 2015, p. 15). No ano seguinte, 2015, a repercussão deste mesmo congresso oportunizou a participação em um evento de mídia popular na cidade do Rio de Janeiro, quando, através do acesso ao acervo jornalístico da Biblioteca Nacional verificou-se uma quantidade significativa de fontes a noticiar conflitos na região apontada por Tomporoski (2015).

A partir de então iniciou-se uma reflexão sobre o material previamente coletado, originando a problemática desta pesquisa, a qual define-se em investigar e analisar as representações produzidas através dos discursos expressos pelos jornais catarinenses e paranaenses, referentes a casos de violência atrelados a uma particular noção de região, em um momento de fortes tensões sobre a Questão de Limites, especificamente nos vales dos rios Timbó e Paciência, entre os anos 1900 e 1908. Pois, problematizar a noção de região em um período temporal em que a própria construção dessa noção enquanto delimitação político-administrativa não estava definida pôde elucidar indagações sobre casos tidos como violentos, envoltos em relações de poder, logo que:

As regiões [...] não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58).

As tensões de diversas ordens, ocorridas na área compreendida entre Porto União da Vitória e a vila de Canoinhas, no início do século XX, deflagraram conflitos naquele espaço,

¹⁸ Os objetos de pesquisa de graduação e especialização foram a temática indígena e da etnicidade, respectivamente.

¹⁹ VII Congresso do Sindaspisc (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento Perícia, Pesquisas e Informações de Santa Catarina) ocorrido em outubro de 2014 no município de Canoinhas (SC), o qual teve como tema *O Trabalhador do Contestado*.

sendo abundantemente utilizadas discursivamente pelos jornais, os quais tinham forte ligação com o meio político, sendo inclusive dois deles, *O Dia* e *A República*, órgãos representativos dos partidos republicanos catarinense e paranaense, respectivamente, fazendo com que suas narrativas procurassem representar uma imagem regional que satisfizesse os interesses de um ou outro estado. Pois, os discursos e representações realizadas pelos meios impressos se manifestam como mecanismos de reprodução de determinados pensamentos, criando imagens mentais sobre o momento vivenciado; desta forma, direta e indiretamente, criam signos, visões de mundo, determinados por aqueles que imprimem a mensagem. Seu alcance é dirigido a uma parcela da população, no caso, uma parcela letrada, a qual, na época aqui problematizada, configurava-se como a elitizada, a que dispunha do acesso a estes periódicos.

A escolha temporal da pesquisa, de 1900 a 1908, se fez pelos próprios documentos analisados, ou seja, os jornais de época. As fontes constituem-se de mais de 200 publicações feitas nos jornais paranaenses *A República*, *A Notícia* e *Diário da Tarde*; e nos catarinenses *República*, *Gazeta de Joinville* e *O Dia*, além de algumas publicações de periódicos de outros estados, obtidos junto à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, e na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

A escolha dos periódicos se fez pela atenção que os mesmos deram ao caso do Timbó. Outros jornais mais regionalizados, como *O Trabalho*, de Curitiba, e *O Imparcial*, de Lages, também publicaram matérias sobre os conflitos, entretanto, na maioria das vezes reproduziram as informações dos impressos dos maiores centros populacionais. Outro fator relevante para a escolha foi a tiragem e a abrangência dos mesmos. Os periódicos selecionados comprovaram, no desenvolver da pesquisa²⁰, um alcance territorialmente maior, indicado pelas listas de representantes comerciais citados nas próprias páginas dos periódicos.

A edição de matérias sobre os conflitos no Timbó e Paciência iniciaram em 18 de setembro de 1900, quando alguns assassinatos ocorreram naquele espaço e foram utilizados pelos impressos paranaenses como material discursivo em alegações sobre a Questão de Limites. Porém, o ápice noticioso dera-se entre o final de 1905 e meados de 1906, encerrando sua relativa periodicidade em novembro de 1908. Essas matérias expressaram um forte discurso sobre o espaço em litígio. Narrativas diversas se materializaram nos textos, demonstrando

²⁰ Inicialmente, no projeto de pesquisa, objetivava-se utilizar apenas os periódicos *O Dia*, *Gazeta de Joinville*, *A República* e *A Notícia*. Mas, no desenvolver da pesquisa, inseriu-se também o *Diário da Tarde* e o *República*, pelo fato destes terem, em importantes momentos, estabelecido alguns debates com os jornais que defendiam o mesmo lado na Questão de Limites, situação que permitiu analisar enunciados diferentes perante o mesmo discurso.

diferentes estratégias para obtenção do apoio popular sobre os objetivos políticos ligados à posse do território.

Além dos periódicos, foram consultados e analisados relatórios dos Ministros de Indústrias, Viação e Obras Públicas, e dos Ministros da Guerra, publicados entre 1901 e 1908. Também, relativo ao mesmo período, analisou-se mensagens apresentadas pelos presidentes do Paraná e Santa Catarina ao Congresso Representativo de cada estado, e atas da Câmara Municipal de União da Vitória. Tais documentos foram utilizados para comparações entre os discursos da imprensa jornalística e dos representantes dos governos estaduais e federais, pois nestes houve menções sobre os conflitos estudados, permitindo o devido confronto entre as fontes, procedimento que possibilitou perceber similitudes e dissensos entre as narrativas.

Junto ao Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, consultou-se Ordens do Dia referentes ao período de outubro de 1905 a maio de 1906, material que permitiu alguns encaminhamentos de pesquisa quanto a ação da força militar enviada ao Timbó e Canoinhas. Entretanto, o relatório da referida expedição, o qual poderia contribuir substancialmente para com a pesquisa, infelizmente não pode ser localizado.

Procedimentos

Como aporte metodológico, utilizou-se uma abordagem qualitativa, articulando quatro procedimentos básicos: investigação, interpretação, análise e produção escrita dos resultados. Reconhecendo as possibilidades de uso dos impressos jornalísticos para o estudo histórico, especialmente do Contestado, buscou-se amparo na Análise de Discurso, com ênfase nas representações acerca da violência e da região. Para tal, foi norteador, enquanto metodologia, as contribuições de Eni Pulcinelli Orlandi, introdutora da Análise de Discurso de escola francesa no Brasil, bem como as proposições teóricas de Michel Pêcheux, fundador de uma Análise de Discurso que procura conhecer o caráter histórico do discurso. Para Orlandi (2005, p. 15):

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. [...] A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.

Como aponta Chartier (2002, p. 17), as “representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre

determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Desta forma, buscar estas representações em discursos expressos nos jornais de época exigiu, necessariamente, que se compreendesse o ambiente e os personagens que os cercavam, ou seja, quem emitiu o discurso? Quem ele representava? Em que contexto foi emitido? Para quem foi emitido? Qual a categoria social de leitor alcançada?

Para que se possa chegar a repostas aceitáveis para tais indagações, objetivou-se, enquanto encaminhamento metodológico, seguir determinados passos. Primeiramente realizou-se a revisão bibliográfica das principais obras referente ao tema Contestado, incluindo livros, dissertações e teses, tendo como foco aspectos abordados pelos autores com relação a momentos anteriores aos combates iniciados em 1912, especialmente aqueles ocorridos na região compreendida entre os atuais municípios de Canoinhas e Porto União. Esta revisão propôs uma busca de indícios que sustentassem a comprovação da hipótese de que toda abordagem já realizada pela historiografia do Contestado foi influenciada pelos discursos propagados nos periódicos jornalísticos aqui problematizados. É convincente que a abordagem feita sobre os conflitos armados e violências ocorridos na área de estudo delimitada partem sempre das obras dos memorialistas do Contestado, especialmente a de Peixoto (1995), a qual tem um discurso muito semelhante às notícias publicadas nos jornais da época, especialmente nos de origem paranaense.

Um segundo passo na metodologia proposta preconizou identificar semelhanças e diferenças nos discursos produzidos pelos jornais, estabelecendo como parâmetro fatos externos ao texto, ou seja, acontecimentos concomitantes que influíram nas mudanças e permanências de determinados padrões de discurso, dado que:

[...] considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto, a exemplo do que fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam haver história fora do discurso. Pelo contrário, trata-se, antes, de relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

Trabalhar com as representações presentes nos discursos remete a uma abordagem de ideologia. Esta tem presença em todo discurso. Não há como produzir um discurso se não houver, mesmo que inconscientemente, uma ideologia, um sistema de significação da realidade (BRANDÃO, 2004). Desta forma, apresentou-se necessário delimitar durante a pesquisa aspectos

ideológicos presentes fora do texto, historicizar os próprios jornais. Quem os mantinha? A quem estavam ligados? Quem representavam?

Partindo do pressuposto de que os jornais “são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade” (CALONGA, 2012), seus discursos emitem uma visão que extrapola a ideologia de seu emissor, ele configura-se como um elemento concentrado de ideologias internas e externas, que não necessariamente afirmam uma verdade, mas sim uma possibilidade de verdade, segundo interesses da parcela da sociedade a qual o emissor representa, no caso, a classe dominante.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 184):

[...] em semiótica, pragmática e análise de discurso, quando se fala de um ato de linguagem, de discurso ou de comunicação, o termo emissor continua a ser usado por comodidade, embora remeta mais especificamente ao responsável pelo ato de comunicação. Disso discorre que o emissor não é mais concebido como uma simples fonte de um processo de codificação – como se o sentido estivesse determinado antecipadamente –, mas como um sujeito munido de uma intenção, de uma competência, e investido de um projeto de fala.

Durante a pesquisa, utilizou-se tabelas produzidas através do auxílio de planilha eletrônica, quantificando determinados padrões de discurso identificados por aspectos relacionados a determinados critérios como: o jornal emissor, o local de emissão, a data de emissão, o contexto em que foi emitido, o nível de emissão (agressivo, moderado, conciliado). Salienta-se, porém, que os padrões observados foram prioritariamente aqueles ligados às representações produzidas acerca da violência e a noção de região.

Como percebe-se, estudar os discursos produzidos pela imprensa, no local e tempo ora problematizados, justifica-se pela necessidade de elucidar aspectos anteriores à eclosão da batalha do Irani, tida como início da Guerra do Contestado, almejando ser contributiva para o conhecimento histórico. A própria utilização do jornal como fonte norteadora no estudo do Contestado ainda não foi muito explorada. Talvez porque “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial” (RODRIGUES, 1968, p. 198) ou mesmo pela visão historiográfica de que “a imprensa se revelou uma fonte muito pobre sobre o conflito” (MACHADO, 2008, p. 35), ou pelo fato de materializar uma visão da elite. Entretanto, há quase 20 anos, Márcia Janete Espig já via nas fontes jornalísticas um caminho promissor para o estudo do Contestado.

Espig (1998) foi pioneira em debater metodologicamente o uso da fonte jornalística na temática do Contestado²¹. A partir de considerações teóricas oriundas da história cultural, publicou, na revista Estudos Ibero-Americanos, artigo em que discute a utilização do material jornalístico. Weinhardt (2000), por sua vez, analisou os discursos sobre o Contestado em diferentes obras, incluindo os jornais. Já Dalfré (2014) dissertou sobre aqueles construídos durante o conflito (1912-1916), especificamente pelo jornal paranaense *Diário da Tarde*. Também com base no *Diário da Tarde*, Woitowicz (2015) estabeleceu um diálogo entre jornalismo e história, procurando apreender como se instituem os sentidos pelos processos midiáticos, mostrando os vícios das interpretações históricas que o jornal impingiu no imaginário social.

Assim sendo, é analisado no primeiro capítulo o material historiográfico já produzido sobre o Contestado no que tange aos já mencionados momentos anteriores da guerra, naquilo que Machado (2004, p. 132) chama de “o contestado do Contestado”. Procura-se destacar, temporal e espacialmente, estas ocorrências. Primeiramente abordando a importância do debate historiográfico no trabalho do historiador, em especial com os aportes teóricos de Horst Walter Blank, Agnes Heller e Jörn Rüsen, intelectuais que contribuíram substancialmente nas reflexões sobre a história da historiografia. Em seguida – foco principal do capítulo –, é discutida a abordagem realizada pelas principais obras do Contestado acerca dos conflitos nos vales do Timbó e Paciência, apontando lacunas a serem preenchidas e possíveis encaminhamentos de pesquisa, especialmente com o uso de fontes jornalísticas, uma vez que os periódicos deram considerável atenção aos mencionados conflitos. Não obstante, durante tal intento, não apenas discute-se o tratamento dado aos noticiados casos do Timbó pela historiografia, mas também a contribuição de cada obra analisada na amplitude da temática do movimento, tendo em conta que, a partir da década de 1980, houve um significativo aumento do interesse acadêmico sobre o assunto, situação avolumada nos anos 2000 e que influenciou enfaticamente na melhora da qualidade dos trabalhos realizados desde então.

No segundo capítulo discute-se a importância do jornal como fonte e objeto para a História, especialmente sob as contribuições teóricas e metodológicas sugeridas por Maria Helena Rolim Capelato e de Tania Regina de Luca, estudiosas que desenvolveram e difundiram importantes argumentos que vêm a validar o uso do jornal nos trabalhos de pesquisa. Na sequência, se empreende um resgate da trajetória redacional dos principais periódicos que

²¹ Pereira de Queiroz já havia utilizado fontes jornalísticas no seu estudo sobre o movimento sertanejo, em 1957, mas a inauguração de um debate metodológico desse tipo de fonte em pesquisas sobre o Contestado foi inaugurado Espig (1998).

noticiaram a questão do Timbó e Canoinhas, de modo a seguir metodologicamente o que evocou Luca (2008a, p. 132): “historicizar a fonte”. Durante o texto são abordadas diversas circunstâncias políticas que influenciaram esses jornais, com objetivo de demonstrar as principais personagens que agiram por de trás da imprensa, permitindo entender os diferentes interesses do discurso jornalístico sobre os conflitos problematizados.

Já o terceiro capítulo pode ser considerado o eixo que interliga a historiografia já produzida sobre o assunto (capítulo 1), as figuras políticas e jornalísticas que deram sustentação à narrativa (capítulo 2), com o discurso que definiu uma configuração violenta à região contestada, em especial sobre os já referidos vales (capítulo 4). Nesse sentido, o que se apresenta no conteúdo do capítulo três é o empreendimento de uma narrativa cronológica, embasada no que os jornais efetivamente noticiaram sobre os conflitos, apontando durante o texto outras fontes que ajudaram a confirmar ou rejeitar determinadas informações que a historiografia até então não tinha contemplado.

No quarto e último capítulo efetiva-se uma análise mais densa dos enunciados sobre as categorias de região e violência, iniciando como uma discussão sobre o uso metodológico e interdisciplinar da Análise de Discurso, método originário da Linguística que tem sido bastante utilizado pela História, possibilitando conceber a linguagem como importante instrumento configurador da sociedade. Neste tópico são apresentados resultados obtidos com uma seleção das fontes coletadas durante a pesquisa, os quais permitiram verificar como o discurso jornalístico construiu os vales do Timbó e Paciência como uma região de violência antes da eclosão da Guerra do Contestado, em outubro de 1912. Discute-se também a relação das obras memorialistas com a narrativa da imprensa, buscando aproximações e distanciamentos entre as mesmas.

CAPÍTULO 1

O CONTESTADO DO CONTESTADO: OS CONFLITOS DO TIMBÓ E PACIÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA

1.1 Um debate teórico possível

Malerba (2006, p. 15) ensina que antes de se escrever sobre historiografia deve-se pensar teoricamente sobre o próprio conceito de historiografia. Compreender a importância que sua discussão tem para com o aprofundamento da abordagem de qualquer temática, o que servirá de base sólida para um percurso muito mais trilhado e delineado na delimitação da problemática. Pois, a historiografia “é uma forma de analisar os mecanismos que envolvem a produção do discurso dos historiadores, percebendo esses discursos em relação ao tempo e à sociedade em que cada historiador está inserido” (SILVA; SILVA, 2009, p. 190).

Ao se tratar de aspectos lacunares, em um considerável arcabouço já produzido sobre o Contestado, crê-se, ainda sob as reflexões de Malerba (2006), que há uma necessidade de iluminar a produção escrita do conflito, atribuindo a esta um caráter de fonte, de representação de um espaço temporal, uma vez que ao se escrever acerca de uma época se faz uso de conceitos, normas, práticas, ideologias, entendimentos, percepções, emoções, enfim, contextos que se referem à outra: a época de vivência do autor que a escreve. Assim, quando analisa-se, a título de exemplo, as obras dos oficiais memorialistas do Contestado²², deve-se entender o *making off* da produção, realizando um intenso interrogatório das condições de sua escrita, desde os conceitos utilizados até os motivos que os levaram a redigir suas memórias e análises sobre o movimento sertanejo.

White (2014, p. 97), ao analisar o texto histórico como artefato literário, aponta que uma das formas “pelas quais uma área de pesquisa erudita faz uma avaliação de si mesma é examinando a sua história”. Sendo assim, como se poderia desejar empreender uma observação aprofundada sobre a questão do Timbó e Canoinhas sem que para isso se pudesse compreender a abordagem realizada no material intelectual já existente? Como se poderia denominar de

²² Entenda-se por oficiais memorialistas membros do Exército que, após o fim de suas respectivas participações na campanha do Contestado, escreveram e/ou publicaram trabalhos sobre o conflito, como por exemplo o relatório redigido pelo coronel Fernando Setembrino de Carvalho, comandante máximo das operações no Contestado.

lacunares tais aspectos sem que antes de mais nada se inquirisse os motivos de sua omissão? Como se poderia denominar omissos tais escritos sem sequer determinar as circunstâncias de sua escrita?

Ricoeur (2007, p. 170), reconhecido como um dos grandes filósofos hermeneutas do século XX, ensina que:

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’ (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.

Se por um lado existe uma estrutura que delimita as condições da história conforme modelos pré-estabelecidos, estrutural, por outro, têm-se a memória que se apresenta como um relato testemunhal dos eventos, materializando o que pode-se conceber como documento. Ou seja, ao tomar-se como exemplo o depoimento de uma testemunha em determinado processo judicial, sua memória produzirá um relato de eventos específicos, mas será a redação do relato em processo que tornará esse testemunho prova documental. É no meio, na intersecção da memória e a história, que a historicidade, o fazer historiográfico, se manifesta como produto possível e válido do ofício do historiador.

Para Ricoeur (2003, p. 2-3) “não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela”. A história e a memória entrelaçam-se em uma rede de relações complementares e conflituosas, permeando as legitimações que uma faz da outra. Pois, o que seria da História sem a rememoração, construção que dá vida a disciplina, e o que poderia se fazer da memória sem a reconstrução realizada pela História, validando seus elementos constitutivos e permitindo o não esquecimento dos eventos.

Ora, como diria Veyne (2014, p. 19), “a história é filha da memória”, ela é um aprofundamento teorizado e esquematizado da memória e, assim, a partir da historiografia, torna-se um discurso, algo que se manifesta materialmente através da escrita, permeando muito daquilo que Orlandi (2005, p. 31) chama de interdiscurso ou memória discursiva, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Ou seja, o interdiscurso é o que permite produzir novos discursos com base na memória. Quando se vivencia, se lê ou se ouve, as informações passam a fazer parte da memorização, ponto que não mais se lembra da origem da informação, de seu sujeito enunciator, mas apenas da informação pura ou distorcida.

É quando o anonimato age que o discurso faz sentido, tornando-se memória discursiva. Como disse Carbonell (1987), a historiografia nada mais é que a história do discurso escrito, o qual afirma-se como verdadeiro.

Quando se trabalha com análise de textos memorialistas, que são o início da historiografia do Contestado, o interdiscurso faz parte da narrativa. Muitas afirmações e citações da sua textualidade estão intrinsicamente atreladas a um interdiscurso. Considerar a exterioridade presente em cada obra abordada deve ser um elemento norteador da observação, uma vez que as circunstâncias de escrita são, muitas vezes, tão importantes quanto a própria materialidade do texto. As diversas motivações e situações exteriores ao objeto de problematização do trabalho analisado, em vários casos, permitem tratá-lo por enfoques diversificados, dando ênfase muito mais ao seu contexto de produção do que necessariamente à sua materialidade narrativa.

Abordagens de uma história da historiografia do Contestado já foram realizadas, e muito bem, especialmente por Espig (2008) e Rodrigues (2008; 2012). Espig, ao tratar em sua tese de doutoramento dos trabalhadores da EFSPRG, fez um belo levantamento e análise das várias obras já produzidas sobre a temática do Contestado, constituindo um dos bons textos que merecem destaque no que concerne ao estudo historiográfico do movimento.

Para essa autora, “uma primeira observação muito importante da historiografia existente sobre o Contestado é o seu caráter irregular, tanto no que tange à publicação quanto à qualidade acadêmica das obras” (ESPIG, 2008, p. 62). Para Espig (2008), os textos são vastos, mas, em grande parte deles, constituídos de trabalhos amadores, não acadêmicos, que acabam por inserirem narrativas preconceituosas e pesquisas sem critérios teóricos e metodológicos. Por outro lado, estes historiadores, não de ofício, e suas obras, apresentam-se como coletores e produtores de fontes preciosas para pesquisa histórica, colaborando para um adensamento dos trabalhos acadêmicos.

Já a contribuição de Rodrigues, não menos importante, se faz, em maior volume, na problematização dos textos dos oficiais do Exército que combateram na campanha do Contestado, que ao findar da guerra publicaram suas memórias. Este historiador, tanto em sua tese de doutorado (2008) – em que objetiva analisar o lugar ocupado pela Guerra do Contestado na campanha de modernização militar do Exército – como em elucidativo artigo publicado no livro *Nem fanáticos nem jagunços* (2012), realiza um aprofundamento meritório na obra e na vida particular e profissional de cada oficial memorialista, identificando diferentes discursos expressos nas narrativas. Para Rodrigues (2012, p. 261), com a análise historiográfica dos textos

dos historiadores de farda²³, “é possível apreender um projeto político para a nação após o traumático afastamento do Exército dos rumos da política nacional, consolidada pela autonomia dos estados depois do pacto oligárquico firmado por Campos Sales”.

Como se vê, ao se exteriorizar o conteúdo narrativo, a análise historiográfica pode trazer à luz aspectos implícitos na materialidade do texto. Assim como ensina Rüsen (2006, p. 117):

Não se pode evitar o conflito entre engajamento e interesse relativo à identidade histórica das pessoas cuja historiografia pode e deve ser comparada. Esse engajamento e interesse têm de ser sistematicamente levado em conta; têm de se refletir sobre eles, explicá-los e discuti-los.

Todavia, uma discussão historiográfica não se faz de maneira atabalhoada. Segundo Blanke (2006, p. 28-32), existe um arranjo tipológico necessário na organização historiográfica, que pode ser feita pela história dos historiadores, pela história das obras, pelo balanço geral, pela história da disciplina, pela história dos métodos, pela história das ideias históricas, pela história dos problemas, pela história das funções do pensamento histórico, pela história social dos historiadores ou pela história da historiografia teoricamente orientada. Porém, para Blanke (2006), é a funcionalidade o aspecto mais importante da historiografia. É com uma função afirmativa ou crítica da historiografia que se verificam as contradições e as lacunas existentes entre as obras em análise, é com ela que é possível superar e rever posições.

Desta forma, procurar-se-á, a partir daqui, fazer a análise historiográfica conforme sugestionada por Blanke (2006), *pelos obras* que tratam do Contestado, apontando a abordagem que cada uma delas faz acerca dos conflitos nos vales do Timbó e Paciência. Considerando para tal o que Heller (1993, p. 69) chamaria de objetivação, uma tradução do entendimento da história pelo historiador, fazendo com que os atos de violência praticados naquele espaço, entre 1900 e 1908, sejam objetivados, possam ser traduzidos através da historiografia, convertendo a reflexão intelectual já produzida sobre a temática em conhecimento.

1.2 A historiografia do Contestado

²³ O termo historiador de farda é empregado por Rodrigues (2008, p. 106) para nomear oficiais que se dedicaram à pesquisa histórica sobre o Contestado, não sendo aceitos nessa categoria oficiais que apenas produziram obras de memórias ou relatórios técnicos sobre o Contestado.

Se a Guerra do Contestado completou 100 anos em 2012/2016, centenária é também sua produção textual. Durante toda busca efetivada na bibliografia do movimento sertanejo, no objetivo de verificar o tratamento destas acerca dos conflitos nos vales do Timbó e Paciência entre 1900 e 1908, percebe-se o quanto ela é dilatada e pouco discutida historiograficamente. Portanto, julgando pela necessidade de maior debate acadêmico neste expediente, procurou-se abordar as obras e pesquisas de maior destaque na historiografia do mote, objetivando melhor iluminar o caminho percorrido por militares, sociólogos e historiadores – de ofício ou não – na produção de conhecimento sobre o Contestado. Todavia, mesmo revisando quase que a totalidade das obras escritas e publicadas sobre o tema, em busca de pistas sobre o recorte temporal e espacial da pesquisa, muitas destas obras serão apenas sucintamente apontadas e outras tão somente citadas. Pois, desde os primeiros anos após o findar da guerra, efetivou-se, por todo o país, uma intensa produção bibliográfica sobre o Contestado, inviabilizando, neste breve trabalho, uma discussão de cada texto já produzido sobre o conflito.

Em determinados momentos desse caminho de produção escrita da temática, inovações metodológicas, documentais e interpretativas foram demarcadas, aspecto que foi concebido como critério na seleção dos textos aqui apresentados. Assim sendo, o que se propõe realizar constitui-se em um tratamento descritivo analítico desta historiografia, em que, em determinados casos, se aprofunda a observação da publicação analisada e, em outros, apenas se faz uma descrição lacônica. Entretanto, cabe sublinhar que não necessariamente se tomou uma posição de julgamento dos trabalhos analisados, apenas se deu maior foco às obras que abordaram e/ou problematizaram os conflitos nos vales do Timbó e Paciência entre 1900 e 1908, como também aqueles que deram novos rumos interpretativos para o estudo do Contestado.

1.2.1 As obras dos oficiais memorialistas

Os primeiros trabalhos escritos sobre o movimento do Contestado foram empreendidos pelos oficiais memorialistas, militares que participaram da campanha e publicaram suas memórias após o fim do conflito em 1916, sendo, em alguns casos, também

chamados de historiadores de farda²⁴. Destes, a principal obra é a de Demerval Peixoto²⁵, intitulada *A campanha do Contestado: episódios e impressões*, publicada originalmente em três volumes. O primeiro em 1916, o segundo em 1918 e o último em 1920, curiosamente utilizando-se do pseudônimo Criveláro Marcial²⁶.

Este autor teve seu trabalho muito elogiado pela crítica e imprensa da época. Foi o primeiro livro publicado sobre o Contestado, o qual surpreende não apenas pela riqueza e refinamento da pesquisa, mas também por ter sido a primeira obra de Peixoto (RODRIGUES, 2012, p. 242).

No texto, Peixoto aborda os conflitos do Timbó e Paciência em um capítulo específico, intitulado *atos anteriores*, destinando assim um espaço próprio de sete páginas para tratar do tema. Para este autor, a região de Canoinhas foi inicialmente um povoado pacato, que após ocupação catarinense passou a ser refúgio de criminosos oriundos do Paraná, os quais inicialmente não reconheciam a autoridade de nenhum dos estados e, por esse motivo, formavam bandos armados (PEIXOTO, 1995, p. 85-86).

A figura de Demétrio Ramos é central na narrativa de Peixoto, é em torno dele que o oficial memorialista refaz a trajetória de conflitos, narrando as primeiras rixas por movimentações de paisanos armados na região. Contudo, não menciona nenhum outro episódio além daqueles que se deram com o antigo maragato. Vê-se que o autor não fez uso de muitas publicações jornalísticas da época, uma vez que os jornais *República*, *Diário da Tarde* e *A República* noticiaram em abundância assassinatos e depredações ocorridas naquele espaço nos meses finais de 1900, inclusive citando nomes de possíveis vítimas e executores²⁷. Aliás, há na

²⁴ Conforme já mencionado anteriormente, o uso da expressão historiador de farda é utilizado por Rodrigues (2008; 2012) para definir oficiais que se dedicaram à pesquisa histórica sobre o Contestado, não sendo aceitos nessa categoria militares que apenas produziram obras de memória ou relatórios técnicos sobre o conflito. Para Rodrigues (2008, p. 106), um “historiador de farda seria um oficial que se dedica, embora não exclusivamente, mas principalmente, à história militar”.

²⁵ Além de oficial militar, político – por nomeação do presidente Gaspar Dutra, ocupou o cargo de interventor de Pernambuco entre 1946 e 1947 (RODRIGUES, 2012, p. 242) – e escritor, Peixoto foi também atleta. Fez parte da delegação brasileira na primeira participação do Brasil em Jogos Olímpicos, na cidade de Antuérpia, Bélgica, em 1920. Juntamente com outros oficiais do Exército, foi integrante da equipe de tiro nos jogos. Não conquistou nenhuma medalha no individual, assim como dois de seus colegas, mas ficou em quarto lugar na modalidade por equipes.

²⁶ Não se sabe ao certo os reais motivos que levaram Peixoto a utilizar-se do pseudônimo Criveláro Marcial. Supõe-se que o tenha usado pela proximidade temporal entre o término do conflito e a publicação da obra, temendo, quem sabe, algum tipo de retaliação pelas opiniões nela expressas. Porém Rodrigues (2012, p. 103), alude que o uso do pseudônimo “parece ter um caráter mais simbólico do que de busca de anonimato [...] o nome Criveláro Marcial é uma clara menção à carreira das armas”.

²⁷ Edições dos dias 18, 28 e 29 de setembro no *República* (SC); de 03, 05 e 20 de outubro no *A República* (PR); e do dia 08 de outubro no *Diário da Tarde*.

escrita deste autor uma semelhança com o discurso realizado pelos jornais paranaenses de 1915, os quais, ao abordarem os conflitos que se davam entre sertanejos e as forças federais do general Setembrino de Carvalho, procuraram contextualizar a guerra em curso com os primeiros conflitos armados do Contestado, ou seja, com aqueles envolvendo a figura do coronel Demétrio Ramos.

Ao tratar dos casos de violência, Peixoto coloca-se muito próximo da narrativa paranaense dos fatos, inserindo em seu texto uma linguagem que define os vales do Timbó e Paciência como um espaço de periculosidade, onde imperaria o derreamento de sangue e a crueldade extrema. Elementos que não necessariamente refletem o discurso dos jornais catarinenses, os quais preocupavam-se com maior vigor no enaltecimento das decisões e medidas adotadas pelo então governador do estado, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, ocupante do cargo interinamente enquanto o governador eleito, Lauro Muller, exercia o posto de ministro dos transportes.

Outro ponto a ser evidenciado na obra de Peixoto diz respeito ao destino de Demétrio Ramos após as escaramuças no Timbó. Segundo o historiador de farda, teria o caudilho desaparecido e ido viver pacificamente no interior de Mato Grosso (PEIXOTO, 1995, p. 91). Contudo, assim como em boa parte da sua escrita, não menciona as fontes que o levaram a esta conclusão.

A estrutura narrativa de Peixoto é bastante objetiva e de fácil leitura. Interpreta o surgimento do *fanatismo* como consequência da falta de instrução da população, tal como a expropriante ação dos coronéis locais e das empresas transnacionais. Elementos que segundo o autor, naquele contexto, promovidos por desejos de cobiça, causaram instabilidades políticas, agravadas pela Questão de Limites, levando a população sertaneja, motivada pela crença nos monges, a rebelar-se contra o governo republicano, exigindo enérgica ação do Exército nacional.

Além de fanatismo, banditismo, politicagem, limites contestados e associações de rapinantes, verdadeiras *societas sceleris*, havia também na conflagração mista uma dose regular de insurgimento restaurador embutido no cérebro daquela gente infeliz. Era, pois, mais uma modalidade para a incompreensível e cada vez mais baralhada situação criada e criminosamente alimentada pelos principais interessados na continuação da ingrata contenda (PEIXOTO, 1995, p. 61).

Apesar de tecer algumas críticas à ação das forças militares no Contestado, especialmente ao comando do general Setembrino de Carvalho, uma vez que não reconhecia

como adequado o jeito germânico na instrução do Exército²⁸ – pelo menos nas campanhas militares efetuadas no interior do Brasil –, entendia como dever do Exército a defesa nacional, e o Contestado exigia sim uma intervenção federal (RODRIGUES, 2008, p. 144-145).

Em suma, Peixoto mostrou-se muito mais que um oficial memorialista. Sua preocupação em implementar narrativa que abrangesse algo além da descrição cronológica dos fatos, atendo-se a elementos políticos constituintes do contexto histórico em que ele mesmo foi expectador e protagonista, o tornam reconhecido. Apesar de todos os objetivos implícitos no seu fazer discursivo, contribuiu para a implementação imediata de uma proposta de observação e interpretação dos eventos conflituosos do início do século XX no Sul do Brasil. Nas palavras de Machado (2004, p. 45), de “alguma maneira, os relatos militares são semelhantes a relatos de viajantes europeus sobre regiões atrasadas”.

O trabalho de Peixoto, iniciado possivelmente ainda durante a campanha, foi instigado pela ação de um oficial colega seu, Herculano Teixeira de Assumpção, que cerca de um ano após a assinatura do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1917, trouxe a público outra densa obra memorialista sobre o conflito, *A campanha do Contestado: as operações da columna sul*. Segundo Rodrigues (2016, p. 30):

No momento em que o exército nacional assumiu a tarefa de reprimir o movimento, contratou de imediato um oficial para ser o historiógrafo da campanha militar. Seu nome, Herculano Teixeira de Assumpção, foi escolhido de forma consciente e planejada para desempenhar essa tarefa. Ele foi para o teatro de guerra para redigir a obra máxima sobre o Contestado, seu objetivo era montar uma epopeia que superasse, mas também invertesse a lógica explicativa, de *Os sertões* de Euclides da Cunha.

Ao contrário de Peixoto, Assumpção procurou enaltecer os feitos militares da campanha organizada pelo general Setembrino de Carvalho, oficial comandante da última operação militar no Contestado. Destinou pouco mais de uma página para tratar dos casos do Timbó, e o faz muito pela necessidade de abordagem da ação de Demétrio Ramos, o qual chama de cabecilha politiquero e desabusado, responsável por causar as primeiras anormalidades dos sertões nos primórdios do movimento armado (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 213). Utiliza-se da respectiva abordagem para tecer elogios ao capitão Alleluia Pires, comandante de pequena força enviada em 1905 para pôr fim aos conflitos, dado que corrobora com as considerações de

²⁸ Entre 1906 e 1908 houve envio de oficiais do Exército Brasileiro à Alemanha, a fim de servirem no Exército imperial alemão como treinamento. Prática que, segundo McCann (2007, p. 137), “teria repercussões importantes no futuro”.

Rodrigues (2012, p. 243) quando este menciona a tendência de Assumpção colocar em primeiro plano a heroização do Exército na sua narrativa.

Segundo Assumpção (1917, p. 214), depois de o coronel Demétrio Ramos ter sua família presa por força policial no Timbó, nunca mais foi visto na região. Contudo, jornais da época por vezes noticiaram a presença do maragato na Lapa e em Canoinhas²⁹, mas tais fontes não foram utilizadas pelo autor.

Outro oficial militar que dedicou-se à narrativa histórica foi José Octaviano Pinto Soares, produzindo, além de artigos publicados em jornais, três obras que tematizaram o Contestado. Duas publicadas em 1920, *As lutas do Contestado perante a história* e *Apontamentos para a história: o Contestado*, ambas configuradas por coletâneas de documentos colhidos em batalha e esquematizados em forma de narrativa (RODRIGUES, 2012, p. 246). A terceira, mais sintética e problematizada, intitulada *Guerra em sertões brasileiros*, somente tornou-se livro em 1931, trazendo em seu conteúdo uma preocupação que Soares procurou evidenciar já na segunda página, mencionando que a obra fora produzida “em linguagem clara, ao alcance de toda as inteligências, com o fito único de que os fatos, em futuro longínquo, possam ser esmiuçados, precisamente, no tribunal da história” (SOARES, 1931, p. 2).

Ao ler-se trechos como este, evidencia-se a preocupação que havia nos historiadores de farda em fazer de seus escritos um documento. Estes oficiais tinham consciência de que suas narrativas serviriam de base futura para o empreendimento de trabalhos de cunho histórico. Sabiam de fato que o Contestado era único na história do Brasil. Preocupavam-se em ser os primeiros a registrar uma versão que não pusesse em dúvida a capacidade de organização do Exército, como fizera Euclides da Cunha com *Os Sertões*, tratando da ação militar em Canudos (1896-1897) como um ato de excessiva violência por parte das forças militares. Desta forma, preocuparam-se com determinados aspectos sutis de seus textos, não assumindo o papel de executores da população sertaneja, mas, buscando demonstrar terem sido complacentes para com aqueles que aceitaram render-se.

Até mesmo a religiosidade foi tratada por Soares com certo cuidado. Ao abordar a ação dos monges no território contestado, relata que aqueles sertões foram trilhados por “um bondoso sertanejo de avançada idade” (SOARES, 1931, p. 12), discurso que de fato não condiz com a ideologia dominante da época acerca da ação destes andarilhos, santos da religiosidade popular

²⁹ Jornal *Diário da Tarde*, 19 de janeiro de 1906; e jornal *O Dia*, 21 de fevereiro de 1906. BN.

que, para a elite do período, simbolizava um fanatismo a propiciar levantes contra a República³⁰.

Os textos de Peixoto circundam muito as abordagens realizadas por Soares, inclusive o próprio Peixoto deixa isso evidente nos agradecimentos de sua obra. Segundo Rodrigues (2012, p. 246), “estas pistas sugerem que, ainda em 1916, o oficial do Rio Grande do Sul³¹ ainda não tinha pretensão de elaborar uma narrativa histórica sobre o Contestado”.

Em 1918 a Imprensa Oficial do Pará publicou pequeno texto do 1º Tenente Médico Ezequiel Antunes de Oliveira, intitulado *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Assim como vários outros autores que participaram em combate, Antunes vê na falta de instrução da população os motivos que levaram ao conflito, por isso considera a falta de condições sociais básicas, como saúde e educação, pontos a serem solucionados pelo Estado, evitando que movimentos como o Contestado viessem a renascer novamente.

Outro médico militar a participar do conflito foi Antônio Alves Cerqueira, que publicou em 1936 o livro *Jornada de Taquaruçu: feito guerreiro*, abordando, como base em seu relatório, a ofensiva contra a cidade santa de Taquaruçu em fevereiro de 1914, ocasião em que o Exército promoveu um verdadeiro massacre da população sertaneja daquele reduto. Conforme sugere Rodrigues (2012, p. 248), “foi possível verificar que, entre o relatório fabricado no momento da guerra e a edição de 30, algumas coisas foram suprimidas, em especial os registros mais espontâneos e emocionados do jovem médico diante do desfecho do ataque militar”.

Tanto Cerqueira quanto Antunes não objetivaram em suas narrativas a abordagem dos casos do Timbó. Sem embargo, evidenciam, da mesma forma que os demais historiadores de farda, ávido interesse por narrar, na perspectiva militar, a campanha do Exército em território contestado.

Ainda dentre os memorialistas, pode-se mencionar a figura de Alcebíades Miranda, autor da obra *Contestado*, que não é muito presente na historiografia recente sobre o tema. Apesar de ter concluído seu texto em 1939, uma publicação somente veio ocorrer em 1987, o que pode ter impactado para sua não costumeira presença nos debates historiográficos.

³⁰ A consideração de Soares (1931) faz referência ao segundo monge, com historicidade documental, a peregrinar no planalto serrano, João Maria de Jesus. O próprio Soares não aborda a existência de três monges: João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho, como a historiografia atual do tema delimita. Sua narrativa trata apenas dos dois últimos, nomeando-os, respectivamente, de primeiro e segundo monge.

³¹ A menção aqui realizada por Rodrigues (2012), “oficial do Rio Grande do Sul”, diz respeito a Soares, haja vista que este era natural daquele estado.

Miranda era capitão do 10º Batalhão do 4º Regimento de Infantaria, sediado na cidade de Curitiba, quando participou das operações do Exército no Contestado. Segundo o próprio, teria decidido registrar diariamente o que com ele se passasse quando completou 35 anos de idade, fato este a indicar sua consciência sobre a importância que teria para a posteridade. Fez questão de mencionar em livro o desejo de que seu trabalho prestasse algum serviço à história da sua pátria (MIRANDA, 2012, p. 12).

Em análise ao texto, é possível verificar que Miranda destinou um capítulo inteiro para tratar da Questão de Limites, sendo este o próprio título do referido trecho. Entretanto, sua perspectiva é muito mais preocupada em detalhar nuances do processo judicial do que os conflitos no Timbó e Paciência. Suas colocações não trazem grandes diferenças em comparação àquelas apontadas por Peixoto. Não se põe em defesa de nenhum dos lados na contenda, apesar de também considerar Demétrio um criminoso, um jagunço. Aliás, para este memorialista, Demétrio Ramos pode ser abalizado como o primeiro jagunço de briga surgido no Contestado (MIRANDA, 2012, p. 47).

Assim como Peixoto, sem citar fontes, Miranda infere que o antigo maragato, após conferenciar com o capitão Alleluia Pires, emissário de Santa Catarina, teria decidido não mais continuar com os atos de violência no Timbó, retirando-se para Lages (MIRANDA, 2012, p. 48). Percebe-se, neste ponto, uma menção diferente daquela estabelecida por Peixoto, quando o último cita o Mato Grosso como paradeiro do *caudilho do Timbó*³².

Outro memorialista a escrever sobre o Contestado foi o general Setembrino de Carvalho, oficial comandante da última e maior expedição enviada pelo Exército, a qual violentamente pôs fim ao conflito em 1915. Em livro publicado no ano de 1950, sob o título *Memórias: dados para a história do Brasil*, quando já detinha o posto de marechal, Setembrino de Carvalho apresenta publicamente sua trajetória militar, destinando o capítulo três do texto, *Pacificação dos estados do Paraná e Santa Catarina – campanha do Contestado*, para relatar a participação no Contestado. A preocupação do autor destina-se em apresentar sua trajetória enquanto oficial responsável pela campanha de extermínio dos sertanejos.

Em 1941, o oficial Vieira da Rosa escreveu seu livro de memórias, o qual somente veio a público, amplamente, em 2012, quando o Ministério Público de Santa Catarina, juntamente com Instituto Histórico e Geográfico, empreendeu a publicação da obra intitulando-

³² Utilizou-se aqui a denominação *caudilho do Timbó* em referência à publicação dada pelo jornal paranaense *A Notícia*, em 08 de fevereiro de 1906, onde apresenta, em matéria de capa, os atos praticados por Demétrio Ramos no vale do rio Timbó, sendo esta edição a única publicação onde encontrou-se uma imagem sua.

a de *Memórias General Vieira da Rosa: participação na Guerra do Contestado*. Até então, os escritos deste militar, acerca do Contestado, tinham atingido considerável alcance apenas com as matérias que escrevera, entre agosto e novembro de 1918, no jornal catarinense *Terra Livre*, sob o título *Reminiscências da Campanha do Contestado: subsídios para a história* (RODRIGUES, 2012, p. 244-245). Nas suas memórias, assim como Setembrino de Carvalho, Vieira da Rosa não aborda os conflitos nos vales do Timbó e Paciência. Preocupa-se em descrever a ação militar no Contestado. O interessante na narrativa é o fato do autor fazer várias críticas ao Exército e às autoridades da época, especialmente quanto ao tratamento violento dado aos sertanejos, detalhe não verificado nos textos de seus respectivos colegas memorialistas.

No contexto do Exército Brasileiro do século XX, a campanha no Contestado representou um importante elemento da memória da instituição. Nos anos que se seguiram, alguns oficiais que participaram da contenda tiveram importantes papéis no governo federal (MCCANN, 2007, p. 212). Exemplo do general Fernando Setembrino de Carvalho, que alcançou o posto de ministro da guerra de 1922 a 1926, e o aspirante Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, o qual exerceu o mesmo cargo de 1954 a 1960. As intenções de empreendimento de narrativas sobre os feitos dos militares em campanha faziam parte da intenção de reescrever a reputação do Exército, apagando de vez a imagem de instituição fraca e carente de técnicas que as operações em Canudos deixaram patente. Nada obstante, McCann (2007, p. 188) assinala que:

[...] os oficiais não aprovavam o papel do Exército no Contestado transpareceu nos editoriais de *A Defesa Nacional*³³. Os editores mencionaram que algumas pessoas estavam acusando os líderes de Paraná e Santa Catarina de fomentar a rebelião em benefício de seus interesses políticos; outros aludiam ao fanatismo religioso, e outros ainda diziam que os pequenos proprietários das antigas colônias militares, despojados de sua terra pelas elites dirigentes dos dois estados, queriam vingança. Na opinião dos editores, independentemente do que desencadeara a luta, a causa fundamental era a ‘ignorância lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente’. Era isso que reduzia aqueles ‘humildes sertanejos patrícios à condição de nossos inimigos’. Embora fosse ‘lamentável’ ter de lutar contra ‘compatriotas’ e ‘irmãos’, seria pior, pensavam os editores, ‘deixar morrer, aos poucos, o nosso Exército, abatendo-se-lhe o moral, por considerações sentimentais inoportunas, que sem melhorarem a situação, antes a prolongam’. Uma vez que o Exército fora comprometido, não podia mais haver ‘lugar para paliativos nem para concessões, que só servirão para enfraquecer a ação da tropa e desprestigiar o Exército. Enquanto os ‘fanáticos’ recorressem às armas, só poderia existir o objetivo militar de destruir o inimigo. ‘O Brasil precisa de homens’,

³³ A revista *A Defesa Nacional*, mencionada por McCann (2007), foi fundada em 1913 por um grupo de oficiais brasileiros dedicados na modernização do Exército, publicando conteúdo predominantemente técnico, especialmente publicações militares alemãs traduzidas. Por vezes, publicava, em seus editoriais, comentários sobre a situação política e econômica brasileira.

declararam os editores, ‘mas de homens que colaborem, dentro da ordem, na obra de seu engrandecimento’.

Segundo Rodrigues (2012), as narrativas dos oficiais memorialistas podem ser divididas em dois momentos. A primeira se dá logo após o findar das operações no Contestado (1916-1920), instante em que as lembranças de experiências dos eventos da guerra se faziam presentes na memória local e nacional, permitindo que os autores deste período dispusessem de vasta documentação oficial e do testemunho de várias pessoas que atuaram na contenda. O segundo momento caracteriza-se por ser um período em que aqueles oficiais participantes dos combates já encontravam-se em postos mais altos na hierarquia militar, dando-lhes maior autonomia para dizer o que pensavam sobre as ações do Exército. Todavia, já não dispunham de tantos documentos como aqueles que os antecederam (RODRIGUES, 2012, p. 240). Tal análise justifica o uso por Peixoto do pseudônimo Criveláro Marcial nos dois primeiros volumes de sua obra, haja vista que este ousou em criticar determinadas ações do general Setembrino de Carvalho.

As opiniões expressas na revista *A Defesa Nacional*, apontadas anteriormente por McCann (2007), e as nuances de críticas verificadas nas obras dos historiadores de farda, demonstram uma preocupação destes oficiais escritores em construir uma instituição militar fortalecida e participante opinativamente no governo republicano. As narrativas históricas dos memorialistas podem ser consideradas fontes primárias sobre o contexto da época (MACHADO, 2004, p. 44). Além de fonte para o estudo dos projetos de modernização e moralização do Exército naquele período da história do Brasil, apresentam-se também como objeto de pesquisa aos historiadores atuais, pois, durante muito tempo, as informações trazidas por estes escritores foram reproduzidas como verdades incontestáveis. Apenas recentemente tais informações estão sendo problematizadas, constatando-se, em determinados casos, como imprecisões³⁴.

1.2.2 As obras dos religiosos

Os padres católicos, autoridades espirituais durante os eventos da Guerra do Contestado, também deixaram seus relatos para a posterioridade. Muitos destes só vieram a público algum tempo depois do fim do conflito. Nesse contexto, duas obras se destacam. Uma

³⁴ Um exemplo que aqui pode ser apontado é a pesquisa de doutoramento de Espig (2008). Trabalho em que a respectiva historiadora demonstra impecável a menção feita pelo general Setembrino de Carvalho em seu relatório apresentado ao ministro da guerra, e reproduzida por inúmeros textos subsequentes, de que após o fim das obras na EFSPRG, vários trabalhadores oriundos do Sudeste e Nordeste formaram considerável parcela dos rebeldes do movimento do Contestado.

delas é de Frei Pedro Sinzig, intitulada *Fr. Rogério Neuhaus*, abordando a vida sacerdotal de Rogério Neuhaus, religioso que foi testemunha ocular da guerra, inclusive mantendo diálogo como os dois últimos monges, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho, como também intermediando negociações de paz com os rebeldes.

O texto de Sinzig é na verdade uma coletânea de escritos de Neuhaus juntadas em forma de livro. Segundo Lazarin (2005, p. 50), “este livro foi publicado com a intenção de dar ao público as fontes franciscanas da Guerra, é claro que são trechos selecionados e o que temos é a visão que a Igreja julga ser a que pode vir a público”. No que concerne ao estudo aqui proposto, não são apresentados dados relevantes, porém é um dos textos mais citados na historiografia do Contestado, pois expõe uma série de informações sobre toda a região.

Frei Rogério fez visitas às principais capelas do território em litígio entre Paraná e Santa Catarina, tendo realizado anotações sobre cada local visitado, os quais constam no livro de Sinzig. Estas anotações constituem fonte de esclarecedoras informações sobre aspectos demográficos da região, justificando sua importância nos estudos a respeito do tema.

Outro trabalho sobre o conflito, de autor dedicado à vocação religiosa, é o de Frei Aurélio Stulzer, *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Obra publicada em 1982 e que apresentou uma série de textos sobre a guerra, alguns inéditos, como os relatos de Frei Menandro Kamps, então pároco de Canoinhas, retirados do livro tombo da respectiva paróquia. Neste trabalho, que objetivou demonstrar a visão dos franciscanos sobre a Guerra do Contestado, são efetuados alguns apontamentos interessantes sobre os conflitos ocorridos nos vales do Timbó e Paciência antes de 1912, especialmente na *Crônica do Convento de Canoinhas*, de autoria Kamps e transcrito por Stulzer (1982, p. 100):

Até 1906 tudo corria em calma. Nesse ano porém o negócio estourou, e a questão tornou-se cadente: Canoinhas pertence ao Paraná ou à Santa Catarina? Se nos próximos anos desencadeou-se forte luta, não o foi tanto por Canoinhas, mas especialmente pelo trecho compreendido entre Timbó e Paciência, densamente repleto de herva mate.

A forte luta referida por Frei Kamps são os conflitos entre autoridades catarinenses e paranaenses nos vales do Timbó e Paciência. Durante a narrativa, o autor faz referência a assassinatos praticados em Vila Nova do Timbó e as consequentes investidas de forças policiais paranaenses sobre o território contestado por Santa Catarina. Entretanto, não menciona que a

autoria do crime fosse do coronel Demétrio Ramos, como os jornais do Paraná noticiaram³⁵, apenas denomina o autor dos homicídios de “o criminoso” (STULZER, 1982, p. 101). Aliás, quando Demétrio Ramos é citado na obra, é considerado um defensor da causa catarinense, como também da família Valões, que teria tido terras apropriadas por paranaenses na região, levando o coronel a insurgir-se contra a situação, havendo mortos de ambos os lados.

O único resultado dessas sangrentas dissensões consistiu nisso: os Estados litigantes mantinham dualidades de jurisdição, ambos tinham e mantinham lá seus funcionários, surgindo motivo para alguns atritos. O grosso da população era pró Santa Catarina. Como nosso Estado ali não tivesse força policial era a parte sofredora. Os funcionários paranaenses agiam arbitrariamente e tinham o respaldo de sua polícia (STULZER, 1982, p. 101).

É evidente que as menções do Frei Kamps não seriam contra os interesses das autoridades de Santa Catarina, uma vez que ele mesmo era uma destas autoridades, no caso, autoridade religiosa. Fica lúcido em sua narrativa uma preocupação com a causa catarinense na Questão de Limites, não necessariamente por uma opinião sua, mas pela própria condição em que se encontrava, exercendo o sacerdócio como representante religioso catarinense. Nas palavras de Stulzer (1982, p. 102), Kamps tomou oficialmente posse da paróquia de Canoinhas em 1909, declarando que daquele momento em diante “nenhum sacerdote do Paraná tinha o direito, sem licença do bispo de Florianópolis, de aqui exercer qualquer ato de jurisdição. Também desse momento em diante nunca mais o vigário de Rio Negro por aqui passou”.

Desde o fim do padroado no Brasil em 1890, através do decreto 119-A, as relações entre Igreja e Estado já não eram mais as mesmas. A instauração de uma república laica e a possibilidade da liberdade religiosa manifestavam-se para o clero como uma adversidade que exigiria um forte preparo e a proposição de um projeto de fortalecimento institucional, que devolvesse à Igreja o *status* de liderança espiritual da sociedade. Desta forma,

A criação de dioceses foi a estratégia por excelência do projeto ultramontano³⁶ de tornar ubíqua a presença da ICAR no território brasileiro no âmbito da autocompreensão de ‘sociedade perfeita’ explicitada pelo episcopado na Carta Pastoral de 1890. As dioceses foram unidades avançadas de ação sociopolítica e religiosa da ICAR em cujos limites territoriais se desenvolveram as reformas eclesiais delineadas no Concílio Plenário Latino-americano (1899) e nas

³⁵ Jornal *A República*, edição de 29 de dezembro de 1905. BN.

³⁶ O chamado *catolicismo ultramontano* constituía-se em uma doutrina que se colocava em defesa da absoluta autoridade do Papa sobre a fé e disciplina.

Conferências Episcopais das Províncias Eclesiásticas do Brasil [...] (AQUINO, 2013, p. 125).

Na região do Contestado, efetivou-se a instalação de novas paróquias e capelas. Este projeto propunha fortalecer o papel clerical como unidade condutora da fé em detrimento da religiosidade rústica, tal como apresentava-se aberta aos novos ideais republicanos de modernidade e progresso. Nesse sentido, os escritos dos religiosos sobre os eventos da guerra manifestavam-se como uma necessidade institucional de fazer valer a visão erudita do clero, entidade “melhor capacitada”, formal e espiritualmente, para dar ao público a “verdadeira” versão do conflito. Apesar de narrarem as crueldades praticadas pelo Exército, não se opunham a estes, pois concorriam para aceitação da Igreja como instituição de respaldo perante os poderes republicanos. Na opinião franciscana, os “soldados cumpriam seu dever cívico de defender a República e a nação e, portanto, suas ações podem ser justificadas e amenizadas” (LAZARIN, 2005, p. 53).

O interesse de narrativa dos padres sobre o Contestado não buscava uma concorrência direta com as publicações dos militares, mas se colocar presentes no universo intelectual como escritores capazes de contribuir para o “bem da sociedade”, levando ao público leitor a visão elucubrada que somente um religioso, “desprovido de maldade”, poderia realizar.

Em síntese, os textos dos religiosos, acima de tudo, contribuem como uma possibilidade de visão externa ao universo militar. Apesar dos relatos serem conduzidos basicamente na mesma perspectiva dos memorialistas – considerando os sertanejos como *fanáticos*, *jagunços* e *bandoleiros* –, trazem uma percepção de elementos inseridos no contexto do cotidiano das vilas na época, diferenciando-se dos oficiais que lá estiveram por um curto período e, na maioria dos casos, pouco interagiram com os habitantes locais.

1.2.3 As obras clássicas

Já no início da década de 1950, o médico Aujor Ávila da Luz publicou o livro *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, obra em que, apesar de utilizar-se de algumas fontes históricas, entrevistas com testemunhas oculares do conflito e documentos militares, não chegou a fazer um trabalho propriamente historiográfico. Sua observação parte da análise de aspectos psíquico-criminais dos revoltosos (ESPIG, 2008, p. 65). Quanto aos conflitos do Timbó e Paciência, menciona que grupos de pistoleiros, alguns anos antes de 1910, encarniçadamente disputavam a jurisdição, sendo armados por um ou outro estado litigante (LUZ, 1999, p. 210).

No geral, o expediente de Ávila da Luz não trouxera grandes novidades à temática do Contestado se comparadas àquelas realizadas pelos historiadores de farda. Apesar do autor propor-se a engendrar uma análise de psiquiatria social, seu texto configura muito mais um discurso de afirmação psicopatológica discriminatória sobre os caboclos do planalto. Ademais, motivou o também médico Osvaldo Rodrigues Cabral, pessoa com a qual Ávila da Luz estabeleceu certa rivalidade³⁷, a dar celeridade à suas pesquisas.

Entretanto, o trabalho de Ávila da Luz torna-se de merecida menção no que tange o percurso da historiografia sobre o tema. É um dos primeiros estudiosos não militares a empreender um estudo intelectual sobre o Contestado e, como é comum nos trabalhos de cunho histórico regional, procura realizar uma extensa descrição do território, da região, do palco em que o espetáculo do fato ocorrera.

Segundo Espig (2008, p. 63), é com Osvaldo Rodrigues Cabral que a historiografia do Contestado efetivamente teve início, uma vez que o autor procedeu análise e organização sistemática de fontes. Nada obstante, a obra de Cabral mais utilizada pelos historiadores é *João Maria: interpretações da Campanha do Contestado*, publicada pela primeira vez em 1960, apesar de ter lançado, ainda em 1937, *Santa Catarina: história evolução*, de menor destaque, mas que já incluía uma abordagem sobre o Contestado em dois capítulos específicos.

Em *João Maria: interpretações da Campanha do Contestado*, Cabral realiza uma abordagem do antes, durante e pós-guerra. Detalha com bastante atenção a ação dos monges para a deflagração do conflito, assim como também, com menor valorização, apresenta os embates da Questão de Limites. Todavia, sua observação limita-se na análise dos aspectos históricos de povoamento da região, levados por ambos os estados à suprema corte em defesa do domínio do território, assim como o próprio trâmite do processo de litígio. Não apresenta, em nenhum momento, os conflitos que se deram nos vales do Timbó e Paciência devido à indefinição dos limites e à disputa pelo controle da exploração de ervais.

No ano de 1955 veio a público, através do administrador cultural José Simeão Leal³⁸, a obra *Pequena história dos fanáticos do Contestado*, de autoria do francisqueense radicado no

³⁷ No posfácio da segunda edição da obra *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, o professor Walter Piazza comenta que o interesse pelo Contestado inflamou intensa competição entre Ávila da Luz e Cabral, uma vez que os dois almejavam conquistar uma única vaga para a cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Direito (PIAZZA *apud* LUZ, 1999, p. 295).

³⁸ Leal foi administrador cultural, diplomata, crítico de arte, jornalista, médico e colecionador. Em 1955 era diretor do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura, destacou-se como um dos incentivadores e inauguradores do movimento editorial no setor público brasileiro. Foi responsável no meio editorial pelo lançamento de Clarice Lispector (OLIVEIRA, 2009).

Rio de Janeiro, Brasil Gerson³⁹. O pequeno livreto, integrante de uma extensa coleção de 83 volumes de temas diversos e intitulada de *Cadernos de Cultura*, constitui-se de um breve resumo de 59 páginas sobre a Guerra do Contestado.

Na narrativa de Gerson, as considerações se dão muito por base do livro de Ávila da Luz, inclusive pela menção do termo *fanáticos*, inserido nos títulos de ambas as obras. Nesse sentido, o texto dá considerável ênfase à característica patológica dos sertanejos, dentro do mesmo raciocínio desenvolvido por Ávila da Luz (1999). Para Espig (2008, p. 67):

Tanto aquele quanto este reproduzem uma série de preconceitos acerca dos caboclos, especialmente em relação a sua pretensa ‘ignorância’ ou mesmo inferioridade. Esta forma de análise não ultrapassou o estranhamento causado por uma cultura distante no tempo e no espaço, gerando uma forma de análise que permanece até os dias atuais, embora venha decrescendo paulatinamente.

Apesar dos trabalhos, que aqui se classificam como obras clássicas⁴⁰, não terem abordado os conflitos nos vales do Timbó e Paciência e não trazerem um discurso que viesse a tirar os rebeldes de um posto de vilões – colocado pelos memorialistas –, é importante enfatizar sua importância para com o tema do Contestado. Estes historiadores, de ofício ou não, foram os primeiros a desenvolverem uma interpretação não militar acerca do movimento. Eram estudiosos que não participaram do conflito, e mesmo que influenciados pelos relatos dos historiadores de farda, procuraram contribuir intelectualmente. Como já mencionado, “a história é filha da memória” (VEYNE, 2014, p. 19), assim, no contexto da escrita destes trabalhos, a memória do conflito estava muito presente, exaltando a visão dos vencedores, aliás, como ainda é patente, tanto no senso comum quanto em determinados trabalhos recentemente publicados⁴¹.

³⁹ Gerson ficou nacionalmente conhecido pela publicação da obra *História das Ruas do Rio de Janeiro*, a qual encontra-se na sua sexta edição, lançada em 2015 pela editora Bem-Te-Vi.

⁴⁰ Adotou-se esta classificação por influência da metodologia usada por Espig (2008). Contudo, ao contrário da referida historiadora, considerou-se como clássicas as primeiras publicações efetivadas por escritores não militares e que, de maneira inapropriada ou não, buscaram uma compreensão dos eventos. Já Espig adotou o termo clássica aos estudos sociológicos iniciados a partir da década de 1950, por entender que estes estudos “tornaram-se marcos de referência sobre a temática e são muito utilizados ainda hoje pelos pesquisadores” (ESPIG, 2008, p. 68).

⁴¹ Em 2013 a Academia de História Militar Terrestre do Brasil publicou o livro *A revolta do Contestado nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador*, do coronel Claudio Moreira Bento, no qual, além de trazer uma nova edição do relatório do general Setembrino de Carvalho, referente à sua participação como comandante no Contestado – o que se poderia considerar agregador em termos de disponibilização de fontes para pesquisa –, perpetua, no restante do texto, os mesmos preconceitos e o elitismo apresentados pelas primeiras publicações, mencionando que os sertanejos estavam possuídos de “intenso fanatismo” (BENTO, 2013, p. 31).

1.2.4 As obras dos sociólogos

Foi durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, respectivamente, que os sociólogos passaram a objetivar pesquisas sobre a temática do Contestado. Nesse expediente, destacam-se as obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado* – tese defendida na França em 1955 e publicada no Brasil em 1957 pelo Boletim nº 187 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP –; de Maurício Vinhas de Queiroz, *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*; e de Duglas Teixeira Monteiro, *Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. Estes três trabalhos passaram, a partir de então, ter presença obrigatória na abordagem historiográfica do tema, muito pelo fato de serem pesquisas que adentraram em uma tentativa de compreensão erudita e acadêmica do conflito, agregando novas metodologias e fontes para as análises empreendidas.

Desde os trabalhos realizados pelos memorialistas que tinham efetivamente um interesse institucional, em determinados momentos particulares, mas acima de tudo institucional – preocupados com a imagem do Exército enquanto entidade defensora da sociedade brasileira, encarregada de pôr em prática um modelo de desenvolvimento capitalista que a República Velha estava adotando, subordinando as áreas rurais às necessidades do litoral bem como os mercados externos (MCCANN, 2007, p. 213) –, passando pelo expediente das obras clássicas que, mesmo com deficiências metodológicas e concepções preconceituosas, empreenderam uma tentativa de compreensão do Contestado em níveis diferenciados daqueles dos oficiais militares, foi através dos trabalhos dos sociólogos que a guerra adquiriu uma conotação de movimento social.

No caminho contrário do qual a Sociologia encaminhara-se nos anos 1950 – momento do surgimento de uma Sociologia autêntica, nacionalista, preocupada com a libertação nacional e com a transição da sociedade rural para uma sociedade industrial e moderna (LIEDKE FILHO, 2005, p. 386) –, os estudos sociológicos do Contestado, especialmente pelo pioneirismo de Pereira de Queiroz, entendiam a modernidade ocidental não como uma meta necessária e absoluta de civilização, mas que impedia a aproximação da realidade nacional, a qual poderia ser considerada falha ou lacunar, uma vez que conservava elementos considerados tradicionais, distanciando assim Pereira de Queiroz de seus colegas contemporâneos das décadas de 1950 e 1960, bem como outros intelectuais do final do século XIX e cientistas sociais da atualidade (VILLAS BÔAS, 2010, p. 39).

Maria Isaura foi a pesquisadora que inaugurou uma tradição sociológica singular, distanciando-se, sem descartá-la, da abordagem ensaísta do pensamento social brasileiro e de seus contemporâneos universitários – que em sua maioria se filiavam à escola americana e praticavam os chamados estudos de comunidades ou aderiam às ideias marxistas. Ao conjugar essas duas visões de mundo com a formulação da escola francesa de sociologia, Maria Isaura se destacou em relação aos seus companheiros de cátedra e inaugurou um método novo de investigação sociológica, que elegia o mundo rural rústico como seu objeto de estudo (VASCONCELLOS, 2014, p. 316).

A tese de doutoramento de Pereira de Queiroz iniciou uma nova fase interpretativa do Contestado, agregando o uso de novas fontes e uma visão acadêmica do conflito. Esta socióloga foi pioneira no uso de jornais de época para a pesquisa do tema (ESPIG, 2001). Sua preocupação em estruturar um messianismo enquanto evento sociológico levou-a a publicar em 1965 o livro *O messianismo no Brasil e no mundo*, obra reconhecida mundialmente tendo sido logo em seguida publicada em francês. Para ela, o movimento do Contestado não pode ser entendido com observações que buscam na inferioridade intelectual, biológica e patológica, a gênese de suas observações, como até então os trabalhos militares e clássicos realizaram (PEREIRA DE QUEIROZ, 1957, p. 275). Contudo, na concepção de Machado (2004, p. 26):

Esta pesquisadora considera o messianismo como uma manifestação coletiva da crença na vinda de um redentor que porá fim à ordem vigente, instituindo uma nova ordem de justiça e felicidade, afirmando que, para que tal processo se desenvolva, é necessário um conjunto de fatores provocadores, merecendo destaque entre eles um estudo de *anomia social*, de perda de identidade como consequência de transformações socioculturais e econômicas. Maria Isaura, dessa forma, dá um novo nome à ‘patologia’ da população sertaneja e entra em contradição quando critica a visão preconceituosa dos primeiros escritos militares.

Muitos dos documentos utilizados por Pereira de Queiroz foram fornecidos por Vinhas de Queiroz, outro pesquisador da Sociologia que dedicou-se ao estudo do conflito sul brasileiro e que esteve na região durante as décadas de 1950 e 1960, coletando uma série de fontes e depoimentos de sertanejos, os quais infelizmente foram sucessivamente negados a pesquisadores que dedicam-se na temática do Contestado (MACHADO, 2004, p. 39)⁴². Fato este lamentável, tendo em conta o nível de erudição desta intelectual e o valor documental que o levantamento efetivado por Vinhas de Queiroz poderia simbolizar em novas pesquisas do tema.

⁴² Apesar da menção feita por Machado, Monteiro parece ter tido melhor sorte, uma vez que registrou na introdução de seu livro, *Errantes de novo século*, agradecimentos a Pereira de Queiroz por ter cedido parte do material utilizado por ela, e por Vinhas de Queiroz, para o desenvolvimento de seu estudo sociológico sobre o Contestado (MONTEIRO, 1974, p. 10).

Vinhas de Queiroz trouxe a público seu trabalho em 1966, sendo esta uma das obras mais citadas pela historiografia do Contestado. Rico em detalhes e embasado em quantitativa documentação, a obra *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado* é certamente de leitura obrigatória para uma compreensão aprofundada do movimento sertanejo. Apontado por Monteiro (1974, p. 10) como “uma excelente reconstrução histórica dos eventos, feita com espírito de historiador, mas com um desenvolvimento sumário da parte interpretativa”, este sociólogo reconstrói cronologicamente a Guerra do Contestado, desde a descrição geográfica e as primeiras fases do povoamento até as últimas ações do líder rebelde Adeodato. Para tal, objetivou desenvolver um estudo relacionado com a teoria do messianismo em geral, refletindo sobre de que maneira a guerra poderia ser entendida em comparação com outros movimentos parecidos (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 14). Nas palavras de Espig (2008, p. 72), Vinhas de Queiroz “estabelece uma competente obra de reconstrução do movimento, traçando os antecedentes históricos e o desenvolvimento, passo a passo, do conflito”.

Para este autor, “em linhas gerais, a série de fatos ocorridos no Contestado se configurou em um movimento messiânico de tipo clássico, no sentido em que foi clássico o capitalismo concorrencial na Inglaterra do século XIX” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 255). Nada obstante, ao elaborar suas conclusões, o autor acaba por contradizer-se em vários aspectos antes defendidos no interior de sua narrativa. Atribui ao movimento motivações relacionadas a um *surto messiânico*, a uma *exaltação emotiva*, com a presença de uma *dominação carismática*, onde os “sertanejos não tinham condições militares, materiais e culturais para vencer a guerra santa” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 252). Machado (2004, p. 33) sublinha que:

Precisamos [...] descartar o emprego de tipologias generalizadoras que não tenham correspondência com o que foi possível apurar e analisar em relação ao movimento do Contestado. Considero esta discussão decisiva para discordar da avaliação de Vinhas de Queiroz, que defende que o movimento do Contestado foi uma ‘revolta alienada’. Este autor parte do princípio de que os movimentos ‘messiânicos’ sempre implicam uma ‘recusa’ do mundo, que leva ao alheamento e ao isolamento em relação ao restante do tecido social. Alheamento que, em determinados movimentos, assumia a feição de um ‘autismo’ – algo que não escapa do terreno da ‘patologia social’.

Com relação aos conflitos nos vales do Timbó e Paciência, Vinhas de Queiroz retoma discussões que desde Peixoto não eram tratados, incluindo a ação do coronel Demétrio Ramos. Todavia, sua abordagem não aponta nenhum dado novo, inclusive se utiliza e cita Peixoto durante o texto, evidenciando que teria embasado sua consideração no respectivo oficial memorialista. Porém, é importante destacar que o autor insere outra perspectiva de narração,

não estabelecendo julgamentos sobre a região entre Porto União da Vitória e Canoinhas, ou seja, apesar de considerar o trecho violentamente disputado, não atribui aos distintos grupos características que viessem a designá-los como criminosos, sanguinários ou malfeitores, como até então se fazia nas narrativas memorialistas. Mesmo para tratar dos apoiadores do coronel Demétrio, Vinhas de Queiroz (1977, p. 67) utiliza-se da nomenclatura “sertanejos assalariados em armas”, impingindo assim uma rotulagem menos depreciativa à figura daqueles que se dispunham a entrar em beligerância. Curiosamente, de maneira distinta a Peixoto e Miranda, o sociólogo, também sem citar fontes, aponta o interior do estado de São Paulo como destino de Demétrio Ramos.

Como já mencionado anteriormente, outro profissional da Sociologia que se dedicou a estudar o Contestado foi Monteiro, o qual teve seu trabalho publicado no ano de 1974, sob o título de *Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*, obra tão importante para a historiografia do Contestado quanto a de Pereira de Queiroz e de Vinhas de Queiroz, trazendo igualmente uma minuciosa análise de fontes, porém sem preocupar-se com uma cronologia dos fatos, mas sim com o contexto geral do movimento, observando aspectos antropológicos e sociológicos e, “sobretudo, o universo de significados simbólicos construído pelos rebeldes no transcorrer do movimento” (ESPIG, 2008, p. 5). Sua intenção é focalizar predominantemente do ângulo da sociologia da religião.

Na opinião de Machado (2012, p. 18), foi com a interpretação de Monteiro que houve uma verdadeira virada na compreensão do movimento do Contestado. Seu entendimento em ver o sertanejo como um elemento social *normal*, com as mesmas condições psicológicas e físicas que qualquer outro brasileiro – ao menos nas mesmas condições dos soldados com quem combateram – promoveu uma mudança substancial na historiografia que o sucedera. Este sociólogo inaugurou uma nova fase interpretativa, elaborando uma visão que retirou da imagem construída dos rebeldes características fortemente estabelecidas pelos escritos militares e repetidos nos trabalhos seguintes, na qual estes eram vistos como *fanáticos* e ignorantes, parcela da sociedade incapaz de promover o progresso tão desejado pelo projeto republicano.

A obra de Monteiro caracteriza-se por empreender uma enfática tentativa de interpretação do Contestado sob a égide do milenarismo, sem que para isso estabeleça uma abordagem cronológica, como fizera Vinhas de Queiroz. O expediente tem por intenção “analisar o comportamento social de uma comunidade humana, que enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo” (MONTEIRO, 1974, p. 11).

Quatro anos depois, em 1978, o sociólogo participou intelectualmente da coleção *História geral da civilização brasileira*, com o capítulo intitulado *Um confronto entre Canudos, Juazeiro e Contestado*, realizando um ensaio sobre diferentes movimentos rebeldes na busca de um consenso de motivações que tivessem dado condições para a eclosão destes. No que tange ao Contestado, suas observações sintetizam o trabalho de 1974.

Monteiro é o autor que mais contribuiu para o delineamento de uma estrutura social vigente naquela região no período aqui problematizado (1900-1908). Inclusive, evidencia uma abundante documentação sobre a participação de bandos civis armados, chefiados por coronéis locais, se referenciando nos trabalhos de Assumpção, Carvalho e Peixoto como fontes de comprovação (MONTEIRO, 1974, p. 22).

Em outro significativo trecho de sua interpretação, o autor realiza uma distinção das práticas de violência daquele espaço, categorizando-as, sob o prisma weberiano, em violência costumeira e violência inovadora. Segundo ele, o “sertão do Contestado é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra” (MONTEIRO, 1974, p. 37). Para este sociólogo, a violência costumeira seria aquela que “faz-se entre homens que se representam em nível ideológico como iguais ou potencialmente iguais, ou entre homens efetivamente beneficiados por uma autonomia necessária” (MONTEIRO, 1974, p. 43). Por outro lado, a violência inovadora teria surgido como uma ruptura dessa consciência de nivelamento, sendo a que se veria com mais clareza nos conflitos surgidos a partir de 1912, já a primeira, condizente com os casos do Timbó.

Como foi possível perceber, as análises que a emergência da sociologia das décadas de 1950, 1960 e 1970 trouxera para compreensão da Guerra do Contestado, malgrado suas críticas aqui já apontadas, permitem considerar que estes trabalhos, desenvolvidos sobre o âmago da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP⁴³, propuseram, naquele período, um impulso na produção bibliográfica da temática. A partir da década de 1980, inúmeros trabalhos – uns motivados pelo interesse dos sociólogos, outros como intenção de rebater suas interpretações – possibilitaram, muito pela catalogação de fontes e sistematização interpretativa, o surgimento de pesquisas de caráter histórico acadêmico. As quais, até a

⁴³ A partir da década de 1950, a USP tornou-se uma instituição de referência em estudos sociológicos. A conhecida *Escola de Sociologia da USP* empreendeu uma série de projetos de pesquisa que tinham a frente renomados estudiosos como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Os estudiosos da sociologia aqui problematizados, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro, ou fizeram carreira como docentes desta instituição e/ou lá produziram suas pesquisas de pós-graduação.

atualidade, concorrem com a contínua e insistente publicação de livros que ainda tomam por embasamento as considerações das narrativas militares e das obras clássicas.

1.2.5 As obras de síntese histórica

A partir da década de 1970, houve uma considerável quantidade de publicações que problematizaram a temática do Contestado, porém, publicações que não necessariamente aspiraram novas possibilidades metodológicas e/ou inovações interpretativas. Por tais aspectos, convencionou-se chamar estes textos de *obras de síntese histórica*, uma vez que, em sua maioria, foram produzidas por historiadores amadores, os quais procuraram apenas tratar do tema com perspectivas baseadas no senso comum, com base bibliográfica nos textos clássicos e memorialistas, não os problematizando com efeito e, tampouco, não os questionando enquanto *produtores de verdades*, parciais e elitistas. Raro algumas exceções, as quais tratar-se-ão durante a discussão aqui proposta.

Nesse sentido, convém mencionar que mesmo os trabalhos clássicos de Cabral (1979) e Ávila da Luz (1999) terem demonstrado uma interpretação por vezes preconceituosa sobre as motivações do movimento sertanejo, foram promotoras de um avolumar de interesse sobre o Contestado, ensejando a publicação de variadas obras de escritores acadêmicos ou entusiastas. Há de se considerar tal positividade dessa historiografia clássica, pois deu estímulo a uma discussão do tema, mesmo que questionável no seu sentido interpretativo. É de fato um material que alcançou níveis diferentes da intelectualidade e que, ao menos, tornou o Contestado algo conhecido.

Além disso, o distanciamento temporal dos eventos da guerra promoveu uma certa quebra do silêncio daqueles que testemunharam o episódio e seus descendentes diretos. A oralidade em conversas cotidianas e os relatos ouvidos por pessoas de outras regiões do estado e do país incitaram a produção escrita do Contestado por diversos profissionais, entre acadêmicos, jornalistas e entusiastas.

Esses autores vão buscar, principalmente, nas fontes tradicionais como os artigos de jornal e os textos publicados até então o material para referenciar as histórias ouvidas nas conversas das rodas de chimarrão, e produzir, cada qual, sua narrativa sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. É como se estivessem desfiando a trama construída até então e através dos diversos fios tecendo novas texturas (LAZARIN, 2005, p. 86).

Na categoria que neste trabalho denominou-se de síntese histórica, a obra inaugural foi o livro *Curitibanos na história do Contestado*, de Zélia de Andrade Lemos⁴⁴, lançado em 1977 pela IOESC. Narrativa bastante emotiva, produzida sob a égide de sentimentos particulares para com o território do município de Curitibanos e com certo nível de tributo aos coronéis e a elite local, Lemos procura em sua reflexão realizar uma narrativa cronológica do contexto de sua terra natal, enfatizando a participação das principais oligarquias locais no desenvolvimento da região. Para tal, procede, em forma de síntese, a abordagem de um largo período temporal que vai desde o início do século XVII, com o tratamento da influência das missões jesuítas para o povoamento do território, até o princípio do XX, adentrando no cenário de Curitibanos na Guerra do Contestado. O texto, apesar de produzido no final da década de 1970, é metodologicamente caracterizado pelos princípios historiográficos do positivismo do século XIX, ou seja, baseado essencialmente em aspectos político-administrativos sem qualquer tipo de questionamento sobre as fontes utilizadas e considerando a textualidade destas como verdades absolutas.

Em 1983, integrando a conhecida coleção *Tudo é história*, a Editora Brasilense publicou texto do historiador Antonio Pedro Tota, intitulado *Contestado: a guerra o novo mundo*. No pequeno livro, Tota reproduz uma série de interpretações sobre o Contestado, entre elas, a ideia de que o conflito de Canudos teve maior divulgação em comparação com o conflito do Sul, sobretudo por causa de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, livro reconhecido nacionalmente. Todavia, como já demonstrou-se neste trabalho, a produção textual acerca do Contestado foi consideravelmente vasta, tão quanto Canudos. Peixoto, por exemplo, foi bastante elogiado pela crítica ao publicar *Campanha do Contestado*. Rodrigues (2012, p. 249-250) comenta que o “livro de Demerval Peixoto [...] foi saudado pela imprensa nacional, inclusive na prestigiada revista *Fon-Fon* (RJ)”.

Outra menção questionável de Tota (1983, p. 8) refere-se à atenção do meio jornalístico. Segundo este autor, os jornais não deram o devido crédito ao movimento, no máximo uma repercussão local. Porém, como já demonstrou-se, a atenção dos jornais foi sim significativa, perceptível através de boas pesquisas já desenvolvidas tomando por fonte estes impressos⁴⁵. Por mais que o grande volume noticioso tenha sido gerado em Curitiba e Florianópolis,

⁴⁴ Zélia Andrade Lemos, ou *Lile* como era conhecida pelos íntimos, foi uma historiadora autodidata natural do município de Curitibanos. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dedicando-se também na produção de poesias e crônicas jornalísticas.

⁴⁵ Citam-se aqui as pesquisas de Espig (1998) e (2013), Weinhardt (2000), Dalfré (2014) e Woitowicz (2015).

impressos do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, por vezes, reproduziram as notícias publicadas no Sul. Sobre os conflitos do Timbó e Paciência, por exemplo, encontram-se publicações em jornais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro⁴⁶.

Em *Contestado: a guerra o novo mundo*, não efetivou-se um olhar inovador sobre a guerra, como também não se abordou os conflitos nos vales do Timbó e Paciência. Muito por seu caráter de síntese, a narrativa é toda embasada no trabalho sociológico do movimento⁴⁷, de base bibliográfica, sem fazer uso de qualquer outra fonte. Um aspecto negativo, considerando Tota como um dos bons historiadores brasileiros, é o excessivo uso do termo *fanáticos*, empregado pelo autor para denominar os rebeldes. Entretanto, é preciso considerar o início da década de 1980 como um momento de ditadura no Brasil, com isso as interpretações dos militares sobre a Guerra do Contestado não tinham ainda sido postas completamente em julgo, exercendo influência nas narrativas que se fazia do movimento.

Tais influências estão vigorosamente presentes em outro livro da década de 1980, *Contestado: distorções e controvérsias*, trazido a público mais precisamente em 1987, por Mario Marcondes de Albuquerque, volume 30 da coleção *Estante Paranista*, editada pelo IHGEP. O texto é um exímio protesto pela rememoração do Contestado, tanto que logo na sua apresentação, escrita pelo então presidente do instituto, Luiz Carlos Pereira Tourinho, esta constatação se faz patente:

Hoje, unido por laços matrimoniais a tradicional família catarinense, reside em Campos Novos, onde dirige empresa de exploração agrícola. Revoltado com o procedimento das autoridades de Curitibanos, que permitiram melhorar com obelisco e placa o aniversário do incêndio e saque da vila pelos fanáticos,⁴⁸ traduziu seu ponto de vista de homem culto e sem preconceitos, que publicamos neste Volume 30 da nossa Estante Paranista (TOURINHO *apud* ALBUQUERQUE, 1987, p. 8).

Durante a narrativa, evidencia-se a intenção do autor em fazer apologia aos coronéis, colonos europeus, capital estrangeiro e ao Exército Brasileiro, em detrimento dos rebeldes, dos *fanáticos*, como Albuquerque declaradamente os chama. Já em referência aos conflitos no

⁴⁶ Jornal *O Pharol* (MG), 06 de janeiro de 1906; jornal *Correio Paulistano* (SP), 06 de fevereiro de 1906; jornal *Correio do Amanhã* (RJ), 10, 11 e 13 de fevereiro de 1906; jornal *Correio de Notícias* (RJ), 30 de fevereiro e 12 de maio de 1906. BN.

⁴⁷ Obras de Pereira de Queiroz (1957), Vinhas de Queiroz (1977) e Monteiro (1974).

⁴⁸ Em 26 de setembro de 1914, um piquete de 250 a 300 rebeldes ocuparam e incendiaram alguns prédios públicos de Curitibanos, marcando historicamente a cidade. O ato simbolizou a recusa dos sertanejos à dominação coronelista. Para melhor compreensão deste caso, sugere-se o artigo de Machado (2008).

Timbó e Paciência, a única menção é realizada durante o desenvolver do quarto tópico, denominado de *Sementes da discórdia*, trecho em que, muito brevemente, comenta o assassinato do coronel João Pacheco dos Santos Lima, em Canoinhas⁴⁹, fazendo menção sobre as desavenças entre o capitão Aleixo Gonçalves de Lima e a família Pacheco pela documentação duplicada de terras em Três Barras. Porém, não aprofunda análise sobre a Questão de Limites, bem como sobre as tensões geradas por tal. Sua abordagem é descritiva. Em nenhum momento utiliza-se de documento inédito que viesse a contribuir para o esquadrihar do tema.

A obra de Albuquerque é na verdade uma crítica ao então governador de Santa Catarina, Esperidião Amin Helou Filho, que, durante seu primeiro mandato (1983-1987), construiu uma série de placas e monumentos na região do Contestado em homenagem aos sertanejos que por ela morreram. Amin utilizou-se da imagem do conflito desde sua campanha em 1983, procurando integrar o movimento rebelde a um contexto de identidade cultural do catarinense, naquilo que ele chamou de “escolha pelos pequenos” (LAZARIN, 2005, p. 106).

Albuquerque (1987, p. 39) é incisivo ao dizer que

Não é cabível nem concebível que um governador, como é o caso de Esperidião Amin quando exercia o poder em Santa Catarina, se propusesse a um caciquismo político dos mais absurdos, colocando monumentos e placas glorificando a desordem mística, naturalmente com a alça mira visando futuros cargos públicos.

Dois anos antes da publicação da obra de Albuquerque, a Fundação Catarinense de Cultura editou livro do geógrafo Beneval de Oliveira, intitulado *Planaltos de frio e lama: os fanáticos do Contestado – o meio, o homem, a guerra*, escrito originalmente em 1965, segundo menção do próprio autor em nota explicativa (OLIVEIRA, 1985, p. 9). O texto de Oliveira, apesar de tratar-se de um professor universitário de conceituadas instituições de ensino superior⁵⁰, ainda manteve-se preso aos diversos usos feitos pelas obras clássicas do movimento. A narrativa, mesmo que consideravelmente extensa, o que poderia sugerir seu não enquadramento

⁴⁹ Albuquerque (1987, p. 43) cita 1905 como ano de morte do coronel João Pacheco dos Santos Lima, quando, na verdade, este morreu em 1907 (jornal *A República* (PR), 22 de julho de 1907). Foram levados a julgamento pelo assassinato, João dos Passos e Antonio Moreira dos Santos, tendo os mesmos sido absolvidos por unanimidade em dezembro de 1907 (DIÁRIO DA TARDE, 13 dez. 1907). Contudo, o jornal *A República* chegou a noticiar como autor um tal de Nicolau Ferreira, que estaria na época homiziado na região do Timbó (A REPUBLICA, 30 de ago. 1907, p. 4).

⁵⁰ Oliveira também dedicou-se a estudos de Filosofia, foi docente da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, durante muitos anos, tendo dirigido inclusive a revista *Ciências Humanas*.

como texto de síntese histórica, é, neste trabalho, assim categorizada, por não utilizar fontes primárias e pouquíssima referência bibliográfica. Chama atenção que tenha sido produzido durante a década de 1960, momento em que a Sociologia dava considerável crédito sobre a interpretação do conflito, e mesmo assim não tenha influenciado o autor a estabelecer discussão com esta disciplina na obra, o que com certeza poderia ter melhorado tenazmente o nível de observação.

Marilene Weinhardt⁵¹, professora de Literatura Brasileira da UFPR, que produziu interessante trabalho de estudo analítico teórico de obras ficcionais sobre o Contestado, também mostrou-se surpresa ao deparar-se com a insistente visão etnocêntrica na produção bibliográfica:

Não se justificam os comentários sobre a exiguidade da bibliografia bem como não se aplica o desconhecimento do assunto, diante da existência de textos como *La 'Guerre Sainte' au Brésil: Le mouvement messianique Du 'Contestado'* (1957) e *O messianismo no Brasil e no mundo* (1967), ambos de Maria Isaura Pereira de Queiroz; *Messianismo e conflito social* (1960), de Maurício Vinhas de Queiroz; e *Os errantes do novo século* (1974), de Duglas Teixeira Monteiro. Em tais estudos há um esforço no sentido de superar a visão etnocêntrica, exercitando-se o reconhecimento da cultura do outro (WEINHARDT, 2000, p. 21).

Destarte, é importante considerar que Beneval de Oliveira deu um sentido geográfico a seu trabalho, haja vista seu ofício, tratando de aspectos geológicos e históricos, mas, infelizmente, manteve os discursos de criminalização da população sertaneja e a heroicização do Exército. Não faz qualquer consideração sobre os eventos no Timbó e Paciência. Já no final da obra deixa evidente a intenção de seu expediente:

Toda a história da guerra do Contestado está marcada por uma sequência de erros, de bravuras e covardias, de grandezas e misérias, pois todos os empreendimentos e comedimentos humanos estão impregnados de ambiguidades e contradições, de afirmações e simulações. E se rendemos aqui homenagens à memória dos nossos bravos soldados que tombaram e lutaram pela manutenção da legalidade e pela restauração da ordem, não podemos também silenciar ante a bravura e a tenacidade inexcedíveis daqueles jagunços transviados que lutando até o fim, jamais se amedrontaram ante a

⁵¹ O livro *Mesmos crimes, outros discursos?*, de Weinhardt, redigida no ano de 1995 como tese para o concurso de professor titular de Literatura Brasileira da UFPR, materializa-se como um elucidativo esforço de compreensão teórica acerca de um conjunto de obras ficcionais que tematizaram o Contestado. Nesse sentido, fica aqui registrado tal trabalho como profícua fonte para compreensão das construções literárias da temática, aspecto que não será abarcado nesta pesquisa por motivos de recorte bibliográfico, uma vez que o alongamento neste expediente exigiria um excessivo alargamento da observação, desfigurando o objetivo da pesquisa.

superioridade esmagadora das armas do governo, quando disparavam as metralhadoras e estrondavam os canhões (OLIVEIRA, 1985, p. 189).

Também em 1985, Henrique Richter traduziu a obra de seu pai, Friedrich W. Richter⁵² (Frederico Richter), texto originalmente escrito no idioma alemão, em 1933. O livro, *Os profetas sanguinários do Contestado: em luta através da floresta e campo contra o bando de fanáticos da América do Sul (1914-1915)*, apesar de não ter nenhuma menção de referência, leva-nos a crer que foi redigida com base nos textos dos oficiais memorialistas, devido à semelhança na apresentação cronológica dos eventos e a própria maneira de apresentar os acontecimentos, apontando basicamente os dados trazidos pelos escritores militares, acrescido de uma e outra informação colhida através de possíveis entrevistas (RICHTER, 1993, p. 7).

Quanto aos conflitos no Timbó e Paciência, Richter os apresenta logo nos primeiros parágrafos, porém, de maneira muito sucinta. Faz menção apenas da participação do coronel Demétrio Ramos nas escaramuças com o governo do Paraná em 1905. Contudo, diferentemente dos historiadores de farda, cita Demétrio como um patriota, tendo agido sem intenções de saques (RICHTER, 1993, p. 13). Como não foi possível o acesso ao texto original de 1933, somente à versão de 1993, em que o próprio tradutor declara ter feito algumas adaptações, ocorre a possibilidade de haver inserções não presentes na versão em alemão, o que exige tratá-lo com certo cuidado. Mesmo assim, é uma das narrativas mais antigas sobre o assunto, podendo ser, em determinados casos, considerada fonte primária, devido à proximidade temporal de sua redação com o respectivo conflito.

Um trabalho que causou certo espanto desde a primeira leitura⁵³ é o texto de Walter Tenório Cavalcanti, *Guerra do Contestado: verdade histórica*, de 1995, pedante já no seu título. A tese da obra impõe-se contrária a qualquer observação histórica então realizada e, nas palavras de seu autor, busca restaurar a *verdade*, enfatizando opiniões particulares, sem

⁵² Segundo consta na edição de 1993 da obra, Frederico Richter era imigrante austríaco-tirolês, teria sido voluntário no exército austro-húngaro imperial na Primeira Guerra Mundial, tendo vindo a morar no Brasil depois do fim do conflito, naturalizando-se brasileiro. Foi professor em vários estados, incluindo Santa Catarina, onde residiu durante a década de 1930 em Cruzeiro, hoje município de Joaçaba. Teria sido durante este período que recolheu depoimentos dos habitantes da região e escreveu seu livro sobre o Contestado, o qual não pode ser publicado na época devido às imposições decorrentes da Segunda Guerra Mundial (RICHTER, Henrique *apud* RICHTER, Frederico, 1993, p. 11).

⁵³ O espanto aqui mencionado decorre do contexto em que o livro foi produzido. Primeiro por ter sido editado pela UFSC, conceituada instituição que aceitou tornar público uma obra sem qualquer aprofundamento acadêmico, obra que inclusive veio a contrariar um longo caminho de aprimoramento das interpretações sobre o tema. Segundo, pelo fato da apresentação ter sido redigida por um distinto historiador daquela universidade, o qual apenas menciona que o texto merece mitologicamente alguns questionamentos, evitando explicitar os vários equívocos da tese de Cavalcanti.

qualquer raciocínio teorizado, de que a Guerra do Contestado foi apenas e tão somente efetivada por fanatismo. Segundo Lazarin (2005, p. 97), no discurso do autor

[...] estão postas claramente suas opções políticas e utiliza seu livro para atacar o que a seu ver é uma visão ideológica equivocada. Cavalcanti acredita que outros trabalhos, por pretenderem exaltar os caboclos heróicos, acabam por lhes emprestar intenções de lutas de classes, ou por terras, ou por direitos. Ele chega a utilizar a narrativa de versões anteriores para provar que a guerra não foi feita pelos sertanejos, mas contra eles, que apenas teriam revidado à agressão das forças policiais. E estando esta premissa provada pelos fatos, segundo o autor cairiam por terra todas as teorias dos novos historiadores que afirmam que os sertanejos teriam promovido uma guerra pela terra.

Em contrário às observações de Cavalcanti, no ano de 1999 o professor de história da Universidade Federal de Santa Catarina, Élio Serpa, foi responsável pela redação de um breve ensaio, com 75 páginas, denominado *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Obra integrante da coleção *Rebento*, organizada pela UFSC, a qual tratou, em sete volumes, de diversos temas da história de Santa Catarina, sendo o trabalho de Serpa o volume um da coleção.

Por toda a revisão realizada acerca das obras de síntese, o pequeno livro de Serpa é, sem dúvida, o melhor em termos de análise histórica. Mesmo tendo utilizado pouca referência bibliográfica, sem tratamento documental, apresenta-se como um dos bons textos de caráter introdutório na temática do Contestado. Suas observações levam em consideração as principais análises acadêmicas sociológicas e históricas que o antecederam, deixando de maneira pincelada, mas precisa, sua consideração de historiador sobre o conflito. Para Serpa (1999, p. 71):

Muitas pessoas que escreveram sobre a Guerra do Contestado consideraram que os sertanejos eram ‘fanáticos’ e que o fanatismo tinha-os levado à guerra. Talvez esta não seja a melhor maneira de encará-los. Quem está dizendo que eles são fanáticos? Por que estão sendo considerados dessa forma? São perguntas sobre as quais devemos refletir para não fazermos raciocínios demasiado simplistas. Outros que escreveram também consideram os sertanejos derrotados. Será que podemos encarar isto como algo pontual, exato? Muitos dos sertanejos que sobreviveram engendraram outras formas de lutas e, como já foi dito acima, a luta pela terra continua, ainda que em outro contexto, com outros sujeitos e outras formas de organização.

Tanto pela qualidade da narrativa, simples e objetiva, como pela sua formação acadêmica, Serpa apresenta-se em um contexto diferente dos demais textos que nesta dissertação considerou-se de síntese histórica. Sua maneira de ver o Contestado, negando análises depreciativas e questionando pensamentos elitistas, lhe dá *status* de texto acadêmico, podendo inclusive ter sido incluído no tópico seguinte da classificação – obras acadêmicas e

dos historiadores. Contudo, assim foi categorizado, pela brevidade do trabalho, sistematizando um complexo e largo espaço temporal em pouco mais de 70 páginas de texto.

Um trabalho parecido com o de Serpa, de qualidade sintética, todavia com menor rigor acadêmico, é o pequeno livro *Os guerrilheiros do Contestado*, de Renato Mocellin. Integrante da coleção *Lutas do nosso povo*, publicado ainda em 1989 – possivelmente inspirado pelas observações de Auras (1984) que publicara sua obra cinco anos antes, a qual é frequentemente citada no texto de Mocellin –, o livro, em termos gerais, pouco agrega interpretativamente, no entanto, é passível de mérito pelo caráter didático que apresenta.

Como pode-se perceber, apesar do considerável avolumar que houvera a partir da década de 1970 na produção bibliográfica sobre o movimento do Contestado, os trabalhos, na sua brutal maioria, são repetitórios, circulando em torno dos textos já produzidos, em geral, dos categorizados como memorialistas e clássicos. Em poucos casos se agregou às narrativas interpretações sociológicas.

Como manifesto na descrição e análise realizada, o contexto anterior à batalha do Irani é praticamente negado, exceto a influência dos monges e as consequências da construção da EFSPRG. Um agravante é o constatar que estes materiais, deficientes interpretativamente e propagadores de visões estereotipadas, continuam a terem reedições, muitas das vezes, financiadas pelo poder público através de seus órgãos de imprensa oficial. O próprio acesso a materiais de melhor qualidade interpretativa ainda é diminuto, demonstrado no pouco conhecimento apresentado pelos professores que atuam na região sobre o Contestado (TONON; LIMA, 2016). Situação que, por sua vez, resulta em um evidente ensino deficitário, até mesmo pela inferior qualidade bibliográfica que chega até estes profissionais. Todavia, ações têm ocorrido na busca de interação entre a atividade acadêmica e as escolas de ensino básico, o que contribuirá certamente para uma disseminação menos depreciativa e preconceituosa acerca do movimento sertanejo.

1.2.6 As obras acadêmicas e dos historiadores

A partir de meados da década de 1980, vários estudos foram realizados envolvendo a temática do Contestado, especialmente na esfera acadêmica das ciências humanas, os quais efetivaram projetos de intensificação das análises, estabelecendo uma maior delimitação dos objetos de pesquisa, problematizando pontos mais específicos do mote. Esta substancial melhora analítica, como já mencionado anteriormente, foi possível graças à grande mudança interpretativa realizada durante a década de 1970 pelos trabalhos do sociólogo Duglas Teixeira

Monteiro, o qual, certamente, teria contribuído ainda mais intelectualmente não fosse sua morte prematura em 1978, aos 52 anos de idade.

Dentre os novos expedientes interpretativos, pode-se destacar Marli Auras, com *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*, livro de leitura obrigatória sobre o tema, o qual faz um apanhado cronológico dos eventos da guerra, desde a ocupação do território até a *limpeza* do mesmo pelas milícias de vaqueanos⁵⁴.

No texto, resultado de dissertação de mestrado defendida em 1983 e levado a público em forma de livro em 1984, Auras, sob influência de Gramsci⁵⁵, já no título deixa claro sua intenção para com o mesmo, ou seja, “recompor a história de um movimento popular que não descamba para o banditismo – como quer a leitura burguesa, realizada de fora da coletividade cabocla” (AURAS, 1984, p. 20). O trabalho, elaborado na área da Educação e com objetivos próprios desta disciplina, mesmo sem as preocupações adjacentes às dos historiadores, é uma ótima indicação para aqueles que estão iniciando o estudo do Contestado, seja pela boa abordagem realizada quanto a historiografia anterior como pela escrita clara e objetiva.

Também é importante destacar que o livro de Auras encontra-se disponível em quinta edição, algo muito difícil no que se refere a obras sobre o tema. Apesar de retomar muitos pontos já levantados anteriormente por Vinhas de Queiroz e utilizar-se de documentos falsos sobre o movimento – como a carta da Monarquia Sul-Brasileira⁵⁶, atribuindo a autoria da mesma a um dos chefes rebeldes, Antônio Tavares –, o trabalho de Auras foi importante para uma guinada na interpretação da guerra sertaneja, contribuindo para a retirada do estigma de criminoso imputado aos caboclos rebeldes do Contestado.

Para Auras (1984, p. 27), o momento de crise política relacionado à Questão de Limites, incluindo as disputas entre as vilas de Porto União da Vitória e Canoinhas, foi circunstancial

⁵⁴ Vaqueano, segundo consta nos dicionários, é aquele que conhece bem os caminhos e atalhos de um lugar ou região, prestando serviço de guia para percorrê-los. Na historiografia do Contestado, tal figura ficou conhecida por ter constituído bandos armados contratados por coronéis e servido ao Exército como milicianos em combate aos sertanejos rebeldes.

⁵⁵ O livro de Auras é fruto de seus estudos no mestrado em Filosofia da Educação na PUCSP, onde, segundo a própria autora, teria tido contato com os textos de Gramsci, tendo o referencial teórico-metodológico gramsciano iluminado sua leitura do Contestado (AURAS, 1984, p. 16).

⁵⁶ Em 31 de agosto de 1914, o *Diário da Tarde* publicou uma carta enviada de União da Vitória e redigida no reduto de Taquaruçu, em que o líder rebelde, Manoel Alves de Assumpção Rocha, declarava-se Imperador Constitucional da Monarquia Sul-Brasileira e estabelecia uma série de artigos constitucionais básicos. O documento circulou em diversos jornais e foi utilizado como estratégia para impor ao movimento caboclo um rótulo monarquista. Contudo, a carta de proclamação do imperador caboclo não passava de uma invenção da imprensa da época (RODRIGUES, 2008, p. 90).

para deflagração do conflito, mas serviu para formar grupos armados que posteriormente aderiram ao movimento ou fizeram combate a este através de piquetes de vaqueanos.

O tema do Contestado também animou pesquisadores de fora do Brasil. Em 1991 o historiador norte-americano Todd A. Diacon apresentou ao público uma visão diferenciada do conflito sul-brasileiro. Através do livro *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916* – fruto de sua tese de doutoramento, defendida em 1987 na Universidade do Wisconsin-Madison, trabalho que até o momento ainda não teve uma edição em português lançada no Brasil –, Diacon objetivou apresentar o Contestado como um movimento milenarista, refutando assim as explicações sociológicas da luta de classes. Para este autor, o que motivou a população sertaneja do planalto serrano foi o desejo da reconstrução dos laços paternalistas, coronel-agregado ou patrão cliente, desfeitos com o republicanismo, a colonização e o estabelecimento das empresas estrangeiras. Desejos estes garantidos pela fé nos monges e na espera de um novo tempo, um tempo sem exploração e de reestruturação das relações de compadrio, as quais davam sentido ao modo de vida.

Já o historiador brasilianista norte-americano, Frank D. McCann, tratou da contenda em livro publicado no Brasil no ano de 2007, sob o título *Soldados da Pátria*, trabalho em que procura desvendar os meandros do Exército Brasileiro entre 1889 e 1937. A campanha do Contestado tem destaque no capítulo três da obra, onde realiza um apanhado geral das ações militares no conflito. McCann não aborda os detalhes da expedição militar de 1906 à região do Timbó e Paciência. A referida expedição teria sido a primeira ação do Exército na região para conter conflitos envolvendo disputas por território entre as elites de Paraná e Santa Catarina, tendo as mesmas considerável destaque nos jornais do período⁵⁷. Todavia, tal lacuna não subtrai os méritos do trabalho deste pesquisador, que, através da análise de vasta documentação, conseguiu realizar uma narrativa que vem contribuindo para com estudos de historiadores sobre a ação do Exército no Contestado. Para McCann (2007, p. 178), o episódio do Contestado

[...] salienta uma característica deplorável do estilo brasileiro de resolver uma crise social: a falta de paciência no nível institucional. A célebre capacidade brasileira para a conciliação aparentemente limitava-se às disputas no seio das elites; para o povo comum, não havia margem para manobra.

⁵⁷ Jornais *A República* e *A Notícia*, edições de 02 de fevereiro de 1906 e jornal *Diário da Tarde* de 03 de fevereiro de 1906. BN.

Já a obra *Monge João Maria: recusa dos excluídos*, escrita pelo então professor de Sociologia do departamento de ciências sociais da UFRGS, José Fraga Fachel, publicada em 1995, objetivou abordar o contexto religioso das ações dos monges peregrinos do Contestado. O livro aprofundou as observações que tinham sido levadas a cabo por Cabral (1979), incluindo interpretações sociológicas sobre a influência das crenças nestes santos da cultura popular para formação de uma representação de recusa ao mundo e a sociedade que excluía o povo de todos os direitos.

Ainda no contexto das crenças, o livro *O Contestado: o sonho de milênio igualitário*, de Ivone Cecília D'Avila Gallo, é outro que merece destaque. Publicado em 1999 pela Editora da Unicamp, caracteriza-se por fazer um resgate das tradições e da cultura dos caboclos na época da guerra, materializadas na elaboração messiânica e milenarista dos sertanejos para fazer frente às adversidades que tiveram de enfrentar durante todo o período de conflito. A proposta da autora é louvável, inovadora e um tanto ousada, posto que propõe uma interpretação do movimento sertanejo a partir da leitura do trecho bíblico do *Apocalipse de São João*. Para Gallo (1999, p. 25):

Através do *Apocalipse*, podemos resgatar parte importante do imaginário popular em torno de um mundo diferente e verificar como os rebeldes aplicaram, na sua realidade, os ensinamentos do livro. Por outro lado, a versão militar da guerra e todo material escrito de campanha fornecem elementos importantes para a produção de uma análise historiográfica que enfoque os rebeldes.

Como é possível perceber, o expediente teórico-metodológico empregado foi inovador até então, partindo de uma ótica cultural e interpretativa, efetivada sob profunda reflexão comparativa, buscando nos elementos da tradição bíblica o sentido de monarquia e milenarismo dos rebeldes daqueles sertões.

Um ano antes, em 1998, Delmir José Valentini apresentou publicamente a obra *Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado*. Fruto de sua dissertação de mestrado em História na PUCRS, o trabalho caracteriza-se na proposição de fazer uma história dos vencidos, ou seja, narrar a Guerra do Contestado através da perspectiva dos caboclos rebeldes. Neste intento, utilizou-se de uma série de entrevistas com descendentes de adeptos dos redutos e algumas pessoas que fizeram parte do movimento, comparando os depoimentos coletados com a historiografia, em especial com o expediente de Vinhas de Queiroz. Para Valentini (1998, p. 185):

O silêncio dos sertanejos foi, durante muitos anos, a única resposta à condição de vencidos que lhes foi imposta. Hoje, os descendentes já não se envergonham de dizer que o avô foi jagunço. Não se trata de fazer o ‘*resgate*’ do sertanejo enquanto herói, tecendo-lhe uma apologia pelos seus feitos. Trata-se, simplesmente, de entendê-lo dentro de determinado contexto histórico destacando o sentido que tal compreensão tem para a historiografia.

Valentini publicou ainda *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado*, lançado em 2015, trabalho originado na sua tese de doutorado em História defendida em 2009. Assim como no seu primeiro livro, o autor utilizou-se de fontes orais, desta vez de antigos trabalhadores da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, estabelecendo contrapontos com outras fontes documentais e bibliográficas, estruturando um texto que objetiva demonstrar a ação da companhia norte-americana na região como fator para eclosão do conflito em 1912.

Já em 2002, Eloy Tonon publicou o primeiro de seus livros sobre o contexto da guerra, *Ecos do Contestado: rebeldia sertaneja*. Em observação aos entretons da estrutura econômica e da organização política, desenvolveu uma narrativa que procura negar o misticismo enquanto fator causante do conflito armado, enfatizando a expropriação com que os sertanejos foram expostos pela ação coronelista e capitalista das companhias norte-americanas. Os conflitos do Timbó e Paciência são abordados por Tonon no capítulo um, tópico intitulado *Confronto de posseiros e vaqueanos em nível regional e local*. Todavia, não traz maiores aprofundamentos, haja vista a própria proposta do trabalho, ou seja, refletir sobre as relações de poder entre coronéis e posseiros. Reproduz as informações trazidas por Vinhas de Queiroz, no tocante da ação de Demétrio Ramos no Timbó, mas com objetivo específico de relacioná-lo com outros coronéis da região, em outras épocas, estabelecendo discussão sobre o afrouxamento dos laços que ligavam o sertanejo ao coronel, permitindo que o primeiro se rebelasse.

Tonon, em 2010, apresentou novo livro, intitulado *Os monges do Contestado: permanências, predições e rituais do imaginário*, alterando profundamente seu foco de pesquisa, da questão política e econômica para o da cultura e da memória⁵⁸. Como o próprio

⁵⁸ Tonon (2008, p. 11-12) oferece, no próprio texto, a perspectiva de sua mudança teórica e metodológica: “Abandonei em minha pesquisa o aprofundamento da análise sob o prisma político e econômico para priorizar a cultural, religiosidade, misticismo, milenarismo, messianismo, memória do acontecimento histórico, permanências de práticas sociais da religiosidade popular; entendendo sempre que a cultura é o fator fundante do acontecimento. O contexto político e econômico é utilizado como circundante para a chave explicativa do cultural, mesmo sabendo que a invenção da cultura tem seus contrapontos como decorrência da multiplicidade do espaço e dos sujeitos sociais”.

título da obra corrobora, seu tema sublinha a ação dos monges que percorreram o território do Contestado.

Tendo em conta a citação de uma obra que objetivou os monges, é pertinente neste momento fazer menção ao trabalho de Alexandre Karsburg, *O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Publicado em 2014 pela Editora da UFSM, o livro é uma versão reduzida e modificada da tese de doutorado de Karsburg, defendida em 2012 na UFRJ. Nesta densa e longa produção de micro-história, Karsburg objetivou traçar a trajetória do monge João Maria de Agostini – o primeiro monge do Contestado –, desde sua partida da Europa em 1838 até sua morte nos Estados Unidos em 1869.

A contar da publicação de *João Maria: interpretações da Campanha do Contestado*, por Cabral em 1960, e Fachel em 1995, não havia até então nenhum aprofundamento investigativo nas origens e destinos dos eremitas que cruzaram o sertão do Brasil meridional durante o século XIX e início do XX. A obra de Karsburg avançou brutalmente neste expediente, revelando um caminho percorrido muito maior do que se poderia imaginar do monge peregrino italiano Giovanni Maria de Agostini.

Também sobre o contexto dos monges, é destacável a contribuição antropológica realizada por Tânia Welter, com a tese *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. Estudo que trouxe uma percepção inovadora sobre a visão de mundo dos *joaninos*⁵⁹, mostrando como a cultura histórica dos caboclos possibilitou a perpetuação de crença solidificada na santidade do São João Maria.

Nilson Thomé⁶⁰, pesquisador que durante anos debouchou-se em investigar diferentes aspectos do Contestado, produzindo uma quantidade significativa de obras sobre o assunto, incluindo vários livretos didáticos e alguns de caráter crítico, teve bastante contato com a população da região durante sua trajetória acadêmica devido ao fato de ser morador da região, radicado no município de Caçador (SC). Alinhado à tradicional narrativa do Contestado, poderia ter sido incluído na categoria que neste trabalho denominou-se de síntese histórica,

⁵⁹ Welter (2007, p. 7) convencionou chamar por *joaninos*, sujeitos que atualmente reconhecem João Maria por diversas práticas, entre elas: culturais, religiosas e políticas.

⁶⁰ Dentre as obras publicadas por Thomé, pode-se destacar: *Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado* (1980); *Civilizações primitivas do Contestado* (1981); *Ciclo da madeira: história da indústria da madeira no Contestado* (1995); *São João Maria na história do Contestado* (1997); *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado* (1999); *A política no Contestado: do curral da fazenda ao pátio da fábrica* (2002); *Os índios no espaço livre do Contestado* (2010); *Raízes caboclas: características da identidade do homem do Contestado primitivo pelas origens, etnias, atividades e complexidade cultural do caboclo pardo* (2011).

porém, devido à formação de historiador e aos vários anos dedicados ao ensino em nível superior, decidiu-se enquadrá-lo dentre as obras historiográficas.

Refletindo sobre sua vasta produção, no que se refere aos conflitos do Timbó assim como a maioria dos aspectos referentes ao movimento do Contestado, Thomé apenas reproduz o discurso inaugurado pelos textos dos sociólogos e, em outros tantos, mantém análises muito ligadas às observações dos memorialistas do início do século XX, utilizando-se, inclusive, de afirmações sem o devido apontamento das fontes como fizeram dos historiadores de farda. Mesmo assim, cabe ressaltar sua contribuição para a preservação da memória e o incentivo para com a problematização do tema em nível acadêmico.

Já no que tange à historiografia mais recente, destaca-se a pesquisa de Márcia Janete Espig⁶¹. Historiadora que acaba por tratar rapidamente de alguns aspectos relativos à atuação de Demétrio Ramos (ESPIG, 2008, p. 54-55), quando busca desconstruir a tese, até então reproduzida em várias obras sobre o Contestado, de que foram os supostos trabalhadores, vindos de diversas regiões do Brasil para a edificação da EFSRG, que formaram o contingente responsável por organizar intelectualmente o movimento do Contestado.

A preocupação de Espig, quando trata da atuação de Demétrio nos vales do Timbó e Paciência, destina-se em observar a origem dos líderes e integrantes dos bandos armados na região e, para tal, faz uso de obras já abordadas neste debate, ou seja, Assumpção (1917) e Peixoto (1995), bem como Machado (2004), último autor a ser aqui versado. Em nota de rodapé, Espig (2008, p. 55) faz referência a Machado (2004) para reportar-se ao suposto destino de Demétrio Ramos após a prisão de sua família pela força paranaense em 1906, apontando que o mesmo teria fugido sem destino certo.

Em geral, a pesquisa de Espig deu um passo largo para queda de um antigo paradigma, o qual afirmara ter havido uma enorme leva de migrantes trabalhadores da EFSPRG formando a massa de rebeldes no Contestado, incluindo alguns líderes. Esta interpretação perdurou por décadas na bibliografia, atravessando, sem questionamentos, os trabalhos clássicos e sociológicos. Por seu turno, a tese de Espig abarcou interpretações que permitiram um entendimento do perfil social dos turmeiros, os quais, por suas conclusões, foram explorados física, psíquica e economicamente, tal como segregados de assistência médica e de segurança.

⁶¹ Referente ao trabalho de Espig, utilizou-se sua tese de doutorado, *Personagens do Contestado - os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande*, porém é importante destacar que este trabalho originou um livro sob o mesmo título, publicado em 2011.

A autora, após esmiuçar um considerável conjunto de fontes, conclui que “não houve operários da construção da ferrovia entre os líderes do conflito” (ESPIG, 2008, p. 362).

A obra de Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*, fruto de sua tese de doutoramento, é, até hoje, o mais completo e aprofundado trabalho já produzido sobre o Contestado. No texto, Machado procura investigar minuciosamente nuances das lideranças caboclas do movimento, fazendo uso de uma grande quantidade de fontes, inclusive orais, assim como também analisou em detalhes toda a historiografia até então existente. Porém, a principal contribuição deste historiador foi introduzir nos debates do Contestado uma nova perspectiva de abordagem dos sertanejos, desconstruindo a rotulagem, corriqueiramente reproduzida, de que os caboclos combatentes formavam uma leva de alienados, ignorantes, *fanáticos* e *jagunços*.

Desde Miranda (2012), Machado (2004) é o autor que mais detalhadamente abordou a questão Timbó e Canoinhas. Neste sentido, destina sua atenção sobre aquela região no capítulo intitulado *aspectos institucionais*, mais precisamente no tópico denominado *desmando e usurpações*, trecho onde disserta sobre as particularidades da ação coronelista e o processo sobre a Questão de Limites em trâmite nas esferas jurídicas federais naquele momento. Inicia as discussões dos casos de violência do Timbó e Paciência pelo viés das disputas políticas na região, listando aspectos econômicos e sociais. Dentre todos os autores aqui tratados, Machado é aquele que mais se preocupou em fazer uma crítica dos discursos realizados pelos governantes do Paraná e Santa Catarina, não expressando assim um posicionamento tendencioso para com uma ou outra fonte, o que, até então, frequentemente se verificara na historiografia. É, inclusive, um dos únicos a preocupar-se com citação exata das fontes utilizadas.

Machado, de maneira sintética, descreve aspectos da ação do coronel Demétrio Ramos, citando e problematizando os dados apresentados pelos documentos. Segundo o autor, por exemplo, seria muito difícil que Ramos tivesse conseguido reunir uma milícia de 500 homens para investir contra Porto União da Vitória. “O mais provável é que a presença do grupo armado de Demétrio em apoio às autoridades catarinenses no Timbó houvesse tolhido a ação paranaense neste vale” (MACHADO, 2004, p. 131). Levanta este questionamento em análise ao texto de Vinhas de Queiroz, que, por sua vez, baseia-se nos dados apresentados por Peixoto, o qual “normalmente dá maior crédito à versão paranaense” (MACHADO, 2004, p. 155).

O aprisionamento da família de Demétrio também é presente na narrativa de Machado. Utiliza como fonte o pronunciamento feito pelo então governador de Santa Catarina, Antonio Pereira da Silva e Oliveira, na abertura do Congresso Representativo do Estado em 18 de setembro de 1906, publicado no jornal *O Dia*, em 19 do mesmo mês e ano.

Houve um grande número de casas incendiadas e violências praticadas contra a população pela força paranaense. O líder dos moradores da região, Demétrio Ramos, **foi preso**, tendo sua casa invadida e incendiada à noite, nunca mais se tendo sabido de seu paradeiro. Alguns afirmam que ele **fugiu para o Mato Grosso**; outros, que foi **para São Paulo**, mas não há dúvidas de que Demétrio teve de abandonar a região porque sua família tornou-se refém da força paranaense depois daquele episódio (MACHADO, 2004, p. 131, *grifo nosso*).

Duas considerações são sugestivas quanto ao trecho citado. A primeira diz respeito à prisão de Demétrio. Já que o pronunciamento do governador de Santa Catarina não deixa claro quem exatamente o juiz de Porto União da Vitória e sua força teriam levado presos, posto que menciona apenas terem invadido a casa e aprisionado a família. Em edição do jornal paranaense *Diário da Tarde* de 19 de janeiro de 1906, o caso é tratado com maiores detalhes, destacando que, apesar da busca ser especificamente para a captura de Demétrio⁶², o procurado não se encontrava na residência no momento da ação, tendo ainda tentado interceptar o vapor em que a força policial retornava a União da Vitória após atear fogo à sua propriedade, mas desistindo quando mulher e filhos foram expostos na proa da embarcação.

A segunda consideração refere-se ao destino de Demétrio Ramos após terem feito sua esposa e filhos reféns. Pelo texto de Machado (2004, p. 131), teria ele seguido para São Paulo segundo uns, ou para o Mato Grosso segundo outros, não referenciando exatamente quem seriam uns e quem seriam outros. Contudo, pelo que aqui já se discutiu, fica claro que a menção de São Paulo está embasada na obra de Vinhas de Queiroz (1977, p. 67) e a de Mato Grosso na de Peixoto (1995, p. 91), não entrando no debate as considerações trazidas por Miranda (2012, p. 48) ao mencionar Lages como suposto destino.

Na verdade, indiretamente todos podem estar certos, pois, fazendo uso dos jornais como fonte, verifica-se que a trajetória de Demétrio no Sul do Brasil teve outros desdobramentos. Matérias do *A Federação* sugerem a participação do antigo maragato na Revolução de 1923, juntamente com a figura do coronel Fabrício Vieira, outro personagem bastante citado na historiografia do Contestado, líder de um numeroso grupo de vaqueanos que atuou junto ao Exército em combate aos sertanejos na região do Timbó, Iguazu e Canoinhas. Em telegrama emitido pelo então intendente e o Conselho Municipal de Vacaria ao governador catarinense Hercílio Luz, publicado no respectivo jornal em 17 de julho de 1923, consta:

⁶² Segundo a edição de 19 de setembro de 1906 do *Diário da Tarde*, o juiz de União da Vitória teria recebido uma precatória, enviada pelo estado do Rio Grande Sul, solicitando a prisão do coronel Demétrio Ramos. BN.

Exmo. dr, Hercilo Luz, governador de Santa Catharina. – Florianópolis – Os abaixo firmados, intendente e Conselho Municipal do município de Vacaria, limitrofe com o Estado de Santa Catarina, vêm em nome do povo de Vacaria, que legitimamente representam, protestar perante v. ex. contra a ostensiva concentração de forças revolucionárias aliciadas pelo desalmado filho dessa terra sr. Liborio Antonio Rodrigues e capitaneados pelos conhecidos bandoleiros Manoel Fabricio Vieira e Demetrio Ramos. Essas forças estão acampadas em Campo Bello, districto do município de Lages, proximidades do rio Pelotas, sendo ahi o ponto escolhido para a concentração [...] (A FEDERAÇÃO, 17 jul. 1923, p. 4).

Antes ainda, em 19 de abril de 1906, o jornal paranaense *A República* já noticiava, em texto intitulado *O Demétrio*, que Ramos estaria em Lages depois de ter ido até Florianópolis, onde teria recebido o título de *doutor*. O periódico comenta que grandes festas foram feitas, incluindo bailes e foguetórios. Seria ele, segundo o jornal, um herói para os catarinenses.

O nome de Demétrio Ramos ainda aparece em outras publicações do *A Federação*. Em matéria de primeira página, do dia 24 de julho de 1923, consta, logo na chamada, que “os bandoleiros de Demétrio Ramos foram completamente derrotados – 48 Mortos e numerosos feridos” (A FEDERAÇÃO, 24 jul. 1923). Já em publicação do dia 30 de julho, encontra-se outro dado interessante, dando fortes indícios para a hipótese de que o estado do Mato Grosso foi destino do famoso maragato:

Apesar dos varios mezes de campanha, do ardor combativo dos guerrilheiros libertadores, do entusiasmo civico que a causa desperta em toda a gente, como servem de exemplo o sr. Baptista Pereira, no Rio e Pacheco Prates em São Paulo; apesar do concurso valioso e desinteressado que ella vem recebendo de toda a parte, de **Demetrio Ramos**, de **Matto Grosso**, de Fabricio Vieira do ex-Contestado, e dos correntinos e uruguayos que servem ás ordens de Adalberto Correia e Baptista Luzardo, apesar de tudo isso o que se vê é que a mashorca, em vez de progredir e produzir, realmente, a saturação desejada, rarefaz-se, evapora-se, dia por dia, dilue-se e quasi se extingue (A FEDERAÇÃO, 30 jul. 1923, p. 1, *grifo nosso*).

Em uma breve pesquisa pelas pistas indicadas na historiografia e nos jornais, pode-se chegar ao nome de Demétrio José Ramos, originário do estado rio-grandense e radicado no Mato Grosso, onde, pelo que consta em documentos do Arquivo Municipal de Três Lagoas (MS), chegou, no mesmo município, oriundo da cidade de Vacaria (RS). Ocupou o cargo de prefeito municipal no ano de 1932, durante a Revolução Constitucionalista.

Apesar de se revelar maiores detalhes sobre a ação de Demétrio Ramos no capítulo três desta dissertação, não é objetivo aprofundar sobre sua biografia. Contudo, fica aqui a menção de que esta tarefa pode constituir-se de uma razoável e exequível futura pesquisa dentro

de um referencial teórico atrelado à micro-história, ou mesmo de história biográfica, tendo em conta que a trajetória de Demétrio permeia um ambiente de estruturação do Brasil enquanto República, em que revoltas e conflitos estiveram intrínsecos a tal estruturação, assim como podem iluminar as ações coronelistas da época, a qual, como já apontado, é carente de aprofundamento na temática do Contestado.

Ainda no que tange à historiografia, existem uma série de pesquisas de mestrado e doutorado que ainda não tiveram publicação em forma de livro, fato que não as desmerecem. É bastante contundente e constatável que a partir dos anos 2000 houve uma emergência quantitativa de trabalhos que objetivaram o Contestado, tal situação se deve, em grande parte, pelo incentivo governamental que os programas de pós-graduação tiveram por todo o país. As melhorias na disponibilização financeira e o incremento da educação superior possibilitaram um aumento na concessão de bolsas de pesquisa, seja por meio da decisão política de reestruturação das agências de fomento ou pelo próprio bom momento econômico do Brasil na época. Assim sendo, foi visível um grande avolumar na produção acadêmica sobre o Contestado, tanto da ciência histórica quanto suas vizinhas, como a Geografia, Antropologia, Literatura e, como não poderia deixar de ser, a Sociologia. Destacando-se trabalhos como os de Miranda (1997), Casarotto (2003), Rodrigues (2001; 2008), Lazarin (2005), Oliveira (2006), Fraga (2006), Carvalho (2010), Tomporoski (2006; 2013), Brito Goes (2007), Vargas Netto (2007), Carvalho (2009), Tomazi (2011), Salomão (2012) e Foetsch (2014).

Heloisa Pereira Húbbe de Miranda e Abele Marcos Casarotto, com *Travessias pelo sertão contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta*; e *O Contestado e os estilhaços da bala: literatura, história e cinema*, respectivamente – ambos do ramo da investigação literária –, problematizaram as construções das narrativas ficcionais, procurando desvendar a intrínseca relação entre ficção e história.

Rogério Rosa Rodrigues, por vezes citado neste trabalho, é expoente no estudo das ações militares no Contestado. Tanto sua dissertação de mestrado intitulada *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*, quanto sua tese de doutorado *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro*, constituem obras que permeiam a bibliografia dos principais estudos acadêmicos do assunto atualmente. Suas observações aprofundadas sob o Exército trouxeram aspectos antes não percebidos pela historiografia.

Para Rodrigues (2008, p. 413):

[...] a Guerra do Contestado foi um ‘personagem’ de destacado papel na história do Exército brasileiro. A repressão ao movimento rebelde dos fiéis de João Maria permitiu aos oficiais militares colocar em prática algumas de suas propostas, elaborar e amadurecer outras e ainda executar estratégias e ações que afirmavam a vocação bélica e política da corporação. O conflito no sul do Brasil foi, seguramente, um momento de emergência e de convergência das propostas políticas e sociais defendidas pelos oficiais militares para o Exército e para o país.

Katiuscia Maria Lazarin, com *Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)*, contribuiu para o entendimento das diferentes narrativas acerca dos rebeldes, demonstrando o forjamento da representação destes na historiografia. Já a teórica literária Susan de Oliveira através de texto intitulado *Guerra do Contestado: mimesis e políticas da memória*, estabeleceu confronto analítico entre aquilo que propôs chamar de política de memória pública e política de memória coletiva, ou seja, pontuou as diferentes memórias identificáveis – institucionalizada e popular – que permeiam o imaginário e a oralidade da região, elaborando assim uma proposta de interpretação da cultura sertaneja do Contestado.

Na área da Geografia, destaque para Nilson Cesar Fraga, autor da tese *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil*, texto em que “propõe análise da região do Contestado, por meio da tríade rede, território e poder, com olhar sobre a construção do Contestado dentro de um processo de produção do contexto regional” (FRAGA, 2006, p. 4). E, *Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)*, de Alcimara Aparecida Foetsch, tese em que analisa a territorialidade dos elementos que caracterizam o sistema de faxinal na região do Contestado, buscando compreender sua consolidação, desarticulação e reminiscências na perspectiva das identidades territoriais.

Em observação dos aspectos religiosos do movimento, é pertinente referenciar *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil*, de Cesar Hamilton Brito Goes; *Protagonismo juvenil: conexões e heranças culturais e religiosas do Contestado*, de Gilberto Tomazi; e *A guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado*, de Eduardo Rizzatti Salomão. Estas três pesquisas, uma do campo da Sociologia, outra da História e, a terceira, da área das Ciências da Religião, são boas fontes para entendimento da construção religiosa em torno da fé em São Sebastião e São João Maria, bem como da perpetuação destas crenças na cultura regional. Pois, como aponta a Welter (2007, p. 249), “os discursos a respeito de João Maria são construídos pelos joaninos no presente, estão referenciados em sua cultura

histórica, servem como reforço dos valores sociais hierárquicos e como forma de encantamento do mundo”, e, desta maneira, configuram reminiscências que ainda hoje motivam e mobilizam determinados movimentos sociais.

Sebastião Vargas Netto com *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*, e Tarcísio Motta de Carvalho com *Coerção e consenso na primeira república: a Guerra do Contestado (1912-1916)*, materializam-se como perpetuadores da tradicional atenção que os historiadores sociais têm dado ao Contestado. Conceitos como luta de classes, dominação e resistência atravessam suas problemáticas, adentrando em campo de debate que concebe a revolta sertaneja como movimento estruturado, o qual não exigiu um forte aparato de controle estatal como pode ser comparado e dialogado com outros movimentos latino-americanos.

Alexandre Assis Tomporoski⁶³ – outro historiador de base teórica social –, por sua vez, debruçou-se na análise histórica dos trabalhadores da companhia transnacional *Lumber*, empresa que teve papel preponderante para a eclosão do movimento do Contestado. Suas considerações, especialmente na tese de doutoramento intitulada *O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940*, objetivam nuances posteriores do conflito, sobretudo nas modificações sociais suscitadas pela inserção exploratória do capital estrangeiro na região, demonstrando a capacidade dos *de baixo*, sejam caboclos rebeldes ou trabalhadores grevistas, de serem agentes e protagonistas de sua própria história, uma vez que os pobres também têm condições de decidir por conta própria o que consideram justo e seu por direito e de lutar por isso, dentro das condições históricas que cada grupo encontra ou produz.

A obra deste historiador, de maneira muito contundente, contribuiu para o alargamento temporal dos eventos da guerra, demonstrando que a problematização do Contestado extrapola em muito a periodização de 1912 a 1916, como geralmente esta é tratada. Se na dissertação deste autor estabeleceu-se como recorte temporal os anos de 1910 a 1929, sua tese foi além, adentrando os anos de 1940, debatendo a estatização da respectiva companhia norte-americana e a situação do operariado após efetivação da posse pelo governo federal. Esse alargamento temporal, levado a cabo pelas recentes pesquisas, tem, entre outros aspectos, dado possibilidade

⁶³ Como já apresentado na introdução desta dissertação, foram pelas observações de Tomporoski, bem como através da indicação das lacunas que o angustiam – expressadas por este autor em artigo (2015) –, que as primeiras motivações para com esta pesquisa germinaram. Angústias e observações que expunham a necessidade da história ater-se a eventos anteriores à batalha do Irani (1912), na consciente busca da regionalização das causas do conflito, descortinando atores que até então estavam nos bastidores da problematização, desconsiderados pelos primeiros escritos e insistentemente repetido nas narrativas seguintes.

de visualização de processos históricos que a historiografia militar, clássica e sociológica não tivera. Processos que, metaforicamente, foram emoldurados em quadro exposto na sala de estar e nem se quer percebidos pelas visitas ali recebidas.

Pelo apresentado, fica clara a considerável evolução promovida com dedicação acadêmica sobre as diversas lacunas que a interpretação militar, clássica e sociológica deixara sobre o Contestado. Lacunas que ainda são muitas, porém, vêm, a passos largos, sendo preenchidas pela dedicação de profissionais, não só da História, mas da Geografia, Sociologia, Antropologia, entre outras áreas do conhecimento.

A redemocratização do Brasil, iniciada em 1984 com as campanhas em prol de eleições diretas e sua concretização em 1988 com a promulgação da atual Constituição, deram novos e esperados ares à intelectualidade brasileira, a qual se viu, a partir daquele momento, mais aberta e segura para fazer uso de crítica a determinados discursos então vigentes, colocando-se definitivamente contra a visão preconceituosa perpetuada na historiografia da Guerra do Contestado. Aliado a isso, houvera um grande salto na criação de universidades, principalmente estaduais e particulares naqueles anos – se, em 1980 o país possuía 65 instituições de ensino superior, em 1998 esse número passara para 153, um crescimento de 135% (MARTINS, 2000, p. 43-44) – fato que propiciou acesso à educação superior a um número consideravelmente maior de brasileiros, aumentando consequentemente a leitura interpretativa da temática. Some-se ainda o maior incentivo à pós-graduação a partir da década de 2000, fomentando novas pesquisas que possibilitaram estender o leque de alcance dessas novas interpretações a um número maior de interessados.

Todo esse contexto contribuiu para que hoje o Contestado, finalmente, inicie um processo de reconhecimento como um evento único na história do Brasil e não mais fique como um subtema de Canudos nos livros didáticos. A expectativa certamente é esta, especialmente porque o atual momento rememora o centenário do movimento, situação que contribui para sua maior focalização, materializada no considerável número de eventos acadêmicos e não acadêmicos que se seguem desde o ano de 2012.

Além de todos os livros, dissertações e teses aqui discutidos, há um número de trabalhos que não foram abordados. Uns por não tratarem, mesmo que sucintamente, sobre os conflitos nos vales do Timbó e Paciência, outros por não terem uma significativa relevância dentro da historiografia da temática – seja pela brevidade que abordam o assunto, ou pelo fato de constituírem-se apenas de resumos de obras mais densas. Também há uma parcela de trabalhos de cunho didático e/ou comemorativo sobre o Contestado, que, tanto pelo tratamento genérico que dão ao conflito, como pela sua característica informativa e educativa em nível

básico, não foram detalhados. Procurou-se discutir os textos que são, em maior recorrência, referenciados pela historiografia, que trouxeram, à época de produção, abordagens diferenciadas ou que apenas justificam-se pela própria importância erudita daqueles que as escreveram. Salienta-se que, alguns trabalhos, apesar de terem sido analisados, não foram aqui discutidos, fato que não desmerecem sua contribuição no que tange à bibliografia geral sobre o Contestado.

CAPÍTULO 2

OS JORNAIS COMO OBJETO E FONTE: UM RELATO SOBRE A POLÍTICA E INTELECTUALIDADE NA IMPRENSA DO PARANÁ E SANTA CATARINA

2.1 O jornal como objeto e fonte para a História

A partir da segunda metade do século XIX o jornalismo impresso brasileiro se fortaleceu enquanto fonte de informação. “O jornal concorre agora, com o púlpito e o parlamento, para ser o *locus* de elaboração do discurso competente” (CORDEIRO, 1998, p. 84). Com a Proclamação da República, em 1889, os periódicos jornalísticos transformaram-se rapidamente em veículos discursivos dos partidos políticos. No contexto da problemática desta pesquisa, vale destacar os rumos tomados pelos jornais *O Dia*, órgão do Partido Republicano Catarinense, e o *A República*, órgão do Partido Republicano Paranaense, os quais reproduziam, por vezes de maneira anônima, opiniões ufanistas sobre a Questão de Limites. Para Corrêa (2009, p. 139), já no final do século XIX, as “colunas dos jornais eram usadas para escrever anonimamente o que não podia ser dito publicamente na Assembleia, Senado ou Câmara, constituindo um fórum de discussão alternativo à tribuna”.

Indiferentemente, as demais gazetas do Paraná e Santa Catarina, a partir de 1900, apresentaram-se como espaços dispostos a levar a fundo a discussão política, bem como reivindicar a detenção da verdade, do saber. Notadamente, quando as mobilizações de grupos armados dos vales do Timbó e Paciência surgiram nas páginas jornalísticas – em especial a partir de setembro de 1900, momento em que o *República* noticiou telegrama recebido pelo Prefeito de Polícia de Santa Catarina, no qual relatava que, durante conflito de forças do Paraná com catarinenses na região entre Timbó e Canoinhas, fora vítima o comandante da força paranaense (REPÚBLICA, 18 set. 1900) – várias outras matérias se seguiram nos jornais, sempre em acusação às autoridades do estado vizinho por permitir e promover todo tipo de violência. Ambos os jornais, frequentemente, enfatizavam que a região entre os vales do Timbó e Paciência tornara-se um quilombo de assassinos e criminosos de toda a espécie, local possível de uma nova Canudos (A REPÚBLICA, 05 out. 1900).

Os discursos presentes nas fontes jornalísticas apresentam-se como um rico material para o ofício do historiador, seja como expressão ideológica, representação de uma determinada

realidade, ou mesmo como manifestação de um projeto de futuro, quer como afirmação de classe ou simples demonstração de poder. Enfim, apresentam-se como um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma ordem, configurando o que Foucault (1996) conceitua como discurso, ou seja, um conjunto de enunciados que comunica um determinado conteúdo, que produz uma verdade, mesmo que esta não seja uma verdade absoluta e universal, mas que se sobreponha ou procure se sobrepor a outras em uma teia de conflitos e relações de poder.

Destarte, o uso do jornal como fonte exige atenção e cuidado. Os enunciados evidentemente são tendenciosos, modificando a realidade como também criando verdades, verdades arbitrárias, o que demanda maior atenção por parte do historiador, tal como uso de métodos aprofundados para a apreensão da subjetividade dos textos. Segundo Espig (1998, p. 276), “a imprensa deve, neste sentido, ser pensada como representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises”.

De modo análogo, Capelato (1994, p. 118) entende os jornais como objetos manipuladores da verdade, mas enfatiza seu uso como documento para a escrita da história:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos.

Vale destacar, na perspectiva da interdisciplinaridade, que a História pode ser concebida como composição de “núcleos de cientificidade” (VEYNE, 1976, p. 64), ao ponto que mantém-se aberta à contribuição das demais ciências do homem. O fato é que sua inegável abertura permite à História beneficiar-se dos diversos progressos das disciplinas vizinhas, ao mesmo tempo se diferenciando destas por diversos aspectos, em especial por aquilo que Malerba (2006, p. 15) chama de “capacidade de autorreflexão”, ou seja, a capacidade de reformulação, revisão de seus métodos, seus encaminhamentos, auto-historicização.

Foi por meio da lógica da autorreflexão que os jornais, entendidos e aceitos como fonte para pesquisa, mostraram-se uma ferramenta importante para a narrativa histórica. Todavia, a relutância pelo seu uso persistiu até a década de 1970. Pesquisava-se a história da imprensa, mas não a história por meio da imprensa (LUCA, 2008, p. 111). Mesmo hoje, sua aplicação ainda é vista com receio por alguns historiadores. Na própria historiografia do Contestado a utilização da fonte jornalística é consideravelmente modesta. Porém, é meritório sublinhar que em 1998 Espig já havia publicado artigo na *Revista Estudos Ibero-Americanos*, destacando, em

profundidade, as possibilidades do jornal como fonte para pesquisas sobre a Guerra do Contestado, texto fundamental para aqueles que pretendem conhecer o arcabouço documental sobre a temática.

Segundo Espig (1998, p. 270-271), “durante o movimento do Contestado, os jornais em geral dedicaram grandes espaços aos acontecimentos à análise de seus articulistas, vindo assim a transformarem-se em importantes acervos históricos para estudo deste conflito”. Por outro lado, a própria autora alertava para os problemas dessas fontes:

Um dos mais frequentes problemas no tratamento dado aos jornais pelos historiadores, porém, é a ausência de uma crítica interna ao conteúdo jornalístico, e sua utilização como se fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma (ESPIG, 1998, p. 274).

Desta forma, é pertinente mencionar que toda fonte necessita de um tratamento específico. Nenhuma pode ser considerada pronta, límpida e destilada, aguardando sua simples degustação pelo pesquisador. Todas exigem métodos e abordagens teóricas consistentes⁶⁴.

Como já mencionado, os jornais estabeleceram-se como fonte quando, na década de 1960 e 1970, surgiram novas perspectivas de abordagem, em especial pela influência da Filosofia através dos aportes reflexivos de Michel Foucault⁶⁵, filósofo que influenciou não só a História, mas outros campos do conhecimento, como a Linguística e a Sociologia, nas quais tem-se a expressão evidente do discurso, do discurso da sociedade, manifestado de variadas maneiras, seja na literatura, na poesia, mas também nos jornais. Pois o jornal é a expressão de um discurso pautado na montagem, um elemento produzido, um produto discursivo da sociedade e/ou para a sociedade.

A passagem daquilo que era objetivo para uma narrativa, um discurso histórico, ocorreu com a própria mudança da ciência, admitindo que outros documentos e metodologias eram possíveis, deixando a ideia de originalidade em um plano não mais primordial para dar voz aos sujeitos das fontes. Isso se iniciou com maior ênfase a partir da década de 1930, mas

⁶⁴ É manifesto que nem tão somente os textos jornalísticos são suscetíveis de abordagens equivocadas. Ginzburg, ao fazer estudo dos inquéritos inquisitoriais da Baixa Idade Média e princípios da Idade Moderna, estabelecendo analogia entre o método de inquirição do inquisidor e do antropólogo, realizou em artigo apontamentos importantes sobre as contribuições de Clifford Geertz para a Antropologia, especialmente com relação à problematização textual. Segundo Ginzburg (1991, p. 16), “não há textos neutros; mesmo um inventário notarial implica num código, que devemos decifrar”.

⁶⁵ Para maiores detalhes sobre a influência de Foucault na história, ver Veyne (2014).

afirmara-se na década de 1970, possibilitando, por exemplo, o estudo do cinema, da música, da fotografia, etc., tomando-os como objeto e fonte – e o jornal é um deles (CAPELATO, 2015).

A renovação da temática evidenciou o processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores, muito percebido pelos títulos atribuídos às pesquisas desenvolvidas, incluindo temas como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim toda uma infinidade de questões até então ausentes no campo da História (LUCA, 2008a, p. 113).

Nesse entendimento, assentado principalmente na proposta de Foucault, o documento é, portanto, uma montagem, às vezes consciente outras não, mas um produto da sociedade. Sendo assim, os resquícios de uma sociedade no passado poderiam ser apreendidos por essas fontes, ditas não oficiais, acionando o passado por meio do jornal, por exemplo.

O jornal constrói memórias, memórias que, por vezes, são fabricadas por meio das notícias e do conteúdo, definido conforme a vontade do editor. É no processo de construção do jornal, na definição das matérias, dos cortes e no que será publicado como notícia que se deliberam, com base em um perfil ideológico estabelecido, aquilo que deve-se estipular como produto a ser consumido pela sociedade e, portanto, definido a se tornar memória posteriormente. Nas palavras de Le Goff (1990, p. 474), “toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pelo media, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria [...] sob a pressão dessas memórias coletivas”.

Especificamente sobre o jornal como fonte para a História, é também importante a ideia de mina de conhecimento ou depósito de cultura (BAUER *apud* CAPELATO, 1988, p. 21). Tais metáforas traduzem o quanto o jornal tem de potencial, pois está atrelado a um movimento da História enquanto ciência, revendo os documentos e suas posturas metodológicas.

Uma outra perspectiva, também iniciada na década de 1970, viu nos periódicos um potencial documental para fazer análise de aspectos culturais, avançando mais um passo para a consolidação deste material no rol documental da História. As propagandas expressas nos jornais, por exemplo, podem constituir bons elementos para a apreensão do cotidiano. As mudanças verificadas nos tipos de produtos e serviços oferecidos ao público, bem como a própria divulgação sobre os estabelecimentos comerciais, dizem muito sobre os hábitos urbanos e as tendências mercadológicas. Para Woitowicz (2015, p. 52) “a imprensa torna-se, a partir de sua expansão e desenvolvimento, um importante campo de produção e difusão de ideias, hábitos

e comportamento de vida urbana, figurando como mediadora e impulsionadora de acontecimentos da vida pública”. Já para Cruz (2000, p. 156):

Com a virada do século, a propaganda deixa progressivamente o espaço exclusivo das publicações comerciais e articula-se à imprensa periódica de uma forma mais ampla. O sucesso de um periódico, sua manutenção como uma publicação competitiva e estável, passa a depender cada vez mais de sua capacidade de atrair recursos via propaganda. Anúncios e reclamações passam a constituir parte característica e importante de um periódico de sucesso. Através da propaganda, a cidade-mercado penetra na imprensa periódica, denotando a crescente fruição de bens e serviços no espaço urbano.

Entretanto, Capelato (2015, p. 118) procura demonstrar que apesar da transformação dos jornais brasileiros em empresas jornalísticas, privilegiando a informações e necessitando muito mais dos anúncios, o interesse pela política não diminuiu. “No entanto, os jornalistas da época que não viam com bons olhos as mudanças ocorridas na imprensa afirmavam o contrário, ou seja, que o jornalismo opinativo perdera espaço quando os jornais se transformaram em empresas comerciais” (CAPELATO, 2015, p. 118). Fato que não ocorrera, conforme demonstrado pela própria autora, haja vista que os jornais continuam a debater política até os dias atuais.

Enfim, entendendo que o jornal é importante objeto e fonte para produção da narrativa histórica – seja em seu caráter documental, apontando indícios para o historiador, ou como material a ser problematizado por contextualizar momentos temporais específicos evidenciando relações de poder e sociabilidades –, discutir os periódicos que teceram discursos e narraram os conflitos no Timbó e Paciência permitirá compreender melhor a formação discursiva destes, ou seja, a que grupos estiveram ligados, a quais interesses e por quem foram redigidos, entre proprietários e redatores. Como evocou Luca (2008a, p. 132), “historicizar a fonte” permitirá, portanto, apresentar os sujeitos que por elas foram responsáveis, não fazendo, como corriqueiramente se vê em muitos textos que trabalham com jornal, em que os mesmos são tomados como instituições inanimadas, robotizados, como se expressassem um discurso próprio, artificial, quando na verdade são construções humanas, objetos utilizados por sujeitos específicos com fins específicos.

2.2 Os jornais do Paraná e Santa Catarina no início do século XX

O movimento político republicano, iniciado no Brasil bem antes da queda do Império, transformou os jornais no principal canal de divulgação dos ideais progressistas à população, principalmente à elite urbana, a qual detinha acesso à leitura bem como recursos econômicos e

logísticos para compra dos impressos. Todavia, é importante salientar que as notícias publicadas naqueles jornais chegavam a diversos estratos da sociedade, devido à própria oralidade, que incumbia-se da transmissão das notícias transformando-as em memória linguística e transportando-as a espaços que o jornal, materialmente, não chegava.

No rol das fontes utilizadas nesta pesquisa, alguns periódicos destacaram-se por noticiar casos de violência, ligados à Questão de Limites, ocorridos nos vales do Timbó e Paciência entre 1900 e 1908. São eles os catarinenses *República*, *O Dia* e *Gazeta de Joinville*, e os paranaenses *A República*, *Diário da Tarde* e *A Notícia*. Tais jornais figuravam em distintas posições políticas, cada qual com um discurso específico acerca da região contestada. De tal forma, compreender as origens e o percurso destes, de modo a identificar as transformações promovidas no seu estilo de redação, bem como assinalar aqueles que estiveram à frente destes meios de comunicação, entre redatores e proprietários, define-se como ponto importante para elaboração de uma reflexão a apresentar as origens dos diferentes discursos que qualificaram a região do Timbó e Paciência como espaço histórico de conflito. Pois, como sugere Thompson (1998, p. 13), “o uso dos meios de comunicação, implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo”, influenciando assim, através de redes de relações de poder político e econômico, a tomada de atitudes em determinada circunstância.

Quando os indivíduos usam os meios de comunicação, eles entram em formas de interação que diferem dos tipos face a face que caracterizam a maioria dos nossos encontros quotidianos. Eles são capazes de agir em favor de outros fisicamente ausentes, ou responder a outros situados em locais distantes. De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento comum (THOMPSON, 1998, p. 13-14).

Nos parágrafos que se seguem, busca-se apresentar um breve percurso de cada periódico utilizado como fonte durante a pesquisa, de modo a dimensionar minimamente as ligações entre um e outro, tal como perceber em que contexto determinados discursos e representações da região do Timbó e do Contestado foram elaborados. Todavia, é salutar considerar que o objetivo principal, por ora, será delimitar o espaço político e intelectual em

que esses jornais foram construídos e consolidados⁶⁶. A abordagem específica de cada um quanto aos conflitos nos vales do Timbó e Paciência será trabalhada em capítulo posterior.

2.2.1 República

Quatro dias após a Proclamação da República, em 19 de novembro de 1889, o jornal de Desterro⁶⁷, *República*, apresentava sua primeira edição. Com uma estrutura definida com quatro páginas, divididas as três primeiras em quatro colunas de texto e a última em três, dedicada aos anúncios⁶⁸, inaugurava uma tipografia utilizando a mesma estrutura de publicação que os demais jornais da época, sem realizar grandes modificações ou inovações no meio jornalístico. Porém, a partir da edição de 1º de abril de 1891, passou a ter uma malha⁶⁹ com cinco colunas, no mesmo período em que mudara de endereço, da Rua José Veiga para a Rua João Pinto⁷⁰, o que sugere um investimento no jornal, modificando inclusive sua tipografia. A partir de 05 de janeiro de 1895, o impresso passou a ter seis colunas, diferenciando-se de seus concorrentes. Segundo dados apresentados por Moraes (1985, p. 69), entre os anos de 1894 a 1914, somente os periódicos *Correio do Povo*, *A Época* e *Folha do Comércio* tiveram seis colunas como o *República*.

Os primeiros jornais criados em Santa Catarina após o fim do Império tinham como missão formar e persuadir a opinião pública em torno da causa republicana (FERNANDES; RODRIGUES, 2006, p. 2). Fernandes (2005) sugere que o “*República* surgiu [...] como órgão oficial do novo regime. Foi suspenso em janeiro de 1892 com a deposição do governador Lauro

⁶⁶ Consideração que nesse momento se faz necessária, refere-se às poucas fontes relativas a determinados sujeitos que estiveram à frente dos jornais pesquisados. Lacuna, por vezes, exigindo árduo empenho e senso investigativo, e mesmo assim não se pôde elucidar com precisão detalhes específicos devido à fragilidade de alguns dados encontrados. Nada obstante, a análise que se segue, apesar de suscitar alguns problemas, constitui um instrumental que poderá ser útil a outras pesquisas que necessitem informações sobre jornais que neste texto foram utilizados.

⁶⁷ Antiga denominação da capital da Província de Santa Catarina.

⁶⁸ Interessante análise é realizada por Moraes (1985, p. 132-134), concluindo que, no conjunto de jornais de Florianópolis no período da Primeira República, o *República* era o único que não tinha um preço fixo para anúncios, cobrando pelo que se convencionasse, diferente de seus concorrentes, os quais adotavam um regime de publicidade mediante ajuste.

⁶⁹ Malha ou *grid* é a estrutura visual utilizada para a disposição dos tipos (letras) em um impresso. Nos jornais de época, define-se basicamente pela divisão dos textos em colunas, mas também pode constituir os diferentes ajustes para inserção de imagens e símbolos.

⁷⁰ Em junho de 1903 a sede do jornal mudou novamente, desta vez para a Rua da República.

Muller⁷¹ e voltou a circular em março como propriedade de um sindicato (empresa). Em 1896 foi transformado em órgão do Partido Republicano Federal”. Foi um dos mais duradouros noticiosos iniciados no período republicano. Com edições diárias ao preço de 100 réis, perdurou por mais de 20 anos, tendo, a partir da edição de 21 de janeiro de 1899, utilizado o subtítulo de *Jornal de maior circulação em todo o Estado*. Sua última edição, de número 1106, foi publicada em 23 de dezembro de 1937, encerrando as atividades devido ao novo texto dado pela Constituição de 1937, que, nas palavras de Silva (2009, p. 105):

[...] definia a função da imprensa como serviço público, além de importante instrumento para o engrandecimento do país, ou seja, ela passou a desempenhar sua função atrelada ao Estado. Dessa forma, inúmeros proprietários de jornais e jornalistas, querendo ou não, foram cooptados pelo governo e puseram-se a reproduzir em suas páginas o jogo político governamental, servindo, assim, como folhas oficiosas.

Diante de tal condição, a agremiação partidária que mantinha a tipografia decidiu por encerrar suas atividades. Em nota, publicada na última edição, expôs que “em face da nova ordem estabelecida, para felicidade geral, no País, *República* sente-se satisfeita em declarar concluída a sua missão no seio da fidalga imprensa catarinense, que sempre diligenciou por enobrecer e prestigiar” (REPÚBLICA, 23 dez. 1937).

Desde a Revolução Federalista, o Partido Republicano dominou a política estadual em Santa Catarina (CABRAL, 1987, p. 282). O *República* era o órgão oficial do partido no estado, levando a público as principais atividades da agremiação, bem como informando sobre as ações do governo. Além de transcrever textos de outros jornais do país, publicava algumas crônicas, mas seu grande objetivo sempre foi ser um jornal de engajamento político.

Teve como redator, até 1902, José Artur Boiteux, que além de jornalista foi também deputado estadual em quatro ocasiões. Em 1903 Boiteux tornou-se diretor proprietário do jornal, mudando não apenas o endereço da tipografia, mas também a qualidade da impressão, verificada pelos exemplares consultados na Biblioteca Pública de Santa Catarina que impressionam pela precisão gráfica promovida pelos tipos, o que demonstra serem, na época, novos ou de pouco uso.

⁷¹ Na época, Lauro Muller era considerado o principal chefe do Partido Republicano em Santa Catarina, exercendo forte influência nas escolhas de candidatos do partido, o qual dividia-se em duas alas, a *laurista* (influenciada pelo próprio Lauro Muller) e a *hercílita* (liderada por Hercílio Luz). A indicação de nomes a cargos federais cabia a Lauro Muller, enquanto Hercílio Luz era responsável pelas indicações estaduais, mostrando a bipolaridade do Partido Republicano no estado (SCHARF, 2008, p. 19).

Em várias ocasiões o jornal fez “duras críticas a Felipe Schmidt e Lauro Muller” (MORAES, 1985, p. 319). Nas eleições para deputados estaduais em 1900, o senador Hercílio Pedro da Luz⁷² liderou uma cisão no partido, fazendo com que o chefe do governo estadual naquele momento, Felipe Schmidt⁷³, destituisse o *República* do status de órgão de imprensa oficial de seu governo, criando então um novo jornal, denominado *O Dia*, o qual, a partir de então, seria o canal utilizado pelo governador para divulgar as ações de sua administração.

A partir da cisão, não só na imprensa, mas materializada no próprio Partido Republicano Catarinense, os jornais *O Dia* e *República* passaram a travar batalhas discursivas por meio de suas publicações, externando de maneira clara as oposições de alas dentro do partido. O enfraquecimento sofrido pela concorrência direta fez com que Boiteux decidisse pelo fechamento do periódico, em setembro de 1903, ato que perdurou por quinze anos, voltando o jornal a ter uma nova edição somente em 1918. Com isso, ao contrário da imprensa curitibana, que convivia com a existência de jornais de grande alcance e de oposição, na imprensa de Florianópolis houve um certo domínio jornalístico exercido pelo *O Dia*, pertencente à ala *laurista* do partido republicano. Hercílio Luz chegou a criar em 1908 um jornal para fazer oposição, denominado *Gazeta Catharinense*, publicando matérias de capa com teor contrário ao *O Dia*, na intenção de desqualificá-lo e fazer críticas ao governo estadual, especialmente ao governador Gustavo Richard, acusando-o de uma série de episódios de corrupção. Em retaliação, teria a redação do jornal sofrido empastelamento⁷⁴ na madrugada do dia 20 de setembro de 1910 (GAZETA CATHARINENSE, 1º out. 1910).

Em outubro de 1918 o *República* – conforme o próprio título de capa fazia menção – ressurgia, justamente para anunciar o retorno de Hercílio Luz ao governo catarinense. Não por coincidência, seu antigo opositor na imprensa deixava de ser publicado. O jogo político de controle dos periódicos no estado expressava com nitidez o embate entre as diferentes facções

⁷² Hercílio Luz foi eleito deputado mais votado em 1899, com um total de 7.256 votos, assumiu o cargo de senador em março de 1900, na vaga deixada por Antônio Justiniano Esteves.

⁷³ Felipe Schimidt foi um dos nomes mais importantes da política catarinense durante a Primeira República. Governador do Estado por duas vezes, de 1898 a 1902 e de 1914 a 1918, foi também Senador da República durante o intervalo de seus dois governos, cargo que também exerceu depois de 1918 até o dia de sua morte em 1930. Estava à frente do governo de Santa Catarina quando os conflitos nos vales do Timbó e Paciência iniciaram em 1900, tal qual durante o período mais intenso da Guerra do Contestado, em 1914 e 1915. Foi ele também quem, juntamente com o governador do Paraná, Afonso Camargo, assinou o acordo de limites entre os dois estados, em 1916.

⁷⁴ Denomina-se de empastelamento, em tipografia, a mistura, desorganização ou mesmo a destruição dos tipos e outros elementos destinados a impressão. Na história do Brasil houve vários casos de empastelamento, principalmente durante a ditadura militar e não somente às redações dos jornais, mas também às bancas que os vendiam.

da política de Santa Catarina. De um lado, a elite pecuarista de Lages, representada por Lauro Muller, Felipe Schimdt e as diferentes gerações da família Ramos. De outro, Hercílio Luz, ligado às forças oligárquicas do vale do Itajaí.

A partir de tal polarização, os meandros e teias de alianças que constituíram as atuais facções partidárias no estado formavam-se. A própria eleição de 1918 foi costurada por elucubrada composição, pois Hercílio era um forte candidato a governador, porém Lauro Muller, que disputava com ele a liderança da política catarinense, era defensor da candidatura de Abdon Batista. Já Nereu Ramos, que também surgia como forte candidato, optou por fazer oposição, organizando o bloco que intitulou Reação Republicana. Em tal contexto, a solidez do Partido Republicano apresentava-se ameaçada e, para não ser derrotado dentro de seu casulo político, o então senador Lauro Muller viu-se obrigado a aceitar a sua própria candidatura, tendo Hercílio como vice. Após eleito, Lauro, que já fora ministro e era muito mais atuante na política nacional, optou pelo senado. Com a renúncia, o vice, Hercílio Luz, assumiu o governo do estado e cumpriu o mandato até 1922 (MEIRINHO, 1979, p. 112).

Após o seu retorno, o *República* perdurou por mais dezenove anos, encerrando seu expediente em 1937 devido à instauração do Estado Novo, regime que proibiu o livre funcionamento dos partidos políticos e, conseqüentemente, impôs o fechamento do jornal.

2.2.2. O Dia

Fundado em 1901 por Felipe Schimdt, o jornal *O Dia* nasceu como órgão oficial do Partido Republicano Catarinense. Defendendo o ideário de Santa Catarina na Questão de Limites, apresentava-se como porta-voz do governo junto ao público leitor e, como já mencionado, manteve intenso confronto com seu contrerrâneo, o *República*, como também com o periódico curitibano, quase homônimo a este último, o *A República*.

A estrutura tipográfica do *O Dia* seguia a mesma de seus concorrentes: malha geralmente dividida em cinco colunas. Apesar de verificar-se uma maior oscilação de malha durante as edições, inclusive com a utilização de apenas três colunas durante determinados períodos, mantinha uma estrutura constante, dividindo as matérias em seções distintas e regularmente sob a mesma denominação, fato que tornava a leitura melhor orientada em comparação ao *República*, por exemplo.

Dentre as seções, destacava-se a intitulada *Parte Oficial*, na qual, sempre precedido do brasão de armas federal ou estadual, eram publicados os atos do poder executivo. Noutra seção, denominada de *Salão Azul*, que funcionou desde a fundação do jornal, era exposta, diariamente,

uma lista dos aniversariantes (MORAES, 1985, p. 103). Já na seção *Expediente*, o periódico mantinha diálogo direto com seus assinantes, informando sobre alterações de preços, tal como pedindo desculpas pelo atraso na entrega de exemplares, entres outros informes. Análogo a seu concorrente direto, o *República*, um exemplar avulso do *O Dia* custava 100 réis, enquanto um número atrasado era vendido pelo montante de 200 réis.

Desde as primeiras edições, imperou nas suas quatro páginas de texto um forte posicionamento político. Com uma narrativa *laurista*⁷⁵, o impresso corriqueiramente fazia críticas aos posicionamentos do senador Hercílio Luz. Logo na terceira edição criticou a administração anterior⁷⁶ – de Hercílio Luz – por ter entregue o estado com enormes dívidas:

[...] o sr. Dr. Hercílio, durante sua administração, podendo-se computa-los todos em cifra superior a dez mil contos, apesar dos quais passou a administração a sr. Felipe Schmidt com uma dívida flutuante de cerca de mil contos, em que se contavam os vencimentos do funcionalismo, do qual o governo do sr. Dr. Hercílio devia 9 e 10 meses, alguns funcionários havendo que eram credores de mais de um ano de seus vencimentos (O DIA, 04 jan. 1901, p. 2).

O *República*, por sua vez, não deixou de dar embate às constantes críticas. Durante praticamente os dois últimos anos do governo de Felipe Schmidt (1901-1902), publicava diariamente uma seção intitulada *O Phantasma*, na qual, com a função de registrar o número de dias que o governador em exercício tinha tomado posse, buscava lembrar a sociedade da precariedade que se encontrava o estado de Santa Catarina (SCHARF, 2008, p. 21).

O percurso do *O Dia* perdurou por dezoito anos, encerrando suas atividades no fim do segundo mandato de Schmidt (1914-1918). Na última edição, datada de 28 de setembro de 1918, publicou longa matéria de capa desfazendo o discurso de rivalidade entre *hercilistas* e *lauristas*. Por meio de uma narrativa de confraternização, teceu melosos elogios à figura do governador recém eleito, Hercílio Luz. Nas palavras do noticioso:

⁷⁵ Cabe dizer que Felipe Schmidt era primo-irmão de Lauro Muller, seu antecessor no governo estadual, e pertencia à mesma ala que o primo dentro do Partido Republicano, exercendo assim intensa oposição a Hercílio Luz. Apesar de Cabral (1987, p. 282) mencionar que coube ao próprio Lauro Muller, dois anos depois, reunificar o partido, pacificando as duas alas, isso não aconteceu. Lauro Muller trouxe para dentro do partido os ex-federalistas catarinenses, que perderam a guerra anos antes, isolando ainda mais Hercílio Luz. Assim, ora e outra, as rivalidades emergiam nas páginas da imprensa revelando a desunião. Em edição de 23 de setembro de 1910, o jornal *O Dia* publicou: “engana-se o senhor Senador Hercílio Luz, ninguém mais o acreditará, todos conhecem o seu passado de trevas e lágrimas, a sua requintada perversidade”.

⁷⁶ Hercílio Luz, em seu primeiro mandato de governador (1894-1898), precedera Felipe Schmidt no governo de Santa Catarina.

Passada a fase das competições, o sr. Dr. Hercílio Luz sente bem que se acha em condições excepcionais para dirigir a nau governamental. A sua lealdade, a nobreza das suas atitudes, o seu valor mental e seu patriotismo são penhores seguros de que o Estado continuará a progredir para a conquista da posição que lhe compete entre as outras unidades da República (O DIA, 28 set. 1918).

Durante sua existência, *O Dia* teve como diretores e redatores inúmeras figuras da política catarinense. Dentre os nomes que exerceram influência no impresso de Florianópolis pode-se citar Henrique Rupp Junior, o qual desempenhou a função de diretor entre 1908 e 1909; Nereu Ramos, redator político durante o ano de 1911; e Ivo D'Aquino Fonseca⁷⁷, que assumiu também a função de diretor em novembro de 1917, cumprindo-a até fins de 1918 quando o jornal deixou de ser publicado. Mas, durante a maior parte do período em que esteve disponível aos leitores, duas personagens mantiveram intensa dedicação ao periódico: Joaquim Thiago da Fonseca e Martinho José Callado e Silva. O primeiro fora por vários anos Procurador Geral do Estado, já o segundo, apesar de ter sido prefeito de Florianópolis durante alguns meses de 1892, dedicou sua vida ao jornalismo e à literatura, sendo atualmente patrono da cadeira 35 da Academia Catarinense de Letras. Foi sob o olhar atento e o tino político-literário destes redatores que o jornal produziu acentuadas matérias que retrataram os conflitos ocorridos no Timbó e Paciência, porém, de modo cauteloso e cirúrgico, evitavam qualquer ato, pronunciamento ou opinião que pudesse desestabilizar os progressos da causa catarinense na Questão de Limites junto às esferas legislativas e judiciárias.

Entre 1901 e 1918, a redação da referida gazeta mudou de endereço por diversas vezes, assim como também modificou sua tipografia alterando a configuração das placas e dos tipos. No início das atividades, encontrava-se localizada na Rua Trajano, mudando alguns meses depois para a Rua Nunes Machado, cerca de 400 metros do antigo endereço. Em maio de 1903, mudara outra vez, agora para a Rua Jeronimo Coelho, distante mais 300 metros. Lá, permaneceu até janeiro de 1908, quando passou a sediar-se em prédio em frente à Praça 15 de Novembro, bem no centro da cidade. Mudou para um último endereço em janeiro de 1917, na Rua João Pinto, local em que fechou definitivamente suas portas em 1918.

⁷⁷ Ivo d'Aquino Fonseca teve intenso envolvimento social e político com a região do Contestado após o fim do movimento sertanejo. Era natural de Florianópolis, estudou no conceituado Ginásio de Santa Catarina e formou-se advogado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1919, foi nomeado juiz de direito da comarca de Canoinhas, exercendo a função de prefeito de 1926 a 1928, período em que mudara o nome da cidade para Ouro Verde. Dentre todas as funções que desempenhou, destacam-se: Oficial de Gabinete do Governador Hercílio Luz, Procurador Fiscal do Estado (1918-1919), Consultor Jurídico do Estado (1920), Deputado Estadual (1922-1930), Secretário da Viação e Obras Públicas e Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Delegado do Brasil e Ministro Plenipotenciário junto à ONU (1949), Ministro e Procurador Geral da Justiça Militar no Supremo Tribunal Militar, além de Interventor de Santa Catarina em diversos períodos.

Sempre que alterou sua localização, percebe-se algum elemento de inovação no periódico, seja na disposição da malha ou na melhora da tipografia. É considerável supor que, entre os anos de 1900 e 1908 – recorte temporal desta pesquisa –, os jornais ligados aos partidos republicanos dispuseram de recursos para melhor estruturar as redações. Mesmo não havendo alteração nos valores cobrados por exemplares avulsos e assinaturas, tal como não houve grandes alterações na quantidade de anúncios, é vidente a melhora na qualidade de impressão.

2.2.3 Gazeta de Joinville

Dentre os jornais pesquisados e utilizados para compor este texto, o *Gazeta de Joinville* foi o que menos noticiou os casos do Timbó, entretanto, fez inferências importantes sobre o tema, justificando sua utilização como fonte, de modo a completar a visão dos jornais da capital catarinense, *República* e *O Dia*, que eram ligados ao partido republicano.

Nascido ainda no Período Imperial, em 2 de outubro de 1877, o *Gazeta de Joinville* intitulava-se “órgão literário dos interesses agrícolas, mercantis e industriais da província de Santa Catarina e, especialmente, da comarca de São Francisco” (GAZETA DE JOINVILLE, 02 out. 1877). Editado por um grupo de imigrantes alemães, era uma espécie de versão brasileira do *Kolonie-Zeitung*, jornal existente desde 1862 e publicado em língua alemã. Segundo análise realizada por Herkenhoff (1998), o *Gazeta de Joinville* surgira com intuito de demonstrar à sociedade joinvilense a inocência dos imigrantes quanto ao chamado *perigo alemão* – discurso recorrente na imprensa, principalmente francesa, que pregava o temor ao imperialismo da Alemanha – bastante difundido no país, disseminando a possibilidade de anexação do Sul do Brasil pelos alemães devido à concentração de germânicos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Desta forma, a existência de um jornal escrito em língua portuguesa poderia difundir um discurso a desqualificar a campanha antialemã, cada vez mais acentuada na imprensa brasileira.

Três anos após sua criação, em 1880, o periódico semanal passou a ser controlado pelo Club Joinvillense, entidade mista, organizada por alemães e brasileiros, que, sob a chefia do telegrafista Manoel da Costa Pereira, decidiu assumir o jornal, impedindo seu prematuro fechamento devido ao decrescente número de leitores (HERKENHOFF, 1998, p. 67). Contudo, a iniciativa foi apenas paliativa, em 03 de outubro de 1883 uma pequena nota anunciava:

Com profundo pesar declaramos aos nossos benévolos leitores que, por motivos econômicos, o Club Joinvillense acha-se na necessidade de suspender

em este número a publicação da *Gazeta de Joinville* (GAZETA DE JOINVILLE, 03 out. 1883).

O encerramento das atividades do periódico não é de surpreender. Conforme censo demográfico realizado pelo governo imperial em 1872, verifica-se que a população da Freguesia de Xavier de Joinville era dividida em 50,54% de estrangeiros (na maioria alemães) e 49,46% de brasileiros. Do total, 44,93% sabiam ler e 55,07% eram analfabetos⁷⁸. Considerando o alto índice de analfabetismo geral no Brasil Império, com uma taxa de 82,3%, e o alto índice de alfabetização dos imigrantes alemães (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 183), é fácil supor que a maioria da população letrada de Joinville naquele período era constituída de pessoas de origem germânica. De tal forma, é de se supor que o letramento verificado pelo censo de 1872 fosse do idioma alemão, favorecendo a preferência pelo *Kolonie-Zeitung*, o qual permitia não só manter a prática de leitura na língua natal, como também matar a saudade do velho mundo, além do fato de haver resistência na aceitação do português como idioma.

Mesmo com um valor de assinatura baixo, 3\$500 réis por seis meses, 42,85% a menos que o *A Regeneração*⁷⁹, por exemplo, o noticioso não conseguiu conquistar e manter seus leitores. Aliado a isso, também é verificável uma falta de comprometimento dos sócios do Club Joinvillense para com o jornal, o que pode ter influenciado na suspensão do mesmo. Em reunião marcada para o dia 22 de setembro de 1883, o não comparecimento dos membros do clube motivou a publicação de um convite impregnado de ressentimento:

Não tendo comparecido os sócios dessa corporação, na reunião de 22 do corrente, afim de tratar-se sobre a eleição da nova diretoria, a continuação da Gazeta e outros assuntos importantes, convida-se novamente os mesmos sócios para deliberarem em sessão extraordinária sobre o que fica, acima dito, e pede-se encarecidamente que não se escusem ao convite, afim de se não prejudicarem os interesses da sociedade o que terá lugar a 27 do corrente pelas 5 horas da tarde (GAZETA DE JOINVILLE, 26 set. 1883, p. 4).

Após mais de sete anos sem publicação, o periódico semanal voltou às suas atividades em 08 de fevereiro de 1891, desta vez aos domingos. Naquele momento, em pleno regime republicano, anunciava-se como imparcial, com objetivo de não pôr-se a serviço de governos nem desviar sistematicamente a opinião contra a administração pública, desde que esta se mantivesse no terreno da legalidade, inspirada nos princípios de justiça e promovendo o bem

⁷⁸ Dados obtidos através do Recenseamento Geral do Império de 1872.

⁷⁹ Um dos principais jornais de Desterro, contemporâneo ao *Gazeta de Joinville*.

público (GAZETA DE JOINVILLE, 08 fev. 1891). Contendo seções diversificadas com publicação de telegramas, folhetins, avisos legais, notícias locais, nacionais e internacionais, tal como considerável quantidade e diversidade de anúncios, perdurou apenas até sua 26.^a edição. Voltou a ser editado em uma quarta tentativa a partir de 1º de janeiro 1893, de imediato indicando os motivos do anterior fechamento: “Satisfeita com o seu passado, no qual preferiu sempre uma nobre altivez a lucros humilhantes, ela renasce hoje, talvez mais bem amparada, para ter uma vida mais longa e robustecida pela aceitação pública já antecipadamente anunciada” (GAZETA DE JOINVILLE, 1º jan. 1893). Aceitação que durou por apenas quinze edições, deixando mais uma vez de ser publicada quatro meses depois da reabertura.

Em 1905, o jornalista Eduardo Schwartz⁸⁰, então dono de um jornal editado em alemão, o *Joinvillenser Zeitung*, decidiu novamente implantar um noticioso em língua portuguesa, contrariando as várias frustrações das tentativas anteriores. Por agravante, o nome escolhido por Schwartz seria o mesmo que fracassara anos antes, *Gazeta de Joinville*. A nova estrutura do impresso e o envolvimento de Schwartz no meio político, sendo camarista em duas oportunidades – 1907 a 1911, e 1915 a 1929 – garantiu o progresso do periódico, que acabou fundindo-se, em 1913, com o concorrente, *Comércio de Joinville*, originando um novo jornal.

Sob a redação de Schwartz, a *Gazeta de Joinville* inseria-se no debate político com maior ênfase, o que não se verificava nos períodos anteriores de existência do jornal. Estampando a capa da primeira edição, o texto de apresentação demonstrava uma elaborada dissertação sobre a perspectiva de atuação da folha perante o público, especialmente joinvilense. Escrito por seu redator, Joaquim Mira, considerado um dos grandes nomes do jornalismo catarinense, fazia ponderações cirúrgicas quanto ao problema da nacionalidade no intuito de demonstrar isenção em assuntos delicados para a sociedade catarinense. Mira nunca se filiou a partido político, permitindo que assim pudesse escrever livremente, não consentindo que suas ideias fossem relacionadas a determinada ligação partidária (HENTZ, 2008, p. 4). No entanto, suas colocações sempre fortes e com perfil de oposição, ao mesmo tempo que cativava os leitores o fazia ser odiado por grupos governistas. Devido às constantes denúncias sobre

⁸⁰ Eduardo Schwartz nasceu em Budapeste em 1865. Imigrou para o Brasil em 1888, estabelecendo-se primeiramente no Rio de Janeiro e mudando-se logo a seguir para Santos. Na portuária cidade paulista conheceu a jovem Auguste Pahl, joinvilense e filha dos alemães Karl e Henriette Pahl, radicados em Joinville em novembro de 1854. De Santos o casal partiu para Joinville em 1893. Entre 1892 e 1893 circulou em Joinville um pequeno jornal redigido em alemão chamado *Volksstaat (Estado do Povo)*, que apoiava o movimento federalista. Com a derrota do movimento, o jornal deixou de existir e Eduardo Schwartz comprou de seus antigos diretores o material tipográfico criando, em 1895, outro jornal escrito em alemão, o *Joinvillenser Zeitung*. Disponível em: <<http://festacultural.blogspot.com.br/2013/10/o-jornal-que-nasceu-de-um-caso-de-amor.html>>. Acesso em: 04 set. 2017.

determinados atos da administração pública, acabou morrendo de forma brutal em 1927, assassinado na frente de um de seus filhos.

Nessa nova fase do *Gazeta de Joinville*, vê-se um jornal mais consistente e com vários anunciantes, sendo vendido por um valor alto, comparado com os demais periódicos da época, 200 réis o número avulso. Por ser de edição semanal, evidentemente era melhor preparado, apresentando poucos erros ortográficos e estampando fotos em várias edições. Dividido em uma malha de quatro colunas e com subtítulos bem destacados, possuía uma leitura direcionada e agradável visualmente. Os anúncios eram impressos com bordas e trabalhos ornamentais que davam a cada publicidade um detalhe exclusivo. Aspectos como estes, possivelmente, influenciaram na sua melhor aceitação pelos leitores.

2.2.4 A Notícia

Os jornais do Paraná, assim como os de Santa Catarina, davam no início do século XX os primeiros passos na consolidação da grande imprensa, o jornal empresa, mantido e organizado pela iniciativa privada. O discurso de modernização e progresso, difundido pelos ideais republicanos, incitavam cada vez mais os investimentos no setor, melhorando instalações e equipamentos que influenciaram diretamente na diversidade de ilustrações – charge, caricatura, fotografia –, como também no aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão e menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa (ELEUTÉRIO, 2012, p. 83).

Nesse contexto, surgia em 1905 o periódico *A Notícia*, fundado por José Celestino de Oliveira Junior, membro do Clube Republicano de Curitiba⁸¹, o qual definia como objetivo principal de seu jornal ser uma folha diária, “sem prevenções ou inclinações políticas ou de outra fonte, julgando assim poder prestar os serviços possíveis à terra natal – o que é, em suma, o seu desejo primordial” (A NOTÍCIA, 04 nov. 1905).

O discurso inaugural do redator proprietário do *A Notícia* não difere da maioria dos periódicos que surgiam naquele momento da história brasileira – instante de euforia republicana. Um discurso de imparcialidade política que buscava expressar neutralidade, porém

⁸¹ O Clube Republicano de Curitiba foi fundado em novembro de 1885, tendo como presidente Eduardo Gonçalves e secretário Ernesto Lima. Em 1886 iniciam a publicação do jornal *A Republica*, que seguia a linha editorial do *A Federação* do Rio Grande do Sul e do *A Província* de São Paulo. No ano seguinte lançam um candidato à Assembleia Provincial; no entanto, ele não foi eleito e os republicanos continuaram sem a constituição de um partido. Nos primeiros anos suas reuniões realizavam-se no Clube Militar, e no início algumas chegavam a não ser realizadas por falta de participantes em número suficiente (CORRÊA, 2006, p. 48).

contraditório, uma vez que o próprio envolvimento dos jornais com os ideais republicanos já denunciava sua parcialidade.

A ideia de liberdade da imprensa, para dizer e afirmar com independência qualquer opinião por meio dos jornais era inautêntica, havia sim, nas palavras de Eleutério (2012, p. 84) uma sanha repressora contra a liberdade de expressão. O decreto 85-A, de 23 de dezembro de 1889, deliberava:

Art.1º - Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição (BRASIL, 1889).

Naquele contexto, a elite econômica paranaense definia-se em dois grupos distintos, um representado pelos proprietários pecuaristas: liberal; e outro pela burguesia ervateira: conservador (MARACH, 2013, p. 78-79). Este último, fortalecido pela sua ligação com o Partido Republicano, possibilitava aos jovens a inserção no campo político e intelectual, principalmente jornalístico, já que eram beneficiados diretamente pelo novo regime e motivados ideologicamente pelo discurso progressista então vigente.

De tal maneira, o *A Notícia* dava início à sua curta história. Com uma malha dividida em seis colunas, com quatro páginas de texto e pouquíssimas ilustrações, exceto em algumas ocasiões em que publicava caricaturas, elaborado por um profissional pago por demanda, pois este tipo de trabalho não era frequente, mesmo tendo sido uma promessa do redator, anunciada na edição de número dois. Aliás, uma dessas caricaturas, encontrada no jornal durante a pesquisa, é do coronel Demétrio Ramos, veiculada em 1906. Todavia, este assunto tratar-se-á em capítulo posterior.

Apresentando uma distribuição um pouco confusa das colunas, com títulos de matérias minimamente diferentes entre uma seção e outra, a busca a determinadas notícias certamente não era uma tarefa das mais fáceis. Nas primeiras edições, inusitadamente, as informações sobre preço, redator e endereço da oficina não encontram-se inseridas no mesmo espaço entre uma edição e outra. Na quinta tiragem, por exemplo, os dados foram apresentados no meio da segunda página, fato incomum em comparação com os demais jornais da época, que traziam tais dados de maneira destacada, logo em primeira página, geralmente no canto superior esquerdo.

Ao custo de 18\$000 réis a assinatura anual, e 10\$000 réis a semestral, incluindo dois meses de gratuidade, oferecido em novembro e dezembro⁸², o periódico curitibano, com sede na Rua 15 de Novembro, nomeava-se como um jornal popular, dedicado à publicação de assuntos de interesse do estado do Paraná,

[...] contendo numerosas seções de notícias completas sobre administrações públicas, agricultura, comércio, indústria, ciências, artes e letras, seções de utilidades com preciosos conselhos de vida prática e de modas, informações minuciosas sobre estatística comercial, movimento marítimo e terrestre, esportes, etc., etc (A NOTÍCIA, 05 nov. 1905, p. 2).

Enfim, com um editorial variado, buscava inserir-se no meio popular, obtendo a aceitação de um abrangente campo de leitores. Apesar da empolgação demonstrada em seu segundo dia de atividade, quando teria vendido toda a tiragem em cerca de meia hora, a empolgação do proprietário, Celestino Junior, parece não ter se estendido por muito tempo. Em outubro de 1906, menos de um ano após o lançamento, o *A Notícia* era vendido aos empresários Claudino dos Santos⁸³ e Ermelino de Leão⁸⁴. Contudo, tal venda pode não ter se efetivado por problemas financeiros, uma vez que o próprio Claudino comprara, no mesmo mês, o noticioso considerado na época o mais importante do Paraná, o *Diário da Tarde*.

Sob a propriedade da C. Santos & Leão, o *A Notícia* afirmava estar entrando em uma nova fase, independente e imparcial, não trazendo para as suas colunas outros tributos a não ser os que viessem a servir ao povo paranaense, concorrendo com o sutil, mas bem intencionado tributo à obra patriótica de engrandecimento do Paraná. Mais ainda, “sem preconceitos partidários de qualquer ordem, prometia consagrar-se ao estudo das questões econômicas, advogando diretamente aos legítimos interesses das classes laboriosas” (A NOTÍCIA, 06 set. 1906).

A promessa de imparcialidade, generalizada para os jornais da época, e a inexistência de antepaixão partidária, chega a ser um tanto cômico, haja vista que os dois sócios proprietários do jornal eram políticos de carreira. Ermelino de Leão, apesar de ter deixado a vida pública

⁸² Esta informação consta na seção *Expediente* da segunda edição, datada de 06 de novembro de 1905. Mas, tal gratuidade era oferecida apenas para os assinantes anuais e, excepcionalmente, no ano de 1905.

⁸³ Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos foi advogado diplomado pela Faculdade de Direito de Recife, escritor e jornalista. Além de ter exercido diversos cargos públicos no executivo, legislativo e judiciário, publicou diversos livros. Foi fundador do Colégio Paranaense e prefeito de Curitiba em 1916.

⁸⁴ Ermelino Agostinho de Leão Junior formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, exercendo posteriormente a função de promotor público. Elegeu-se deputado estadual, tendo posteriormente exercido o cargo de diretor do Arquivo Público e Museu Paranaense. Na função de jornalista, participou de vários jornais, como os paulistas *A Opinião* e *Verdade*, e os paranaenses *Diário da Tarde*, *A Notícia* e *Antonina*. Em 1901 fundou a empresa Mate Leão. Assim como Claudino dos Santos, foi autor de diversos livros.

naquele momento, fora deputado estadual. Claudino dos Santos iniciou sua carreira como jornalista em Curitiba, escrevendo para a folha *A Federação*. Devido ao envolvimento com o Partido Federalista, teve que se exilar na Europa após a vitória do governo de Floriano Peixoto. Em 1906, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Federal.

A extravagância e o caricato faziam parte da personalidade dos jovens jornalistas. De acordo com Bega (2001, p. 77), “beiravam ao ridículo, ao trajarem-se de preto, ostentarem chapéus estranhos, imensas golas, grandes polainas, etc.”. Com um jeito um tanto sensacionalista e extravagante, impuseram, no curto período à frente da redação do *A Notícia*, uma direção que apesar de intitular-se imparcial, foi sim muito ativa politicamente. Em nota de despedida, publicada na edição de número 589 e datada de 22 de setembro de 1907, assumiam a postura política ao dissertarem que não deixaram, “contudo, de discutir as questões políticas que interessavam ao país, pois que a sua redação entendia que a análise destes assuntos não é defesa à imprensa independente, mas republicana” (A NOTÍCIA, 22 set. 1907).

Tal despedida motivara-se pela venda do periódico ao advogado e escrivão de crime, júri e execuções criminosas do termo de Curitiba, Florido Cordeiro. Cidadão influente, membro do Clube Republicano de Curitiba, e despertador de ódios, devido sua atividade advocatícia, Cordeiro dera seguimento à mesma linha editorial adotada por Ermelino e Claudino. Intitulando-se como “um jornal do povo para o povo”, iniciava sua curta trajetória de jornalista consagrando o ideal republicano.

O programa d’*A Notícia* pode sintetizar-se em poucas palavras: é um jornal do povo para o povo, – o que equivale a dizer é um jornal republicano. E é debaixo desse ponto de vista que todos os assuntos de interesse público serão tratados nestas colunas, onde não terão ingresso nem as paixões dissolventes nem os caprichos desarrazoados, que cegam a razão e fazem calar a voz da justiça. Seremos imparciais. Já é hoje uma chapa o jornal imparcial, que ‘não negará aplausos aos bons atos, bem como não deixará de censurar os maus’. [...] E, ditas estas palavras, esperamos merecer o apoio do público leitor, certos de que saberemos honrar a missão do nosso jornal, no convívio da ilustrada imprensa patricia, colaborando com ela, embora seja diminuto o nosso valor, na obra ingente do progresso do nosso Estado (A NOTÍCIA, 24 set. 1907).

Apesar do pedido de apoio aos leitores, o periódico não prosperou sob a conduta de Florido. Em menos de um ano, este transferia toda a estrutura do jornal, material tipográfico, máquinas e acessórios, sem ônus, a Antonio Leopoldo dos Santos & C, o qual manteve o jornal em atividade por pouco tempo, de junho a setembro, encerrando definitivamente o expediente do *A Notícia* em 02 de setembro de 1908, após 877 edições.

2.2.5 Diário da Tarde

Certamente o *Diário da Tarde* foi até hoje o periódico paranaense mais pesquisado na academia, principalmente na área de comunicação. É o jornal mais citado na historiografia do movimento sertanejo do Contestado, pois noticiou intensamente o conflito. No rol de fontes selecionadas para esta pesquisa não foi diferente, 16% de todo material encontrado na imprensa acerca dos conflitos do Timbó e Paciência são matérias do *Diário da Tarde*.

Com um discurso de oposição ao Partido Republicano, o jornal defendia uma imagem de imprensa comprometida com a *verdade* e com o cidadão paranaense, intitulando-se *folha imparcial*. Segundo seu fundador, foi criado exclusivamente para defender a causa do Paraná na Questão de Limites (DIÁRIO DA TARDE, 08 out. 1900). Anos depois, durante os conflitos do Contestado, já era o mais importante jornal do estado, o mais avançado tecnicamente e de maior prestígio perante o público leitor (WOITOWICZ, 2015, p. 60).

Iniciou um longo período de existência, mais de 83 anos, em 1.º de abril de 1899, apresentando uma malha em cinco colunas bem divididas e com uma considerável variação de tipos, muitos destes ornamentados. Outro detalhe expressivo para um jornal nascido ainda no século XIX era a presença de imagens. Destaque para uma caricatura publicada na primeira página na seção *Para Descontrair*, que, infelizmente, devido uma mutilação existente no exemplar consultado, não foi possível identificar sobre que contexto referia-se.

Vendido inicialmente ao custo de 100 réis o número avulso, 16\$000 réis e 10\$000 réis a assinatura anual e semestral, respectivamente, permanecera com tal valor até 1902, quando reajustara seu preço para 18\$000 réis a assinatura anual e mantendo o mesmo valor semestral. Uma nova alteração deu-se em julho de 1907, quando os valores passaram para 20\$000 réis a assinatura anual e 12\$000 réis a semestral. Assim manteve-se até 1908⁸⁵.

Os reajustes de preços, verificados nesse período de tempo, têm relação direta com a consolidação do *Diário da Tarde* como principal jornal do Paraná na época, demonstrando sua valorização durante os anos. Um periódico que seguia uma tendência sensacionalista, apaixonada e irônica (DALFRÉ, 2014, p. 85), utilizando-se de diversos mecanismos para obtenção de um público popular, diversificando suas colunas com artigos que iam desde intenso debate político, geralmente travado como o *A República*, até as cômicas notas sobre aparições de

⁸⁵ A variação de valores consultada nas edições no *Diário da Tarde* limitou-se apenas no recorte temporal da pesquisa, 1900-1908. Pois, devido aos longos anos de existência do mencionado periódico, uma busca por alterações de preços posteriores a 1908 dependeria de enorme expediente, que pouco contribuiria para com a problemática proposta nesta dissertação.

fantasmas, plantadas pelo próprio redator chefe e fundador do jornal, Estácio Correia (PILOTTO, 1976, p. 31).

Estácio Correia era natural de Morretes, advogado em Curitiba, foi nomeado em 1899 – mesmo ano da fundação do *Diário da Tarde* – para o cargo de juiz municipal da capital paranaense. Chegou ao posto de procurador-geral de justiça em 1901, função que exerceu até 1904. Frente ao *Diário*, desempenhou um jeito popular de jornalismo, o que até então não era comum na imprensa paranaense. Contudo, mantinha sempre uma relação próxima com a elite curitibana. Frequentemente promovia festas em nome do periódico, as quais eram detalhadamente relatadas nas páginas do seu jornal, comentando sobre a presença de cada autoridade e descrevendo o discurso realizado por estes. Desta forma, Estácio Correia mantinha uma certa rede de relações com a elite do estado, pois não foram poucas as ocasiões em que conquistara a inimizade de alguns devido a matérias fortes e irônicas que publicava. Durante seu discurso na cerimônia de primeiro aniversário do *Diário da Tarde*, por exemplo, teceu palavras de profundo agradecimento a Bernardo Veiga por ter defendido o jornal em situações difíceis, quando as opiniões da redação produziram terríveis inimigos (DIÁRIO DA TARDE, 20 e 21 mar. 1900).

Bernardo Veiga, além de amigo pessoal de Estácio Correia, era sócio minoritário do *Diário da Tarde*, participando inclusive como colunista por um determinado tempo. Também era advogado, exercendo funções públicas de juiz e promotor por diversas ocasiões. Foi a Bernardo que Estácio vendeu o *Diário da Tarde* em abril de 1900, afirmando que o fizera por necessidade de apenas dedicar-se à carreira pública. Em nota, divulgada em primeira página, mais uma vez demonstrava ter adquirido sérias inimizades durante seu percurso como proprietário do jornal: “se algum dia, destas colunas irromperam frases que despertaram rancores foi porque mais do que as intenções valeram as ideias, ou as necessidades públicas quais combati” (DIÁRIO DA TARDE, 03 e 04 abr. 1900). De fato, seu modo combativo e, em várias ocasiões, contrário ao discurso governista, renderam-lhe ódios, mas também amores, pois consolidou o *Diário da Tarde* como um dos jornais mais importantes do estado.

Sob a direção de Bernardo Veiga, o *Diário da Tarde* prometia continuar sendo um jornal popular, fiscalizando as ações públicas e governamentais como até então fazia seu ex-redator. Porém, o novo proprietário não assumiu a redação do impresso. Justificando ter acúmulos de serviço de outra ordem, destinou a Leôncio Correia a função de diretor e redator técnico (DIÁRIO DA TARDE, 04 e 05 abr. 1900).

Leôncio Correia já era, na época, um consagrado jornalista. Membro das oligarquias ervateiras do Paraná, destacou-se tanto na política quanto na literatura, tendo dirigido vários

jornais, incluindo o *Futuro*, *Gazeta Paranaense*, *A Província de São Paulo*, *Quinze de Novembro*, *Diário do Commercio*, *A República*, entre outros. Foi deputado estadual e federal, como também exerceu importantes cargos públicos no Paraná e no Rio de Janeiro, tanto em nível estadual quanto federal⁸⁶.

Seu itinerário biográfico demonstra o espaço político privilegiado que um descendente das oligarquias locais teve no Paraná e no Rio de Janeiro, centro do poder político do país, valendo-se dele para realizar os jogos políticos de seu interesse no Paraná. Nascido numa das famílias mais importantes do Paraná do século XIX e início do XX, Leôncio Correia estava inserido nas redes de interdependência que configuraram o poder político do Paraná por muitos anos. Mais que isso. Valeu-se de um excelente senso de oportunidades e inseriu-se no campo político nacional com relativo êxito, consagrou-se como jornalista e ainda pôde exercer suas aptidões literárias, escrevendo e publicando suas poesias (CORRÊA, 2006, p. 130).

Frente ao *Diário da Tarde*, incorporou o discurso populista já anteriormente usado, afirmando-se como porta-voz dos clamores ou das alegrias populares. Portanto, manteve o lema que sempre conduziu o noticioso, prometendo defender patrioticamente, imparcialmente e louvadamente os interesses dos cidadãos laboriosos do Paraná. Contudo, sua participação na redação foi rápida, pouco mais de três meses. Nesse período, deu nova roupagem às páginas, inserindo grande quantidade de anúncios na capa, algo não corriqueiro para os jornais da época. Talvez tenha sido este o motivo de sua saída, pois, sem maiores explicações, o periódico mudava de endereço em julho de 1900, estabelecendo-se na Rua 15 de Novembro, número 67. Já na edição do dia 17 do mesmo mês, não mais trazia o nome de Leôncio como redator, mas sim a menção redatores diversos e, de tal forma, manteve-se até 14 de setembro quando assumiu Reinaldo Machado⁸⁷.

Nessa fase, de julho a setembro de 1900, mudanças significativas puderam ser notadas no *Diário da Tarde*, especialmente em sua estética visual, incluindo tipos e colunas. Aumentara também a tiragem, necessitando de maior espaço para a redação, o que motivou uso de duas salas na Rua 15 de Novembro (DIÁRIO DA TARDE, 17 jul. 1900).

⁸⁶ Maiores aprofundamentos sobre a biografia de Leôncio Correia podem ser obtidos em Corrêa (2006).

⁸⁷ Reinaldo Machado era catarinense de nascimento, estudou Medicina no Rio de Janeiro, formando-se em 1895. Em Curitiba exerceu, além das funções de médico, a de jornalista, professor e político, tendo sido eleito vereador em 1912. No ano de 1902 foi nomeado para ocupar a cadeira de História Natural do Ginásio Paranaense, sendo anos mais tarde Diretor Geral de Instrução Pública (SOUZA, 2004). Foi um dos fundadores da revista *Paraná-Médico*, a qual, segundo Ross (2012, p. 12), “representou um instrumento de afirmação da imagem do médico como intelligentsia responsável pela regeneração do país, tanto na perspectiva da assunção da ciência como orientação geral da ação, a qual envolvia as esferas pública e privada, como no âmbito da educação, enquanto meio privilegiado de difusão dos princípios norteadores de uma nova cultura científica”.

Reinaldo Machado, no seu texto de apresentação, prometia manter as mesmas feições da folha, afastando-se por completo das lutas partidárias, independente das facções políticas, reforçando a opinião do povo e defendendo seus interesses (DIÁRIO DA TARDE, 15 set. 1900).

O discurso de jornal do povo sempre se manteve como lema. Os diferentes redatores e proprietários que o dirigiram procuravam enfatizar tal característica, pois consideravam ser esta a grande responsável por colocar o periódico no posto de impresso de maior circulação no estado, superando grandes concorrências e interesses políticos, como do *A República*, por exemplo.

Reinaldo Machado foi redator chefe até 1902, quando Celestino Junior assumiu a redação, nela permanecendo até o fim de agosto de 1903, quando Alfredo Augusto Varela de Vilares⁸⁸ tornou-se o novo diretor.

Foi no período em que Alfredo Varela esteve no comando do *Diário da Tarde* que o jornal mais se posicionou politicamente, em especial para fazer oposição à figura do então senador Vicente Machado, alvo de muitas críticas, não só do *Diário*, mas de vários outros impressos da época⁸⁹. Vicente Machado foi um dos maiores líderes republicanos do Paraná, odiado por muitos, sofreu inúmeros ataques ao longo de sua vida. A principal acusação sobre sua pessoa foi a de ter encomendado a morte do Barão do Serro Azul⁹⁰, no final da Revolução Federalista, em 1894 (CORRÊA, 2006, p. 88). Muitos dos ataques discursivos realizados por Alfredo Varela, contra Vicente Machado, foram relatados em livro, intitulado *As oligarchias no Brasil: ataque a do Paraná*, publicado no mesmo ano em que o autor foi redator do *Diário da Tarde*, 1903. Na obra, constam acusações como:

[...] fraudes eleitorais, indicações discricionárias de correligionários para a Assembleia, Câmara de Vereadores e Poder Judiciário, interferências e desmandos na condução da justiça paranaense, transferência de militares da guarnição de Curitiba, beneficiamento da estrada de ferro em detrimento da deterioração da estrada carroçável da Graciosa – pelo fato de ser advogado da

⁸⁸ Alfredo Varela foi advogado e procurador-geral da República no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1890 e 1893. Além do *Diário da Tarde*, também dirigiu o jornal sul-rio-grandense *A Federação* e o carioca *Comércio do Brasil*. Como membro do Partido Republicano Rio-Grandense foi deputado federal, e ajudou a fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Também foi cônsul do Brasil em diversos países entre 1908 e 1914 (LOPES; NOLL, 2017).

⁸⁹ Maiores detalhes à biografia de Vicente Machado serão discutidos no tópico seguinte, sobre o jornal *A República*, periódico que o mesmo foi redator e proprietário.

⁹⁰ Faleceu na Serra do Mar, Paraná, em 1894, executado pelos legalistas da Revolução Federalista. Estudou humanidades no Rio de Janeiro e em São Paulo. Industrial, comerciante, montou engenhos de erva-mate e serraria no Paraná. Vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, deputado provincial e vice-presidente da Província do Paraná. Fundador da Imprensa Paranaense, do Clube Curitibano, da Associação Comercial e do Banco Industrial do Paraná. Comendador da Ordem da Rosa (CARNEIRO JUNIOR, 2014, p. 88).

Companhia Férrea, acusações de comportamento sexual psicopatológico, cessão de terras públicas em contratos clandestinos, roubo do erário do Estado, contrabando, falsificação de moedas, arrecadação pessoal de impostos para fins particulares, roubo de folhas do livro de assentos e batismo da Igreja de Castro, covardia na Revolução de 1894, roubo de subvenções dirigidas à implantação de uma indústria de seda no Paraná, roubo de uma quantia de subscrição destinada à alforria de uma escrava etc. (OLIVEIRA, 2001, p. 351).

Não obstante, em 07 de março de 1904 o *Diário da Tarde* anunciava:

Deixa hoje a chefia da redação do *Diário da Tarde* o eminente jornalista dr. Alfredo Varela. Durante o agitado lapso de oito meses que esta folha à frente teve o nome do notável patricio, patentearam-se, mais uma vez, à perturbadora luz meridiana, toda a pujantíssima envergadura de jornalista, todo o raro talento de publicista do dr. Varela, – nome sagrado, unânime, no mundo intelectual do país. [...] Retirando-se, pois, da redação do *Diário* o eminente brasileiro, continuará ela a cargo de Celestino Junior, Euclides Bandeira e Santa Ritta Junior que, isentos de sugestões e paixões partidárias, guiarão esta folha pelo roteiro de severa imparcialidade, visando sempre o bem estar, o progresso da nobre e estremecida terra paranaense, a qual o *Diário da Tarde* é sinceramente consagrado (DIÁRIO DA TARDE, 07 mar. 1904).

Nesse momento, o jornal apresentava um visual e uma proposta de noticiário um pouco diferente. Mudara a malha para seis colunas, diminuindo também o tamanho dos tipos, demonstrando a necessidade de inserir mais conteúdo sem que para isso tivesse que aumentar o número de páginas.

Em outubro de 1905, o proprietário, Bernardo Veiga, vendia o jornal a Manoel Francisco Ferreira Correia⁹¹, assumindo a redação Ermelino de Leão, o mesmo que, conforme mencionado anteriormente, compraria o *A Notícia*, um ano depois.

Sob a redação de Ermelino de Leão, o discurso do *Diário* continuava o mesmo, um jornal do povo para o povo. Assim como também permanecia, sem grandes alterações, as colunas nele publicadas. As mudanças de redação e propriedade quase são imperceptíveis quando se analisa a estrutura do periódico, incluindo suas seções. Fica perceptível, de tal maneira, que o jornal detinha um perfil muito bem aceito pelo público, devendo assim manter-se, pois, mesmo com as trocas, o círculo de proprietários e redatores continuava a girar em torno de um grupo específico da intelectualidade e da política paranaense. Grupo destinado a fazer

⁹¹ Manoel Francisco Ferreira Correia era engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1885. Trabalhou na construção da EFSPRG em 1897. Foi também delegado de Serviço de povoamento do Solo no Paraná, participando da fundação dos municípios de Cruz Machado, Cândido de Abreu, Itapará, Jesuíno Marcondes, Irati, Vera Guarani, Iapó, Apucarana, Senador Correia, Ivaí, Muquem e Itaiópolis. Disponível em: <<http://www.fotografandocuritiba.com.br/2016/09/a-casa-manoel-francisco-ferreira-correia.html#more>>. Acesso em: 03 set. 2017.

oposição ao governo estabelecido e fortemente orientado por líderes ligados ao judiciário, como promotores, juízes e advogados. Provavelmente, esta origem de força, imbuída de grande poder simbólico e capital social, fora o que permitiu ao *Diário da Tarde* manter sempre o discurso de oposição, sem grandes abalos e, ao mesmo tempo, garantindo aceitação junto aos leitores.

No segundo semestre de 1906, Celestino Junior tornou-se proprietário do *Diário da Tarde*, deixando de sê-lo somente em abril de 1912, quando vendeu o jornal para Arthur Obino. Celestino Junior foi, no recorte temporal desta pesquisa, aquele que mais tempo esteve à frente do *Diário da Tarde*, seja como redator ou proprietário. Muito da sua marca pessoal esteve implícita nas páginas do periódico, assim como no *A Notícia*, jornal o qual também foi proprietário.

De origem conservadora, Celestino Junior era filho de político tradicional no Paraná, Tenente Coronel José Celestino de Oliveira, com o qual possuía sociedade em uma empresa exportadora de erva-mate, tendo engenho em Rio Negro, a *J. Celestino e Filho*. Foi também deputado estadual em 1906 e 1914-1915 (ALVES, 2014, p. 404). Durante o tempo em que dirigiu o *Diário*, o jornal foi propalado por todo o estado e fora dele. Em 1907, possuía agentes de venda até mesmo na capital federal, demonstrando ter alcançado grande aceitação. Nas palavras de Woitowicz (2015, p. 58), o *Diário da Tarde* “representou um importante veículo de informação e transmissão da cultura, sociabilidade e trajetória política da capital paranaense, servindo como porta-voz de tendências, tensões e posicionamentos da sociedade em momentos distintos da vida pública”.

Em suma, o diário de fato foi popular. Utilizou-se de iniciativas simples, mas de enorme efeito, como textos de fácil leitura e títulos de matérias com tipografia destacada, geralmente alarmistas, as quais chamavam a atenção do leitor. Além disso, a inserção de litogravuras dava destaque às páginas, cativando a curiosidade do público. O espírito de modernidade, progresso e urbanidade, inseridos no discurso jornalístico do início do século XX, buscou uma afirmação não só política, mas de consolidação de uma classe burguesa, que materializava nas páginas jornalísticas um ideário de cidadão, de habitante urbano, o qual deveria estar atento às inovações, bem informado, e para isso os periódicos diários apresentavam-se fundamentais.

2.2.6 A República

O último jornal a ser destacado é também aquele que mais deu atenção aos conflitos do Timbó e Paciência, cerca de 47% de todas as matérias encontradas durante a pesquisa foram

publicadas por meio do *A República*. Órgão oficial do Partido Republicano Federal no Paraná, o periódico era responsável por informar o público das ações da administração estadual, como também foi o principal canal de divulgação das questões referentes à disputa por território no Contestado, exercendo pressão sobre o governo catarinense, bem como sobre ministros e o presidente da república.

Fundado em 15 de março de 1886 como órgão do Clube Republicano, teve objetivo de propagar o ideal antimonarquista (PILOTTO, 1976, p. 16). Apesar da considerável coleção existente na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, as primeiras edições referentes aos dois primeiros anos não puderam ser consultadas, devido estas não fazerem parte dos respectivos acervos. Segundo Pilotto (1976, p. 16) “desse periódico, perdeu-se uma coleção que foi vendida como papel velho, para uso de embrulho no comercio varejista, inclusive em açougues que a esse tempo não sofriam fiscalização quanto ao uso de jornais para embrulho da carne”.

Ainda sob as informações deste autor, o jornal teria sido fundado por Eduardo Mendes Gonçalves⁹², engenheiro civil que contava com a colaboração de seu cunhado, Álvaro Teixeira Ramos, e de outros membros do Clube Republicano⁹³. Foi sob a influência de tal clube que muitos dos proprietários e redatores desses periódicos iniciaram uma trajetória política, evidenciada pela rotatividade de seus membros em vários dos jornais republicanos, como é o caso de Celestino Júnior, o qual esteve à frente do *Diário da Tarde* e do *A Notícia*.

Os primeiros anos do *A República* foram de campanha republicana, fortemente inspirado em outros dois jornais, o *A Federação*, do Rio Grande do Sul, e o *A Província de São Paulo*, este último oriundo do lugar de mesmo nome (CORRÊA, 2006, p. 48). Os dois noticiosos eram expoentes de uma geração de jornais responsáveis por acirrados debates, como questões

⁹² Conforme infere Corrêa (2006, p. 131), a trajetória biográfica de Eduardo Gonçalves é um enigma. São poucas as informações disponíveis sobre este republicano, expoente do jornalismo em finais do século XIX. Porém, com base em dados levantados pela mesma autora (CORRÊA, 2006), é certo considerar que Eduardo Gonçalves teve um papel importante na configuração política do Paraná, em especial por sua articulação com Vicente Machado, unificando certos setores republicanos. Conforme informações disponíveis em um portal na *Internet* mantido pela família Mendes Gonçalves, Eduardo teria nascido em São Paulo, veio para o Paraná para trabalhar como engenheiro na construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Com a Proclamação da República, foi eleito deputado à Constituinte de 1891, exerceu ainda cargo de vereador. Desiludido, teria abandonado a carreira política em finais da década de 1890, dedicando-se apenas à engenharia e a fazendas de café em Ribeirão Preto, estado de São Paulo (GONÇALVES, 2006).

⁹³ Segundo informações de Leão (1926), o Clube Republicano de Curitiba teria sido fundado por Eduardo Gonçalves, Ernesto Lima, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Lufredo Costa, José Celestino de Oliveira Junior, Joaquim Antonio Silva, Brasilino e Eduardo Moura, Rocha Bocaina e Francisco de Almeida Torres.

ligadas ao abolicionismo e a queda do Império. O *A República*, em edição de 02 de janeiro de 1888, publicou:

Os republicanos libertaram todos os seus escravos. São Paulo não terá mais escravos até janeiro de 89. Que desenvolvimento extraordinário não irá ter essa província! Com que bravura não irá ela abrir para as suas irmãs o caminho mais glorioso que se pode imaginar – o caminho do trabalho livre, aberto em todos os sentidos (A REPÚBLICA, 02 jan. 1888).

Até o ano de 1900, quando os primeiros informes sobre violências no território contestado do Timbó foram publicados, vários personagens da política paranaense estiveram liderando o *A República*. Destes, entre proprietários, diretores e redatores, destacam-se Vicente Machado, Joaquim Antônio da Silva, Chichorro Junior, José de Souza, Leôncio Correia, Torquato José Gonçalves, Eduardo Gonçalves, Ernesto de Campos Lima, Fernando Augusto Moreira, Manoel Guimarães Macedo, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e Jesuíno Lopes.

Vicente Machado certamente foi o político que mais influência exerceu sob o periódico. Foi redator por vários momentos distintos, sempre impondo o jeito forte e combativo com que escrevia. Seu nome aparece pela primeira vez como redator político na edição de 20 de maio de 1890, implementando mudanças consideráveis, tanto na estética como no conteúdo, aumentando inclusive sua tiragem, a qual passara de 1.000 para 3.000 exemplares diários.

Vale destacar que logo após a Proclamação da República, em 1889, o jornal já havia sofrido consideráveis alterações. Deixava de ser órgão do Clube Republicano para tornar-se órgão do Partido Republicano⁹⁴. Passou então a ser publicado diariamente. Da mesma forma que alterava sua estrutura redacional, aumentava também seu preço, de 3\$000 réis a assinatura por seis meses, para 10\$000 réis por um ano, isso na cidade de Curitiba, pois fora dela passava de 7\$000 réis para 12\$000 a assinatura anual, um aumento considerável. Contudo, várias oscilações de valor podem ser verificadas no jornal durante sua trajetória, demonstrando que por diversas vezes a aceitabilidade não foi a mesma.

Em julho de 1892, a tipografia foi comprada, de Vicente Machado e Eduardo Gonçalves, por Torquato José Gonçalves. O novo proprietário investiu no periódico, modificou

⁹⁴ O Clube Republicano foi inicialmente criado no “Rio de Janeiro após a Guerra do Paraguai (1864-1870) em protesto contra o centralismo administrativo da Monarquia e em defesa da implantação no Brasil de uma República federativa, segundo o modelo dos Estados Unidos da América. Foi lançado com o Manifesto Republicano de 03 de dezembro de 1870” (SILVA, 2018, p. 1). Em pouco tempo vários clubes semelhantes se espalharam pelo país, incluindo o Curitiba fundado em 1885. Foi a partir de debates e aproximações políticas entre os diferentes clubes que se deu a criação do Partido Republicano Paulista, depois difundido por todo o Brasil.

oficinas e cobrou os assinantes com atraso no pagamento. Na seção de apresentação, escreveu Torquato:

Outrossim, peço a todos os cidadãos que se acham em atraso, quer por assinaturas, quer por obras, o obsequio de saldarem seus débitos a mais breve possível, podendo os senhores devedores residentes na marinha e o interior fazê-lo pelo correio, descontando o porte. Tenho de fazer radical reforma em todo material, e só contando com o favor dos senhores assinantes, espero será atendido meu pedido, tanto mais quanto para regularização do nosso serviço se faz isso mister. Rogo também a todos os cavalheiros que se julgam credores desta folha o favor de remeter as respectivas contas para, sendo legais, serem tomadas na devida consideração (A REPÚBLICA, 09 jul. 1892).

A preocupação do novo proprietário em colocar em dia a situação de credores e devedores, e realizar reformas na redação, demonstra a situação difícil que o jornal passava naquele momento. Vendido apenas em assinaturas trimestrais, ao custo de 3\$000 réis e em número avulso por 60 réis, a primeira iniciativa de Torquato foi diminuir custos, impactando até mesmo no tamanho da folha. Porém, o esforço parece ter tido efeito. As modificações prometidas foram percebidas apenas no início de 1893, quando além de alterações na malha e na tipografia – melhorando a qualidade da impressão, o que de fato demonstra a compra de novos equipamentos –, a volta de Leôncio Correia como redator do jornal impingiu um novo formato discursivo ao *A República*. Deputado estadual na época, Leôncio escrevia diariamente em seção de primeira página. Seus artigos procuravam demarcar uma posição política particular, utilizando-se de enredos narrativos oriundos de sua grande capacidade literária. Conforme observa Corrêa (2006, p. 130):

Seu itinerário biográfico demonstra o espaço político privilegiado que um descendente das oligarquias locais teve no Paraná e no Rio de Janeiro, centro do poder político do país, valendo-se dele para realizar os jogos políticos de seu interesse no Paraná. Nascido numa das famílias mais importantes do Paraná do século XIX e início do XX, Leôncio Correia estava inserido nas redes de interdependência que configuraram o poder político do Paraná por muitos anos. Mais que isso. Valeu-se de um excelente senso de oportunidades e inseriu-se no campo político nacional com relativo êxito, consagrou-se como jornalista e ainda pôde exercer suas aptidões literárias, escrevendo e publicando suas poesias.

Ainda em 1893, Torquato se desfez do jornal, vendendo-o a Ernesto de Campos Lima, o qual permaneceu como proprietário até 1895, quando Fernando Augusto Moreira o assumiu. Neste ínterim, por vários momentos o jornal sofreu modificações visuais e tipográficas, entretanto, seguiu sempre com a mesma forma de fazer jornalístico que marcou a folha,

direcionado a defender as causas do estado do Paraná e, principalmente, do Partido Republicano, marcas fortes de Vicente Machado.

Mesmo nos momentos em que Vicente não fizera parte do corpo redacional, sua influência é perceptível. Notas e matérias em que seu nome era citado, sempre com congratulações e ufanismos, expressavam a presença política do jovem, então senador da República. Segundo Segal (2005, p. 232):

A Vicente Machado, sem atuar diretamente no executivo estadual paranaense nos dez anos posteriores à Revolução Federalista, coube o papel de ‘oligarca estadual’ da Política dos Governadores, pois os dois governantes máximos do Paraná desse mesmo período, Francisco Xavier da Silva (1894-1896 e 1900-1904) e José Pereira dos Santos Andrade (1896-1900) tiveram atuações tímidas, tentando administrar um Estado com uma sociedade política esfacelada pela guerra civil e o seu principal produto, a erva-mate, começava a conhecer os revezes da concorrência argentina.

Em dezembro de 1897, Vicente Machado voltava a ser redator do jornal, depois que Manoel Guimarães Macedo e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo compraram o *A República*, investindo novamente em oficinas e material tipográfico. Uma melhora que somente é perceptível na edição de 16 de janeiro de 1898, quando nova malha é apresentada, dividida em seis colunas e diversificada em seções, porém ainda predominantemente político e com número pequeno de litogravuras.

Na ocasião em que as primeiras notas sobre conflitos armados ocorridos nos vales do Timbó e Paciência foram publicadas no *A República*, Vicente Machado ainda era o redator chefe, sendo Jesuíno Lopes o diretor. Permaneceu à frente do jornal por quatorze anos. Afastou-se da redação em fevereiro de 1904, quando assumiu o cargo de Presidente do estado do Paraná, prometendo, em carta, que assim que possível e necessário, voltaria à posição de trabalhador da imprensa do seu partido servindo aos altos interesses e ideais (*A REPÚBLICA*, 19 fev. 1904). Promessa que não poderia cumprir. Adoentado e impossibilitado até mesmo de exercer em plenitude o cargo de Presidente do Estado, Vicente morreu em março de 1907, aos 46 anos de idade. Com uma trajetória política curta e intensa, tornou-se o principal líder político do Paraná na Primeira República. Mesmo iniciando sua carreira no Partido Liberal⁹⁵, conseguiu grandioso

⁹⁵ O início da carreira política de Vicente Machado dera-se junto ao Partido Liberal, entidade política do Período Imperial e representado pela elite rural e a classe média urbana. No Paraná, defendia os interesses agrários de comércio interno, como a pecuária. Já o Partido Conservador era ligado ao setor exportador, em sua maioria ervateiro. Foi quando filiou-se ao Partido Liberal que Vicente Machado iniciou suas atividades de jornalista no estado paranaense, escrevendo nos periódicos *Dezenove de Dezembro* e *Província do Paraná*.

apoio da elite republicana, apoiado, sobretudo, por ligações mantidas com os republicanos paulistas (CORRÊA, 2006).

O perfil jornalístico apresentado pelo *A República* sempre esteve muito atrelado às características políticas de Vicente Machado. Amado por muitos e também odiado por outros tantos, adquiriu, durante sua trajetória de jornalista e homem público, inúmeros inimigos, dos quais utilizaram-se também da imprensa para fazer-lhe oposição, o que exigiu dele um intenso debate por meio do órgão de imprensa oficial do Partido Republicano. Mesmo depois de sua morte, tal perfil não foi abandonado no jornal, os vários proprietários e redatores que o sucederam mantiveram o discurso opinativo e agressivo.

Ainda enquanto Vicente era redator do *A República*, outros membros da elite republicana do Paraná foram proprietários do jornal. Em janeiro de 1902 a empresa Silveira & Comp., entidade que tinha como sócios Augusto Silveira de Miranda, João Carvalho de Oliveira Junior e Lufrido Costa, compraram o periódico da esposa do senador Brasília Ferreira da Luz, Maria de Souza Barros Ferreira da Luz. Dez meses depois, Augusto Silveira dissolvia a sociedade e passava a ser único proprietário, o que durou mais um ano. Devido ao seu falecimento, em outubro de 1903, sua esposa assumiu a responsabilidade jurídica do noticioso e Vicente Machado, Jesuíno Lopes e Chichorro Junior⁹⁶ conduziram as atividades administrativas em nome da viúva Silveira de Miranda.

Com a posse de Vicente Machado na presidência do estado e o consequente convite a Chichorro Junior para assumir o cargo de secretário de obras públicas em 1904, o *A República* acabou por ser vendido, no mesmo ano, ao coronel Antonio Leopoldo dos Santos⁹⁷, o Tônico Santos como era conhecido, poderoso comerciante de erva-mate e gado. Todavia, uma primeira tentativa na atividade jornalística, não muito familiar na vida de Tônico, durou pouco. Em setembro de 1904 transferia a Manoel José Gonçalves a propriedade do jornal.

Manoel era figura conhecida do Partido Republicano Federal, foi secretário do Clube Republicano, tal como presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, exercendo algumas vezes, em substituição, a função de prefeito. Administrou o *A República*

⁹⁶ Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior foi convidado a participar da redação do *A República* em 1888, em substituição a Eduardo Gonçalves, que deixava o periódico para assumir a Câmara Municipal de Curitiba. Nascido em Antonina, chegou a cursar Direito em São Paulo, porém não concluiu o curso. Como escritor e jornalista publicou várias obras e esteve à frente de importantes revistas e jornais do Paraná. Exerceu importantes cargos na política paranaense, entre eles o de deputado estadual em 1904, sendo logo em seguida nomeado secretário de obras públicas e colonização e depois secretário de finanças (CORRÊA, 2006).

⁹⁷ Nesta mesma época, Antonio Leopoldo dos Santos comprou também o *A Notícia*, fechando-o definitivamente meses depois, em setembro de 1908.

por três anos, até maio de 1908, quando Tonico Santos comprou-lhe novamente o jornal. Enquanto dono, Manoel José Gonçalves trouxe para a redação do noticioso outro conhecido intelectual e político paranaense, Alfredo Romário Martins.

A segunda participação de Tonico no jornal durou um tempo maior, até outubro de 1908, quando o diretório central do Partido Republicano Paranaense informava, aos seus correligionários e à população em geral, que a partir de então a responsabilidade pelo *A República* ficava com o referido diretório.

Nos anos que se seguiram, inúmeras figuras da política paranaense se alternaram à frente do periódico, destaque para Romário Martins, que fez carreira como jornalista e escritor, sendo posteriormente considerado um dos grandes historiadores do Paraná, príncipe dos jornalistas paranaenses e o pai do paranismo.

O *A República* encerrou suas atividades após a Revolução de 1930, a qual modificou o rumo da imprensa política. “Os periódicos identificados com a chamada ‘velha ordem’ foram alvos da fúria popular e tiveram suas sedes invadidas e depredadas” (LUCA, 2008b, p. 54). Deixou como legado ter sido um pequeno jornal, que surgia como divulgador dos ideais republicanos de um singelo clube curitibano, para ter se consolidado como principal órgão impresso político da Primeira República no Paraná, possibilitando a ascensão de inúmeros jornalistas e políticos através da sua redação.

CAPÍTULO 3

VALHACOUTO DE CRIMINOSOS: UMA NARRATIVA DOS CONFLITOS DO TIMBÓ E PACIÊNCIA ATRAVÉS DOS JORNAIS

Capelato (2015, p. 115), uma das figuras expoentes no uso do jornal como fonte e objeto para História, traduziu muito bem o sentimento do historiador pesquisador dos periódicos quando disse que “ler a história por meio dos jornais é fascinante porque, em cada página, nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antepassados, seus usos e costumes”. A cada folha de papel, manchada pelo tempo e pela mão de leitores anônimos, revelam-se nuances de uma época que ficou para trás, muitas vezes relegada ao esquecimento, mas que, por meio do ofício do historiador, podem ser lembradas, ou melhor dizendo, reconstruídas.

As páginas que se seguem neste capítulo têm também o objetivo de reconstruir, narrar, por meio das fontes jornalísticas do início do século XX, os enfrentamentos ocorridos nos vales do Timbó e Paciência. Procuram expor a visão que os redatores dos jornais pesquisados – figuras já descritas e discutidas em capítulo anterior – atribuíram aos fatos. Visões que tiveram objetivos específicos, dos quais, por maior aproximação da verdade histórica⁹⁸ que propusessem, são discursos maquiados e montados sob interesses políticos.

Por ora, mais do que a busca utópica da verdade, o que se propõe é realizar uma narrativa⁹⁹ sobre os conflitos nos vales do Timbó e Paciência com base naquilo que os periódicos noticiaram, realizando alguns contrapontos com obras já publicadas sobre o

⁹⁸ A discussão da história enquanto verdade divide os historiadores desde o início do século XX. A crítica da busca da verdade histórica, da história ciência, muito defendida pela escola positivista, foi posta em dúvida pela Nova história, oferecendo conceitos menos rígidos – como o de narrativa por exemplo – para explicar as relações da sociedade com o tempo. Nesse sentido, aportes teóricos de outras disciplinas, como da Filosofia e da Linguística, foram utilizados para discutir o próprio conceito de verdade, sendo este um assunto ainda em voga.

⁹⁹ Paul Veyne, em sua obra *Como se escreve a história*, na busca de uma definição para a história, propôs concebê-la como narrativa, porém com personagens reais. Não que ele entenda o estudo histórico como ficção, mas sim que seus resultados são relativos, dependendo da própria relação estabelecida entre as fontes e as características individuais e coletivas impregnadas no historiador que as escreve e seu respectivo contexto, uma vez que a “história é uma arte que supõe a aprendizagem de uma experiência” (VEYNE, 2014, p. 127). Nesse sentido, o que se propõe neste capítulo é a elaboração de uma história narrativa, baseada nos jornais e nas suas condições de interpretação.

Contestado e outros documentos levantados durante a pesquisa, mas, preponderantemente com base nas narrativas produzidas pela imprensa da época¹⁰⁰.

3.1 As primeiras violências

Pesquisadores do Contestado afirmam que as tensões geradas pela indefinição dos limites territoriais no atual planalto norte de Santa Catarina não foram decisivas para a eclosão do movimento sertanejo (MACHADO, 2004, p. 123). A intensificação recente de pesquisas sobre o conflito tem suscitado que as causas, além de complexas, foram também regionalizadas (TOMPOROSKI, 2015). Conflitos anteriores ao combate do Irani (1912) já eram recorrentes, iniciadores de um processo que teria seu desenrolar anos depois. Porém, como já demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação, tais conflitos, apesar de noticiados em abundância pela imprensa da época, não foram suficientemente utilizados como fonte pela historiografia.

A situação de indefinição dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina, após tentativas de arbitramento e intensas discussões nas assembleias, começou a passar por momentos dramáticos a partir dos anos de 1900. Diferentes grupos de posseiros, coronéis e comerciantes desejavam ampliar poderes sobre uma região rica em ervais nativos, especialmente nos vales dos rios Timbó e Paciência. “Os catarinenses, que ocupavam as suas cabeceiras e grande parte de seus cursos, ambicionavam chegar até as margens do Iguaçu e dominar inclusive União da Vitória” (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 67).

Uma das primeiras notas jornalísticas da imprensa catarinense a tratar do caso foi emitida pelo jornal de Florianópolis, *República*¹⁰¹, em 18 de setembro de 1900. Naquele momento, as notícias já não eram mais apenas sobre tensões acerca da Questão de Limites, atingia-se um outro nível, o do embate físico. Informações trocadas entre autoridades de Canoinhas e da capital do estado noticiavam ocorrência de mortes:

O Sr. Prefeito de Polícia deste Estado recebeu ontem o seguinte grave telegrama, que levou incontinente ao conhecimento do governo do Estado: ‘Acabo de saber que força paranaense invadiu zona deste Estado entre Canoinhas e Timbó, dando-se conflito sério, sendo vítima a comandante da

¹⁰⁰ Se faz necessário destacar que o objetivo preponderante neste capítulo não é realizar uma análise de conteúdo sobre os conflitos ocorridos nos vales do Timbó e Paciência, mas sim desenvolver um percurso dissertativo que dê conta das diferentes versões apresentadas pela imprensa do Paraná e Santa Catarina acerca destes eventos.

¹⁰¹ É importante frisar que utiliza-se nesta narrativa dois jornais distintos, quase homônimos, o *República*, que era catarinense e sediado em Florianópolis, e o *A República*, paranaense, sediado em Curitiba. Tal diferenciação deve ser tomada com atenção durante a leitura evitando entendimento distorcido.

força do Paraná, voltando o inferior a buscar no Porto da União reforço para bater catarinenses, que defendem a zona do Estado' (REPÚBLICA, 18 set. 1900).

A vítima citada era o sargento Claudino, um praça comandando pelo alferes Estevam Alves de Lima, chefe do destacamento de Porto União da Vitória. O local em que dera-se o conflito era a pequena vila de Poço Preto, hoje distrito do município de Porto União (SC), na época território indefinido, uma vez que estava em vigor o aviso ministerial de 14 de janeiro de 1879, o qual não previa com exatidão o limite norte da província de Santa Catarina (MACHADO, 2004, p. 126)¹⁰².

A diligência executada pelo alferes Estevam tinha como objetivo prender os catarinenses José Rosa e Francisco Souza, vulgo Francisco Cristo, acusados de promoverem roubo de gado na região, especificamente na fazenda de José Bueno, morador do lugar. Consta em ofício enviado ao comissário Costa Carvalho, da Repartição Central de Polícia de Curitiba, que Estevam e seus comandados atravessaram o Rio Timbó e dirigiram-se à residência de Cristo, na intenção de proceder-lhe a prisão, sendo recebidos a tiros pelos ocupantes da casa. Na contenda, saíra ferido o sargento Claudino, atingido na primeira costela esquerda, e morto um dos homens que acompanhavam Cristo, este último tendo conseguido fugir com outros comparsas seus.

Ainda no ofício enviado ao comissário Costa, Estevam informa ter voltado com reforços a Poço Preto no dia seguinte, mas sem sucesso. Comunicava também ter recebido informações seguras de que, após a retirada da força policial, já eram mais de 60 o número de bandidos sediados na pequena vila, todos armados de *Mannlicher*¹⁰³ e outras armas de guerra.

A ação do destacamento policial de Porto União da Vitória agravou ainda mais instabilidade política entre os estados litigantes. As autoridades de Curitiba logo tomaram providências e iniciaram uma mobilização de forças para proteger o espaço que consideravam seu por direito. Além de enviarem forças policiais à região do Timbó, equipados com armas e munições vindos de Lages, dispararam telegramas ao governador Felipe Schmidt e aos representantes catarinenses no Congresso Nacional. No fim do mês de setembro o *República* publicava:

¹⁰² Poço Preto, apesar de fundado pelo Paraná, localiza-se à margem direita do Rio Timbó, considerado território catarinense pelas autoridades de Santa Catarina.

¹⁰³ As carabinas *Mannlicher* foram introduzidas no Brasil durante Revolução Federalista, compradas pelo governo no intuito de reforçar as tropas que deveriam conter o avanço dos revolucionários (BENTO, 1995).

O vizinho Estado, pondo à margem as boas relações da amizade que sempre com ele mantivemos, amizade sublinhada pela maior sinceridade, há longos anos mantida mesmo na discussão da questão de limites, arrojou-se agora a uma política tortuosa, e fatal tentando conquistar pela força das armas territórios não litigiosos e onde residem, há dezenas de anos, centenas de catarinenses. Nenhum fato, nenhum ato, partido de nossa terra provocou tão insólita agressão, caracterizada por um quixotismo pulha. Nem o governo deste Estado, que tem mantido uma correção completa, com o Paraná, nem o nobre povo Catarinense, heroico e bondoso, honesto e patriota, provocaram o infame atentado cometido em nossa terra pela força estadual paranaense. Esse crime não é de Brasileiros; essa política não é de Republicanos. Fiquem, porém, certos os desequilibrados mandatários de tais carnificinas que o Estado de Santa Catarina saberá expelir com honra e com patriotismo a desgraça afronta que lhe fizeram (REPÚBLICA, 28 set. 1900).

O tom de revolta e ameaça publicado pelo órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Catarinense procurava, mais do que estabelecer qualquer tipo de compaixão para com a vítima do conflito, firmar posição quanto à legalidade do território. O espaço em disputa transgredia qualquer sentimento de proteção à população, o que se procurava preservar eram os interesses econômicos, defendendo, a todo custo, o domínio daqueles vales.

No dia seguinte, em 29 de setembro, o mesmo *República* publicava longa matéria para demonstrar que a região, invadida pela força paranaense, era sim pertencente ao estado de Santa Catarina. Para isso, reproduziu artigo oriundo do jornal *O Comércio*, de Curitiba, no intuito de fazer reconhecer seu direito. O artigo original, todavia, muito mais que a preocupação territorial, fazia reflexões sobre a situação dos brasileiros que lá viviam, procurando conscientizar o governo estadual e federal da necessidade de assistência àquela população, mencionando inclusive projeto de lei apresentado ao Congresso que tinha como objetivo

[...] proteger os nossos patrícios pobres que precisam de terras, como protegermos os colonos estrangeiros; esse projeto vem, infelizmente, depois que muitos dos nossos patrícios sofreram a injustiça de ser espoliados de terras que possuíam, para darem lugar aos colonos estrangeiros mas vem ainda a tempo. Ele poderá ser aplicado com felicidade já no caso em questão (O COMERCIO, 27 mar. 1900).

O jornal *O Comércio* chegou a confrontar com seu conterrâneo *A República*, acusando o governo de ter usado de forças militares para realizar perseguições a opositores nas eleições, de modo a garantir a vitória da situação. Pois, conforme aponta Rodrigues (2001, p. 20), “a força policial seria como uma guarda pessoal dos governadores, uma vez que estes se valiam de sua autoridade para usá-la como extensão de suas ambições políticas”. Sem embargo, o trecho em que o *República*, de Florianópolis, procurou enfatizar em seu discurso referia-se ao espaço em

disputa, especificamente na menção sobre a existência preponderante de catarinenses naquele território:

Mais de 400 famílias catarinenses habitam as terras situadas entres os rios Canoinhas e Timbó, exceto as margens do Iguaçu, onde estão situadas importantes fazendas de paranaenses. Além de moradores disseminados, há dois povoados às margens de cada um desses rios, cada povoado com a sua capela bem construída (O COMERCIO, 27 mar. 1900).

Em resposta aos ataques do jornal florianopolitano, o *A República* publicou, no início de outubro, correspondência de um morador chamado Demócrito, em que este pedia o envio de pelo menos 50 praças para dar segurança à população de Porto União da Vitória. Pois, na opinião do informante, a região entre o Rio Iguaçu e a vila de Canoinhas estava infestada de criminosos de toda ordem, armados e municiados pelo governo catarinense, liderados por um novo messias, Francisco de Paula Pereira, o Chico Pereira, também chamado de monge Chico, acusado de vender a alma ao diabo e liderar horda de *fanáticos* no vilarejo (A REPÚBLICA, 02 out. 1900).

3.1.1 Chico Pereira, o Antonio Conselheiro de Canoinhas

Francisco de Paula Pereira era, além de líder espiritual, líder político influente em Canoinhas. Lavrador e comerciante de erva-mate, originário dos arredores de São Bento do Sul, sentindo-se perseguido pelas autoridades paranaenses acabou por estabelecer-se à margem do Rio Canoinhas, próximo do encontro deste com o Negro, em 1889 (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 41). Juntamente com outras famílias de comerciantes que o seguiram, fundou a vila de Canoinhas.

Devido aos seus hábitos de curandeiro – possivelmente influenciado pela passagem do Monge João Maria no lugar¹⁰⁴ – causava alvoroço na imprensa em finais do século XIX, momento posterior às ocorrências de Canudos. Por vezes foi citado nos jornais, inclusive da capital federal, por postar-se defensor da monarquia e ser seguido por volumoso número de *fanáticos*, situação que preocupava as autoridades republicanas, temendo que episódio

¹⁰⁴ Cabral (1979, p. 321) referencia a aparição do Monge João Maria em Canoinhas. Segundo o autor, Francisco de Paula Pereira teria levantado uma cruz no lugar em que João Maria dormia, no alto de um morro. Próximo ao local, havia uma vertente de água limpa, da qual o Monge bebia e que os *fanáticos* acreditavam se tratar de água santa, que curava os que dela bebessem ou se banhassem. A mando de Pereira, foi erigida uma cruz preta naquele local e quando o Monge partiu, construiu-se uma capela onde, todos os domingos, “auxiliado por um preto de nome Romão”, ali ia cantar a ladainha.

semelhante ao ocorrido no Nordeste acontecesse no Sul. Nas matérias, a analogia foi inevitável, o jornal *Diário do Paraná*, em 30 de março de 1897, publicou texto intitulado *Bispo, outro Conselheiro*, referência ao líder de Canudos, Antônio Conselheiro.

Naquele momento de expansão das fronteiras colonizadoras e estabelecimentos de novos povoados, os confrontos com índios Xokleng eram frequentes¹⁰⁵. As principais colônias de imigrantes instaladas na região adentravam em território indígena, ocasionando uma série de conflitos. Nas margens do Iguaçu e na colônia Lucena, ora e outra estes eventos tomaram as páginas dos periódicos. Os jornais do Paraná acusavam os pioneiros de Canoinhas de estarem se passando por índios para atacar estes locais, levando o terror às povoações (A REPÚBLICA, 11 mar. 1897).

O assunto logo se tornou notícia e espalhou-se país afora, sendo até mesmo aproveitado, comicadamente, como instrumento de publicidade. Em um periódico de Maceió, estado de Alagoas, uma tabacaria utilizou-se das notícias vindas do Sul para promover grande promoção de cigarros, charutos, fumos picados e desfiados, lâminas, rótulos, papel, palha e todos mais artigos, pois o proprietário, Leobino Silva, desejava seguir numa canoa para Canoinhas para abater o tal monge Chico Pereira (ORBE, 14 mar. 1897, p. 3).

O Exército também iniciou algumas mobilizações no intuito de conter o ajuntamento acusado de monarquista. Temia outro episódio como o de Canudos, na Bahia, quando exterminou milhares de sertanejos. Uma força composta de 100 praças do 39º Batalhão de Infantaria foi conduzida a Curitiba para reforçar o contingente lá instalado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04 abr. 1897). Contudo, uma operação nunca chegou a ser efetivada.

A iniciativa do Exército provavelmente teve origem em uma entrevista cedida pelo secretário do governo do Paraná, o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, ao periódico carioca *Jornal do Brasil*, no início de março de 1897. Na ocasião, Cândido foi perguntado pelo repórter do jornal sobre a existência de grupo de bandidos e *fanáticos* no Paraná. A resposta do secretário foi incisiva:

Não posso precisar a época em que se formou o primeiro núcleo de fanáticos no meu Estado, porém sou testemunha de uma tentativa de agressão por parte deles. No mês de setembro findo, em viagem de serviço, descia eu o Rio Negro

¹⁰⁵ Em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Santa Catarina, em julho de 1905, pelo vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior, é manifesta a preocupação com a presença de indígenas na região, comunicando que, por diversas vezes, foi necessário o uso da força contra os selvícolas, justificando a necessidade de manter despesas permanente para manutenção de turmas de batedores para tal fim. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Vice-Governador do Estado Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 30 de julho de 1905. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1905. CRL.

com uma balsa, em companhia do coronel Santiago e dos camaradas. Tínhamos quase a certeza de encontrar os fanáticos na margem esquerda do rio Canoinhas, obedecendo a sugestões religiosas de um fuão Chico Pereira, a quem os seus sequazes davam o nome de Bispo. O bando compunha-se, então, de quase 150 homens (A CONSOLIDAÇÃO, 02 abr. 1897, p. 3)¹⁰⁶.

Na sequência da entrevista, Abreu menciona a existência de grutas, igrejas e descreve os trajes dos *fanáticos*, os quais já passavam de 500 homens¹⁰⁷. Acusa-os de estarem atacando regularmente a vila de Antônio Olinto e planejando ramificações do movimento a outros estados. Aponta ainda que a doutrina pregada pelo monge Chico Pereira é a mesma de Antônio Conselheiro.

As fortes declarações do secretário do estado do Paraná repercutiram na imprensa de todo o Brasil. Jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo publicaram matérias sobre o caso¹⁰⁸, na maior parte reproduzindo matéria publicada originalmente no *Gazeta do Povo*, da Lapa.

Diferentes esferas do poder político manifestaram-se preocupados com as informações prestadas pelos principais noticiosos do país. Vários telegramas de senadores, deputados chegaram ao presidente Prudente Moraes no intuito de expressar apreensão quanto à possível ramificação do movimento pelo território nacional, assim como governadores exigiram maior atenção aos comandantes de suas forças estaduais (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 22 abr. 1897). No Paraná, segundo informações prestadas pelo *O Paiz*, do Rio de Janeiro, o senador Joaquim Resende Correia de Lacerda checou a convocar Francisco de Paula Pereira para dirigir-se a Lapa, na intenção de conferenciar sobre o assunto (O PAIZ, 08 abr. 1897).

O jornal *O Comércio*, também do Rio de Janeiro, pôs-se em defesa do acusado monge. Após algumas notas desmentindo as declarações de Cândido de Abreu, decidiu publicar, em primeira página, matéria – parte reproduzida do jornal curitibano *Diário do Paraná* – a fim de resolver o caso, citando existência de documentos que comprovariam o comprometimento

¹⁰⁶ Infelizmente não foi possível localizar a edição publicada pelo *Jornal do Brasil*, apenas uma reprodução da notícia encontrada no *A Consolidação*.

¹⁰⁷ É importante destacar que, apesar dos jornais corriqueiramente noticiarem a presença volumosa de homens armados na região, seria muito difícil armar 500 homens no vale do Timbó e no distrito de Canoinhas (MACHADO, 2004, p. 131).

¹⁰⁸ De São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 19 mar. 1897, p. 2), do Rio de Janeiro (O PAIZ, 24 mar. 1897, p. 2; GAZETA DE NOTÍCIAS, 04 abr. 1897), de Petrópolis (GAZETA DE PETRÓPOLIS, 25 mar. 1897), de Cuiabá (O MATTO-GROSSO, 02 mai. 1897), de Belém (FOLHA DO NORTE, 02 mar. 1897, p. 2; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 abr. 1897), de Maceió (ORBE, 14 mar. 1897, p. 3), de Ouro Preto (MINAS GERAIS, 25 mar. 1897, p. 5; A CONSOLIDAÇÃO, 02 abr. 1897, p. 3), do Recife (JORNAL DO RECIFE, 27 mar. 1897, p. 2), e de Vitória (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 22 abr. 1897). Além de várias edições publicadas nos jornais do Paraná: *Gazeta do Povo*, *A República*, *A Notícia*, *Diário da Tarde* e *Diário do Paraná*.

republicano de Francisco de Paula Pereira. O texto embasava-se em carta enviada pelo coronel Libero Guimarães – amigo de longa data de Chico Pereira – ao redator do *Diário do Paraná*, José Correa, em que afirmava ser Pereira republicano desde os tempos do Império. Afirmção que podia ser comprovada pela existência de documento em sua posse, assinado e constando a seguinte declaração:

Eu abaixo assinado, cidadão brasileiro, no uso e gozo dos meus direitos civis e políticos, reconhecendo que nenhum dos partidos monárquicos farão a felicidade de nossa pátria, declaro-me, de hoje em diante filiado ao partido Republicano Federativo, único que poderá levantar o nosso país do abatimento em que se acha. S. Bento, 26 de junho de 1887. (Assinado) *Francisco de Paula Pereira* (O COMÉRCIO, 21 abr. 1897).

Outro que decidiu intervir, foi o Reverendo Vicente Bronikowski, Vigário de Rio Negro, o qual enviou carta à redação do *A República* com os seguintes termos:

Foi no lugar da Canoinhas, por 10 dias mais ou meno, o pouso che foi la (40-50 pessoas não mais) não foi hostile por me, fez 17 baptizados e 5 casamentos. Dos Barditas e seminalistas da minha parte eu não tenho ouvido em Canoinhas; mais consento com plezo coração che as cousas não forma limpas em respeito do serviço da egreja. Povo devia esser em numero 500-700 ou mais, baptizados 70 casamentos 30, mais de cesto o povo esperava pe um outro Padre de Lages, como os testemunhos sue dizeram chi em toda a parte a foi data notizia de quae Prophete eu não sei. Em respeito dos Padres e que tão com o Exm. Bispo em questão das consasciviles (si tem) e respectiva autoridade competente da minha parte, repeto, foi só esta persuasão che a posição das Canoinhas si não foi mal instratado nunca podia fazer esta demonstração de absenze (A REPÚBLICA, 27 mar. 1897, p. 2)¹⁰⁹.

Apesar das publicações em defesa de Chico Pereira, este ficara lembrado pela imprensa do Paraná como um líder de criminosos e *fanáticos*. Mesmo após sua morte, em 1899, continuou presente no discurso paranaense, rememorado como incitador da desordem e aliciador de bandoleiros, sendo mencionado em várias edições dos jornais daquele estado, antes e durante a Guerra do Contestado, para justificar menções pejorativas à região, adjetivando-a de terra de bandidos. A antipatia dos jornais e a própria entrevista de Cândido de Abreu ao noticioso carioca possivelmente tivera origem na negação do chefe local em aceitar o domínio paranaense em Canoinhas. As autoridades de Rio Negro chegaram a nomear um subdelegado

¹⁰⁹ Optou-se por manter a grafia da carta, conforme publicado no jornal, para garantir a originalidade do texto escrito pelo padre polonês.

na vila, porém, a população e o próprio Pereira não aceitaram, pois não consentiam autoridade estranha em território que proclamavam ser de Santa Catarina (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 41).

3.1.2 Dos jornais ao debate político

Em outubro de 1900, o *A República* reclamou dos ataques que o governo do Paraná vinha sofrendo por meio dos periódicos oposicionistas, em especial aqueles publicados pelo *República*, de Florianópolis. Seu redator, Vicente Machado, dizia sentir-se profundamente ofendido e prometia não mais referir-se às publicações alheias, e, complementava, “toda esta questão há um quixotismo pulha, este está do lado do jornal catarinense, verdadeiro manchego a combater moinhos de vento e a dar batalhas ... pelo telegrafo” (A REPÚBLICA, 05 out. 1900).

Até aquele momento, o jornal que poderia ser apontado como verdadeiro oposicionista do *A República*, o *Diário da Tarde*¹¹⁰, não havia publicado nada a respeito da ação policial praticada em Poço Preto. Silêncio que não duraria muito tempo. Em 08 de outubro publicou, com o título de *Questão de Limites*, matéria alegando não ter se pronunciado a respeito do caso por estar aguardando o desenrolar do mesmo, o que lhe permitia dar informações mais precisas, com toda a franqueza e independência com que costumava enfrentar e discutir os assuntos de interesse do estado do Paraná. Enfatizava que o *Diário da Tarde* teria sido criado exclusivamente para defender a causa paranaense. O fato de estar à frente de sua redação um filho de Santa Catarina¹¹¹ não o inibia em absoluto de expender, como julgava de seu dever, a opinião que adotava mesmo sobre assunto de tal natureza (DIÁRIO DA TARDE, 08 out. 1900).

Como é perceptível, a forma de narrativa utilizada pela imprensa, naquele contexto, procurava firmar posição, garantirem-se como detentores de uma verdade, conquistando assim a confiança do público leitor.

Contrariando um lado e outro, ou seja, governo catarinense e paranaense, o *Diário da Tarde* inseria-se no debate sobre a Questão de Limites propondo uma possibilidade ousada, a união dos dois estados litigantes para formar um novo, mais forte e poderoso, fazendo frente a São Paulo e Rio Grande do Sul (DIÁRIO DA TARDE, 08 out. 1900). Na opinião do periódico, esta

¹¹⁰ Durante o tempo em que Vicente Machado foi redator do *A República*, o *Diário da Tarde* empreendeu forte oposição. Não foram raras as vezes em que discursos acalorados renderam acusações e questionamentos entre um periódico e outro. Se por um lado o *Diário da Tarde* pronunciava-se como imparcial e fiscalizador das ações do governo, por outro, a própria figura de Vicente Machado não era de aceitação unânime entre os republicanos do Paraná. Para maior aprofundamento sobre esta relação ver Corrêa (2009).

¹¹¹ O redator a que se refere o *Diário da Tarde* é o médico Reinaldo Machado, nascido no ano de 1869 em São Francisco, província de Santa Catarina (ROSS, 2012, p. 43).

ação poderia dar fim amigável aos conflitos que vinham ocorrendo, já que o Paraná deixara os ricos vales do Timbó e Paciência serem tomados aos poucos por gente de Santa Catarina e a indefinição dos limites promovia incerteza de jurisdição, propiciando a ocorrência de crimes e o desrespeito à justiça.

Com a repercussão publicitada da conduta do alferes Estevam, não tardou para que debates acalorados chegassem até o legislativo. O próprio governador de Santa Catarina enviou telegrama à bancada do seu estado no Rio de Janeiro informando:

Acabo receber seguinte telegrama juiz direito Curitibanos: – Força pública Paraná acaba assaltar lugar denominado Timbó, incendiando propriedades. População alarmada defendem margens Iguaçu, havendo mortes. Devo informar-vos entre Canoinhas, Timbó existem mais 400 famílias catarinenses que Paraná deseja expulsar, pretexto zona contestada. População ali sempre obedeceu nossa jurisdição não aceita outra (A REPÚBLICA, 20 out. 1900, p. 2).

Após os conflitos terem tomado proporções nacionais, as cobranças por ações mais efetivas, a ambos os governos, ampliaram-se. A própria população e os líderes locais, temendo a segurança das propriedades e a continuação do lucrativo exercício de extração de erva-mate, sem o devido pagamento de impostos¹¹², passaram a procurar os representantes da justiça em busca de solução. Alguns proprietários e comerciantes de Canoinhas dirigiram-se a Curitibanos para interceder junto ao juiz da comarca, Antonio Gomes Ramagem, na intenção de que este enviasse contingente de força policial para conter as investidas do Paraná no território contestado. O juiz, alegando não dispor de pessoal para tal, comunicou o governador do estado solicitando reforços (O DIA, 09 jan. 1901, p. 2).

Vale destacar que, em termos de comparação, os regimentos de segurança¹¹³ dos dois estados eram muito distintos. A força pública do Paraná era consideravelmente mais numerosa e atuante, sem contar o superior poder político dos coronéis, membros da guarda nacional, que facilmente reuniam dezenas de capangas a seus serviços. Nos vales do Timbó e Paciência, os catarinenses tinham enormes dificuldades em mobilizar pessoal armado, pois constituíam-se

¹¹² Conforme constatou Machado (2004, p. 128), havia “uma espécie de guerra fiscal entre os estados pela erva-mate. O estado de Santa Catarina sempre tributou a menor a erva produzida e comercializada no planalto, tentando, muitas vezes, receber a erva paranaense para exportar pelo seu Porto de São Francisco. O governador de Santa Catarina já possuía uma autorização permanente do Congresso Representativo do Estado para diminuir os impostos de exportação segundo o estado dos mercados. O governo do Paraná procurava inibir este corredor comercial erigindo barreiras fiscais, principalmente na região que ficava entre Canoinhas e São Bento do Sul, onde havia uma saliência paranaense no espaço ocupado por Três Barras, Itaiópolis e Papanduva (esta vila ficava 40 quilômetros ao sul do rio Negro, limite reivindicado por Santa Catarina)”.

¹¹³ Antiga denominação da Polícia Militar.

em grande parte de posseiros e pequenos lavradores independentes (MACHADO, 2004, p. 129). O próprio contingente policial sediado em Florianópolis não passava de pouco mais de duas centenas quando fora enviado à região de Taquaruçu em 1912, com a finalidade de expulsar o monge José Maria e seus seguidores¹¹⁴, o que vale supor não ter tido também condições de enviar significativo reforço à zona contestada doze anos antes. Sendo assim, a solução foi proceder nomeação de subcomissários e suplentes entre os próprios habitantes de Canoinhas. Em resposta, o Paraná criou o distrito policial de Vila Nova do Timbó, em 24 de agosto de 1901, subordinado a Porto União da Vitória (TOKARSKI, 2002, p. 168).

A presença, mesmo que modesta, de autoridade policial catarinense garantiu certa quietude. Nos meses que se seguiram, depois da repercussão negativa para o governo do Paraná sobre a diligência de prisão em Poço Preto, a imprensa dedicou tempo e tinta na redação de longas matérias que discutiam a legalidade da ação impetrada por Santa Catarina contestando os limites estaduais. Personagens como Romário Martins, no *A República*, e o conselheiro Manuel da Silva Mafra, no *O Dia*, debateram, através das folhas impressas, seus argumentos sobre a questão. Enquanto isso, nas vilas, mobilizavam-se as lideranças políticas. A Câmara Municipal de Rio Negro, por exemplo, enviou ao Supremo Tribunal Federal carta na intenção de persuadir aquela corte para uma decisão favorável ao Paraná. Dizia a missiva:

A Câmara Municipal da cidade do Rio Negro, Estado do Paraná, representada pela unanimidade de seus membros, abaixo assinados, vem respeitosamente, em nome dos habitantes deste município, perante esse Tribunal representar contra a desarrazoada pretensão do estado de Santa Catarina, se querer anexar a maior parte deste município, situada à margem esquerda do Rio Negro, ao seu território. Por mais de uma vez esta Câmara tem protestado contra descabida pretensão, que funda-se somente em imaginários documentos, que nunca tiveram visas de realidade. Santa Catarina, não satisfeita com a espoliação que fez ao Paraná do território de São Bento e Campo Alegre, que há muito poucos anos faz parte deste município, quer agora transpor o Rio Preto, que é a nossa divisa atual, para estender sua desarrazoada pretensão à metade desta cidade, situada à margem esquerda do Rio Negro juntamente com a zona que se estende, neste município, da Colônia Lucena aos povoados das Canoinhas e Timbó, limitada para serra do Espigão, em demanda dos nascentes do Rio do Peixe no município da União da Vitória, também pertencente ao Paraná. Esta Câmara, representando a totalidade de seus

¹¹⁴ Em agosto de 1912, na região de Curitiba, em local denominado Taquaruçu, o monge José Maria foi convidado a participar da festa do Senhor Bom Jesus. Na tradição popular, este tipo de festejo prolongava-se por até três dias ou mais. No fim das festividades grande parte da população acabou por permanecer no local, junto daquele que para eles simbolizava uma possibilidade de alento a suas adversidades, José Maria. A permanência de um número expressivo de sertanejos pobres junto ao monge não agradou o então intendente municipal de Curitiba, coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, fazendo-o solicitar apoio policial do governo estadual, que enviou um pequeno contingente à região para debandar o grupo de rebeldes, naquilo que já era noticiado no Rio de Janeiro como um movimento semelhante ao de Canudos (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 89).

municípios, que persistem em continuar a ser paranaense, protesta contra a indébita pretensão de Santa Catarina, ora submetida a esse venerado Tribunal; pois só pela violência poderia este povo, parcela valiosa do Povo Paranaense, submeter-se a um Estado, ao qual lhe diga somente a solidariedade de filhos da grande Pátria Brasileira. Joaquim Teixeira Saboia, presidente. - Nicolau Valerio, vice-presidente. - Theodoro Ruthes. - Emilio Von Linsingen. - Verissimo de Oliveira Ribas. - Guilherme Kühl. - Francisco Elias (A REPÚBLICA, 14 set. 1901).

Fica perceptível que a situação, dia após dia, tornava-se mais instável. Interesses políticos e econômicos achavam-se ameaçados e precisavam ser defendidos, na maioria das vezes, camuflados por meio de discursos patrióticos enunciados através dos jornais. O problema da violência na região era abordado pelos periódicos do Paraná como principiado na índole de seus habitantes; entendidos como um povo pobre, sem escola, ignorantes, criminosos e sem lei. Os verdadeiros motivos da discórdia territorial, o ouro verde¹¹⁵, e o alargamento das fronteiras, ideal de Estado próspero no pensamento republicano, ficavam em segundo plano. A origem da população, mescla de rio-grandenses, catarinenses e paranaenses, distinguia da narrativa nacionalista dos jornais. Por vezes, o enunciado da traição foi utilizado para referir-se a determinadas personagens. Depoimentos publicados por paranaenses em defesa de Santa Catarina, e vice-versa, por vezes estampavam as páginas. Texto do *Diário da Tarde*, de 12 de novembro de 1901, expressa bem esta reflexão:

De longa data é conhecido e estado anormalíssimo em que se encontra a população domiciliada na extensa e rica zona compreendida entre os rios Canoinhas e Timbó. A população desta zona cresce dia a dia, e hoje pode ser avaliada em cerca de 5.000 habitantes. É admirável, entretanto, que uma população relativamente densa como essa, viva até agora completamente anarquizada, sem lei e sem governo. Aquela localidade constitui-se um valhacouto de quanto criminosos foge à ação da justiça, certo de que ninguém o vai incomodar. E como não existam ali autoridades, comete-se repetidos crimes, ficando os autores impunes. Grande numero de crianças permanecem sem os benefícios da instrução, criando se na mais absoluta ignorância, crianças essas que, forçosamente, serão candidatas ao crime, atendendo ao meio em que vivem. Ali não se pagam impostos e vive-se em perfeita anarquia. Aqueles que pacata e honestamente procuram aquela região, vivem em constante sobressalto, temendo de uma hora para outra qualquer saque ou carnificina promovidos pelo grande número de bandidos que a infestam. Estas tristes condições em que se encontra essa localidade, são determinadas em grande parte, pelo fato de encontrar-se aquele território na zona contestada pelo vizinho Estado de Santa Catarina. Há necessidade, pois, de pôr cobro a esse estado anárquico de coisas, para tranquilidade de muitas famílias pacíficas, que residem no Canoinhas, e principalmente para que o

¹¹⁵ O termo ouro verde foi muito utilizado para referir-se ao mate em tempos áureos de lucratividade. O próprio município de Canoinhas chegou chamar-se Ouro Verde durante a década de 1920.

governo não seja obrigado mais tarde a agir como fez em Canudos. Como medida preliminar favorável à realização desse desiderato, insto é, de atrair ao nosso convívio essa população, é fora de dúvida a abertura de uma via de comunicação através daquele território, vindo tem à margem do Rio Negro. Ouvimos que o governo do Estado cogita dessa obra, e se assim for é caso de louvá-lo por esse cometimento, que vem satisfazer uma necessidade (DIÁRIO DA TARDE, 12 nov. 1901).

Segundo Machado (2004, p. 130) “nos vales do Timbó e Paciência, ocorria uma disputa entre grandes criadores e pequenos lavradores (que nesta região também exerciam a atividade de coletores de erva-mate), entre os quais os primeiros eram oficiais da Guarda Nacional do Paraná”. As disputas não se efetivavam apenas entre os coronéis dos diferentes estados, mas também entre estes e pequenos posseiros e coletores, os quais eram espoliados e expulsos de suas terras pela ação latifundiária da oligarquia local.

3.2 A segunda fase dos conflitos

As ocorrências surgidas a partir de 1900 na região dos vales do Timbó e Paciência e sua repercussão na imprensa possivelmente motivaram a tomada de decisões pontuais no intuito de marcar posições e efetivar determinados controles administrativos e judiciais. Coincidentemente, foi no decorrer deste período que a pequena vila de Canoinhas foi elevada à categoria de distrito, em 03 de julho de 1902, assumindo o cargo de intendente distrital Eugênio Manoel de Sousa, de subdelegado Roberto Ehlke e de juiz de paz Miguel Pereira dos Santos (TOKARSKI, 2002, p. 136)¹¹⁶. O Paraná, um ano antes, instalava, em 05 de outubro de 1901, o termo de Porto União da Vitória, tomando posse como juiz, Antônio Cânciao de Medeiros Cruz. Em 24 de agosto do mesmo ano, criava-se o distrito policial do Timbó (SILVA, 2006, p. 85).

Até a primeira sentença do STF em 1904, dando ganho de causa a Santa Catarina na Questão de Limites, a atenção dos jornais sobre os conflitos cessaram. Porém, com a decisão da suprema corte, os ânimos, então controlados, voltaram a efervescer. “Os paranaenses passam a interpretar quaisquer medidas administrativas dos catarinenses na região contestada como uma forma de execução, à força, da primeira sentença, que ainda era objeto de recurso” (MACHADO, 2004, p. 131).

¹¹⁶ Eugênio Manoel de Sousa tinha um pequeno comércio em Canoinhas. Roberto Ehlke era oriundo da Lapa, estado do Paraná, exercia a atividade de comerciante e produtor de erva-mate. Já Miguel Pereira dos Santos era agricultor. Estas três figuras, membros da Guarda Nacional, alternaram-se em diferentes funções de autoridade em Canoinhas nos anos que se seguiram. Representavam parte do poder local antes e depois da Guerra Sertaneja do Contestado. Miguel Pereira dos Santos chegou a integrar o grupo dos rebeldes.

No início do ano de 1905, na região de Vila Nova do Timbó, as autoridades catarinenses, Laurindo Cordeiro Bello e João da Cruz Krailinchen, juiz de paz e escrivão do distrito de Canoinhas, foram surpreendidas por força policial paranaense enquanto realizavam um casamento. De forma coercitiva, tiveram o livro de registro civil apreendido¹¹⁷ e sofreram sérias agressões físicas, tendo Laurindo ficado cego de um olho e João da Cruz quebrado uma das mãos (MACHADO, 2001, p. 119). Em seguida, foram remetidos presos a Porto União da Vitória e de lá para Curitiba.

A nova ação paranaense, além do Rio Timbó, indispôs as autoridades de Santa Catarina. O superintendente municipal de Curitiba enviou telegrama ao governador em exercício, Antônio Pereira da Silva e Oliveira¹¹⁸, informando sobre as ocorrências. Este, por sua vez, remeteu mensagem ao presidente do Paraná, Vicente Machado, pedindo explicações, que respondeu não ter conhecimento de prisão alguma, e se tal situação havia ocorrido, era por iniciativa de populares do lugar e não por atitude do juiz de Porto União da Vitória.

Certamente a resposta do presidente do Paraná procurava ludibriar e provocar as autoridades do estado vizinho, pois novo telegrama de Curitiba comunicava que não se tinha notícia de Laurindo e João da Cruz. Nova mensagem do governador Pereira e Oliveira, agora ao Ministro do Interior, José Joaquim Seabra, relatava:

Exmo. Ministro Interior. Rio. – Do Superintendente Municipal de Curitiba recebi há dias telegramas comunicando ter escolta Paraná, ordem Juiz Municipal Porto União prendido juiz paz, escrivão distrito Canoinhas, naquele município quando esses funcionários achavam-se exercício, efetuando casamentos em território catarinense. Pedindo providências ao presidente Paraná este declarou não ter juiz ordenado prisão, sendo esta feita por simples particulares porém prometendo providenciar. Chega-me agora novo telegrama citado Superintendente comunicando terem sido mencionados presos remetidos para Curitiba e haver o governo Paraná criado distrito policial Canoinhas. Ambos fatos ofendem direito este Estado e sobre criação distrito policial em território peço permissão para chamar atenção de V. Ex. pois outro fim não visa governo do Paraná do que enviar forças território catarinense para provocar conflitos que desejo evitar honra República, solidariedade efeitos devem unir membros Pátria Comum. Respeitosas Saudações. (Assinado) Pereira e Oliveira, governador (O DIA, 12 fev. 1905, p. 3).

¹¹⁷ Esta informação consta em anotação feita pelo primeiro suplente de juiz de direito de Curitiba, Henrique Paes de Almeida Filho, no *Livro de registro de nascimentos do distrito de Canoinhas*: “Esse livro substituiu o primeiro, que dias antes fora apreendido por policiais paranaenses”.

¹¹⁸ O governador eleito era Lauro Muller. Contudo, este estava exercendo o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo do presidente Rodrigues Alves.

A maior preocupação das autoridades catarinenses referia-se à criação de um distrito policial pelo Paraná em Canoinhas. Todavia, a informação levada até o conhecimento do governador era o Ato n. 29 de 1º de dezembro de 1899, o qual nunca saiu do papel devido a não aceitação da elite local, liderada, simbolicamente, pelo então recém falecido Francisco de Paula Pereira.

As várias trocas de telegramas entre os governadores, deputados, senadores e ministros levaram Vicente Machado a reconhecer que o juiz de paz e o escrivão do distrito de Canoinhas foram sim levados sob custódia a Curitiba. Em telegrama, o presidente do Paraná respondeu a Pereira e Oliveira: “Laurindo Cordeiro Bello e João da Cruz Krailinchen, foram conduzidos para esta capital, da Porto União da Vitória, mas apenas chegados foram postos em liberdade e naturalmente regressaram para a localidade onde dizem exercer jurisdição” (A REPÚBLICA, 23 fev. 1905).

A eminente possibilidade de invasão de forças do Paraná em território que Santa Catarina considerava seu por direito – haja vista o resultado da decisão proferida pelo STF um ano antes – inquietava o governo e a população, como aponta Vinhas de Queiroz (1977, p. 69):

Esses embates e escaramuças em virtude da questão de limites entre os dois Estados não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra-Acima, mas levaram também a que se familiarizassem com o manejo das armas e as técnicas militares muitos sertanejos. Eram eles recrutados e dispensados, armados e desarmados nos bandos rivais.

Em março de 1905 o governador catarinense em exercício, Vidal Ramos, enviou ao ministro do interior novo telegrama sobre recente movimentação policial no Timbó. A mensagem relatava que o Paraná teria conduzido cerca de 100 praças à região, e que seu intuito é provocar conflito entre a população de maneira a obter vantagens no recurso movido pelo respectivo estado com relação à decisão proferida em 1904. Sobre o envio de policiais, Vicente Machado respondeu ao ministro Seabra da seguinte forma:

Efetivamente, para a margem esquerda do Rio Preto, zona que está sob jurisdição do Paraná e que o sr. Governador de Santa Catarina, ainda em recentes telegramas, prometeu respeitar, o que aliás não podia deixar de o fazer, fiz seguir uma força policial para evitar que as autoridades desse Estado, notadamente o juiz de direito a fazer incursões no território paranaense e sob nossa jurisdição. Essa força ali mantereí enquanto houver ameaças dessas invasões (A REPÚBLICA, 22 mar. 1905, p. 2).

Como já citado em momento anterior deste texto, as autoridades catarinenses procuravam evitar atritos diretos com as autoridades do Paraná, era uma política de vitimização (MACHADO, 2004, p. 129). Sempre que sentiam-se ameaçados, recorriam às autoridades federais buscando proteção contra as ameaças dos vizinhos, condição que passou a ser apontada pelo órgão de imprensa do governo paranaense. Durante o próprio mês de março de 1905, alguns artigos produzidos pela redação do *A República* objetivaram desconstruir a imagem de pagante criada por Santa Catarina. Sob o título de chamada *Sempre os Mesmos*, o jornal publicou matéria em que indagou os leitores sobre “até que ponto vai a chicana do Sr. Vidal Ramos, cujas alicantinas rabulísticas visam somente intrigar-nos com a administração superior da República, com o fim muito propositalmente estudado de atrair alguns benefícios e simpatias para a causa catarinense, na questão de limites” (A REPÚBLICA, 23 mar. 1905). Ainda no mesmo artigo, o periódico teceu fortes palavras contra Vidal Ramos, chamando-o de “egregio fabricante de calúnias”.

O irrefutável agravamento das relações entre as autoridades estaduais manifestar-se-ia, meses depois, nos vales do Timbó e Paciência. Em julho, um contingente de cinco praças, liderado por Francisco Bittencourt, foi enviado para Vila Nova do Timbó pelo juiz municipal de Porto União da Vitória, a fim de executar mandado de prisão contra Caetano Vallões. A nova ação foi reclamada pelo governo estadual catarinense, por conceber a margem direita do Rio Timbó – área em que localizava-se Vila Nova do Timbó – como de sua jurisdição até que o recurso sobre a Questão de Limites fosse julgado, considerando qualquer iniciativa policial uma invasão de território.

Nesse sentido, o governador do Paraná em exercício, João Cândido Ferreira, recebera de Vidal Ramos pedido de esclarecimentos sobre o ocorrido. Em resposta, Cândido afirmava ter o mandado sido executado em território do Paraná, em vila sob jurisdição de seu estado, entendendo que o único núcleo catarinense em região contestada constituía-se da vila de Canoinhas, local em que não movera qualquer tipo de adentramento, considerando assim não ter havido invasão alguma (O DIA, 16 jul. 1905).

No mesmo mês de julho de 1905, o presidente do Paraná enviou outro telegrama a Florianópolis solicitando explicações do governador sobre investida de força catarinense no Timbó. Segundo relato de João Cândido, o juiz municipal de Porto União da Vitória teria comunicado que o subcomissário de Vila Nova do Timbó fugira do distrito por saber que força armada partiu de Canoinhas, com destino àquela vila, na intenção de prendê-lo, assim como demais pessoas do lugar. Durante a partida do subcomissário, este teria ouvido vários tiros, supondo que catarinenses já teriam tomado o distrito. O presidente paranaense salientava que

não toleraria tal atitude, uma vez que aquela zona encontrava-se sob domínio do Paraná já há algum tempo, e que estava providenciando o envio de reforço policial para o lugar de modo a retomá-lo (O DIA, 25 jul. 1905).

É passível de supor que as informações prestadas pelo presidente do Paraná eram falsas, por iniciativa sua ou do próprio juiz de Porto União da Vitória, o qual inclusive era muito criticado pelo correspondente do *Diário da Tarde* no município, apontando-o como “vandálico e imoral” (A REPÚBLICA, 12 set. 1905).

Como já aludido anteriormente, Santa Catarina não dispunha de força policial em Canoinhas. No relatório apresentado ao Congresso Representativo do Estado, em 18 de setembro de 1906, o governador em exercício, Antonio Pereira da Silva e Oliveira, lamentava-se por não ter atendido os cidadãos da vila quando pediram envio de armas e munições no intuito de protegerem-se das investidas paranaenses. Justificava-se, afirmando ter confiado nas declarações do governo paranaense de que não tentaria contra áreas sob domínio de Santa Catarina¹¹⁹.

A admissão de erro por parte do governador perante os deputados estaduais e a própria resposta encaminhada a Curitiba por Vidal Ramos, no final de julho de 1905, alegando não haver força alguma sediada em Canoinhas e que tais mentiras tinham por intenção preparar o terreno para invasão ao território de Santa Catarina (O DIA, 25 jul. 1905), conduzem acreditar que de fato as informações procuravam persuadir as autoridades catarinenses, objetivando algum tipo de conquista quanto à Questão de Limites.

As estratégias utilizadas pelos dois estados ficavam cada vez mais evidentes. Por um lado o Paraná, com o discurso de ente usurpado de território. Impondo-se como mais forte. Mais competente para manutenção dos ideais republicanos, de ordem e progresso, e capaz de conter as violências praticadas pelos vários criminosos que Santa Catarina permitia habitar naquele espaço, situação perigosa ao governo federal e à manutenção da República. De outro, Santa Catarina, expressando a imagem de vítima, humilhada e desrespeitada pelo vizinho estado, o qual insistia em enganá-la, impondo-lhe medo e ameaçando fazer valer, a força, decisão que contrariava aquela proferida pelo STF.

De fato Santa Catarina era mais pobre e menos populoso em comparação ao Paraná, mas compensava a fragilidade com forte articulação política, equiparados em termos de

¹¹⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de Governador do Estado Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira em 18 de setembro de 1906. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1906. CRL.

representação, tendo o mesmo número de deputados e senadores (MACHADO, 2004, p. 134). Os catarinenses, inclusive, contavam com seu governador eleito, Lauro Muller, exercendo a função de Ministro junto ao governo federal.

Em agosto de 1905, o correspondente do *A República*, sob alegação de ter fontes seguras a informar-lhe, alertava sobre a existência de agrimensores realizando medições de glebas concedidas por Santa Catarina na região do Timbó e Canoinhas. Como agravante, na intenção de acelerar o procedimento, acompanhava os agrimensores o promotor público de Curitiba, trazendo consigo o livro de registros e procedendo, ali mesmo, sem os trâmites legais exigidos, a coleta das assinaturas dos proprietários. Na mesma seção, o correspondente, ao comentar sobre a Questão de Limites, enfatizava ter plena convicção que a população inteira daquela zona, como a de Palmas e de muitos outros lugares, por forma alguma seriam catarinenses, nem mesmo debaixo da viva força (A REPÚBLICA, 30 ago. 1905).

Demonstrações de ofensividade, permeadas de promessas do uso da força para defesa do território disputado, eram cada vez mais rotineiras nas publicações do órgão de imprensa oficial do Paraná, bem como nos jornais locais. *O Rebate*, pequeno jornal de Porto União da Vitória, publicou em artigo, logo após a decisão do STF em 1904, que “se não nos é dado confiar na força do direito, confiemos no direito da força” (O REBATE, 15 jul. 1905). O constante tom de ameaça emitido pelos jornais preocupava as autoridades estaduais catarinenses e, com maior nível, os interesses de alguns proprietários no distrito de Canoinhas, os quais, sem ajuda de força policial como tinha Porto União da Vitória, organizavam-se de modo a proteger-se de possíveis novas investidas dos vizinhos, assim como intensificavam demarcações e escrituração de propriedades em cartórios catarinenses.

Em setembro, o assassinato de Nico Fragozo nas imediações do distrito de Canoinhas motivou envio de carta, permeada de enredos literários, à redação do *A República*. O autor da missiva, morador de Rio Negro, acusava o comerciante e intendente distrital, Eugênio Manoel de Souza, de ter recebido de Florianópolis grande quantidade de carabinas *Comblain* e munição para pôr em retirada paranaenses que habitavam a zona contestada¹²⁰. Numa dessas ações, Eugênio de Souza, chamado no texto de “terror das Canoinhas”, teria comandado o assassinato de Nico (A REPÚBLICA, 15 set. 1905).

¹²⁰ É interessante mencionar que Eugênio de Souza, assim como outros vários habitantes de Canoinhas, incluindo o próprio colonizador, Francisco de Paula Pereira, e o primeiro intendente municipal, Manoel Tomaz Vieira, eram oriundos do estado do Paraná. Segundo infere Machado (2004, p. 135), “apesar de sua origem paranaense, a maioria dos lavradores sitiantes e posseiros simpatizava com o pleito catarinense sobre esta região. Afastar as fronteiras paranaenses significava ganhar distância do poder direto dos coronéis, já que as atividades de grilagem eram muito mais intensas no Paraná”.

A narrativa empreendida na carta oferecia ao leitor um misto de sentimento patriótico, compaixão e ódio. Detalhes como o uso de adjetivos desqualificadores – bandidos vagabundos para referir-se aos catarinenses – e qualificadores – pobre e inofensivo para referir-se aos paranaenses – conduziam a leitura para, ao fim dela, postar-se em favor de uma enérgica atitude do Paraná a fim de que violências terríveis não mais viessem a acontecer na região. O correspondente do *A República* em Porto União da Vitória, na mesma época, chamava atenção de todos para o perigo catarinense representado na figura de Eugênio de Souza. Contudo, além do relato publicado pelo jornal curitibano, nada comprova que o intendente distrital tenha assumido o papel de grande protetor local. As alegações parecem ter sido tão somente discursivas, buscavam atestar a necessidade de uma atitude politicamente mais impositiva por parte do Paraná.

A imprensa de Santa Catarina, que até então vinha em certo silêncio com as sucessivas declarações da imprensa do vizinho estado, decidiu postar-se após as acusações sobre o assassinato de Nico Fragoso e o envio de armamento a Canoinhas. Os periódicos *O Dia* e *Gazeta de Joinville*¹²¹, este último transcrevendo o primeiro, publicaram matéria em resposta às declarações do noticioso curitibano. Com tom de retaliação e revolta, o redator do *O Dia*, Tiago da Fonseca, chamava seus adversários de “paranetas transviados de fraternidade”. Citando um outro crime – desta vez praticado em Vallões¹²² naquele mesmo ano, em que fora vítima Luiz Davet, assassinado durante ação do subcomissário de Porto União da Vitória, Francisco Bittencourt¹²³ – o redator deixava certa dúvida sobre a responsabilidade do presidente do Paraná, João Cândido, na morte do comerciante supra citado. A menção era para enfatizar que, por mais que Eugênio de Souza estivesse administrando o distrito de Canoinhas, não o fazia de forma a praticar violências, pois este era um distinto e benemérito chefe do poder executivo. No final do artigo, Tiago sintetizou o sentido de suas declarações: “Quem com ferro ferre com ferro será ferido...” (GAZETA DE JOINVILLE, 07 out. 1905).

¹²¹ O *Gazeta de Joinville*, em 07 de outubro de 1905, publicava pela primeira vez matéria sobre os conflitos nos vales do Timbó e Paciência. Transcrevia artigo escrito por Tiago da Fonseca, publicado no jornal *O Dia* de Florianópolis, mas fazia isso em seção denominada *coluna de honra*, logo no início da primeira página, evidenciando seu comprometimento em tornar público (por iniciativa própria ou pressão política) a tensão entre Paraná e Santa Catarina.

¹²² Vila situada entre Canoinhas e União da Vitória, à margem direita do Iguaçu, hoje município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

¹²³ Em meados de 1905, na vila de Vallões, o assassinato do comerciante de Rio Negro, Luiz Davet, por integrantes de uma diligência promovida pelo subcomissário de União da Vitória, motivou intensos debates entre a imprensa do Paraná e Santa Catarina. Para os catarinenses, o motivo do crime era o fato de Luiz Davet ser simpatizante da causa catarinense (A REPUBLICA, 09 set. 1905, p. 1).

Se vê, não apenas pelas matérias publicadas nos jornais, mas também pelas ocorrências naquela região, sendo ou não praticadas diretamente por iniciativas de autoridades dos dois estados, um ápice da tensão gerada pela Questão de Limites. Segundo Auras (1984, p. 27), estes conflitos, anteriores ao movimento iniciado em 1912, possibilitaram à população dos vales do Timbó e Paciência certa familiaridade com as armas, o que contribui para sua adesão aos redutos. Para aqueles sertanejos, a Questão de Limites não era algo desconhecido ou abstrato, dominado e entendido apenas pelos políticos, mas uma ameaça real à sua condição de posseiro ou sitiante, interferindo diretamente na inserção social e na dignidade pessoal daquela população (MACHADO, 2004, p. 135).

Em outubro, telegrama enviado pelo intendente de Curitiba ao governador do estado informava que o Paraná dispunha de força com 400 homens armados, prontos para invadir Canoinhas, e que a população local estava disposta a resistir (DIÁRIO DA TARDE, 11 dez. 1905, p. 2). Tanto que, durante deslocamento do vapor *Cruzeiro*¹²⁴ nas imediações do distrito, teria o comissário Antero Alves formado fila com doze atiradores crendo que força policial paranaense poderia estar na embarcação (A REPÚBLICA, 22 dez. 1905).

O teor da mensagem foi imediatamente encaminhado ao Rio de Janeiro para ciência do ministro do interior, José Joaquim Seabra, bem como da imprensa da capital federal, a qual divulgou sistematicamente a notícia do hipotético ataque. O ministro e integrantes da bancada paranaense¹²⁵ solicitaram ao presidente do Paraná explicações sobre a situação. Vicente Machado disparou uma sequência de telegramas dando esclarecimentos, sintetizados através da mensagem encaminhada à imprensa carioca:

Acabo de ter conhecimento dos termos dos telegramas passados pelo Governador de S. Catarina ao Ministro do Interior e à imprensa. Causam-me assombro tais afirmações. Nada, absolutamente nada, há no Porto da União, ou em qualquer ponto do Estado, que se prenda ao distrito de Canoinhas ou a qualquer coisa da questão de limites. Esses telegramas feitos para impressionar o país, representam, segundo penso, despropositada exploração da boa-fé do ilustre chefe do vizinho Estado. O governo do Paraná faz tempo em merecer o bom conceito da Nação e é incapaz da prática de atos sem justificação. Peço a inserção deste em vossas colunas. Saudações, (Assinado)

¹²⁴ O vapor *Cruzeiro* era uma embarcação de propriedade do comerciante e fazendeiro Amazonas de Araújo Marcondes, residente em União da Vitória, que desde 1883, rotineiramente, fazia viagens pelos rios Iguaçu e Negro, levando passageiros e cargas. Foi com base em uma das viagens do barco que Visconde de Taunay escreveu o livro *Excursão no rio Iguaçu* (TOKARSKI, 2002). O vapor era, na época, um importante meio de transporte e comunicação entre União da Vitória e Rio Negro.

¹²⁵ O deputado Alencar Guimarães foi dos que enviaram telegramas a Vicente Machado. Através de sua mensagem, o presidente do Paraná ficou sabendo da grande repercussão do assunto na imprensa da capital federal.

Vicente Machado, Presidente do Estado do Paraná (A REPÚBLICA, 12 dez. 1905, p. 2).

A estratégia catarinense de colocar o governo do Paraná em situação delicada parece ter surtido efeito. Mais uma vez o discurso de estado encurralado e impedido de exercer seu direito era utilizado, desta vez em nível nacional. Contudo, a existência ou não de força em Porto União da Vitória não ficou bem explicada. O próprio Vicente Machado, nos telegramas que enviou ao ministro e à imprensa do Rio, omitiu detalhe constante na mensagem que foi endereçada ao governador de Santa Catarina. Trecho em que não negava existir praças no município, assim como em todo o estado, mas que consistia no desígnio de garantir a segurança das eleições do dia 20 de dezembro de 1905 (O DIA, 12 dez. 1905). Fato posteriormente confirmado pelo correspondente do *A República* em Porto União da Vitória, acrescentando tratar-se apenas de sete soldados (A REPÚBLICA, 22 dez. 1905).

Nada obstante, o próprio jornal opositor do governo estadual no Paraná, o *Diário da Tarde*, fazia chacota das comunicações catarinenses sobre a invasão em Canoinhas. No mesmo dia 12, publicava, em primeira página e sob o título de *Invenção da invasão*, o seguinte texto:

Não há negar: os nossos vizinhos de sudeste podem não ter direito à zona Iguaçu-Uruguaí que nos disputam, mas incontestavelmente o tem a... um dos primeiros lugares entre gênios inventivos. A descoberta, comunicada ontem de estarmos prontos para invadir o território paranaense de Canoinhas fará, sem dúvida, sucessos, porque excede de muito a tão falada invenção da pólvora... E o caso não deixaria de ter sua originalidade: imagine-se que para percorrermos zona nossa, sob nossa jurisdição, precisamos de 400 homens armados, embalados, municiados, disciplinados, e apaixonados, que exército não seria preciso para transpormos as divisas catarinenses! Tranquilizem-se os patrícios do sul: contra a única invasão, infelizmente real, do seu território, operada pela guarnição da Panther¹²⁶, podem contar com a nossa efetiva solidariedade. As demais, não passam de invenções... de invasões... (DIÁRIO DA TARDE, 12 dez. 1905).

A situação originada no telegrama enviado a Florianópolis pelo intendente de Curitiba mobilizou a imprensa da época. Após uma série de publicações e transcrições em jornais de todo o país, o órgão de imprensa oficial do governo paranaense empenhava-se em desqualificar o governador de Santa Catarina, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, através de

¹²⁶ O caso *Panther* foi uma questão diplomática entre o Brasil e Alemanha ocorrida entre 1905 e 1906, envolvendo a canhoneira alemã *Panther* que, ao atracar no porto de Itajaí em novembro de 1905, tivera como desertor um de seus marinheiros. Sem autorização do governo brasileiro, oficiais alemães desceram da embarcação para procurar o tripulante desaparecido, fato que gerou sérias contestações de soberania, levando a Alemanha a retratar-se perante ao país em janeiro de 1906.

artigo transpassado de imprecisões¹²⁷. No texto, sua honra e conduta quanto à denúncia de invasão era posta em dúvida (A REPÚBLICA, 13 dez. 1905). O periódico curitibano tinha objetivo de apagar a má imagem criada pela intenção de invasão a Canoinhas, fato que poderia prejudicar o estado no recurso em trâmite no STF referente à Questão de Limites¹²⁸.

3.2.1 Demétrio Ramos, o caudilho do Timbó

Entre as obras da historiografia do Contestado, das quais trataram dos conflitos nos vales do Timbó e Paciência, a atenção maior, ou quase que exclusiva, dera-se sobre a ocorrência de violências praticadas por conta do coronel Demétrio José Ramos, apontado por Miranda (2012, p. 47) como primeiro jagunço de briga surgido no Contestado.

A trajetória biográfica do caudilho do Timbó¹²⁹ é um tanto quanto interessante no que refere-se a uma personagem que dedicou boa parte de sua vida na participação ativa em guerras, revoluções e revoltas. Ser filho de Fidélis José Ramos, respectivo irmão de Vidal Jose de Oliveira Ramos, fazia de Demétrio primo-irmão do vice-governador de Santa Catarina eleito em 1902 na chapa encabeçada por Lauro Muller. Fato que, por si só, já causava certa desconfiança no governo do Paraná. Outro fator que piorava a imagem de Demétrio aos olhos da política paranaense era a intensa participação que o mesmo tivera na Revolução Federalista, liderando tropas de maragatos, principalmente na região de Vacaria.

Demétrio Ramos refugiou-se na região de Palmas após o fim da Revolução, mas, devido a conflitos locais, migrou para o vale do Timbó (O DIA, 19 fev. 1906, p. 2). Muitos dos combatentes não puderam retornar ao Rio Grande do Sul, pois lá responderiam judicialmente. Casou-se com Eulália Correia de Lacerda, ironicamente neta do Legionário da Lapa, Joaquim Resende Correia de Lacerda, cujo nome está ligado à história oficial do Paraná, tendo liderado a resistência aos federalistas durante o Cerco da Lapa, em 1894.

¹²⁷ Na matéria publicada pelo *A República* em 13 de dezembro de 1905, o jornal relatava ter Pereira e Oliveira nascido em Paranaguá, quando na verdade nasceu na Lapa em 1848. Teria iniciado a vida de comerciante ainda jovem, no litoral paranaense, fato também destoante, uma vez que desde os 4 anos de idade morava em Santa Catarina. Primeiro em Lages, depois em São José. Para mais detalhes ver Dantas (2017).

¹²⁸ Machado (2004, p. 157) aponta que o governo paranaense fazia forte campanha jornalística para obter apoio na Questão de Limites, inclusive remetia quantias a diversos jornais do país para que publicassem matérias a defender seu ponto de vista.

¹²⁹ Denominação atribuída a Demétrio pelo jornal *A Notícia*, publicada em edição de 08 de fevereiro de 1906.

Ilustração 1 - Desenho do busto do coronel Demétrio Ramos.

Fonte: (A NOTÍCIA, 08 fev. 1906).

Morando próximo à Vila Nova do Timbó, entre os rios Timbó e Tamanduá, vivia de pequena lavoura e do auxílio enviado do Rio Grande Sul, por sua mãe, e da Lapa, por seu sogro. De cabelos ruivos e claros, era um homem de boa fala, andava sempre de bombacha e com revólver e espada sempre a cinta¹³⁰. Em 1905, foi acusado pelo juiz de Porto União da Vitória, Moraes Machado, de ser autor de vários crimes nas cercanias da vila, incluindo o assassinato dos sertanejos Caetano Baptista Vallões, João Fernandes e Manoel Vieira, além de causar ferimentos em outros tantos e praticar depredações na região. Telegramas trocados entre as autoridades dos dois estados sugerem que as mortes foram decorrentes de embates por grupos defensores de ideais contrários, diretamente ligados à Questão de Limites. Entretanto, é passível de consideração que desavenças por posse de terras e outras disputas pelo poder local, frequentes naquele momento, tenham motivado as mortes, pois o Timbó transformou-se em uma espécie de espaço estratégico para ambos os estados, ponto que circunscrevia o controle da atividade ervateira entre o Iguaçu e o Canoinhas. Como forma de demarcar o domínio da

¹³⁰ Estas informações constam em entrevista concedida ao jornal *A Notícia* por morador de Canoinhas, publicada no mesmo periódico em 09 de fevereiro de 1906.

vila, uma série de nomeações de autoridades e criação de instituições administrativas foram efetivadas por ambos os estados ao longo dos anos até a aplicação do acordo de limites¹³¹.

Em 24 de dezembro, o presidente do Paraná expediu telegrama ao governador de Santa Catarina informando que enviaria ao Timbó força policial para capturar Demétrio e pedia o auxílio de Pereira e Oliveira para sua eficácia¹³². Em resposta, a autoridade catarinense dizia-se pronto para auxiliar, porém não consentia que força alguma do Paraná adentrasse o território do Timbó. No mesmo dia, 25 de dezembro, Vicente Machado replicou alegando “não haver território neutralizado para valhacouto de criminosos” (A REPÚBLICA, 29 jan. 1906) e que a região fazia parte do domínio de seu estado, pois há tempo mantinha lá distrito policial, tendo enviado escolta a fim de evitar novos conflitos.

A réplica em nada agradou Pereira e Oliveira. Em nova mensagem, este alertou Vicente Machado: “refleti no que ides fazer, certo de que se os vossos agentes não tiverem a necessária prudência será v. ex. o único responsável e em nome Estado que administro protesto contra qualquer invasão seu território por forças desse Estado” (A REPÚBLICA, 29 jan. 1906). Acrescentou ainda que até o Rio Timbó prevalecia jurisdição do distrito de paz e policial de Canoinhas, não tolerando assim qualquer ofensa a soberania de Santa Catarina.

Apesar das várias ponderações efetivadas pelo governador catarinense, Vicente Machado continuava certo de suas ações. Para piorar, em janeiro de 1906, recebia de Porto União da Vitória informação de que Demétrio Ramos encontrava-se homiziado em Canoinhas, onde teria buscado força sob a proteção de autoridades daquele estado. Respondendo, Pereira e Oliveira comunicou através de telegrama enviado em 02 de janeiro que havia sido informado sobre os crimes de Demétrio e que providenciaria as devidas atitudes legais. Na mesma mensagem, agradeceu ao presidente do Paraná por não ter transposto os limites estaduais até Canoinhas. Porém, no dia 09, solicitou a Vicente Machado que retirasse qualquer força de Porto União da Vitória, pois a presença de praças naquele local contribuía para perturbação da ordem e incitação ao crime, desestabilizando as tratativas da Questão de Limites.

O que não sabia Pereira e Oliveira é que naqueles dias, mais precisamente em 06 de janeiro, enquanto transmitia mensagens a Vicente Machado, este último encontrava-se

¹³¹ Em fevereiro de 1906, o governador de Santa Catarina criou em Vila Nova do Timbó uma escola mista. Em 1914, a pequena vila, hoje quase inabitada, chegou a ser elevada a município pelo Paraná, assim permanecendo até 1917, quando foi extinto devido à aplicação do acordo de limites assinado em 1916.

¹³² O mesmo telegrama também foi transmitido em cópia ao Ministro da Justiça, no Rio de Janeiro.

justamente em Porto União da Vitória, indo iterar-se pessoalmente do assunto com o juiz municipal João de Moraes Machado¹³³.

Alguns dias depois, no mesmo mês de janeiro, carta enviada por morador da localidade, informou a redação o jornal *A Notícia*, de Curitiba, que o juiz estaria organizando uma força formada por 50 paisanos e alguns praças, no intuito de ir ao encalço de Demétrio no Timbó. Em matéria intitulada *Gravíssimo*, publicada em 12 de janeiro, o jornal mencionou que os assassinatos de Caetano Baptista, João Fernandes e Manoel Vieira teriam sido encomendados pelo governo de Santa Catarina, contando com participação de no mínimo mais nove homens. Informou ainda que o comissário de polícia de Canoinhas estava dando proteção a Demétrio, fornecendo-lhe armamento e recrutando gente para suas tropelias (A NOTICIA, 12 jan. 1906).

As informações prestadas pelo jornal paranaense eram de causar alarde. Adentrava-se a um novo nível dos conflitos, o qual é apontado por Peixoto (1995, p. 87) como um “período agudo da questão, que trouxe um cortejo de intranquilidade não só para os arredores de Canoinhas, de Timbó e de Porto União da Vitória como para as duas capitais onde a imprensa se digladiava pretendendo amotinar os sertanejos”. Se os discursos ofensivos já eram uma realidade, agora as acusações e a construção de narrativas permeadas de previsões catastróficas e exageradas eram diariamente construídas e reproduzidas pela imprensa. Ficava evidente que a atitude do intendente municipal de Curitiba em informar o governador do estado sobre a invasão do território, e a consequente divulgação do caso na imprensa nacional, teria provocado ódio nos adversários.

Sob pretexto ou não, o fato é que o juiz Moraes Machado estava sim disposto a proceder a prisão do coronel Demétrio Ramos. Tendo em suas mãos precatória enviada pelo estado do Rio Grande do Sul, o magistrado efetivou na madrugada do dia 11 de janeiro de 1906, cinco dias após a visita de Vicente Machado, diligência na propriedade de Demétrio na intenção de trazer-lhe preso a Porto União da Vitória. O procedimento realizado pelo citado juiz produziu duas narrativas diferentes na imprensa, provendo tensão entre jornais e governos, os quais já digladiavam-se há um bom tempo por meio de telegramas e matérias jornalísticas.

Segundo relatos do *Diário da Tarde*, depois de alguns dias em deslocamento, a força comandada pelo juiz de Porto União da Vitória teria, por volta da meia noite do dia 11,

¹³³ A informação sobre a visita do Presidente do Paraná, Vicente Machado, foi obtida em ata da Câmara Municipal de União da Vitória, datada de 09 de janeiro de 1906. Na sessão, o prefeito municipal, Francisco de Azevedo Muller, solicitou apoio financeiro dos camaristas para pagar as custas da recepção feita ao representante máximo do governo estadual durante a estadia no município.

alcançado a casa de Demétrio, próxima da margem direita do rio Timbó, em lugar de difícil acesso. Após cercarem a propriedade e procederem intensa descarga de armas de fogo em direção à residência, arrombaram a porta da mesma. Dentro, encontraram apenas a esposa do procurado, Eulália Ramos, e seus filhos, todos menores e aterrorizados com a ação. Depois de arrancados do leito e levados para fora, à custa de ameaças e insultos, a família teria sido feita refém por várias horas enquanto a força vasculhava seus pertences (DIÁRIO DA TARDE, 19 jan. 1906).

Na revista, teriam sido encontradas mensagens enviadas pelo superintendente de Curitiba e pelo comissário de polícia de Canoinhas. Nos documentos, datados do mês de maio de 1905 e posteriormente divulgados na imprensa nacional, Antero autorizava Demétrio a preparar os assassinatos praticados em Vila Nova do Timbó, às vésperas do Natal de 1905, afirmando que assumiria a responsabilidade pelos atos. Já em telegrama do coronel Albuquerque, este dava ciência sobre a situação convulsionada na região e pedia calma ao ex-maragato porque era época de vantagem segura (CORREIO DA MANHÃ, 13 fev. 1906).

Cerca de um mês após a ação policial, o *A República* chegou a publicar outra carta supostamente encontrada durante a revista na residência. Documento que, em verso, Demétrio narrava sua biografia¹³⁴:

Já que um cantinho no Gaspar
Me quiseram conceder,
Vou historiar a minha vida
Vou me dar a conhecer.

Se bem que minha história,
Que aqui vou relatar,
É negra como azeviche,
É triste e de pasmar.

Nestes pagos... Rio-Grandenses
Fui nascido, fui criado,
Mas, pelo povo esquecido,
Pela sorte olvidado.

Assim tornei-me homem
E com bem triste sina,
Cuidava da vida alheia

¹³⁴ Os versos certamente não foram redigidos por Demétrio. A narrativa empreendida expõe a visão que o próprio jornal buscava dar a sua figura, uma imagem de homem cruel e sem remorsos, disposto a qualquer custo empreender a missão de criminoso e assassino. Era prática comum na imprensa da época publicar falsos documentos na intenção de atrair o público leitor. Tática muito utilizada nos relatos sobre Canudos, em que inventavam-se orações e diálogos entre os homens do interior, publicando-os sem se importar com a veracidade da informação (RODRIGUES, 2008, p. 90).

Tinha língua ferina.

E por isso muito sofri,
Tendo até certa ocasião
Recebendo em minha face
Um tremendo bofetão.

Depois quando o Rio Grande
Se viu convulsionado,
Segui serrar fileiras
Do Governo a seu lado.

Acabo esse trabalho
Aos pagos vim me dar,
E hoje aqui me encontram
Sempre sempre a falar.

Dos vivos quase esquecido,
Dos mortos sempre lembrado
Passo noites bem horríveis
A sonhar com degolado! ...

O que quer, é sina, é sina,
Tenho do fado cumprir!
Hoje meu consolo é contar
O que souber e sentir.

E como os maragatos
Já cansei de garrotear,
E hoje formo a seu lado
Até para pelear.

Vou bater na picanchada,
Cortar um pouco o pelo,
Onde eu sei coisinhas boas...
De arrepiar o cabelo.

Por hoje finalizo
Envio este rosário,
Ao ilustre maragato,
Meu correligionário.

E não temas eu vos digo
Que eu pite do afrocha,
Pois um bravo não recua
Assim é o Rocha.

E tanto fiz e agradei
Ao meu ilustre chefão,
Que obtive um postinho,
Os galões de capitão.

Mas qual à minha surpresa
Quando vieram me contar
Que não tinha um esquadrão

Para eu comandar! ...

Porém um bom lugarzinho
Para mim reservado
Por ser eu um destemido
Um tanto abarbarado.

Em seguida fui destinado
Para ser degolador!
Par ser o bom xerengue
Do Exército! Que horror!

Não tardei a dar princípio
Ao serviço destinado,
Fazendo voar cabeças
Desses loucos - malvados.

Quando finda a revolução
Consultando as carteiras,
Li - noventa e três cabeças
Relaram bem certas...

(Assinado) *Demétrio José de Ramos*
(A REPÚBLICA, 08 fev. 1906, p. 2)

Após vasculhar a casa e não encontrar Demétrio, teria Moraes Machado ordenado a queima da propriedade, sem sequer permitir que Eulália pudesse tirar algumas cobertas para seus filhos. Segundo o *Diário a Tarde*, a “triste senhora teve que assistir em lágrimas a destruição da sua morada, que o fogo lentamente foi devorando, debaixo da algazarra dos bárbaros incendiários” (DIÁRIO DA TARDE, 19 jan. 1906).

O tom melancólico e enternecedor empreendido pelo redator do *Diário* tinha por objetivo estabelecer um sentido que colocava a diligência do juiz em uma posição invertida da lógica pretendida pelo governo estadual paranaense. A representação de Demétrio, como bandido a ser capturado e punido, era convertida em pai de família, que teve sua prole acometida de violência. A significação dos lados mocinho e bandido não era límpida, mas sim construída narrativamente, pois como aponta Bakhtin (1993, p. 32), “não se pode realmente ter a experiência do dado puro”. Ou seja, aquilo que está no jornal é a reprodução escrita de um discurso atravessado por poderes e relações muito mais amplas que a ligação da notícia com o leitor. Camuflado por sentidos que apontam para um outro campo de relacionamento, no caso, o conflito de oposição existente na política interna do Paraná, expondo as suas extremidades discursivamente materializadas: *A República* e *Diário da Tarde*.

Na sequência da narrativa, ao amanhecer do dia 11, a família foi conduzida até às margens do Iguaçu, onde encontrava-se, à espera, um pequeno vapor, o mesmo que tivera

levado a força policial até o Timbó. Temendo que Demétrio Ramos atacasse a embarcação, o juiz teria obrigado Eulália e seus filhos a fazerem toda a viagem em pé, a bombordo, a fim de evitar possíveis disparos vindos da margem do rio, efetuados pelo bando de seu marido. Chegando em Porto União da Vitória, foram conduzidos até a delegacia para serem presos. Contudo, a interferência de populares não permitiu a prisão da família, a qual foi levada à casa do coronel Amazonas Marcondes, chefe político local, onde ficaram hospedados, sendo posteriormente escoltados até a Lapa, cidade natal de Eulália, onde, abatida por tanto sofrimento e constrangimento, foi amparada por seu irmão, Duca Lacerda (DIÁRIO DA TARDE, 19 jan. 1906).

Se a narrativa do *Diário da Tarde* contemplava uma gama de elementos atenuadores da imagem de Demétrio – envolvendo-o em laços de proteção política, fazendo menção ao chefe local de Porto União da Vitória e ligando-o à influente família Lacerda –, em contrapartida, o *A República* fazia duras críticas aos relatos, acusando o respectivo jornal de defender a causa catarinense na Questão de Limites. Publicou o periódico:

Narrar simplesmente os fatos consequentes da diligência levada até o Timbó pelo Sr. Moraes Machado, juiz municipal da União da Vitória, sem indagar suas causas e os motivos que a precederam, se não revelada má fé, pelo menos indica facilidades em aceitar informações procedentes de adeptos da causa catarinense (A REPÚBLICA, 20 jan. 1906, p. 2).

Segundo o *A República*, a investida à casa da família Ramos, no intuito de proceder à prisão do maragato, foi cumprindo precatória enviada por autoridades do estado do Rio Grande do Sul. Relata ainda que a força paranaense chegou a entrar em conflito com o bando de Demétrio, constituído de 100 homens, os quais, posteriormente, tentaram atacar o vapor em que retornavam as autoridades paranaenses a Porto União da Vitória.

Já os jornais de Florianópolis consideraram a ação da força policial do Paraná um atentado à jurisdição, uma vez que a propriedade de Demétrio localizava-se à direita do rio Timbó, o que, no entendimento do governo de Santa Catarina, constituía território catarinense. O caminho discursivo utilizado pelo *O Dia*, para driblar qualquer tipo de relação do poder estadual com os conflitos existentes na região, era focar na invasão do território. Enquanto a imprensa paranaense objetivava esmiuçar os detalhes da diligência de Moraes Machado, a do estado vizinho procurava defender-se das acusações de complacência com a criminalidade, sem expor Demétrio e outros líderes políticos de Canoinhas, como o comissário Antero Alves. Quanto à autoria do triplo homicídio, do qual o ex-federalista era acusado, a imprensa florianopolitana tratava como um caso de simples desavença íntima, da qual seria investigada e solucionada por policiais de Curitiba (O DIA, 25 jan. 1906).

Vale destacar, como já mencionado anteriormente, que o coronel Demétrio Ramos era primo-irmão de Vidal Ramos¹³⁵, na época vice-governador eleito na chapa de Lauro Muller. Sendo assim, percebe-se a existência de uma dupla blindagem a Demétrio. Primeiro, pela origem federalista, anistiada no Partido Republicano Catarinense¹³⁶. Segundo, pelo nível de parentesco estreitamente ligado a uma elite nepótica que durante anos governou o estado.

Em fevereiro de 1906, o jornal oficial do partido publicou extensa matéria para advogar em favor do coronel. Através de um discurso recheado de enunciados patrióticos e heróicos, fazia-se um roteiro que colocava Demétrio em uma posição de homem que sacrificou importante fortuna para abraçar a causa federalista. Teria deixado o conforto de seu lar para lutar em prol de um ideal – referência à posição de próspero fazendeiro que detinha no Rio Grande do Sul durante a década de 1890 – para agora, com o mesmo espírito patriótico, tentar uma nova vida, desta vez bem mais simples, às margens do Timbó. Na mesma edição, o periódico publicou carta enviada a redação, sem autoria, como de praxe, e provavelmente falsa, para exaltar a honradez do caudilho do Timbó. O último parágrafo da missiva sintetiza a intenção do documento na construção da imagem Demétrio: “não é, pois, um bandido vulgar, é antes uma vítima das lutas políticas, um homem que foge à morte” (O DIA, 16 fev. 1906, p. 2).

Ademais, depois da ação do juiz municipal de Porto União da Vitória, as supremas autoridades estaduais, sob tom de ameaça e protesto, trocaram uma série de telegramas, dos quais a imprensa passou a dar destaque.

Em 20 de janeiro, sob o título de *Conflito em Canoinhas*, o *Diário da Tarde* publicou:

Rio, 23 - Telegramas de Florianópolis para o <Paiz> dizem que em conflitos havidos em Canoinhas, município de Curitiba, as autoridades catarinenses procederam a rigoroso inquérito. O superintendente comunica que uma força do Paraná composta de paisanos armados e municidados, capitaneados pelo juiz de Porto da União, invadiu aquele território sitiando a casa de Demétrio Ramos, que se achava ausente. Prenderam a senhora deste e oito filhos e incendiaram a sua casa, depois do que levaram a família para Porto da União, presa e amarrada por ordem do inspetor policial. Três catarinenses moradores de Canoinhas reuniram 600 pessoas e perseguiram os invasores paranaenses que fugiram antes de constituir, como pretendiam, autoridades paranaenses naquela zona. Costa que o governo do Paraná mantém, no rio Iguaçu, um vapor armado de metralhadoras, a pretexto de garantir o território do Estado,

¹³⁵ Vidal Ramos revezou com Pereira e Oliveira no cargo de governador após Lauro Muller preferir a função de ministro, a convite do presidente Rodrigues Alves.

¹³⁶ Após o fim da Revolução Federalista, Lauro Muller trouxe para dentro do Partido Republicano Catarinense vários ex-federalistas, outrora liderados por Hercílio Luz. Tal atitude tinha como objetivo isolar Hercílio no meio político do estado, pois este era certamente o maior adversário de Lauro no jogo de poder estadual. Para melhor compreensão deste contexto, ver Meirinho (1997).

que nunca foi invadido pelos catarinenses. Dizem que o governo de Santa Catarina levou estes fatos ao conhecimento do presidente da república, por intermédio do Sr. Dr. Seabra, ministro do interior, pedindo providências (DIÁRIO DA TARDE, 24 jan. 1906, p. 2).

É interessante observar que Peixoto (1995, p. 87)¹³⁷, ao descrever os conflitos no Timbó, citando “diário de campanha de oficial que fez parte da grande expedição e que de muito perto conhece os enredos e origens da questão” menciona que a mobilização de 600 homens teria ocorrido em 1905, organizado pelo próprio Demétrio Ramos, o que motivou o primeiro envio de força federal à região para apaziguar a tensão. Assim inferiu Peixoto (1995, p. 87), citando o mencionado diário de campanha:

Indignou-se Demetrio, contra as violências que lhe infligiram as autoridades do Paraná, recorreu ao auxílio dos seus correligionários da Vila de Santa Cruz das Canoinhas e com alegação, sem dúvida, de que o Paraná desrespeitava direitos de Santa Catharina, conseguiu facilmente reunir cerca de 600 sertanejos dessa gente inculta e supersticiosa, jeitosamente preparada pelo comissário de polícia da vila Antero Alves; constando mesmo que esse povo foi então armado a Comblaim, por conta do governo de Santa Catharina e por ele próprio mantido, com auxílio das casas comerciais de Brazilio Celestino, Tobias de Souza e Eugenio de Souza . . . Uma série de conflitos mais ou menos criminosos foram desenvolvidos por partidários apaixonados desses dois Estados, vindo daí por diante alimentada luta pelos maiores interessados na partida da zona contestada... Não foi noutro intuito que o governo do Paraná mandou o tenente João Koenig acampar na margem direita do rio Paciência, junto aos cinzeiros da Villa Nova, nem tão pouco teve fim desigual a internação até Lages, do bando chefiado por Demetrio, o protegido de Santa Catharina.

Segundo Peixoto, o relato acima teria ocorrido antes do aprisionamento da família de Demétrio. No entanto, com base nas matérias jornalísticas consultadas e nos telegramas trocados entre as autoridades políticas e policiais da época, é certo afirmar que o relato reproduzido refere-se a ocorrências posteriores à ação do juiz municipal de Porto União da Vitória, já em 1906.

Miranda (2012, p. 47-48), ao descrever tais eventos, aponta que o envio do alferes João Koenig ocorreu após o aprisionamento da família Ramos. Porém, este mesmo autor afirma que tudo tivera calhado no início de 1905, outro provável engano, pois, a diligência realizada pelo

¹³⁷ Peixoto (1995) não diz quem era este oficial, contudo é possível supor que referia-se ao capitão Duarte de Alleluia Pires, que liderou expedições durante a Guerra do Contestado e também assumiu o comando de força do exército enviada ao Timbó em 1906.

juiz Moraes Machado dera-se em janeiro de 1906 e a subsequente nomeação de João Koenig, como responsável pelo distrito policial do Timbó, também foi em 1906¹³⁸.

Na historiografia, uma versão mais condizente com a ordem cronológica dos eventos¹³⁹ foi dada por Bussmann (2013, p. 354), provavelmente por embasar-se em outros documentos, não apenas nos relatos de Peixoto (1995) reproduzidos em outras obras. Quanto a menção de mobilização de sertanejos em Canoinhas, por exemplo, esta foi apresentada por Vinhas de Queiroz (1977, p. 67) e Machado (2004, p. 131), porém este último apontou que a “informação do grande grupo de Demétrio está em Vinhas de Queiroz, que se baseia em dados coletados em Demerval Peixoto, que normalmente dá maior crédito à versão paranaense” (MACHADO, 2004, p. 155). Complementando, Machado (2004, p. 131) sugere que:

Seria muito difícil armar 500 homens no vale do Timbó e no distrito de Canoinhas; muito mais improvável seria este grupo investir contra União da Vitória, o centro mais rico e populoso do Paraná no Contestado. O mais provável é que a presença do grupo armado de Demétrio em apoio às autoridades catarinenses no Timbó houvesse tolhido a ação paranaense neste vale.

Após a prisão de Eulália Ramos e seus filhos, surgiram boatos sobre reforço do contingente policial paranaense em Porto União da Vitória, vindos de Palmas. Haveria também uma embarcação adaptada com metralhadora, a qual teria missão de garantir a nomeação e posse de autoridades do Paraná em Vila Nova do Timbó. Tais boatos repercutiram na superintendência de Curitiba, fazendo o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque remeter telegrama ao governador interino de Santa Catarina informando sobre a ocorrência de conflitos de forças policiais e paisanos no território entre Porto União da Vitória e Canoinhas, conflitos estes motivados pela Questão de Limites. Solicitava assim auxílio do representante máximo do estado na intenção de resolver a contenda.

Do mesmo modo que o vapor com metralhadora não chegou a Canoinhas, não houve envio de forças catarinenses ao Timbó. O que fez Pereira e Oliveira foi encaminhar ao Presidente da República, Rodrigues Alves, e ao Ministro da Guerra, José Joaquim Seabra, mensagens solicitando intervenção federal. Atitude que causou intensa revolta no governo do

¹³⁸ Nascido nos Estados Unidos, João Koenig foi integrando a polícia paranaense durante a Revolução Federalista. Em 1906 era incumbido da perseguição a Demétrio Ramos. Foi delegado da localidade de Rio Preto, em Mafra, onde, no início do século XX, foram instalados postos fiscais paranaenses e catarinenses na disputa pela posse do território contestado e pelos impostos da erva-mate. Na condição de segundo tenente, participou da Guerra do Contestado, integrando o *Batalhão Tático* estacionado em Papanduva e Major Vieira (TOKARSKI, 2002, p. 156).

¹³⁹ Conforme pôde-se constatar por meio dos jornais pesquisados.

Paraná, o qual entendeu o pedido como um ato a ferir a autonomia do estado enquanto ente federativo. Porém, Vicente Machado reforçou sim sua força, enviando inicialmente 30 praças sediados em Palmas e, dias depois, deu ordens para que mais 30 partissem de Curitiba com destino à região.

Demétrio Ramos, que encontrava-se em Canoinhas após o aprisionamento de sua família e o incêndio de sua casa, teria, segundo informações do *Diário da Tarde*, recebido de Florianópolis mais 25 carabinas e 1.000 balas para proteger e liderar a vila de uma possível ocupação das forças policiais do Paraná sediadas em Vila Nova do Timbó¹⁴⁰. Prevendo a chegada de diligência paranaense em Canoinhas para depor as autoridades catarinenses, teria Demétrio buscado refúgio no povoado de Campina dos Santos, no atual município de Major Vieira (SC), a cerca de 30 quilômetros de distância de Canoinhas. Lá, aguardaria a ocupação da vila para então surpreender os paranaenses e aprisioná-los. Contudo, tal ocupação por força vinda do Timbó não ocorreu, tendo Demétrio retornado a Canoinhas (DIÁRIO DA TARDE, 09 fev. 1906).

Enquanto a esposa e filhos encontravam-se na cidade da Lapa, sob a proteção de seu cunhado, Demétrio pernoitava na casa do comissário Antero Alves. Tanto Demétrio não podia deslocar-se a Lapa, território paranaense, podendo ser aprisionado por forças daquele estado, como também sua família não podia viajar até Canoinhas, passível de sofrer novos infortúnios no caminho. Mesmo em distância próxima, o trajeto entre as localidades perpassava áreas protegidas por força paranaense. Sendo assim, Demétrio aguardou chegada de contingente do Exército à vila de Canoinhas, para então obter garantias à viagem de Eulália e seus filhos.

Em abril de 1906, jornais de Lages noticiaram a chegada do ex-federalista na cidade, sendo recebido com honras e festa. Segundo protestos do *A Republica*, seguiu depois para Florianópolis a fim de receber o título de *doutor* (A REPÚBLICA, 19 abr. 1906). Ainda em maio daquele ano, a imprensa do Paraná noticiou telegrama enviado pelo alferes Koenig, comandante do destacamento policial paranaense estacionado no Timbó, ao Chefe de Polícia do estado, informando que Demétrio estaria mobilizando a população da região para expulsar a força de polícia do local. No entanto, as informações não passavam de mais um boato a alarmar e gerar tensão sobre a Questão de Limites. Pois, após sua retirada de Canoinhas, não

¹⁴⁰ Em parte, a informação sobre o envio de armamento parece verdadeira, porém, não foram enviados de Florianópolis como informava o *Diário da Tarde*, mas sim de Curitiba, pelo Superintendente municipal, coronel Albuquerque, que tinha reunido 25 armas e 800 cartuchos de Lages e Campos Novos. Esta informação foi obtida através de telegrama enviado pelo próprio Albuquerque ao governador Pereira e Oliveira em 02 de fevereiro de 1906 (O DIA, 11 fev. 1906, p. 1).

há indícios que Demétrio tenha voltado à região, os próprios jornais, inclusive do Rio de Janeiro, anunciaram como inexatas as informações apresentadas pelos jornais curitibanos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12 mai. 1906, p. 8).

Na verdade, não se tem maiores informações sobre o paradeiro do coronel Demétrio Ramos após sua ida a Lages, é provável que tenha rumado ao estado do Mato Grosso, conforme a historiografia do Contestado menciona (PEIXOTO, 1995, p. 91). Segundo relato colhido em 1969 por Fidélis Dalcin Barbosa, entrevistando José Borges Teixeira, sobrinho de Demétrio, este último teria retornado ao Rio Grande do Sul alguns anos depois, vindo do Mato Grosso especialmente para participar da Revolução de 1923¹⁴¹. Mesmo tendo seu pai pedido para que não se envolvesse, Demétrio teria dito que necessitava sim participar, pois, como federalista, era seu dever (BARBOSA, 2014, p. 221).

Durante a contenda de 1923, o jornal rio-grandense *A Federação* noticiou a ação de Demétrio Ramos na região de Vacaria e Lagoa Vermelha, lutando ao lado do coronel Fabrício Vieira, outra figura conhecida na historiografia do Contestado. Depois do findar a revolução e a consequente derrota dos revolucionários, Demétrio voltou ao Mato Grosso, radicando-se na cidade de Três Lagoas, onde seguiu carreira política, exercendo o cargo de prefeito durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Morreu em 1961, após longos anos de envolvimento em revoluções e aderindo a causas diversas. Se foi o primeiro jagunço do Contestado, conforme sugere Miranda (2012), não se pode afirmar, mas foi certamente uma personagem, até então, narrado sob a perspectiva da imprensa e da elite política paranaense. Pois, sob a visão dos redatores do jornal catarinense *O Dia*, Demétrio era “membro de uma das mais importantes famílias de Vacaria, [...] possuía um belo coração, era valente na guerra e muito humanitário” (O DIA, 16 fev. 1906, p. 2). Seu sobrinho, ainda nos relatos prestados a Barbosa (2014, p. 222), menciona atos de piedade do *maragato* durante a Revolução de 1923, impedindo execução de soldados rendidos durante o conflito.

¹⁴¹ A Revolução de 1923 foi um “movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande de Sul em janeiro de 1923, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, em reação à reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado. A guerra civil prolongou-se até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas” (MOREIRA, 2017).

Ilustração 2 - Busto do coronel Demétrio Ramos quando prefeito de Três Lagoas.

Fonte: Site da Prefeitura de Três Lagoas (MS). Disponível em:
<<http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/ex-prefeitos/>>

3.2.2 A intervenção federal no Timbó e Canoinhas

Em edição de 29 de janeiro, sob o título de matéria *Sucessos do Timbó*, o *A República* destinou a primeira página para publicar, entre um comentário e outro, toda a troca de telegramas realizada entre Vicente Machado e os governos catarinense e federal. Em um destes telegramas, o qual transcreve-se a seguir, o presidente do Paraná demonstra seu sentimento de lástima para com o anúncio do envio de força do Exército à região:

Não solicitei e não solicito intervenção federal, dentro do Estado, e o Governo Federal, se atender ao pedido do Governo de Santa Catarina, só poderá fazê-lo na zona que efetivamente estiver sob a Jurisdição desse Governo e não onde se exercem a ação e jurisdição do Estado do Paraná. A ordem pública é perfeita em toda a zona, sendo a jurisdição paranaense, e o governo tem todos os meios para mantê-la inalterada. Apelo para V. Ex. afim de que seja evitado esse atentado que o telegrama do Sr. Ministro da Guerra anuncia e que virá laçar o pânico e o terror em população que trabalham pacificamente, e perturbar um Estado que vive tranquilamente prosperando, e onde é completo o respeito a todas as garantias constitucionais (A REPUBLICA, 29 jan. 1906)¹⁴².

A insistência dos representantes dos dois estados em considerar o Timbó como território sob suas respectivas jurisdições certamente preocupava o governo federal. Em todo caso, também é provável que o *lobby* do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas – Lauro

¹⁴² Parte do telegrama enviado pelo Presidente do Paraná, Vicente Machado, ao Presidente da República, Rodrigues Alves, em 26 de janeiro de 1906.

Muller –, governador licenciado de Santa Catarina, tenha sim ocorrido como denunciava Vicente Machado. A proximidade de uma figura com forte influência política junto ao Presidente da República e a inferioridade policial dos catarinenses ajudaram na decisão sobre a intervenção. Para opor-se a tal medida, e tentar reverter o caso, os paranaenses passaram a citar o art. 6º da Constituição:

Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

I - para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

II - para manter a forma republicana federativa;

III - para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos;

IV - para assegurar a execução das leis e sentenças federais (BRASIL, 1891).

Por mais que o inciso primeiro mencionasse o caso de invasão de um estado em outro, o Paraná considerava o Timbó como parte de seu território, pois apesar da decisão do STF favorável a Santa Catarina em 1904, os paranaenses impuseram recurso a esta decisão, que encontrava-se naquele momento ainda em trâmite. Assim sendo, por não haver pedido de ambos os estados para uma intervenção, o governo do Paraná passou a utilizar-se de seu órgão de imprensa para atacar o Presidente da República, Rodrigues Alves. Este, em resposta a Vicente Machado, enviou telegrama no dia 27 de janeiro, no qual dava explicações sobre sua deliberação.

Petrópolis, 27 de Janeiro de 1906. – Dr. Vicente Machado. – Presidente do Paraná. Curitiba. O telegrama do Ministro da Guerra ao comandante desse distrito militar foi expedido em virtude de ordens minhas depois de haver recebido uma comunicação de Santa Catarina datada de 24 e assinada pelo governo do Estado e pelos srs. Hercílio Luz, Gustavo Richard, Paulo Ramos e Germano Wendhausen. Segunda essa comunicação, o superintendente de Curitiba da parte de uma nova invasão paranaense com grandes tropelias, manifestando fundados receios de outras desordens, aludindo à atitude do governo do Estado que tem procurado por todos os meios evitar conflitos naquela zona, já deixando de remeter força policial requisitada pelas autoridades catarinenses, e já aconselhado a maior calma aos habitantes que pediram aos signatários do telegrama à minha intervenção afim de que cesse um estado que pode dar lugar a sérios conflitos. Há muito tempo estou recebendo más notícias da situação da fronteira dos dois Estados, limitando-me a dar conhecimento por intermédio do Ministro da Justiça aos governadores, com a necessária reserva, para não provocar ressentimentos das informações que me têm mandado um e outro. Tendo-se constado antes daquela comunicação que alguma coisa de anormal estava se passando na fronteira, havia já recomendado ao Ministro da Guerra que fosse prevenido o comandante do distrito e que este deveria se entender com os dois governadores e sei que essa recomendação foi feita para evitar os conflitos que receava. O governo federal tem o mais sincero desejo de ver os Estados

da União vivendo em paz e amizade, e confiantes nas soluções que os Tribunais derem às suas divergências. Não lhe pode ser porém indiferente que se ponham em armas para se baterem por questões de limites em zonas contestadas de suas fronteiras. Os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte estiveram em situação delicada por uma questão da mesma natureza, evitando-se a luta armada por terem sido solícitos os respectivos governos em atenderem as minhas solicitações. Espero que o mesmo se dará nos dois Estados do Sul e que os seus dignos governadores hão de ter a calma e a ponderação precisas para evitarem a perturbação da ordem na fronteira. Devo dizer-vos que são vãos os vossos receios de que as instruções do Ministro da Guerra possam lançar o pânico e o terror no seio da população desse Estado, nem compreendo que possa constituir atentado à sua autonomia a posição vigilante da força federal para evitar conflitos, insistentemente anunciados, quando sem o influxo das paixões locais e sem interesse especial por qualquer deles em prejuízo de outro. Há de ser sempre a mais forte garantia e segurança de todos. Saudações (assinado) Rodrigues Alves (A REPÚBLICA, 29 jan. 1906).

Contrariando qualquer objeção paranaense, em 1º de fevereiro Vicente Machado foi comunicado pelo General Comandante do 5º Distrito Militar de que o Ministro da Guerra, por intermédio do Chefe de Estado Maior do Exército, ordenou fazer seguir força federal para a zona do Timbó e Canoinhas na intenção de estabelecer a ordem alterada. Logo no dia seguinte, o presidente do estado enviou mensagem para ser lida no Congresso Legislativo Estadual, no qual, ao mesmo tempo que solicitava apoio dos deputados, também justificava todas as decisões que tivera tomado até então¹⁴³.

Os préstimos não vieram apenas dos deputados, mas também de alguns estudantes e de boa parte da imprensa do Paraná, na figura dos jornalistas Nestor de Castro e Nascimento Junior pelo *A República*, Ferreira Correia e Ermelino Leão pelo *Diário da Tarde*, e Celestino Junior e Euclides Bandeira pelo *A Notícia*, os quais enviaram notas a fim de serem publicadas na imprensa do todo o país para fazer pressão no presidente Rodrigues Alves. Com a mesma estratégia, convocaram a população de Curitiba para se fazer presente na Praça Tiradentes, no final da tarde do dia 02, na intenção de protestarem contra a intervenção federal e formarem uma comissão com incumbência de preparar uma ação de protesto ainda maior. Na reunião, ficou ao encargo de Generoso Marques dos Santos, Luiz Antônio Xavier, Chichorro Junior, Bento Fernandes de Barros, Vitor do Amaral, João Pernetta, Romário Martins, Celestino Junior, Sebastião Paraná, Ermelino de Leão, Brazilino Moura, Afonso Camargo, Nestor de Castro, Euclides Bandeira e Generoso Borges a organização de outro ato público, o qual aconteceu no dia seguinte, 03 de fevereiro.

¹⁴³ Mensagem ao Congresso Legislativo dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do Estado em 1º de fevereiro de 1906. Curitiba: Annibal Rocha & C., 1906. APPR.

Reunidos na mesma Praça Tiradentes, no centro de Curitiba, cerca de 5.000 pessoas – nas informações prestadas pelo *A República* – protestaram contra a intervenção federal. Depois de alguns pronunciamentos entusiasmados, os manifestantes, guiados pela banda do Regimento de Segurança, seguiram pelas ruas XV de Novembro e Liberdade, parando em frente ao Palácio do Estado, de onde Vicente Machado discursou ao público. Em seguida, voltaram à rua XV de Novembro para saudar a imprensa, dirigindo-se posteriormente para a Rua do Rosário, local em que receberam anuência do oposicionista do governo estadual, Generoso Marques, que externou lamentos pela atitude do governo de Santa Catarina e federal resultando na presença do Exército na região dos vales do Timbó e Paciência (A REPÚBLICA, 05 fev. 1906).

Como bem argumenta Espig (1998, p. 271), é importante entender que os periódicos dessa época eram mais que simples espelhos da realidade, com dados precisos e notícias realísticas, havia neles claros objetivos políticos. Mas, não somente isso, os jornais constituíam-se também instrumentos ativos de formação da opinião pública e, por isso, muito ligados ao cotidiano da população, organizando mobilizações e até mesmo promovendo momentos de trégua nas desavenças discursivas.

Naquela circunstância, oposição e situação uniram-se contra as ordens do Presidente Rodrigues Alves. Na imprensa, tanto o *A República* quanto o *Diário da Tarde* trocaram as ofensas por palavras de unidade, discursando não haverem divergências e dissensões neste ponto. População, governo ou oposição, partidários ou outros, só teriam uma voz, a de protesto veemente. Só teriam um desejo, o de ver garantida a autonomia e a integridade do Paraná. Pois, em um terreno de combate à intervenção federal, confundiam-se todas as vontades, consagravam-se todas as opiniões, convergiam todos os esforços no sentido de garantir, pelo patriotismo, o supremo tributo que a Constituição lhes tinha outorgado e que a prepotência e o favoritismo do sr. Presidente da República pretendiam suprimir: a autonomia do estado do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 03 fev. 1906). Em mensagem do próprio *Diário da Tarde*, o redator deste jornal colocava-se em defesa de Vicente Machado, afirmando que

A situação reclama de todos nós que amamos a terra patrícia a concórdia e a união, e para consegui-lo é mister que nenhuma questão que possa trazer dissentimentos seja debatida. Assim pensando, nos colocamos francamente ao lado do governo, prestigiando a sua ação em tudo quanto possa referir-se à defesa dos nossos interesses e dos nossos sagrados direitos, nesta campanha contra a inconstitucionalidade e contra o favoritismo que aliam para combater-nos (DIÁRIO DA TARDE, 05 fev. 1906).

Não apenas os periódicos curitibanos manifestaram repúdio às ordens de intervenção de Rodrigues Alves, vários governadores enviaram telegramas de apoio a Vicente Machado, assim como outros jornais por todo o país publicaram notas contestando a decisão do Presidente da República. O *Tribuna* do Rio de Janeiro, por exemplo, criticava a figura do presidente e o acusava de estar prestando tão somente favores ao governador licenciado de Santa Catarina e seu ministro, Lauro Muller, salientando que não havia constitucionalidade alguma no ato e que este poderia causar insegurança jurídica, pondo em perigo a própria estrutura republicana. Em edição do dia 07 de fevereiro, o *A Notícia* chegou a publicar uma charge do desenhista Mario de Barros¹⁴⁴ em que Lauro Muller chuta Rodrigues Alves, obrigando-o a dar efeito a intervenção.

Ilustração 3 - Charge sobre a intervenção federal no Timbó e Canoinhas.

Fonte: (A NOTÍCIA, 07 fev. 1906).

¹⁴⁴ Conforme alude Queluz (1996, p. 43), entre os caricaturistas, Mário Antônio de Barros foi um dos mais importantes, utilizando-se do pseudônimo de Herônio ou Sá Christão, destacou-se sensivelmente, marcando presença com traço forte e característico. A sagacidade de suas charges políticas e seu sarcasmo anticlerical saltam à vista.

A charge publicada expunha uma autonomia e uma audácia da imprensa do Paraná, muito significativa para a época. Apresentar o presidente vestido com uma farda do exército, levando à cintura uma espada e nos ombros um fuzil, marchando de maneira atabalhoada e ainda sendo chutado por um de seus ministros, não era tão ofensivo quanto ao que levava na mão esquerda: um frasco de ópio. A substância, originalmente extraída da papoula¹⁴⁵, apesar de ser produto básico de uma série de analgésicos modernos, como a morfina, era objeto de proibições entre o final do século XIX e início do XX, devido aos seus efeitos psíquicos e físicos, sendo considerada uma droga de rápida dependência. As Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil até 1830, já citavam o impedimento da posse do ópio.

Portanto, representar a figura do chefe maior da República em posse de algo tão marginalizado perante a sociedade demonstra um ápice de exposição pública. Segundo escreveu seu biógrafo, antes mesmo de se tornar presidente “Rodrigues Alves já era alvo da sátira política da imprensa carioca. Como de hábito na vida jornalística brasileira, tudo servia de pretexto para os ataques e as irreverências de adversários, desafetos ou maliciosos desocupados” (FRANCO, 2000, p. 327). Era ele, caracterizado como uma espécie de Dom João VI do Brasil republicano, ridicularizado e caracterizado como dorminhoco nas páginas da revista *O Malho*, periódico satírico que destacava-se pelo vasto corpo de ilustradores da redação, publicando considerável número de charges.

Em edição de 18 de outubro de 1902, referindo-se ao Presidente, publicou o impresso carioca:

Nasceu dormindo. Foi preciso que a parteira lhe assentasse uma palmada para chorar um pouco, mas tornou a dormir. No colégio dormia durante as aulas e na Faculdade de Direito dormia ouvindo os lentes. Cresceu. Foi deputado, foi senador, foi ministro e foi governador, sempre dormindo. Como ministro dormiu dentro da pasta da fazenda, tal qual um projeto dentro da pasta da comissão de orçamento. No dia 1º de março deste ano acordou por momentos e perguntou *que barulho era aquele* que estavam fazendo. Responderam-lhe que eram quinhentos mil eleitores que ali estavam, mas ele virou para o outro lado e continuou a dormir. No dia seguinte acordou de novo e tornou a perguntar *que barulho era aquele*, respondendo o criado que era um telegrama urgente. Leu o nome de Pires Ferreira por baixo, balbuciou um *obrigado, meu nêgo* e... toca a dormir. No dia 4 de novembro vão acordá-lo de novo para... cuspir - perdão! - para dançar. No dia 15¹⁴⁶... Deus o acorde para bem! (O MALHO, 18 out. 1902, p. 4).

¹⁴⁵ Espécie de flor originária da Ásia.

¹⁴⁶ A menção ao dia 15 alude ao dia de posse de Rodrigues Alves como Presidente da República.

À época da charge publicada pelo *A República*, seu desenhista, Mario de Barros, era inclusive um dos colaboradores semanais na revista carioca *O Malho*, assim como também contribuía com ilustrações em vários outros periódicos famosos, como *O Olho da Rua*, que conquistara considerável fama em Curitiba naquele período, justamente por retratar a Questão de Limites.

Ilustração 4 - Charge em alusão ao Presidente Rodrigues Alves.

Fonte: (O MALHO, 27 set. 1902, p. 3).

Apesar dos protestos na imprensa e das manifestações nas ruas de Curitiba, como também em outros municípios do Paraná¹⁴⁷, no dia 05 de fevereiro, às 8 horas da manhã, embarcou em trem – com destino a Ponta Grossa para depois dirigir-se a Porto União da Vitória e em seguida marchar até Vila Nova do Timbó – um contingente de 100 soldados do 39º

¹⁴⁷ Pelas informações coletadas nos jornais, houve também manifestações em Rio Negro e em Antonina.

Batalhão de Infantaria, comandados pelo capitão Ignácio Gomes da Costa, levando às suas ordens os 2º tenentes José Soares Souto, Antonio Pereira Campos e Francisco Lino Barboza. Acompanhavam ainda a expedição o capitão engenheiro Abeylard de Queiroz, o capitão médico Pedro Wenceslaud'Omena e o cabo enfermeiro do hospital militar Joaquim de Faria.

Se por um lado os jornais paranaenses atacavam severamente Rodrigues Alves, com edições quase inteiras contendo matérias repetitivas de repúdio à intervenção federal, por outro, a imprensa de Santa Catarina questionava tal exaltação. Em texto de Albino Meira, publicado no *O Dia*, o autor inquiria por que tanto se irritava o Paraná, pois as forças federais para lá iriam a fim de evitar conflitos entre indivíduos do lugar, que estariam a perturbar a ordem pública, e não para dizer que o território é deste ou daquele estado, mas sim garantir a paz entre os dois até decisão definitiva do STF sobre a Questão de Limites.

Foi principalmente durante o mês de fevereiro de 1906 que os jornais catarinenses decidiram adotar um perfil mais incisivo sobre os debates. Até então havia uma certa passividade, um comedimento discursivo sobre a intervenção nos vales do Timbó e Paciência, pois, como já comentado anteriormente, a postura adotada pela imprensa daquele estado expunha uma representação de vitimização e de respeito da ordem e das boas relações com os entes federativos vizinhos, mesmo que os meandros da política tenham sido bem diferentes.

Utilizando-se de artigos produzidos por profissionais do Direito, como Albino Meira, e de personalidades da política catarinense, como o deputado Eliseu Guilherme da Silva, o órgão de imprensa oficial do governo, *O Dia*, expressou de maneira mais enfática sua posição quanto à intervenção federal e a Questão de Limites.

As intenções da imprensa dos diferentes polos da disputa ficavam evidentes. Uma buscava atacar o Presidente da República, acusando-o de ser mero fantoche do ministro Lauro Muller, desrespeitando os direitos de ente federativo do Paraná e solapando a própria Constituição. Outra, agia de modo a demonstrar a falta de lealdade do líder do governo paranaense, degradando a imagem de Rodrigues Alves, o qual só fizera garantir a paz entre a população e os dois estados. Não obstante, ambos jornais tinham objetivos congêneres com seus enunciados: adquirir apoio político e popular para as suas respectivas causas na disputa por território. Não por outro motivo, enviavam para jornais de todo o Brasil informações e matérias para serem publicadas nos noticiosos locais. Periódicos de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro reproduziram notícias sobre a contenda, em muitos casos assumindo postura de defesa de um lado e outro. Rocha Pombo, por exemplo, escreveu uma série artigos no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em defesa de Vicente Machado. Já Albino Meira,

professor da Faculdade de Direito do Recife, defendeu a constitucionalidade da intervenção federal tendo seus artigos publicados em jornais de São Paulo.

Nos primeiros dias da presença do Exército em Vila Nova do Timbó, o jornal *A República* noticiou que o coronel Demétrio Ramos e sua gente tentava roubar armamentos do contingente lá estacionado, havendo por isso intenso tiroteio. A atitude, segundo o periódico, comprovava o fornecimento de arsenal aos civis de Canoinhas (*A REPÚBLICA*, 10 fev. 1906). Mas logo o boato foi desmentido, primeiro pelo próprio comandante do 5º Distrito Militar, general Bormann, afirmando que houvera apenas disparos da força formada por 20 praças, no intuito de debandar o piquete que fazia reconhecimento na área em que se encontrava guardado o armamento militar. Depois, pelo capitão Ignácio Costa, dizendo que devido à falta de um tropeiro contratado para condução do pelotão, víveres e munição ficaram na barranca do rio, sob proteção de um soldado, o qual, ao ouvir conversas nas proximidades, efetuou disparos (*O DIA*, 20 fev. 1906).

Se, inicialmente, a chegada do Exército aos vales do Timbó e Paciência agradou à imprensa catarinense, logo a situação mudara. A indicação do capitão Ignácio Costa era mal vista pelo governo estadual, pois este oficial era também deputado do estado do Paraná, fato que poderia indicar parcialidade em suas ações. No entanto, a situação estava sendo aceita sem grande alarde, mas, após 50 praças do contingente federal chegarem a Canoinhas acompanhados do civil Álvaro Magdalena, veementes protestos foram feitos pelo jornal florianopolitano *O Dia*.

Magdalena era foragido da cadeia de Florianópolis, acusado de ter praticado homicídio a bordo de um navio. Após a fuga, buscou esconderijo em Porto União da Vitória, de onde teria partido em 1905 para cometer novo assassinato, agora em Vallões, tirando a vida do comerciante Luiz Davet, o mesmo caso já tratado anteriormente, que ensejou conflito de jurisdição entre os dois estados. Aliás, a imprensa catarinense chegou a citar que ações armadas de Demétrio Ramos foram necessárias após este crime, o qual acendeu na população do distrito de Canoinhas a necessidade de proteger-se da violência praticada por autoridades paranaenses, uma vez que, no dia do delito, Magdalena era acompanhado pelo subcomissário de Porto União da Vitória, Francisco Bittencourt.

O capitão também era acusado de permitir o envio e permanência de reforços de força estadual do Paraná a Vila Nova do Timbó, vila que Santa Catarina considerava irrevogavelmente pertencente a seu território, tanto que, em 13 fevereiro de 1906, durante ocupação federal, criou por decreto uma escola mista no lugar (TOKARSKI, 2002, p. 53). Policiais paranaenses não consentiam presença de autoridade do estado vizinho, o próprio agente postal

tivera que fugir, interrompendo as remessas de correios entre Porto União da Vitória e Canoinhas. O professor nomeado para implantação da escola, ao ser impedido de exercer suas funções de docente, recorreu às autoridades do Exército, que por sua vez consultaram o comandante do 5º Distrito em Curitiba. Este, em resposta, ordenou que a força federal apenas aceitasse a presença de autoridades já existentes no local quando da sua chegada, situação que fez o professor enviado por Santa Catarina debandar daquela vila (A REPÚBLICA, 19 jun. 1906).

A aceitação da presença somente de autoridades paranaenses pelo Exército configurava, na opinião do *O Dia*, o reconhecimento da jurisdição daquele estado, reivindicando assim que a “situação tivesse fim, pois o governo da União não poderia consentir que uma autoridade, burlando as suas ordens, de mão forte aos que queriam o desprestígio da República e a desarmonia nacional” (O DIA, 1º mar. 1906).

O próprio general Bormann, responsável pela indicação do capitão Ignácio Costa como líder da expedição, já vinha sofrendo acusações de parcialidade. Em meados de fevereiro, a imprensa de Santa Catarina sugeria que a culpa por tensões no Timbó não era somente do presidente estadual Vicente Machado, mas também do general Bormann, pois o mesmo teria proposto colocar o Exército no vale do Rio do Peixe e Rio Preto na intenção de satisfazer reivindicação da população de Palmas de não fazer parte do território catarinense (O DIA, 13 fev. 1906).

As manifestações de contrariedade influenciaram o governo federal, tanto que o general foi exonerado do cargo de comandante do 5º Distrito, sendo nomeado subchefe do estado-maior do Exército. Assumiu seu lugar o general Caetano de Faria¹⁴⁸. O *lobby* da política catarinense conseguiu também substituir o comando das forças no Timbó. Ignácio Costa deixava o comando da força federal para entregá-la ao capitão Duarte de Alleluia Pires, do 37º Batalhão, sediado em Florianópolis.

Apesar da imprensa florianopolitana fazer intensa campanha contra a presença do capitão Ignácio em Canoinhas, a elite daquela vila parece não ter considerado tão ruim seu comando no lugar. Em razão de que, verdadeiro ou não, espontaneamente ou não, produziram documento em defesa do oficial (A REPÚBLICA, 26 mar. 1906, p. 2).

Já em Florianópolis, durante o embarque da tropa, era possível avistar, entre os civis que assistiam e desejavam sucesso aos soldados do 37º Batalhão, o próprio governador catarinense em exercício, Pereira e Oliveira (GAZETA DE JOINVILLE, 24 mar. 1906). Há de se

¹⁴⁸ Ordens do Dia, 28 de fevereiro de 1906. AHEx.

considerar que o novo comandante da intervenção federal no Timbó, Alleluia Pires, era um ex-federalista, um maragato, assim como Demétrio Ramos. Entrara para o Partido Republicano Catarinense através de uma manobra política idealizada pela ala *laurista* do partido com intuito de isolar Hercílio Luz. Segundo observação de Axt (2014, p. 15), em análise dos textos de Vieira da Rosa sobre o Contestado, Alleluia Pires não tinha o dom de agradar, pois era um ex-federalista comandando uma tropa que majoritariamente havia lutado ao lado de Floriano Peixoto em 1893.

Em 13 de março, juntamente com mais 50 praças, o referido capitão desembarcava em Curitiba para no dia 16 rumar a Rio Negro e posteriormente a Canoinhas. Os jornais do Paraná, em especial o *A República*, repudiaram a troca do comando. Externavam sua indignação contestando a imparcialidade do novo oficial comandante:

Teríamos também agora, o direito de estranhar igualmente a nomeação do sr. Capitão Alleluia, o qual, pelo fato de ser catarinense, poderia nos ser suspeito se por ventura nos guiasse o mesmo espírito de indecente chicana dos homens de S. Catarina; acima, porém, dessas mesquinhas preocupações, paira serena a justiça da causa paranaense, a única e ilumina a nossa diretriz e nos inculca o leonino valor com que hemos de lutar e vencer (A REPÚBLICA, 14 mar. 1906).

O periódico *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, em matéria intitulada *O caso do Paraná*, também manifestou-se:

Remetida uma força do exército para o território paranaense, apesar dos vivos protestos que a notícia de tal resolução levantou, não se deram por satisfeitos os políticos dominantes de Santa Catarina; o oficial que fora comandando o destacamento não se sujeita a obedecer a seus caprichos, trocando a sua missão de militar pelo papel pequenino de instrumento de política provinciana. Não tardou que chovessem telegramas cheios de acusações ao digno oficial, repletos de invenções malévolas, tendentes todos a preparar o ato que se queria exigir: a substituição do comandante da força e da própria força (A REPÚBLICA, 17 mar. 1906).

Até mesmo o trajeto realizado pelo 37º Batalhão serviu de artifício para as críticas da imprensa. Rocha Pombo, em texto publicado no *A Notícia*, ridicularizava o caminho feito pela força, saindo de Florianópolis, indo a Curitiba para depois seguir a Canoinhas, tendo ainda pernoitado em Rio Negro antes disso. O autor questionava o porquê da viagem, e ele mesmo respondia: “Talvez ninguém o sabia por aqui, nem mesmo o governo do Dr. Lauro Muller. Mas é simples: de Santa Catarina não há caminhos para aquelas paragens” (A NOTÍCIA, 21 mar. 1906). O propósito de Rocha Pombo era demonstrar que os melhoramentos existentes no território

contestado por Santa Catarina tinham sido todos realizados pelo Paraná, e se os catarinenses o desejavam tanto, que tratassem de construir acessos à região para não servirem-se assim de obras alheias.

Logo havendo substituição da força federal, um novo agente postal foi enviado a Vila Nova do Timbó, José Leocádio Cabral, a fim de reestabelecer a comunicação de correios entre Canoinhas e Porto União da Vitória, já que o antigo agente, Antonio Fidélis Victor, estava desaparecido desde meados de janeiro, quando a força policial paranaense ocupou Vila Nova. Na ocasião, Antonio Fidélis teria fugido antes da chegada da polícia, tomando o mato e refugiando-se em um paiol, onde ficou por dias, até que forças federais ocupassem a localidade. Durante sua ausência, teve sua propriedade saqueada. Mataram seus animais, roubaram ferramentas e destruíram sua plantação de mandioca. Segundo informações do *O Dia*, tais atos foram praticados pelas autoridades do Paraná para que se submetessem à sua dominação (O DIA, 18 abr. 1906)¹⁴⁹. O novo agente, porém, não pôde reestabelecer a agência postal, por impedimento do inspetor policial do lugar (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12 mai. 1906).

Durante os meses de abril e maio, os conflitos foram ficando mais tênues nos vales do Timbó e Paciência, exigindo menos efetivo da força federal. Destarte, em maio de 1906, parte do contingente retornou a Florianópolis, juntamente com o capitão Alleluia Pires, ficando 37 soldados do Exército em Canoinhas e 20 em Vila Nova do Timbó, onde também permaneciam mais 20 praças do Regimento de Segurança do Paraná. No dia 20 daquele mesmo mês, a elite política e econômica de Canoinhas manifestou, por meio das páginas do *O Dia*, sentimento de agradecimento pela passagem do oficial Alleluia Pires pelo lugar:

Nós abaixo assinados, não podemos deixar de pela imprensa agradecer penhorados, aos srs. Capitão Duarte Alleluia e tenente Assis, pela distinção, amabilidade e finezas com que nos honraram, durante o curtíssimo paradeiro neste pequeno torrãozinho. É também nosso dever declarar que o público em geral bastante pesaroso ficou com a retirada de tão ilustres amigos, que tantas alegrias nos proporcionaram. Canoinhas, 20 de maio de 1906 (O DIA, 16 jun. 1906, p. 2).

O Exército continuou presente em Canoinhas e em Vila Nova durante o restante dos meses de 1906, ano em que mudanças significativas ocorreram na política nacional e dos estados litigantes. 1906 foi ano de eleição, o advogado mineiro, Afonso Pena, venceu a disputa para Presidente da República, substituindo Rodrigues Alves, figura copiosamente criticada pela

¹⁴⁹ O jornal *O Dia* também acusou os policiais do Paraná de terem destruído outras sete propriedades, além de praticarem estupro de duas moças, uma com 13 anos de idade.

imprensa paranaense. Mudanças de outra ordem também aconteceram nas lideranças estaduais, Vicente Machado, que achava-se adoentado, esteve na Europa durante boa parte daquele ano em busca de tratamento médico para sua enfermidade, sendo substituído pelo vice, João Cândido Ferreira. Em Santa Catarina, quem venceu as eleições foi Gustavo Richard, sendo concomitantemente eleito para o cargo de senador, o qual exerceu por menos de dois meses, período em que Abdon Batista esteve à frente do poder executivo estadual. Em 21 de novembro de 1906, Richard renunciou ao mandato de senador e assumiu efetivamente o de governador, permanecendo nele até 1910.

Esse período de instabilidade e mudança de poderes possivelmente influenciou na atenção da imprensa sobre os casos de violência nos vales do Timbó e Paciência, pois os principais personagens da disputa discursiva encontravam-se desvirtuados da Questão de Limites. O jornal curitibano *A Notícia* criticou o presidente do Paraná, Vicente Machado, com relação a sua mensagem apresentada ao congresso legislativo estadual em 1º de fevereiro de 1907¹⁵⁰. Segundo o periódico, faltava em seu pronunciamento maiores detalhes sobre a disputa territorial com Santa Catarina, já que os líderes do poder executivo sempre pronunciavam-se em detalhes sobre o caso, coisa que Vicente não fizera na devida proporção necessária (*A NOTÍCIA*, 02 fev. 1907).

As únicas menções que o presidente do estado realmente realizou sobre a Questão de Limites estavam relacionadas ao envio de força federal ao Timbó por Rodrigues Alves, fato que Vicente Machado expunha sob as seguintes palavras:

Foi um ataque violento ao nosso direito, sequestro criminoso de nossa autonomia, feito com uma impassibilidade notável e um requinte de ostentoso desrespeito à opinião, mas sobre o qual me limito ao que aí fica dito, deixando que a opinião do país e a história façam a respeito o seu julgamento¹⁵¹.

Com a mudança do governo na capital federal, as forças do Exército foram retiradas do Timbó e Canoinhas. Lauro Muller, acusado pelo Paraná de ser o mentor responsável pela manutenção de tropas naquele lugar, já não mais exercia o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas, sendo substituído pelo baiano Miguel Calmon. O *A Notícia*, naquela mesma edição,

¹⁵⁰ Conforme previa a Constituição Política do Estado do Paraná de 1892, em seu art. 47, § 8, competia ao governador “apresentar ao Congresso no 1º dia de cada sessão anual, uma mensagem, em que dará conta dos negócios do Estado, e indicará as providências legislativas reclamadas pelo serviço público” (PARANÁ, 2017).

¹⁵¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 8ª legislatura em 1º de fevereiro de 1907. APPR.

convidava Vicente a dar maiores explicações sobre a questão, mesmo que fosse por outro canal qualquer. No entanto, não pudera o fazer, mesmo que quisesse, pois veio a falecer dias depois, em 10 de março de 1907. O líder republicano paranaense, o qual esteve à frente da imprensa daquele estado e empreendeu forte discurso em prol da causa do Paraná na Questão de Limites, já não mais dirigiria os debates da imprensa, especialmente do *A República*, jornal que fundara e que mais enfaticamente discutia acerca dos conflitos do Timbó. Mas, nem por isso notícias deixaram de aparecer nas páginas dos jornais.

3.3 A última fase dos conflitos

Ainda em finais de 1906 alguns boatos sobre a presença de Demétrio Ramos na região do Timbó circularam nos jornais do Paraná. A intensa repercussão que o caso teve na imprensa nacional promoveu, durante os anos que se seguiram, recorrentes notícias sobre investidas de Demétrio contra a população paranaense na região. Porém, todas foram desmentidas ou pouco discutidas pelos periódicos, o que leva a crer que não tenham passado de meras especulações¹⁵². O que de fato perpetuou foi o clima de tensão, apesar das mudanças de governo e a menor atenção da imprensa sobre o assunto, algumas reclamações sempre estiveram em pauta. Ainda no mês de dezembro de 1906, o então novo governador eleito de Santa Catarina, Gustavo Richard, protestava contra a insistente permanência de força policial do estado vizinho em Vila Nova do Timbó (DIÁRIO DA TARDE, 25 dez. 1906, p. 4). As rivalidades e a disputa entre diferentes coronéis pelo vale do Timbó e Paciência tornavam-se enfáticas.

Um caso, ora e outra, citado na historiografia e ligado às disputas de terras e a Questão de Limites, é o assassinato do coronel e deputado paranaense João Pacheco dos Santos Lima, em julho de 1907. A família Pacheco tinha posse de vasta área de terras próxima a Canoinhas, mas registrada em cartórios do Paraná, área reivindicada pelo coronel Aleixo Gonçalves de Lima, defensor da causa catarinense.

Aleixo era também paranaense, nascido em Arraial Queimado, mas radicado em São Bento do Sul. Tornara-se inimigo de seu estado natal lutando contra as barreiras que o Paraná procurava criar a fim de obter impostos do mate colhido em território sob a jurisdição de Santa

¹⁵² Várias edições dos jornais paranaenses trouxeram a público a notícia de que o coronel Demétrio Ramos estava em Canoinhas liderando grande milícia contra o distrito policial de Vila Nova do Timbó. Na maioria das vezes, as informações eram prestadas por comandantes do destacamento policial da própria vila. Entretanto, nenhum desses alardes pôde ser comprovado durante a pesquisa, é provável que a figura do coronel causava apreensão ao governo do Paraná, por isso a notícia de sua presença na região era utilizada pelos comissários de maneira a reforçar seus contingentes sempre que sentiam-se ameaçados.

Catarina (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 166). Detinha grande área com erva-mate na região, parte dela ocupada pela família Pacheco. Enquanto Aleixo remetia seu mate por Joinville, os Pacheco utilizavam Curitiba e Paranaguá, cada qual contribuindo para com os aportes fiscais dos respectivos estados que lhe davam apoio.

Na noite do dia 10 de julho, enquanto dormia em paiol de sua propriedade próximo a Canoinhas, João Pacheco foi alvejado com três tiros. Através das investigações realizadas pelo comissário de Rio Negro, alferes Francisco Avelino de Oliveira, o assassino do coronel foi um morador do lugar chamado Paredão, de nome Nicolau Ferreira, o qual após o homicídio fugiu para o Timbó (A REPÚBLICA, 30 ago. 1907, p. 4). A acusação de mando do crime recaiu sobre Aleixo, devido conflito que o mesmo mantinha com a família Pacheco¹⁵³. Contudo, depois de completo o inquérito, foram levados a júri, em Rio Negro, João dos Passos e Antônio Moreira dos Santos, ambos absolvidos da acusação (DIÁRIO DA TARDE, 13 dez. 1907).

Os desejos de apossamento dos ervais nativos dos vales do Timbó e Paciência promoviam intensas disputas. Durante o ano de 1907, várias ocorrências de invasão de território foram noticiadas pela imprensa dos dois estados. Fica evidente que a indefinição do território não apenas envolvia o controle administrativo e policial implementado pelo Estado, mas também econômico, motivando coronéis a agirem cada vez mais sobre áreas ditas indefinidas. Pois, o próprio clima implantado pelo intenso discurso da imprensa criava uma sensação de não haver claro controle por nenhum dos lados. Iniciou-se então uma verdadeira corrida pelo poder na região do Timbó. Poderosos coronéis, como Fabrício Vieira e Artur de Paula, alargavam seus controles sobre aquele espaço.

Em fevereiro de 1908, concessões de ervais foram efetivadas pelo governo do Paraná a Fabrício Vieira em áreas próximas a Canoinhas. O coronel, dono de um escritório de negócios em Porto União da Vitória, possuía sob seu controle um grande número de empregados, os quais executavam uma série de serviços, incluindo abertura de estradas, construção de cercas, realização de poda e colheita de erva-mate, além de trabalhos de milícia¹⁵⁴. Personagem influente, Fabrício detinha relações comerciais por uma vasta região, incluindo a Argentina e o

¹⁵³ A disputa de terras também envolvia um conflito familiar. Segundo Tokarski (2002, p. 84), Aleixo Gonçalves de Lima era primo de Leocádio Pacheco dos Santos, o qual era filho de João Pacheco dos Santos. Sendo assim, João era tio de Aleixo.

¹⁵⁴ O coronel Fabrício Vieira liderou, durante a Guerra Sertaneja do Contestado, grande número de vaqueanos, conhecidos como *fabricianos*. Mediante contratos feitos com o Exército brasileiro, seu bando, que passava de 300 pessoas, foi responsável por uma série de assassinatos durante e depois da Guerra.

Paraguai¹⁵⁵, de tal maneira que as concessões a ele destinadas nos vales do Timbó e Paciência foram repassadas a empresários paraguaios que enviaram 70 homens daquele país para realizar a colheita do produto. Notícia que em nada agradou o superintendente de Curitiba, coronel Albuquerque, que de imediato encaminhou telegrama ao governador Richard comunicando o ocorrido. O caso não atingiu proporções maiores porque Fabrício desfez o contrato e não usufruiu das concessões a ele dadas pelo Paraná (O DIA, 23 fev. 1908, p. 2).

Em reação às atitudes do governo paranaense, Santa Catarina intensificou seu trabalho de medição de terras a fim de emitir documentos de posse. Missão esta que fora atribuída ao juiz de paz de Canoinhas, Rodolfo Wolf Filho, e ao primeiro suplente de juiz distrital, Miguel Pereira dos Santos, os quais passaram a ser perseguidos pelo destacamento policial do Timbó, este reforçado por novos soldados enviados de Ponta Grossa. Uma expedição paranaense dirigiu-se a Canoinhas para prender Rodolfo e Miguel Pereira, porém o destacamento não conseguiu chegar até a vila, devido resistência empregada por populares liderados pelo comissário Antero Alves.

Depois de um certo tempo de calmaria na imprensa sobre os conflitos no Timbó, novamente a contenda estampou as páginas dos principais jornais de Curitiba. Várias edições com a transcrição de telegramas trocados entre as autoridades policiais e os governos dos dois estados eram publicadas. Na versão paranaense, as medições estavam sendo feitas contra a vontade da população, a qual buscava na força policial ajuda para conter o avanço das autoridades catarinenses sobre a região, em especial a localidade de Barreiros, próximo à margem esquerda do Rio Paciência, a pouco mais de 10 quilômetros de Canoinhas.

Em edição de 03 de novembro de 1908, o *A República* chegou a publicar carta enviada por posseiros do lugar em que estes protestavam contra as atitudes do juiz de Canoinhas:

Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Doutor Francisco Xavier da Silva, Digníssimo Presidente do Estado do Paraná.

Protesto – Os abaixo assinados, posseiros de terras e benfeitorias no lugar denominado Barreiro, aquém do rio Paciência, zona sob jurisdição deste Estado vêm perante v. exa. protestar contra a medição efetuada em referidas terras, pelo sr. Rodolfo Wolf Filho, juiz de terras de Canoinhas e nomeado pelo Estado de Santa Catarina, a requerimento de Miguel Pereira dos Santos; medição essa feita arbitrariamente, independente do necessário acordo com os legítimos posseiros, os quais se acham documentados submetendo alguns à apreciação de v. exa.; e como verdadeiros conhecedores do direito e da lei,

¹⁵⁵ Durante o trabalho de pesquisa nos jornais, pôde-se verificar, através das notas de hospedagem publicadas nos periódicos, a intensa movimentação que Fabrício Vieira fazia pelos três Estados do Sul, como também a São Paulo e à América Platina.

que somos, viemos apresentar a v. exa. o referido protesto, para assim sermos garantidos dentro do território Paranaenses, que tão dignamente se acha sob vossa Presidência. Barreiro da Vila Nova do Timbó, 14 de outubro de 1908. *José Romão de Nogueira, Agostinho Ribeiro da Silva, Joaquim Campolim de Nogueira*, a rogo de José Nogueira Filho, por não saber ler, nem escrever – *Ermelino Rodrigues de Oliveira*, a rogo de Antonio Nogueira Filho, por não saber ler, nem escrever *Joaquim Carlos Cino* (A REPÚBLICA, 30 nov. 1908, p. 2).

Nada obstante, é difícil atestar a veracidade da missiva, uma vez que o próprio teor do documento sugere um certo exagero no seu rebuscamento e nas congratulações ao presidente do Paraná. Porém, mais importante que sua autenticidade, é o fato da imprensa utilizar-se de artifícios como este para implementar seu discurso de posse do território. Discursos que vinham desde de 1900 sendo empregados de modo a conquistar algum tipo de benefício na ação de embargo proposta pelo Paraná, em análise no STF, a qual foi rejeitada pela suprema corte em 1909 e, novamente, em 1910, mantendo a decisão proferida em 1904, atestando assim as reivindicações de Santa Catarina sob o território.

Com a enfim decisão da suprema corte, apesar de não aplicada efetivamente na prática até 1917¹⁵⁶, os conflitos nos vales do Timbó e Paciência deixaram de estampar as primeiras páginas dos principais jornais de Santa Catarina e Paraná¹⁵⁷. Longos anos de intenso conflito discursivo implantaram e rotularam toda aquela região como um espaço de violência. A própria historiografia considerou estes conflitos como promotores de tensão durante o desenrolar do movimento do Contestado anos depois. Destarte, a influência destes enunciados será objeto do próximo capítulo, o qual procura esclarecer a influência discursiva dos jornais para a representação dos vales do Timbó e Paciência como uma região de práticas ditas violentas.

¹⁵⁶ Para Machado (2004, p. 136), “faltou a Santa Catarina força política para fazer executar a sentença. A partir de 1910, os governantes paranaenses passam a defender uma arbitragem independente, ou um acordo direto, para a solução da questão, enquanto os catarinenses insistiam no cumprimento da sentença, embora soubessem que isto estava cada vez mais longe de acontecer”.

¹⁵⁷ É importante enfatizar que o debate jornalístico continuou em voga, todavia, o teor das matérias passou a ater-se com ênfase aos aspectos legais da Questão de Limites, sem apresentar grandes matérias sobre conflitos no Timbó. Por outro lado, é também essencial frisar que a não referência dos jornais não atesta que os casos de violência deixaram de existir, apenas demonstram menor atenção da imprensa.

CAPÍTULO 4

REGIÃO E VIOLÊNCIA: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS

Durante a pesquisa foram catalogadas mais de 200 edições de jornais que publicaram notícias sobre os conflitos nos vales do Timbó e Paciência, entre 1900 e 1908, evidenciando-se uma considerável disparidade quantitativa do periódico *A República* para com os demais impressos¹⁵⁸. Isso se deu pela própria utilização do jornal como elemento discursivo do governo paranaense. O *A República* era órgão oficial do Partido Republicano Federal no Paraná, expressando, por meio de suas matérias, as ações da administração estadual, além de ser, também, o principal canal para divulgação das questões referentes à disputa por território no Contestado, exercendo pressão sobre o estado de Santa Catarina, bem como sobre o Presidente da República e os seus ministros.

Entretanto, uma análise sobre o quantitativo das publicações, considerando o número constante em cada periódico, não demonstra um maior ou menor grau de relevância ou atenção quanto à abordagem dos conflitos neste trabalho problematizados. Primeiro, porque, conforme discutido no capítulo 2, o jornal catarinense *República* teve suas atividades suspensas em 1903, devido à ação do governador Felipe Schmidt e à ala *laurista* do partido, dando vida ao periódico *O Dia*. Já o *A Notícia* iniciou suas atividades apenas no final de 1905, existindo também apenas em parte do recorte temporal proposto na pesquisa. Um segundo fator, que corrobora para uma desproporção dos quantitativos, é o fato de cada estado ter utilizado diferentes instrumentos de enunciação para tratar dos conflitos, pois, enquanto o governo de Santa Catarina buscava uma decisão rápida junto ao STF, por ter a seu favor maior aproximação política com o poder executivo federal, o Paraná tentava desestabilizar tal condição, fazendo uso da imprensa para movimentar a população paranaense em prol de seus objetivos no Contestado, inclusive pagando por publicações em jornais de outros estados (MACHADO, 2004, p. 157).

¹⁵⁸ No total de publicações encontradas que noticiaram os conflitos do Timbó e Paciência, 85 delas foram publicadas no *A República*, 48 no *O Dia*, 32 no *Diário da Tarde*, 23 no *A Notícia*, 6 no *Gazeta de Joinville*, 4 no *República*, além de pequenas notas que circularam em outros jornais locais.

Nesse sentido, considerando que não é propósito principal realizar análise de conteúdo¹⁵⁹, da mesma forma que também não é intenção metodológica fazer aprofundamentos em análise quantitativa do discurso¹⁶⁰, buscou-se proceder uma seleção desse conjunto de fontes baseada em critérios sugeridos por Capelato (2015). Obteve-se, assim, um recorte mais enxuto dos documentos, norteados pela problemática central da pesquisa, que é analisar as representações produzidas através do discurso jornalístico referentes a conflitos narrados como violentos e atrelados em uma particular noção de região, em um momento de forte tensão política sobre a Questão de Limites, especificamente nos vales do Timbó e Paciência.

Portanto, adotou-se, para esta seleção, um enquadramento das notícias sob determinados aspectos que são sugeridos como pesquisa interna¹⁶¹, privilegiando análise dos editoriais, espaço destinado à exposição das ideias e causas defendidas pelos donos dos periódicos, como também artigos publicados por jornalistas da casa ou colaboradores externos (CAPELATO, 2015, p. 131). Estes aspectos do processo de triagem permitiram obter, no rol das edições, matérias estritamente ligadas aos ideais dos editores e proprietários dos jornais estudados demonstrando aspectos que não estavam na literalidade, mas sim submersas em jogos de poder político.

Um segundo nível de seleção deu-se pela diagramação estabelecida nos periódicos, seja pela disposição da malha – com destaques específicos às matérias, incluindo tipografias diferentes nos títulos e uso de imagens –, ou pela disposição da seção no corpo do jornal. Em razão de que diferentes disposições, nem sempre, evidenciaram uma preocupação explícita de destaque. Elegeu-se as publicações de capa como principal critério de análise, pois é em primeira página que se exteriorizam os objetivos da redação para com aquela edição. É nela que

¹⁵⁹ Diferentemente da Análise de Discurso que procura articular linguagem e sociedade, a Análise de Conteúdo tem em sua metodologia uma preocupação maior com os aspectos profundos e específicos do objeto estudado, atribuídos pelo próprio autor no ato de produção textual. Enfim, é “um conjunto de técnicos de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1979, p. 42).

¹⁶⁰ Como a própria designação já diz, este campo metodológico objetiva a elucidação de aspectos quantitativos do discurso, aferindo, através de dados numeráveis, informações que podem determinar situações discursivas. Por exemplo, pode-se através do quantitativo de notícias em que distintas figuras políticas aparecem na primeira página de um jornal, durante uma eleição, cotejar que lado dessa disputa o jornal tende a dar maior destaque.

¹⁶¹ Capelato sugere que no estudo histórico do jornal devem ser considerados aspectos internos e externos. A análise externa refere-se “a uma série de dados referentes ao periódico que não estão disponíveis no jornal” (CAPELATO, 2015, p. 133), justamente aquilo que se propôs realizar no segundo capítulo deste trabalho. Já a análise interna “pressupõe a compreensão do conteúdo (textos opinativos e informações) e da forma (diagramação, imagens, anúncios)” (CAPELATO, 2015, p. 131), tarefa que objetiva-se realizar neste capítulo.

os editores determinam o que consideram de maior importância, evidenciando o que se objetiva como oferta principal de leitura ao público.

As matérias de primeira página têm por desígnio serem lidas antes de todas as outras, imbuindo aos leitores uma imperiosidade que não pode ser medida nas páginas seguintes, haja vista que a leitura destas dependerá da tarefa da busca, não garantindo assim que, efetivamente, tenham sido consultadas. Mas, são também as capas que fazem do jornal um objeto de compra, de desejo, têm como objetivo estimular os leitores a abrir e ler o jornal (MEDEIROS; RAMALHO; MASSARANI, 2010, p. 440).

Sob tal reflexão, a análise discursiva deu-se sob as edições que noticiaram os conflitos do Timbó e Paciência em primeira página e com texto redigido por seus editores e/ou colaboradores diretos. Todavia, salienta-se que era praxe da imprensa não mencionar o nome dos autores dos textos publicados. Nestes casos, reconheceu-se, durante o estudo, que tais artigos expressavam a opinião do periódico em si.

4.1 Os jornais e Análise de Discurso

Orlandi (2005, p. 15) infere que a Análise de Discurso entende a linguagem como mediação necessária entre o ser humano e a realidade natural e social, sendo a mediação o próprio discurso. Para Brandão (2004, p. 11) “a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais”. Pode-se, portanto, sob a perspectiva da história, compreender o estudo do discurso como um conjunto de enunciados fazendo sentido para uma determinada sociedade em determinando tempo. Assim, seria um dos objetivos do historiador, por meio desse campo metodológico, interpretar as diferentes concepções presentes no discurso.

Quando os jornais catarinenses, especificamente o *República*, inauguraram, nos meses finais de 1900, as primeiras publicações sobre casos de invasão de território e conflitos na zona contestada por Santa Catarina, certamente não estavam o fazendo de forma sincrônica com a própria existência destes conflitos. Já havia, na época, uma tensão na região, assim como em várias outras partes do Brasil. Os jornais já atestavam isso em 1897, ao noticiarem, por exemplo, a repercussão sobre a figura de Francisco de Paula Pereira, o monge Chico Pereira, acusado de mobilizar *fanáticos* no arraial de Canoinhas – caso já discutido no capítulo anterior. Desde 1889, quando o regime republicano propiciou uma maior liberdade administrativa aos estados, agitações reivindicatórias e disputas por território avolumaram, fomentando conflitos dos mais

variados desejos, incluindo o alagamento de fronteiras e acusações difamatórias entre governos e governantes.

Logo, poder-se-ia dizer que, o que de fato se inaugurou em 1900 foi o aberto debate por meio da imprensa, pois, esta, mais do que nunca, mostrava-se como um campo amplo para a batalha, assim como a mídia o é atualmente.

Filipe Schmidt foi muito atento à importância do jornal como mecanismo discursivo. No momento em que assumiu o governo de Santa Catarina, logo percebeu que o domínio da imprensa mostrava-se necessário enquanto instrumento de manipulação da opinião pública. Ao sentir-se contrariado, se impôs frente ao jornal de seu próprio partido, o *República*, criando um outro, *O Dia*, fazendo que o primeiro fechasse as portas, vindo ressurgir somente em 1918 quando a facção *laurista* perdeu força dentro do Partido Republicano Catarinense.

Em 1900, era Filipe Schmidt o governador e, portanto, aquele que geria os assuntos a serem publicados no periódico da agremiação partidária de que fazia parte. As fortes menções contra o governo do Paraná tinham como alvo, além do poder político do estado vizinho, os próprios catarinenses enquanto apoiadores de seu governo. Pois, quando um sujeito fala, materializa linguisticamente um pensamento. Quando se escrevia uma matéria jornalística ou se concedia uma entrevista, existia ali uma concepção para além do conteúdo expresso, algo que não estava corporificado na literalidade, mas, sim, em discursos que se inscreviam no ato de comunicar e enunciar.

A intenção do *República*, quando publicou as primeiras trocas de telegramas sobre a ação de forças policiais paranaenses em Poço Preto, estava além dos eventos.

Nenhum fato, nenhum ato, partido de nossa terra provocou tão insólita agressão, caracterizada por um quixotismo pulha. Nem o governo deste Estado, que tem mantido uma correção completa, com o Paraná, nem o *nobre povo Catarinense, heroico e bondoso, honesto e patriota*, provocaram o infame atentado cometido em nossa terra pela força estadual paranaense. Esse crime não é de Brasileiros; essa política não é de Republicanos. Fiquem, porém, certos os desequilibrados mandatários de tais carnificinas que o Estado de Santa Catarina *saberá expelir com honra e com patriotismo* a desgraça afronta que lhe fizeram (REPÚBLICA, 28 set. 1900, p. 1, *grifo nosso*).

A máxima positivista *comtiana* do “amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”, materializava-se nos enunciados como uma necessidade de dizer o que a sociedade republicana necessitava ouvir, ou seja, o discurso forte de um governante imbuído do amor (bondoso), tendo a ordem como base (honesto, honrado) e que conduziria o Estado de maneira a obter o progresso por ideais patrióticos e heroicos.

Interpretar estes enunciados como uma via de sentido único, delineadores, moldadores e lapidadores da opinião pública é lacunar. É necessário ter em mente que os sujeitos se apropriam dos discursos de maneiras diferentes. As formas de ler e interpretar os enunciados não eram homogêneas, havia uma constante relação de poder entre os emissores e receptores¹⁶², uma via de sentido duplo, de trocas e apropriações. Esta reflexão está, de certa maneira, inserida no pensamento de Foucault (2006, p. 252), quando o autor sugere que “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. Nas palavras de Certeau (1998, p. 81) “o inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos de seu contexto *histórico* e eliminar as *operações* dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição”.

Destarte, é importante considerar que a opinião expressa nas páginas dos jornais não exprimia o pensamento do conjunto da população, como também não fazia com que ela fosse totalmente condicionada e moldada. Havia trocas, relações de poder em múltiplas direções. O poder emanado pelos governantes advinha de uma troca acirrada, muito influenciada, ainda naquele momento, pelo coronelismo. Nesse sentido, é possível supor, inclusive, que os embates travados na imprensa sobre os conflitos ao entorno das vilas de Porto União da Vitória, Canoinhas e Vila Nova do Timbó tenham sido reivindicados pela elite local, representada pelos coronéis que disputavam terras na região.

Mais do que a revolta pelo trânsito de autoridades dos distintos estados e a disputa jurídica sobre a Questão de Limites, havia uma disputa local, travada por fazendeiros e exploradores de erva-mate, que viam na aliança com o poder político, de um ou outro estado, e na imprensa, a possibilidade de alcançar posses. Como bem notou Carvalho (2009, p. 184), “os periódicos incorporaram e reproduziram uma série de elementos que constavam do discurso ruralista reforçando assim os laços de identidade da própria classe dominante, além de servirem como instrumentos de autoridade ao naturalizar as novas modalidades de dominação então em construção”.

Em meio a tudo isso, se faz importante entender os elementos sociais que compõem os sentidos daquilo que os indivíduos expressam no discurso. Ver o quanto a realidade social está presente nos enunciados. No caso dos jornais, é fundamental perceber a origem social do

¹⁶² Para Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 417) “na análise do discurso das mídias, em semiótica, o termo receptor continua a ser empregado por comodidade, designando a pessoa que recebe a mensagem verbal, mas este emprego é ambíguo, pois frequentemente não se determina se é em referência ao sujeito interno ao ato da enunciação ou ao sujeito externo que o recebe e o interpreta”.

indivíduo que está narrando. Quando o *Diário da Tarde* se manifestou em defesa de uma união, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, para solução do litígio, o redator estava falando de uma posição social e também de poder, que divergia daquelas estabelecidas pelo *A República*, uma vez que, este último, enquanto representante do Partido Republicano Paranaense, discursava a partir de uma posição diferente dos demais, com perspectivas de solução cravadas no embate, no conflito, não prevendo ou possibilitando enunciados que demonstrassem passividade.

No momento em que o *Diário da Tarde* e o *A República* entraram em confronto enunciativo, disputando o direito de verdade sobre o aprisionamento da família de Demétrio Ramos, por exemplo, estavam em jogo relações de poder de quatro polos, sendo dois determinados pelos respectivos jornais, um terceiro pela elite local e um último definido pelos leitores dos periódicos. É nesse jogo, de produção, consumo e apropriação, que se estabeleciam as disputas pela verdade, atribuindo sentidos que extrapolavam a simples persuasão, a noção de poder absoluto e unidirecional. Pois, conforme os discursos eram consumidos, outros poderes emergiam dessas relações. Micropoderes, embasados na opinião pública, a qual também exercia poder sobre o governo e os jornais da época. Era no consumo, na aceitação da sociedade que a imprensa se fundamentava. A possibilidade de recusa da notícia pela sociedade expunha o poder que esta exercia sobre os impressos, evidenciando que as relações de poder não apenas ocupavam espaços diretos entre os jornais, mas também o poder da sociedade sobre eles e destes sobre a sociedade.

Uma das primeiras manifestações da imprensa paranaense – ligada ao governo estadual – sobre a questão do Timbó e Canoinhas, expôs em suas linhas:

O Estado do Paraná, diga-se a verdade, tem algum tanto de descuidado, não tendo impedido, como devera, a ocupação pelos catarinenses do território dos Campos Novos e hodiernamente da ex-colônia de São Bento, que foi medida, demarcada e fundada pelo governo do Paraná. E não se diga os terrenos dos hoje municípios de São Bento e Campo Alegre não pertenciam ao Paraná, porquanto além de outros motivos, eles foram registrados, pela lei de terras de 1854, nas paróquias paranaenses de São José dos Pinhais e Rio Negro. [...] Os direitos do Paraná à zona, posta em litígio pelos nossos vizinhos de sudeste, além de firmados no *uti possidetis* e em inúmeros e antiquíssimos documentos de autenticidade incontestável, estribam-se também na vontade dos habitantes do território em questão (A REPÚBLICA, 14 set. 1901).

A manifestação dos habitantes – aqueles detentores dos títulos de propriedade –, afirmando-se como paranaenses ou catarinenses é que legitimava o discurso sobre o território, mesmo que, como no caso de Canoinhas, a grande maioria da população fosse paranaense,

porém identificados com a elite política de Santa Catarina. Como se vê, não existe sentido que não esteja atado a uma sociedade. As coisas somente fazem sentido na sociedade, é ela que legitima o discurso. O entendimento histórico é alcançado pela premissa da compreensão do contexto social, pois as ideias, as ideologias, faziam sentido quando inseridas no contexto.

À vista disso, se pode ver que era intrínseco ao coronelismo da Primeira República a busca de uma legitimidade pública, na qual a imprensa tinha um papel relevante. Os jornais estavam, através das notícias, buscando uma legitimidade. Fator importante para manutenção do poder político. Uma validade perante a opinião pública, ligada à recepção da notícia por meio dos jornais. Pois, como aponta Giordani (2011, p. 5-6), a legitimidade é um dispositivo da dominação, que se apoia no princípio da validade.

O enunciado era válido se fosse legítimo, e nada mais legítimo que a opinião de uma pessoa próxima aos eventos. Portanto, a busca da legitimidade, da validade da dominação, estava ligada a uma das bases do tripé weberiano da dominação, ou seja, a autoridade pessoal (WEBER, 1999)¹⁶³. Por vezes, os jornais utilizaram-se de cartas e documentos assinados por pessoas influentes nas vilas como estratégia para demonstrar o apoio da elite local.

Estas ocorrências podem ser verificadas, a título de exemplo, na carta da Câmara Municipal do Rio Negro, data de 31 de agosto de 1901, enviada ao STF e utilizada pela imprensa paranaense para demonstrar que, na Questão de Limites, deveria “pesar muito na balança a vontade manifesta das populações” (A REPUBLICA, 14 set. 1901). Ou ainda, na menção da elite de Canoinhas, em apoio aos oficiais que fizeram parte da intervenção federal, agradecendo pelas tantas alegrias que os mesmos proporcionaram ao “pequeno torrãozinho” (O DIA, 16 jun. 1906, p. 2). Ambas publicações eram seguidas de extensa lista com as assinaturas da oligarquia local, com objetivo claro de demonstrar a legitimidade do discurso jornalístico pela premissa da validade, atestada através da autoridade pessoal dos coronéis.

Nada obstante, há uma parte da reflexão em que os sujeitos inseridos no discurso estabelecem uma representação construída. Então, depende dos elementos de inserção a forma do entendimento. Para o sertanejo residente nos vales do Timbó e Paciência, que não tinha acesso aos jornais, a percepção dos casos de violência extrapola aquela oferecida pelo jornal à elite paranaense, a qual encontrava-se a centenas de quilômetros de distância dos eventos e apenas detinha de uma mera representação construída a ser consumida. Mas, para o habitante

¹⁶³ Weber (1999), ao discorrer sobre a legitimação da dominação, propõe três princípios para sua validade, os quais podem ser sintetizados em: 1) sistemas de regras racionais e estatuídas; 2) autoridade pessoal; e 3) dominação carismática.

do Timbó, aquilo fazia sentido em uma lógica diferente, pois estes sujeitos eram atravessados por discursos que advinham de uma outra realidade social, muito mais próxima.

É preciso considerar que a população local não estava a margem da disputa, mas, sim, dentro do jogo político, seja como pequeno posseiro independente, agregado de fazendas, trabalhadores da exploração erva-mate, entre outros. O conflito pelo território interferia na vida dessas pessoas e as publicações dos periódicos também. Se o acesso à leitura era restrito, a compreensão de mundo não. As informações chegavam a diferentes camadas da sociedade influenciando do topo à base da pirâmide social.

Na perspectiva francesa da Análise de Discurso, o importante é não apenas entender o social, mas o sujeito em sua essência, a posição que o mesmo tem na sociedade e que garante seu discurso. Quando os jornais fazem uso de intelectuais para sustentar suas afirmações – como foi o caso do *A República* e do *O Dia*, quando utilizaram-se de reconhecidos escritores e intelectuais brasileiros da época, como Romário Martins, Rocha Pombo, Albino Meira e Medeiros e Albuquerque, para legitimar seus discursos quanto à Questão de Limites¹⁶⁴ – é com intuito de dar respaldo, pois são sujeitos de posição na sociedade que garantem os enunciados dos jornais. A posição do sujeito obedece os sentidos da sua fala.

Bourdieu (1989), ao discorrer sobre os poderes simbólicos, sugere que o próprio poder exercido, aqui no caso o dos jornais, necessita ser legitimado. Essa constante aferição de forças, de um sobre outro, somente pode ser reconhecida se houver a aceitação da dominação pelo dominado. Nessa perspectiva, é determinante que haja uma comunicação entre os poderes, a qual atravessa as relações sociais e orienta o sentido dos discursos.

As relações da sociedade estabelecem tipos de sentido, mas há um problema, pois observa-se que nem sempre as relações sociais garantem uma formatação para o discurso. No discurso do *Diário da Tarde*, esperava-se que este se manifestasse em favor do estado que representava, o Paraná, condenando as ações do vizinho, Santa Catarina, uma vez que seus idealizadores demonstravam patriotismo ao mencionar que a folha fora criada exclusivamente para defender a causa paranaense (DIÁRIO DA TARDE, 08 out. 1900). Contudo, o que se percebe é que os discursos fogem de qualquer pré-concepção, é aí que residem as contradições da prática e do discurso.

¹⁶⁴ Nos primeiros meses de 1906, os jornais do Paraná e Santa Catarina publicaram longos textos de juristas e intelectuais que punham-se em defesa de um ou outro lado na Questão de Limites, igualmente em alusão aos constantes casos de violência e a invasão de território na região entre União da Vitória e Canoinhas.

Existe algo que a sociedade não define nas trocas enunciativas, que são as concepções individuais, as maneiras individualizadas de reproduzir as ideologias por meio dos discursos. Quando diferentes sujeitos leem um jornal, a atenção, percepção, entendimento e discernimento não são iguais, cada indivíduo elabora uma maneira peculiar de absorver as informações que nem sempre pode ser antecipado pelo emissor. “De uma perspectiva histórica, é evidente que os textos podem ser – e muitas vezes são – lidos de modo oposto às intenções do autor” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 70). Por isso o uso de determinados termos, frases carregadas de adjetivos, indicam as intenções do autor. Tal mecanismo objetiva direcionar o leitor para aquilo que se deseja transmitir.

Em fragmento de matéria publicado no *Diário da Tarde*, de 19 de janeiro de 1906, encontra-se o seguinte enunciado: “Sabedores desde alguns dias do que se há passado em Canoinhas e Porto União da Vitória, propositalmente silenciados a espera que de fonte oficial viessem explicações dos tristes sucessos que por lá se desenrolaram” (DIÁRIO DA TARDE, 19 jan. 1906). Percebe-se no trecho transcrito, que a intenção de publicar uma versão sobre a ação do juiz municipal de Porto União da Vitória, não era apenas para dar publicidade aos fatos, mas sim pôr-se em oposição ao governo e, conseqüentemente, às pretensões do estado na Questão de Limites. Pois, os termos *propositalmente*, *oficial* e *tristes* direcionam o leitor a uma lógica negativa da ação (triste), com culpa das autoridades estaduais (oficial) e que tiveram intenção (propositalmente) de esconder do público a perversidade de seus atos.

É a experiência de vida, porém, que faz com que os sujeitos, ao discursarem, façam escolha de determinadas palavras que possibilitam a problematização daquilo que é homogêneo e heterogêneo em determinado discurso. Em um documento jurídico, por exemplo, apesar de haver uma predeterminação do discurso regado pelas leis, muitas vezes, o que é perceptível nas decisões proferidas são discursos que dizem muito sobre o percurso de vida do sujeito imbuído do poder legal, no caso, o juiz. Suas sentenças não são, e não poderiam ser, neutras da sua experiência de vida, pelo próprio ser humano que é, pois, como disse Marx (1982) em sua sexta tese sobre Feuerbach, “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais”.

Por conseguinte, o que se propõe para a problematização do discurso enquanto análise é entender os textos, as fontes, tanto no plano individual como no coletivo e no social. Compreender aspectos dos indivíduos emissores. Quem eram? O que buscavam? Mas, especialmente como isso se deu na sociedade, quem era o indivíduo na sociedade.

O *A República*, ao pronunciar-se contra a versão do *Diário da Tarde*, aponta diretamente para o sujeito do discurso que procurava combater:

A insistência com que o redator do Diário procura, de longa data, prejudicar a causa do Estado na questão de limites é um fato que só pode ter guarida em almas desnaturadas. Esse redator é o mesmo que, com as suas celebres conferências após o iníquo julgado de 6 de junho de 1904, entendeu obstar a afirmação dos nossos direitos, desejando fazer prevalecer as suas obtusas opiniões em assunto de tanta gravidade. Hoje volve à sua inglória campanha, fornecendo maquiavelicamente o concurso de sua pena à causa catarinense (DIÁRIO DA TARDE, 20 jan. 1906).

O redator, do qual se refere o jornal, é Manoel Francisco Ferreira Correia, membro do Partido Republicano Oposicionista, reconhecido empresário da época. Foi chefe da Inspetoria de Serviço de Povoamento do Solo do Paraná e um dos fundadores da UFPR. Além de proprietário do *Diário da Tarde*, foi colaborador nos jornais *O Dia* e *Gazeta do Povo* (DIÁRIO DA TARDE, 23 out. 1962). Considerando Manoel um indivíduo com forte ligação política oposicionista, logo entende-se o contexto das publicações realizadas pelo mesmo, haja vista que o texto expressa indiretamente críticas à ação realizada no Timbó.

De outro lado, quem estava à frente do *A República* era Manoel José Gonçalves, político tradicional no Paraná, um dos líderes do antigo Clube Republicano de Curitiba, muito ligado a Vicente Machado, presidente do estado e quem de fato opinava sobre o que poderia, ou não, estampar a páginas do jornal. Já do lado catarinense, no *O Dia* sucediam-se vários redatores, todos a serviço de Lauro Muller.

As figuras políticas que exerciam poder sobre a imprensa demonstram haver no discurso jornalístico aspectos relativos à individualidade, caracterizando posições políticas, mas que também atêm-se ao plano pessoal. Cada sujeito carrega consigo aspectos que referem-se ao perfil social de existência. Entretanto, nem tudo que é vivência está expresso no discurso, nem todas as experiências estão manifestas. Os textos das fontes históricas estão redigidos em função da condição social da existência, em função da sua relação com o meio. Seja o enunciador um juiz, um escrivão, um jornalista, um político, um operário, etc. É a posição social que garante o sentido do discurso. Existe uma organização social que estabelece relações sociais e são decorrentes dessas relações os sentidos atribuídos aos objetos do mundo material. Existem na sociedade esferas de poder heterogêneas, e em função disso os sentidos são atribuídos. Nessa perspectiva, os sentidos são estabelecidos pelo resultado das relações de poder.

Apesar de Lauro Muller ter sido um dos políticos mais influentes daquele período, sendo por vários momentos apontado pela imprensa nacional como o grande manipulador do governo federal, especialmente do presidente Rodrigues Alves, conforme já discutido no capítulo anterior, o que se percebe é que o discurso do *A República* foi mais influente na

narrativa que se perpetuou na historiografia sobre a questão do Timbó e Canoinhas. Há uma relação muito intrínseca entre os enunciados deste jornal com os poucos relatos feitos pelos historiadores de farda, tratando da região, entre as vilas de Canoinhas e Porto União da Vitória, como um valhacouto de criminosos, atribuindo a este espaço características relacionadas ao recorrente uso do termo violência. Contudo, antes de se revisitar tais narrativas, mostra-se pertinente explorar um pouco mais sobre a ideia de região e violência.

4.1.1 A região enquanto categoria discursiva

É plausível dizer que a região é um conceito ainda em construção. Diferentes campos do conhecimento têm elaborado concepções sobre o mesmo, buscando delimitá-lo teoricamente. Na mesma medida, outras categorias conceituais que o circundam, como território, espaço, desenvolvimento, desenvolvimento regional, social e local vêm florescendo dentro dos debates acadêmicos. Florescer corroborado pelo avolumar no número de eventos promovidos sobre o assunto nos últimos anos, sobretudo incentivados pelo recente incremento de programas de mestrado e doutorado que incluíram a problemática da região em suas áreas de concentração¹⁶⁵.

Na Geografia – talvez a ciência em que o conceito tenha sido mais problematizado – a região, segundo Gomes (2000, p. 52), foi historicamente concebida sob três aspectos. Primeiro como dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial. Em segundo lugar, relacionado às projeções no espaço, como noções de autonomia, soberania, direitos, e suas representações. O último aspecto refere-se à própria cientificidade da Geografia, a qual abrigou em si a tarefa de refletir sistemáticas sobre o conceito de região.

Na História, as apropriações do conceito coadunam para se pensar o espaço como um elemento definidor das relações humanas e delimitador de circunstância que possam dimensioná-lo para além do conceito de território, ou até mesmo do próprio espaço, haja vista que diferentes espaços podem ser concebidos fora do aspecto físico: espaços sociais, imaginados, virtuais, etc. Como infere Cunha (2000, p. 49-50), “considera-se o conceito de região mais abrangente do que o de território”. Assim, para o autor a definição de região deve

¹⁶⁵ A título de exemplo, cabe mencionar os programas de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, em Canoinhas, os programas de mestrado em Desenvolvimento Comunitário, e em História e Regiões, ambos da Universidade Estadual do Centro Oeste, em Irati, e o programa de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Blumenau, todos criados há menos de 20 anos e que incorporam as problemáticas relativas à região como proposta de pesquisa.

considerar todas as dimensões caracterizadoras de um determinado recorte sócio-espacial, entre elas a territorial, mas não apenas ela.

Não é improvável, que esta nova perspectiva de considerar a região, possa ser aplicada aos estudos históricos, o que poderá demonstrar que determinadas transformações histórico-geográficas dependeram de uma configuração sócio-espacial pré-existente, num sentido muito mais ativo e determinante do que antes se considerava (CUNHA, 2000, p. 53-54).

Portanto, procura-se neste tópico realizar apropriações do discurso jornalístico sobre os conflitos no Timbó e Paciência, de modo a compreender como determinados enunciados representaram o território do Contestado como região de violência, atribuindo aspectos que fogem da tradicional concepção de espaço geográfico – físico, natural –, entendendo-o como um espaço construído – vivido. Enfim, um espaço de práticas e relações de poder, pois,

[...] uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserida em um conjunto mais vasto (BARROS, 2006, p. 463).

À vista disto, a primeira pergunta que se poderia fazer ao abrir as páginas daqueles jornais, nos idos dos anos da década de 1900, seria: o que significava a região do Timbó e Paciência para os jornalistas? Onde localizava-se? O que a delimitava? Ao se pensar de maneira político-administrativa, quem sabe, poder-se-ia estipular como respostas características geográficas, geológicas, naturais: rios, montanhas, serras, etc. Contudo, através do que se pôde verificar nas fontes, os jornais não responderiam tais indagações, uma vez que as delimitações por eles estabelecidas, ao mesmo tempo que se sobrepunham, eram contraditórias e conflitantes. Portanto, uma resposta talvez mais aceitável sobre o significado histórico da região do Timbó e Paciência pode ser alcançado ao abstrair-se desses enunciados representações que não estão na camada do natural, do visível, mas sim do linguístico. O que construiu historicamente aqueles vales antes e, conseqüentemente, durante a Guerra do Contestado, foram discursos da imprensa, os quais representaram socialmente o espaço como uma região de violência.

Por outro lado, não é objetivo deste trabalho deter-se na explicitação teórica do termo representação, tanto pela sua polissemia quanto pela sua variada e infundável gama de concepções. Porém, se faz necessário apontar que o uso deste conceito está inserido no entendimento de representação social, por concordância com as reflexões de Chartier (2002, p. 16-17), autor que concebe as representações para “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Segundo o mesmo Chartier (2002, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As representações seriam imagens formadas acerca dos objetos, que não necessariamente refletem a realidade, mas construções do real efetivadas por determinados grupos sociais que as utilizam como leitura de mundo. Nesse sentido, entende-se os jornais como grupo formador, ocupando-se do discurso jornalístico para compor uma representação sobre o espaço conforme determinados interesses.

Os discursos que enunciam a região representam assim imagens que podem ser observadas e analisadas, permitindo a leitura de uma dada realidade histórica, construída sob interesses determinados, os quais, por conseguinte, são compreendidos através das ligações e relações mantidas por seus editores, aqueles que de fato emanam estes enunciados. De modo que o jornal, em sua forma material, é um objeto que desvirtua os sinais entre enunciador e receptor, causa uma cisão, propiciando uma viciada sensação de neutralidade.

Um dentre os enunciados que podem ser utilizados para exemplificar esta reflexão refere-se a uma publicação realizada pelo *Diário da Tarde* em outubro de 1900, na qual o seu redator, Reinaldo Machado, enfatiza:

O Diário da Tarde é jornal paranaense, criado exclusivamente para defender a causa deste Estado e o fato de achar-se à frente de sua redação um filho de Santa Catarina não o inibe em absoluto de expender, como julga de seu dever, a opinião que adota mesmo sobre assunto desta natureza (DIÁRIO DA TARDE, 08 out. 1900).

O sentido atribuído aos enunciados – criado exclusivamente para defender a causa deste Estado; e à frente de sua redação um filho de Santa Catarina – propõe em princípio uma relação muito íntima com o objeto que se quer relatar, a Questão de Limites. Mas, a fusão destes

por direito, mas por posse. Assim como também havia dupla jurisdição sobre Vila Nova do Timbó.

Sob tal cruzamento de enunciados, é possível visualizar que o limitante imaginário da região, enquanto categoria do discurso, são os sujeitos do discurso, ou melhor, os sujeitos no discurso. Os adjetivos utilizados para representar os habitantes eram também critérios classificatórios do espaço: rico, pobre, feio, belo, bondoso, criminoso, pacífico, violento, etc. Era isto que atribuía sentido à região, logo poderia ser um “quilombo de assassinos e criminosos” (A REPÚBLICA, 05 out. 1900) ou terra de “povo trabalhador e pacífico” (A REPÚBLICA, 29 jan. 1905).

Portanto, a região era construída simbolicamente nos jornais. Um espaço imaginário, da dimensão da linguagem, intrinsecamente ligado aos sujeitos que nele estabeleciam vivência. Não poderia ser definido por nenhum critério prático e objetivo, como se definem os espaços políticos, elegendo elementos da natureza como pontos de fronteira. A fronteira do Timbó e Canoinhas, ou Timbó e Paciência, estava no plano da linguagem, da representação, mudada, transformada conforme situações de ordem aleatória e condizente com objetivos inconstantes, suscetíveis de mudanças conforme as trocas enunciativas.

Nesse sentido, é possível creditar a afirmação de Machado (2004, p. 123-124), quando este menciona que, apesar de ter influenciado a adesão de comunidades inteiras, a Questão de Limites não foi determinante para eclosão do movimento do Contestado. A organização da população cabocla não se deu pela formação de oposição de paranaenses contra catarinenses, ou vice-versa, mas, sim, por sujeitos que não viam na identificação ao estado, enquanto ente federativo, algo que formava a sua região, tampouco cultural, étnica ou política. Havia um outro tipo de identificação, definida pela condição social, fortemente ligada ao coronelismo.

Os jornais paranaenses, em especial o *A República*, utilizaram-se dos relatos sobre os sujeitos representantes de Santa Catarina para legitimar seus argumentos sobre a posse do território, atribuía a ineficiência do estado vizinho e a aceitabilidade da permanência de criminosos naquele território, como elemento que corroborava para a instabilidade do regime republicano no país. É nesse sentido que as ligações daqueles sujeitos, de maneira real ou construída, referiam-se sempre a movimentos que, na visão republicana, representavam uma ameaça. Exemplos como os enunciados acerca de Francisco de Paula Pereira, em Canoinhas, ainda no século XIX – ligada à figura de Antônio Conselheiro –, e a de Demétrio Ramos, em Vila Nova do Timbó – enunciado como maragato, estabelecendo ligação com recente a Revolução Federalista –, instigavam a formação de uma imagem de extrema periculosidade e

violência, uma vez que estes movimentos eram, naquele momento histórico, símbolos do exercício da agressividade.

Sendo assim, o *A República*, enquanto órgão oficial do governo elaborou uma narrativa sobre os vales do Timbó e Paciência que objetivava mostrar ao leitor e, mais ainda, ao poder político e judiciário federal, a incapacidade de Santa Catarina para controlar a ação de sujeitos que ameaçavam a própria estabilidade do governo. Este tipo de discurso tornou-se muito mais enfático enquanto Vicente Machado esteve à frente do jornal, ou mesmo enquanto fora presidente do estado. Por mais que sua presença não fosse tão imperiosa como antes, é perceptível o seu controle opinativo nas publicações. Após a morte de Vicente, em 1907, contata-se uma menor preocupação do *A República* para com as tensões no Timbó e a Questão de Limites, fato que vem dar plausibilidade a este argumento.

Na outra ponta, os jornais catarinenses buscaram de certa forma distanciar-se discursivamente da região do Timbó e Paciência, tido como um espaço violento pela imprensa paranaense. Apesar do governo de Santa Catarina fornecer armamento em determinadas situações e proteger os líderes locais, enunciava estar alheio a qualquer tipo de ato hostil, prometendo inclusive punir severamente qualquer ação truculenta em seu território, como em Canoinhas, por exemplo. Contudo, tais afirmações faziam parte de uma estratégia discursiva perante a política nacional, reafirmando, conforme já mencionado em outros trechos desta pesquisa, a imagem de vítima da ação violenta realizada pelo governo do Paraná.

Contrário ao verificado na imprensa de Curitiba, em que os periódicos divergiam entre si e estabeleciam ferrenho discurso de oposição, os jornais de Florianópolis e Joinville compartilhavam, ao menos quanto ao debate sobre a questão do Timbó e Canoinhas, uma homogeneidade opinativa. O próprio órgão oficial do governo catarinense, *O Dia*, manifestou-se com certo receio dos eventos, apenas em momentos em que a intensidade de publicações dos vizinhos do norte tornava-se perigosa quanto à Questão de Limites, se pronunciava de maneira mais enérgica. Os demais jornais do estado, em especial o *Gazeta de Joinville*, reproduziam o discurso de seu conterrâneo, geralmente com intuito de prestar-lhe apoio. As poucas publicações levadas a público não apresentavam uma leitura que pudesse expressar qualquer tipo de contrariedade opinativa.

Portanto, ao aferir-se quantitativamente o termo mais utilizado nos textos dos jornais selecionados, os enunciados que expressam literalmente a violência ou remetem a ela são os que se fazem mais presentes. Portanto, a hipótese levantada inicialmente, de que a categoria da violência é que delimitou discursivamente a região naquele momento histórico, pôde ser comprovada.

4.1.2 A violência enquanto categoria discursiva

Nesse íterim, problematizar os discursos implica considerar as condições histórico-sociais de produção que os envolvem e determinam-nos (FERNANDES, 2012, p. 16), entende-se que determinadas relações de poder político impingiram, à região dos vales do Timbó e Paciência, uma configuração violenta, não apenas em sua concepção física, mas também simbólica, reproduzindo uma série de enunciados na imprensa.

As narrativas levadas a público pelos periódicos não eram simples notícias sobre conflitos ocorridos nos sertões contestados, mas, sim, enunciados oriundos de discursos a tempo presentes na realidade social daquela região. É salutar que o uso da categoria violência vinha, já há algum tempo, sendo usada para repostar-se as notícias referentes ao Contestado. Por vezes, os impressos noticiosos estabeleceram uma relação direta entre a categoria violência e as chamadas intituladas *O caso do Timbó* ou *Caso de Canoinhas*, agregando àqueles espaços um enunciado que remetera a uma ideia de violência sem a necessidade de se fazer uso do termo.

Nas diversas matérias que noticiaram o andamento da Questão de Limites, a categoria enunciativa da violência foi uma das mais presentes. Vê-se, por meio dos textos, um insistente uso do termo para repostar-se a região delimitada pelas vilas de Porto União da Vitória e Canoinhas, atribuindo àquele espaço uma dimensão de caos da ordem, um valhacouto de bandidos onde imperava a completa anarquia (DIÁRIO DA TARDE, 12 nov. 1901).

A apropriação da violência por meio dos enunciados, no entanto, não foi utilizada da mesma forma pelos diferentes jornais. Percebe-se, em meio ao jogo político promovido pelos periódicos, atribuições díspares. O jornal *A República*, ao narrar diferentes casos ocorridos no Timbó, fez uso de um discurso – no sentido narrativo – muito mais agressivo, ofensivo contra as autoridades catarinenses e até mesmo contra o governo federal. Como órgão representativo do partido republicano, pronunciava-se de maneira incisiva, defendendo o duro combate aos bandidos, bandoleiros, assassinos de toda espécie que o estado de Santa Catarina permitia habitar naquela região, inclusive armando-os para a prática das mais diversas atrocidades (DIÁRIO DA TARDE, 12 nov. 1901). Este foi o tom de discurso promovido pelo jornal, dimensionando a violência do adversário em um nível irracional, exercida fora do regramento jurídico, contra o corpo e o patrimônio, por pura e simples tendência à desordem.

Com uma estratégia um pouco diferente, o periódico *O Dia* procurou utilizar a seu favor um tom discursivo que o colocava em constante condição de vítima das ações do estado vizinho. Nesse contexto, argumentava e narrava, aos seus leitores, as diversas violências

impostas pelos paranaenses na tentativa de obter ganho da causa sobre o território contestado, negando qualquer tipo de ação que infligisse o limite do que considerava descomedido e agressivo. Expressava um tom um tanto quanto mediador do conflito, mas profundamente influenciador e simbolicamente violento.

A dicotomia entre violência em física e simbólica, manifestadas pelos discursos da imprensa, ajuda a perceber as tensões sob dois ângulos diferentes. Primeiramente físico, materializado pelo uso da força bruta (depredações, incêndios, tentativas de homicídio e homicídio) expondo os extremos da tensão gerada pela indefinição dos limites estaduais, levando ao confronto direto, corporal, em dimensão que extrapolava a hostilidade, adentrando no campo do ilícito, do ilegítimo. Um segundo ângulo, simbólico, define-se por uma violência linguística manifesta por meio do controle político-discursivo, presente nos próprios enunciados jornalísticos, estabelecendo critérios, padrões, regras e punições no que se referia a um tipo ideal de paranaense e catarinense. Estas duas categorias de violência nortearam a discussão procurando estabelecer uma configuração de narrativa que imputou ao Contestado um aspecto de espaço de violência, antes mesmo da eclosão do movimento sertanejo em 1912.

Nada obstante, é importante destacar que a própria definição do que é ou não violento não poder ser assim definido tão facilmente. Maffesoli (1997, p. 15) ao destacar os caracteres específicos da violência a define

[...] como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social.

Considerando a perspectiva que aqui se inscreve, da História, a observação da temporalidade e do regramento do momento histórico é que pode nortear a sua definição, visto que sua multiplicidade de concepção do que é ou não violento nem sempre foram e são os mesmos em diferentes tempos e espaços. Pois, nas palavras de Muchembled (2012, p. 8-9), “em termos legais, a violência designa os crimes contra as pessoas, dos quais fazem parte o homicídio, os golpes e ferimentos, os estupros etc. A classificação desses fenômenos não é idêntica segundo os países e as épocas, o que complica a tarefa dos historiadores”.

Na concepção de Benjamin (2012, p. 59), o que delimita as relações são os conceitos de direito e justiça. Em princípio a violência só é entendida no sentido mais forte da palavra, quando interfere na ordem ética. Ou seja, a violência nem sempre é interpretada como violenta, pois se é utilizada como um meio para obter um fim justo – como a pena de morte, por exemplo

–, é concebida, legitimada e aplicada pela sociedade como mecanismo necessário ao impedimento de sua existência e disseminação. Um paradoxo, que prega o controle, o aniquilamento da violência através de seu próprio uso. Entretanto, o mesmo Benjamin (2012, p. 59) adverte que a concepção de que fins justos amenizam o ato violento dá a falsa sensação de se poderia fazer precisa crítica dos fins, o que descaracterizaria a violência dos meios, fato que, na opinião do autor, é uma inverdade.

Um episódio que demonstra a ideia de justo fim, revertendo o sentido do que é violento, transparece através de duas edições sobre os conflitos no Timbó, publicadas em 19 e 20 de janeiro de 1906 nos jornais *Diário da Tarde* e *A República*, respectivamente. Nestas edições, já detalhadas no capítulo anterior, noticiou-se ação comandada pelo juiz municipal de Porto União da Vitória que, em busca do coronel Demétrio Ramos, protegido das autoridades catarinenses, procedeu a prisão de Eulália Ramos e seus filhos, incendiando a casa da família posteriormente. A narrativa do jornal *Diário da Tarde* estabelece um sentido violento para a ação do juiz. Os enunciados utilizados pelo jornal conduzem o leitor a interpretar os fatos com sentido de pesar pela família aprisionada. Assim expôs o impresso: “A triste senhora teve que assistir em lágrimas a destruição da sua morada, que o fogo lentamente foi devorando, debaixo da algazarra dos bárbaros incendiários” (DIÁRIO DA TARDE, 19 jan. 1906).

Todavia, o *A República* atribui outro sentido aos eventos. Procurou justificar a ação policial por meio da necessidade de defesa da causa paranaense na Questão de Limites:

Narrar simplesmente os fatos consequentes da diligência levada até o Timbó pelo Sr. Moraes Machado, juiz municipal da União da Vitória, sem indagar suas causas e os motivos que a precederam, se não revelada má fé, pelo menos indica facilidades em aceitar informações procedentes de adeptos da causa catarinense (A REPÚBLICA, 20 jan. 1906, p. 2).

Os sentidos atribuídos a um mesmo ato, no caso a prisão de crianças e o incêndio da residência, são diferentes, demonstrando que a concepção do que é ou não violento depende, no sentido ético, dos fins que se objetivam. Relega-se, desta forma, o fato por si só, pois este depende de um sentido, um significado, um discurso para que o inclua na categoria da violência. Pois, “o fato de a violência se apresentar como um desvio em relação a determinados estados todos como normais garante-lhe um lugar efetivo na mídia – que, por princípio, necessita de acontecimentos com tal carga de ruptura” (DIAS, 2008, p. 105).

Retomando a reflexão sobre a dicotomia da violência, como já mencionado, o segundo ângulo de percepção define-se pelo aspecto simbólico exercido por meio da linguagem. O conceito de violência simbólica, cunhado na Sociologia por Bourdieu, concebe nessa categoria

ações que não causam danos ao corpo, mas sim ao psicológico e à moral. Bourdieu (2012, p. 7) define a violência simbólica como

[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Nesse sentido, é coerente dizer que o discurso jornalístico realizado pela imprensa, por vezes, possibilita inferir o nível simbólico de violência exercido. O tom constante de defesa a um ideal de Estado, de ente federativo, a um sentimento de pertencimento, bem como de fidelização a determinadas causas, impunha ao leitor um sentido que o violenta discursivamente, condiciona-o a determinado perfil de conduta. Procurou-se por meio dos enunciados categorizar o que é ser paranaense e catarinense, personificando as atitudes e as moldando conforme ideais pré-estabelecidos. Tal ação buscou, através de determinadas estratégias linguísticas, imputar um poder simbólico sobre o leitor e a população¹⁶⁶. Poder exercido por meio da narrativa, do discurso, e disputado por diferentes emissores, estes em luta para manter e transformar o mundo social. Uma disputa política e simbólica. Nas palavras de Bourdieu (1989, p. 173-174), uma

[...] luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a.

Ao analisar-se a historiografia do Contestado, em especial a memorialista, observa-se que a narrativa empreendida sobre o território e a população é incisivamente violenta simbolicamente, descrevendo práticas do cotidiano com adjetivações imbuídas de violência física, mas que constituíam, de certa forma, preceitos morais do arranjo social. Os adjetivos utilizados por estes textos tipificam os espaços e seus sujeitos como elementos caracterizados

¹⁶⁶ É importante considerar que os discursos não apenas fazem sentido no leitor, mas em um conjunto de sujeitos além daqueles que leem. No início do século XX é fácil supor que o índice de analfabetismo era enorme no Brasil, poucos tinham acesso à leitura, contudo, também de fácil reflexão que tais leituras não eram individualizadas, introspectivas, mas sim compartilhadas, coletivas. Lia-se para si e para os outros, em casa, na rua, nos botecos ou em rodas de conversa. Assim, um único exemplar de jornal poderia ter efeitos sobre um número de indivíduos difícil de se estimar.

por uma natural truculência. Tal percepção foi muito bem desenvolvida por Monteiro (1974) quando discutiu em sua obra duas categorias para violência existente no Contestado, uma costumeira e outra inovadora.

Para Monteiro (1974, p. 42):

[...] na medida em que o *valentão* tipificava uma personalidade ideal no mundo rústico do Contestado, sua existência era necessária. Isto é, ocorria uma certa tolerância para com sua eventual atuação nos interstícios ou nas margens do sistema, já que era mobilizável tanto para tarefas ligadas ao processo produtivo, como para as lutas políticas e disputas em torno da terra e da honra.

A violência costumeira emergia em meio a um nivelamento, mesmo que entre camadas heterogêneas do estrato social, baseada em relações de honra que identificavam exploradores e explorados, patrões e agregados, proprietários e posseiros, com um determinado nível de autonomia nas relações estabelecidas entre um e outro. Exemplo disso é a certa maleabilidade que o agregado tinha na exploração do seu espaço de cultivo, desde que cumprisse com alguns afazeres assumidos com o coronel e/ou fazendeiro do qual estava ligado, fosse por laços de compadrio ou por simples dependência produtiva.

A defesa da honra, a moral como norteadora das relações, permitia que atos de violência específicos, como o próprio assassinato, fossem compreendidos como algo necessário para a manutenção do regramento da honradez. Assim, se desavenças particulares ocorriam entre um proprietário e outro, os laços do coronelismo, da dependência moral e econômica, permitiam a mobilização de certo número de pessoas em defesa do ofendido, uma vez que o coronel era “irmão do caboclo, um irmão apenas mais rico e poderoso” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1957, p. 102). É nesse sentido que o poder de um coronel era determinado pelo número de homens armados que pudesse mobilizar (MACHADO, 2004, p. 93-94). Se a violência era entendida como atividade da manutenção social, a sua prática contra adversários políticos estava nos costumes, portanto, o roubo poderia ser compreendido com um crime muito maior que um assassinato, haja vista que o “bandido solitário, que iniciava sua carreira a partir de um homicídio de honra e podia tornar-se um matador profissional, não sofria condenação moral – era vítima do destino” (MONTEIRO, 1974, p. 37).

Já a violência inovadora, surgia justamente pela ruptura da noção de nivelamento, fazendo com que os laços de ligação entre os diferentes estratos fossem desfeitos. As mudanças

ocorridas na região, desde a Lei de Terras de 1850¹⁶⁷ e a queda do Império em 1889, alteram profundamente as relações sociais fundamentadas no compadrio e no elo patrão/agregado. A intensificação dos ideais modernizadores da República, incluindo a construção da EFSPRG e a exploração madeireira e latifundiária empreendida pela *Lumber*, foi, na reflexão de Monteiro (1974, p. 46), o que possibilitou que coronéis se tornassem incapazes de manter suas posições tradicionais de ascendência moral com relação à maioria da população sertaneja espoliada, ou então se associavam abertamente às forças espoliadoras, econômicas e políticas que estavam emergindo.

É basilar a compreensão de que existe uma organização social, uma forma de sociedade que estabelece determinados sentidos e compreensões (CAPELATO, 2015). Têm-se, portanto, uma organização social que estabelece sentido para as coisas, que determina os direitos e os deveres, o legal e o ilegal, o permitido e o proibido. Conforme alude Poyer (2015, p. 139):

Trabalhar de forma mais intensiva acerca do tema violência, pode nos possibilitar olhar para dentro da Guerra a partir destes relatos, documentos e obras que se constituem enquanto fontes. Pode nos possibilitar perceber os sentimentos daqueles que escreveram sobre o movimento e criaram discursos que se cristalizaram ao longo dos anos, inclusive reverberando na historiografia do Contestado.

Portanto, o conceito de violência a ser empregado na análise dos conflitos anteriores à eclosão do movimento do Contestado está na fronteira das categorias apresentadas por Monteiro. Contudo, é possível considerar que as movimentações de homens armados, em defesa de lados opostos, materializam muito mais as características de uma violência costumeira do que inovadora.

O ponto crucial, porém, que deu início a esta reflexão, referindo-se a uma narrativa da historiografia memorialista estritamente atrelada ao discurso paranaense sobre os vales do Timbó e Paciência, extrapola a categorização de Monteiro. Ao se considerar a versão dos jornais de Santa Catarina como incorporadas de uma concepção que visualizava os conflitos da região como casos de honra, e por isso não violentos, estar-se-ia distinguindo-a da versão da imprensa

¹⁶⁷ É possível afirmar que as relações de conflito, envolvendo o uso do espaço e da terra no território do Contestado, tiveram origem ainda 1850, quando a Lei nº 601/1850, tal como o Decreto nº 1318/1854 “proibiram a posse de terras devolutas sem que houvesse compra” (RENK, 2009, p. 299). As relações socioeconômicas entre o sertanejo e os coronéis sofreram severas mudanças, pois “a Lei de Terras de 1850 não conseguiu impor um título de propriedade imune às estratégias duvidosas dos grandes fazendeiros, no seu esforço de ocupar terras legalmente devolutas” (MOTTA, 1998, p. 225).

do Paraná, atribuindo a esta última uma percepção diferente da primeira, o que não é verdade. Apesar de haverem dois discursos diferentes sobre os mesmos eventos, as duas imprensas eram produtos de uma mesma ideologia. O que as diferenciava eram apenas posições políticas. Isto posto, o próprio Monteiro (1974, p. 37) ajuda a perceber que tanto a ação do Paraná como a de Santa Catarina podem ser categorizadas como violências costumeiras, pois se a “violência era política, a luta se travava, não em torno de princípios ou interesses materiais estranhos ao universo do sertanejo, mas em torno de chefes locais e de interesses locais muito concretos e próximos”. O que motivava a adesão da população local e o consumo das notícias publicadas nos jornais era a honra, que ofendida e defendida constituía patrimônio de um grupo.

Quando o jornal *A Notícia* publicou longa matéria para advogar sobre as atitudes do presidente do Paraná, Vicente Machado, com relação as constantes ações da polícia estadual em território contestado, justificava-se todos seus atos pela defesa da honra:

Os sobressaltos, os comentários, as notícias desencontradas tomavam vulto, e como que uma ansiedade prolongada reinava em todos os espíritos diante dos acontecimentos. Esperando todos, entretanto, a palavra decisiva do governo, confiados todos na sua ação, que só podia ser nobre e alevantara, tais os seus precedentes, sempre que a secular questão põe em pé de guerra o brio e a honra dos paranaenses (A NOTÍCIA, 30 jan. 1906).

Independente da categorização que se pode atribuir aos conflitos, originados em 1900 e prolongados até 1908, nos vales do Timbó e Paciência, pelo menos aqueles noticiados na imprensa da época, o mais importante é perceber que os enunciados da violência não eram um fator de distinção daquele espaço. Várias outras regiões do país, até mesmo do Paraná, carregaram desde aquele momento da história do Brasil uma rotulagem pejorativa violenta. O ideal republicano de modernização, civilização e urbanização da nação, atribuiu às regiões mais interiorizadas, e ainda muito ligadas ao modelo rural da Monarquia, a caracterização de espaços de violência.

No caso da problemática desta pesquisa, o que se evidenciou é que nem toda a imprensa atribuiu ao Contestado, em especial à vila de Canoinhas, um rótulo de valhacouto de criminosos. Na própria imprensa do Paraná houvera narrativas discordantes, mas, com mais ênfase na de Santa Catarina. Conquanto, a rotulagem da versão defendida pelos periódicos ligados ao governo de Vicente Machado é que perdurou, sendo reproduzida na historiografia do tema.

4.2 Os jornais, a região e a violência na historiografia

Desde que a imprensa passou a noticiar conflitos envolvendo agressões, depredações, incêndios e assassinatos motivados pela Questão de Limites, o que esteve em voga não era apenas a argumentação sobre a legitimidade da posse do território, pois isso foi resolvido anos depois, em 1916, em uma mesa de negociação no Palácio do Catete, onde a assinatura do acordo de limites pôs fim a longos anos de intenso conflito armado. O que a narrativa da imprensa procurava angariar era a legitimidade perante a opinião pública, nesse sentido, se a posse do território foi objeto de ganho pelo estado de Santa Catarina, em contrapartida, é correto afirmar que a batalha discursiva foi vencida pelo Paraná, haja vista que a versão a perdurar sobre a questão do Timbó e Canoinhas foi aquela atribuída por este estado.

Ilustração 5 - Assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1916.

Fonte: <http://www.portouniao.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395803/codMapaItem/18215>.
Acesso em: 13 abr. 2018.

Conforme já discutido no capítulo primeiro deste texto, é possível verificar conexões muito estreitas entre as notícias dos jornais paranaenses, enfaticamente do *A República*, com as obras publicadas pelos historiadores de farda.

Peixoto (1995, p. 85), ao iniciar o capítulo em que denominou de *Fatos Anteriores*, logo deixa claro o seu posicionamento quanto às narrativas empreendidas pelos dois estados. Segundo ele, Canoinhas era um pacato povoado antes da ocupação catarinense, depois passou a ser refúgio de criminosos. A disputa narrativa dos eventos certamente contribuiu para que Canoinhas fosse afirmada como lugar sem lei, espaço propício para que procurados pela justiça se estabelecessem.

Conforme já abordado no terceiro capítulo, tal narrativa foi muito influenciada pela adesão do primeiro líder político do lugar, Francisco de Paula Pereira, às pretensões de Santa Catarina. Isso em fins do século XIX, depois de tido desavenças políticas em São Bento do Sul e emigrado para oeste, estabelecendo-se às margens do rio Canoinhas, próximo da foz com o Negro, em 1888, sendo, posteriormente, aclamado como fundador do arraial. Havia, por parte da imprensa do Paraná, a intenção de atribuir aos espaços jurisdicionados pelos catarinenses a ideia de lugar mal administrado, isso contribuía na obtenção de apoio popular na Questão de Limites, demonstrando a incapacidade do estado vizinho em tutelar a região contestada.

Para dar plausibilidade às suas considerações, Peixoto (1995, p. 85) faz referência ao então juiz de direito da Lapa – cidade chamada de heróica pelo autor –, Antônio Cardoso de Gusmão, o qual teria afirmado que, para a região contestada, havia emigrado mais de 50 pessoas processadas naquela comarca. É plausível supor que um território sem definição jurisdicional fosse almejado como refúgio para procurados pela justiça, contudo, o que é enfático nas afirmações de Peixoto é a menção de que tal situação só era possível devido à posse exercida por Santa Catarina. Curiosamente, as ponderações do historiador de farda são muito presentes também nas publicações do *Diário da Tarde*.

Apesar do jornal ser opositor do governo dentro do estado, reproduzia uma narrativa muito semelhante ao *A República*, demonstrando que, mesmo divergindo em matéria política, fazendo críticas aos líderes do governo, advinha de um equivalente cunho ideológico, em que o discurso sobre a população local, atribuindo-lhe aspectos pejorativos – bandoleiros, *jagunços*, *fanáticos*, etc. –, buscava desqualificar o habitante que demonstrasse simpatizar com a causa de Santa Catarina. Segundo o periódico, as tristes condições em que se encontrava a localidade eram determinadas, em grande parte, pelo fato de encontrar-se aquele território na zona contestada pelo vizinho estado de Santa Catarina (DIÁRIO DA TARDE, 12 nov. 1901).

O jornal *A República*, em 03 de outubro de 1900, publicou carta de um morador de Porto União da Vitória, em que relatava casos de violência praticados na região, tanto por bandidos como por indígenas; destes últimos, chega a listar os nomes das vítimas. Menciona que o estado de anarquia se instalou pela indefinição dos limites estaduais, e que toda a série de

violências era promovida por ações de catarinenses. Alertava o morador para que se efetivasse o policiamento, a fim de que o lugar – Canoinhas – não se tornasse uma nova Canudos, já que seu principal chefe político, monge Chico Pereira, tinha em seu entorno numeroso grupo de *fanáticos*.

As afirmações do jornal paranaense não só coadunam com as opiniões de Peixoto, como também apresentam erros grosseiros, demonstrando não ter sido escrito por um morador do lugar, haja visto que o monge Chico, Francisco de Paula Pereira, havia morrido dois anos antes, fato certamente sabido por ampla população do lugar. A tentativa de criminalizar publicamente a povoação de Canoinhas, na tentativa de aproximar a figura de seu ex-líder com a imagem de Antônio Conselheiro, vinha a legitimar na narrativa do Paraná na Questão de Limites.

Na opinião de Peixoto (1995, p. 85), foram os catarinenses que tomaram posse dos vales do Timbó e Paciência. Ocupação feita por meios violentos. Entretanto, cabe ressaltar que as primeiras queixas realizadas por meio da imprensa foram publicadas no jornal *República*¹⁶⁸, de Florianópolis, noticiando sobre o ataque de forças do governo paranaense à Vila Nova do Timbó, havendo incêndios e mortes, curiosamente, eventos noticiados alguns dias antes das afirmações do seu quase homônimo, o *A República*.

É com maior indignação e ao mesmo tempo com surpresa que vimos conformar os acontecimentos dados no território deste Estado na região de Canoinhas e Timbó, margem esquerda do Iguaçu [...]. O vizinho Estado, pondo à margem as boas relações da amizade que sempre com ele mantivemos, amizade sublinhada pela maior sinceridade, há longos anos mantida mesmo na discussão da questão de limites, arrojou-se agora a uma política tortuosa, e fatal tentando conquistar pela força das armas territórios não litigiosos e onde residem, há dezenas de anos, centenas de catarinenses (REPÚBLICA, 28 set. 1900).

É certo que grande número de pessoas tenha migrado para os vales do Timbó e Paciência à época, incluindo nesse grupo condenados pela lei. A lucratividade que a erva-mate possibilitara durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX foi o que deu a conformação do Paraná, bem como boa parte do planalto catarinense. “A riqueza gerada pelo crescente comércio do mate levará à emancipação política, ao crescimento da população e das áreas urbanas, o desenvolvimento da indústria e do comércio” (BOGUSZEWSKI, 2007, p. 28). Portanto, considerando a região abundante em ervais nativos, atraiu grande número de

¹⁶⁸ Publicações dos dias 18, 28 e 29 de setembro de 1900.

trabalhadores, muitos a serviço de coronéis que também emigraram em busca de lucratividade com a exploração da planta.

O mate, bebida que o governo do Paraná buscava difundir em todo o Brasil e também na Europa, já era o quarto produto mais exportado, perdendo apenas para o café, borracha e couro. Planta nativa de abundância na região, chamado de ouro verde, fomentava a ganância dos industriais. Rio Negro e Porto União da Vitória tornavam-se polos do comércio da erva-mate, sediando escritórios de negócios destes coronéis, muitos deles ligados também à própria imprensa que debatia a Questão de Limites.

Um caso que serve de exemplo é o da família Leão, representada por Agostinho Ermelino de Leão Junior, jornalista que teve participações em diversos jornais como os paulistas *A Opinião e Verdade*, e os paranaenses *Diário da Tarde*, *Antonina* e *A Notícia*, tendo, inclusive, adquirido este último, em outubro de 1906, através de sociedade com Celestino Junior. Com o mate, Ermelino de Leão construiu fortuna, foi fundador da empresa Mate Leão, hoje propriedade da norte-americana Coca-Cola.

A disputa pela exploração e tributação da erva-mate se dissolveu juntamente com a Questão de Limites. Em edição de 27 de março de 1900, o jornal *O Comércio* deu o real contexto das acusações inflamadas sobre a população da região. Segundo o periódico, cada povoado tinha seu chefe, mas, em geral, os habitantes eram ignorantes e supersticiosos, deixando-se facilmente dirigir pelos líderes locais. Porém, havia alguns homens sociáveis, bons e trabalhadores, que contribuíam para o bom relacionamento com os paranaenses. Todos tinham belas plantações de cereais, criações, extraindo-se daquelas terras grande quantidade de erva-mate, remetida por Santa Catarina.

O texto jornalístico demonstra uma categorização daqueles que eram pró Paraná e os que eram pró Santa Catarina. O inverso enunciativo, mas com a mesma estrutura discursiva, se verifica na imprensa florianopolitana, quando o periódico *O Dia* utiliza-se de termos como “população laboriosa e ordeira” para referir-se aos habitantes de Canoinhas e “paranetas trasviados do sentimento de fraternidade” aos defensores da causa paranaense. Na mesma edição o jornal queixa-se da linguagem preconceituosa com que o *A República* refere-se à população catarinense, mas faz o mesmo em suas publicações (O DIA, 24 set. 1905).

Há, no senso comum, a sensação de que na sociedade os discursos expressam sempre o mesmo sentido. Mas, a sociedade não é homogênea, a sociedade tem conflito, tem antagonismos, e a forma possível de identificá-los é por meio da comparação dos discursos. O método de comparação mostra-se muito pertinente no trabalho do historiador.

Quando se trabalha com uma perspectiva de conflito sobre as fontes, é perigoso ater-se somente para os pontos de embate, superficializando ou negligenciando os momentos de confluência, expondo ilusoriamente que as narrativas e os discursos expressam sentidos sempre opostos, camuflando possibilidades de análise e, por conseguinte, afetando os resultados extraídos.

Pode-se inferir que tal perspectiva caminhou para a observação de como o discurso se forma e se transforma. Por meio dessa reflexão apreende-se que os discursos nem sempre são entendidos da maneira como eles são manifestos, pois há um atravessamento das experiências particulares desviando a sua continuidade, dando novos rumos para a linha enunciativa. Concebe-se assim como o meio social afeta os indivíduos e vice-versa.

O sujeito não pode dizer tudo, há aspectos enunciados que o contexto social estabelece. Dado que, a título de exemplo, quando Romário Martins escreveu suas considerações históricas para legitimar a posse do território contestado pelo Paraná no jornal *A República*, ele não está falando de uma posição de historiador, mas sim de um contexto social de paranaense que deve defender a causa de seu estado.

Em uma perspectiva mais atual de Análise de Discurso, para além da compreensão de que os sujeitos estão inseridos na sociedade e são afetados por ela, é necessário perceber o papel do indivíduo, do emissor do discurso. Nessa concepção, se tem pensado em uma sociedade que sugere um discurso, uma forma de falar, de expressar, mas também se tem pensado sobre os aspectos particulares que permitem a mudança do discurso, a recusa da ordem vigente para o estabelecimento de uma nova proposta, amparado sim nas existentes, mas que estabelece um enunciado derivado, exteriorizado do regramento definido pela sociedade. “Tem-se um sujeito, agora, dividido, clivado e heterogêneo; o outro, o desconhecido e o inconsciente passam a fazer parte de sua identidade, através de uma primazia sobre o mesmo” (MAZZOLA, 2009, p. 14).

Nesse sentido, vê-se que Peixoto, ao descrever os conflitos anteriores à eclosão da Guerra do Contestado, narra uma prospectiva que não estava definida pela sociedade, pois era um oficial militar e nunca havia estado na região antes das operações do Exército em campanha contra os sertanejos rebelados. Há no seu posicionamento um viés político, isso transparece durante o texto. Na opinião deste escritor, “dos cinco municípios contestados – Clewelandia, Palmas, União da Victoria, Canoinhas e Rio Negro – um esteve inteiramente dominado pela revolta complexa: foi o de Santa Cruz das Canoinhas, único jurisdicionado pelos catarinenses. Extraordinária coincidência. . .” (PEIXOTO, 1995, p. 43).

Mas não somente Peixoto aderiu a tal discurso, Assumpção (1917) e Miranda (2002), autores que também citaram o caso do Timbó, porém com menor atenção, também seguiram a

linha enunciativa de seu colega memorialista. Como já discutido anteriormente, a maior atenção da imprensa dentre os vários conflitos se deu sobre o aprisionamento da família de Demétrio Ramos, em 1906. Este fato é que circunda as considerações dos três historiadores de farda.

Dentre todo o desenrolar dos eventos noticiados pelos jornais, mensagens trocadas entre os governantes e os próprios relatórios de presidente de província redigidos no final de cada ano e apresentados à assembleia – conforme regravava a lei da época – há na obra de Peixoto uma inversão de datas que não condiz com a ordem cronológica apresentada pelas fontes¹⁶⁹. Segundo o autor, a primeira expedição militar federal para debandar Demétrio Ramos, liderada pelo Capitão Alleluia Pires, ocorrera antes da ação do juiz municipal de Porto União da Vitória, Moraes Machado, para prender a família do próprio Demétrio. Há uma inversão de datas que mudara completamente o sentido, pois, nas palavras do autor:

Tivera conhecimento das quadrilhas que assim se formavam o comandante do Distrito Militar, general Caetano de Faria; e, como nem o governo do Paraná nem o de Santa Catarina quisesse agir no sentido de ser feito um policiamento que se tornava indispensável, visto tratar-se de uma zona contestado, tomou a iniciativa de o fazer o comandante das forças federais em Curitiba. Foi enviada ao local uma pequena fração de tropa federal, seguindo para Canoinhas o capitão Alleluia com uma companhia do antigo 37º batalhão que então aquartelava em Florianópolis. Não houve combates nem escaramuças, mas a zona voltou a uma passageira tranquilidade, porque Demétrio, depois de parlamentar como o comandante da força, concordou em debandar pacificamente o seu pessoal, garantindo que este se não havia armado, dissera o caudilho, para enfrentar o exército do qual era ele, Demétrio, veterano e amigo... (PEIXOTO, 1995, p. 88).

O fato de haver um acordo anterior, já firmado, entre o capitão do Exército, Alleluia Pires, e o coronel Demétrio Ramos, legítima, na narrativa, a ação do juiz para prendê-lo, pois este descumpria um compromisso anteriormente estabelecido. Contudo, não foi o que aconteceu. A intervenção federal somente se deu depois do aprisionamento da família Ramos, em fevereiro de 1906.

Outro fator negligenciado por Peixoto é o fato de que foi o governo de Santa Catarina quem pediu e articulou o envio de forças federais, sendo tal ato, inclusive, muito contestado pelo próprio Paraná. Fica perceptível que o autor não queria materializar no texto a evidente influência da elite política catarinense sobre o governo federal e também sobre o Exército, exercida principalmente pela figura de Lauro Muller.

¹⁶⁹ A diferença de datas entre os dados levantados nas fontes e a historiografia foi melhor desenvolvida no terceiro capítulo desta dissertação.

Sobre a prisão da esposa e filhos de Demétrio, Peixoto reproduz a versão publicada pelo *A República*, sem dar maiores detalhes de como procedeu-se a ação na residência da família, em que, segundo as versões do *Diário da Tarde* e do *O Dia*, os aprisionados sofreram violências, sendo a residência incendiada em seguida. Aliás, Miranda (2012, p. 47), apesar de mencionar o incêndio à propriedade, diz que foram queimados apenas alguns paióis, e não a casa.

Não é objetivo demonizar ou santificar qualquer personagem daquele contexto, porém é notório que a historiografia memorialista atribuiu aos vales do Timbó e Paciência um perfil de região de violência, impingindo à população, especialmente ao coronel Demétrio Ramos, a personificação desta truculência.

Assumpção (1917, p. 213) mistifica a figura do ex-maragato chamando-o de desabusado, cabecilha, temido, homem de atitudes beliculasas e ameaçadoras, arregimentando numerosos sertanejos e diversos criminosos foragidos. Miranda (2012, p. 47) é breve, porém mais enfático, afirma ser Demétrio “o primeiro jagunço, de briga, aparecido no Contestado”.

Por fim, cabe apontar duas considerações sobre a trajetória de análise dos casos do Timbó que aqui se procurou desenvolver. A primeira delas diz respeito ao caráter de fonte em que as inaugurais publicações sobre o Contestado se apresentam, especialmente aquelas produzidas pelos oficiais memorialistas, os quais participaram ativamente do conflito, atuando na repressão dos sertanejos, fato que os fazem protagonistas de suas próprias narrativas. Estes textos são uma narração de memória e, assim sendo, evidenciam pensamentos, sentimentos, ideologias e preferências. Preferências que cada oficial atribuiu aos distintos estados brasileiros – Paraná e Santa Catarina – na disputa pelo território em litígio. Pois, conforme a pesquisa demonstrou, as versões paranaenses dos conflitos nos vales do Timbó e Paciência são as que predominam nessas narrativas, constituindo um lado tendencioso do discurso histórico, aquilo que White (2006) chama de “elaboração de enredo histórico”, uma vez que, do ponto de vista da narrativa, historiadores e romancistas não se diferem. É através da elaboração do enredo que os historiadores escrevem histórias. Por conseguinte, “histórias, com declarações factuais, são entidades linguísticas e pertencem à ordem do discurso” (WHITE, 2006, p. 192).

Em segundo lugar, ainda sob a questão do discurso, percebeu-se sua relação intrínseca com a memória, especialmente no que Orlandi (2005) considera como interdiscurso, ou seja, informações de memória e esquecimento agindo antes da materialização discursiva. Questões que são observáveis nos textos dos historiadores de farda, quando estes efetivam narrativas de fatos dos quais não foram testemunhas oculares, como também não formaram opinião pela análise de fontes documentais. Mas, narrativas que passaram a integrar os seus discursos em

uma lógica de memória discursiva, pela redação de informações que faziam parte de suas memórias subjetivas, mas que não mais poderiam ter sua fonte originária determinada.

Parafraseando Foucault (1996), o discurso é principiador, os objetos não preexistem às palavras, ao contrário, são os discursos que produzem os objetos, as verdades de determinado momento histórico. “Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos” (VEYNE, 2014, p. 249). “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). No caso específico dos jornais paranaenses e catarinenses do início do século XX, os discursos manifestam-se como conflitos pelo apoderamento da verdade, do direito sobre o exercício de apresentar-se como efetivas instituições comprometidas com o público leitor, o qual era, por sua vez, o sujeito para quem se fala em detrimento daqueles de quem se fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando os jornais como fontes importantes para a construção de narrativas históricas, percebe-se que a imprensa não só foi influenciada pelo florescer dos acontecimentos, mas também influenciou estes. Ao se observar os discursos jornalísticos acerca das práticas violentas nos vales do Timbó e Paciência no período aqui problematizado, é inteligível que os periódicos tiveram importante papel na propagação de enunciados que refletiram diretamente nas atitudes dos governos estaduais. Muitas ações que se seguiram após os primeiros conflitos resultaram em agressões, incêndios e assassinatos. Porém, muito mais que retratar os eventos na sua amplitude de acontecimentos, detalhando motivações e circunstâncias, as narrativas demonstram a constante preocupação em estabelecer a ligação de qualquer caso violento à disputa sobre a região contestada.

Assim, além de expressarem um intenso discurso da violência física, empreendida pela e contra a população da região, impingiram um poder linguístico também violento. Uma violência simbólica que procurou categorizar os indivíduos entre bandidos e mocinhos, refletindo nos leitores, diretos e indiretos, um simbolismo que os condicionava a práticas determinadas, como o uso da força física, seja em retaliações às atitudes do estado vizinho ou em defesa de um patriotismo ao seu respectivo ente federativo.

O recorrente uso do termo violência nos enunciados jornalísticos, muito mais que demonstrar a situação de tensão gerada pela indefinição dos limites estaduais e a disputa entre diferentes autoridades e coronéis pelos abundantes ervais daqueles vales, retratam a necessidade de se colocar a referida região sob o âmago do perigo da indefinição jurisdicional, com efetivo intuito de pressionar os poderes executivos, legislativos e judiciários a ceder conforme os interesses dos grupos que cada jornal representava.

As violências praticadas e noticiadas foram muito mais destrutivas no seu ímpeto linguístico, discursivo e narrativo, do que propriamente físico. Os enunciados utilizados, primeiramente pelos impressos e posteriormente pelos trabalhos historiográficos, sobre o movimento sertanejo do Contestado, imputaram à região um sentido de espaço da violência que perdura.

Portanto, é possível indicar dois pontos de consideração conclusiva. O primeiro refere-se à visível influência das publicações do *A República* na obra de Peixoto (1995). Muitos enunciados que o jornal utilizou para narrar os eventos da primeira década do século XX, entre

Porto União da Vitória e Canoinhas – principalmente entre 1905 e 1906, quando da fama adquirida pelo coronel Demétrio Ramos –, são contextualmente reproduzidos no texto do oficial militar. O segundo ponto diz respeito à falta de elementos práticos que pudessem sustentar a narrativa da violência. A maior parte dos eventos noticiados, que atestam a prática da violência física, fora praticada pelo próprio Estado, por iniciativa preponderante do poder judiciário, na figura do então juiz de Porto União da Vitória, e pelo Regimento de Segurança do Paraná.

Outros casos, menos recorrentes, referiam-se a autoridades de Santa Catarina, porém, não é correto afirmar que a população daqueles vales tenham se utilizado de meios violentos em nível maior do que em qualquer outro lugar do espaço territorial dos estados envolvidos. Muitas das notícias foram plantadas, ou buscaram enaltecer aspectos cruéis nas ocorrências, de modo a criminalizar a população sertaneja em busca de angariar apoio para a Questão de Limites. Desta forma, narrativas que atribuíram à região, principalmente de Canoinhas, denominação como *ring*, valhacouto de bandidos, terra de bandoleiros, poderia estar mais atrelada à figura das autoridades, representada por seus coronéis, em disputa pelo domínio de ervais, do que sobre uma população sertaneja, expulsa pela elite local.

Outro aspecto de relevância diz respeito aos problemas de rigor acadêmico apontados por Espig (2008), no sentido de que grande parte da produção bibliográfica do Contestado foi realizada por meio de um amadorismo historiográfico, em geral por entusiastas da guerra. Situação que hoje propicia a continuidade de publicações de trabalhos a perpetuarem discursos pejorativos, preconceituosos e superficiais, evidenciada em uma série de recentes reedições de obras como as de Luz (1999) e Miranda (2012), sem que, em alguns casos, houvesse ao menos uma nota explicativa sobre o contexto de sua produção, o que evitaria a continuidade de interpretações distorcidas da temática. Em contrapartida, vê-se nos últimos anos, principalmente a partir da publicação do trabalho do historiador Paulo Pinheiro Machado, em 2004, um crescimento bastante significativo na produção acadêmica sobre o Contestado, trazendo a público um grande avanço nas pesquisas bem como na utilização de fontes.

Neste contexto, os jornais estão aos poucos ganhando significativo destaque, materializados, a título de exemplo, nas recentes obras de cunho metodológico organizada por Márcia Janete Espig, *Notícias de uma guerra centenária: o movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916)*. Trabalho que vem alicerçar as fontes jornalísticas como documento possível para construção de boas produções historiográficas do Contestado, desconstruindo uma visão positivista de que os jornais não constituem exequíveis ferramentas de análise para o ofício do historiador.

Por último, se faz necessário considerar como insuficiente o tratamento historiográfico dado aos conflitos nos vales do Timbó e Paciência. Verificou-se que estes conflitos, antecedentes à eclosão da batalha do Irani (1912) foram, até o presente momento, diminutamente desenvolvidas na bibliografia do tema. Com exceção de Machado (2004), as demais obras dedicaram pouco mais de uma página para abordar os conflitos, políticos e coronelistas, pela posse e exploração da área constituída entre Porto União da Vitória e Canoinhas, sendo que as fontes jornalísticas demonstraram ser uma alternativa de avanço para com a pesquisa histórica deste contexto.

Este trabalho, por seu turno, procurou dar um passo a mais na historicização destes conflitos, anteriores à guerra sertaneja. Porém, muitos aspectos ainda são nebulosos e aprofundamentos se fazem necessários. Cruzamento com outras fontes, certamente, poderão iluminar ainda mais a compreensão de fatores que propiciaram a eclosão de um movimento social tão importante para a história da América Latina que é o Contestado. Espera-se assim que este texto tenha contribuído, de alguma forma, na historiografia do tema, desmistificando discursos enraizados no imaginário popular e que constantemente ressurgem na mídia atual. E, tal como no início do século XX, têm efeitos diretos sobre a sociedade, marginalizando-a e criminalizando-a por simples propagação discursiva. Como sublinhou Rodrigues (2016, p. 49), é preciso fazer justiça aos mortos, “interrompendo a sequência de narrativas e discursos preconceituosos que teimam em reaparecer na atualidade”.

REFERÊNCIAS

Fontes

ACERVO HISTÓRICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Originária nº 7*. Presidente: Aquino e Castro. DJ, 06 jul. 1904.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargo da Ação Originária nº 7*. Relator: André Cavalcanti. DJ, 24 dez. 1909.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Ordens do Dia, 28 de fevereiro de 1906.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

PARANÁ. Constituição política do Estado do Paraná. In: PARANÁ. *Constituição política, leis e regulamentos do Estado do Paraná*. Curitiba: Typografia da Penitenciária Ahú, 1909.

PARANÁ. *Mensagem ao Congresso Legislativo dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do Estado em 1º de fevereiro de 1906*. Curitiba: Annibal Rocha & C., 1906.

PARANÁ. *Mensagem ao Congresso Legislativo dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima Presidente do Estado em 1º de fevereiro de 1907*. Curitiba: Annibal Rocha & C., 1907.

BIBLIOTECA NACIONAL

Jornal *A Notícia*, edições de 12 de janeiro de 1906 a 05 de março de 1908.

Jornal *A República*, edições de 03 de outubro de 1900 a 16 de novembro de 1908.

Jornal *Diário da Tarde*, edições de 08 de outubro de 1900 a 09 de novembro de 1908.

Jornal *A Federação*, edição de 17, 24 e 30 de julho de 1923.

Jornal *Orbe*, edição de 14 de março de 1897.

Jornal *Correio Paulistano*, edição de 19 de março de 1897.

Jornal *O Paiz*, edição de 24 de março de 1897.

Jornal *Gazeta de Petrópolis*, edição de 25 de março de 1897.

Jornal *Minas Gerais*, edição de 25 de março de 1897.

Jornal *Jornal do Recife*, edição de 27 de março de 1897.

Jornal *A Consolidação*, edição de 02 de abril de 1897.

Jornal *Diário de Notícias*, edição de 08 de abril de 1897.

Jornal *Gazeta de Notícias*, edições de 14 de abril de 1897, de 20 de fevereiro e 12 de maio de 1906.

Jornal *Commercio do Espirito Santo*, edição de 22 de abril de 1897.

Jornal *Folha do Norte*, edição de 02 de março de 1897.

Jornal *O Matto-Grosso*, edição de 02 de maio de 1897.

Jornal *O Comércio*, edição de 27 de março, 26 de abril e 27 de junho de 1900.

Jornal *Correio do Povo*, edição de 14 de julho de 1904.

Jornal *O Pharol*, edição de 28 de janeiro de 1906.

Jornal *Correio Paulistano*, edição de 09 de fevereiro de 1906.

Jornal *Correio da Manhã*, edição de 10, 11 e 13 de fevereiro de 1906.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Jornal *Gazeta Catharinense*, edição de 1º de outubro de 1910.

Jornal *Gazeta de Joinville*, edições de 23 de setembro de 1905 a 24 de março de 1906.

Jornal *O Dia*, edições de 09 de janeiro de 1901 a 21 de outubro de 1908.

Jornal *República*, edições de 18 de setembro de 1900 a 29 de setembro de 1900.

Jornal *O Rebate*, edição de 15 de julho de 1905.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES

SANTA CATHARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Vice-Governador do Estado Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior em 30 de julho de 1905.* Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1905.

SANTA CATHARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de Governador do Estado Cel. Antonio Pereira da Silva e Oliveira em 18 de setembro de 1906*. Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1906.

IBGE

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Império em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf>.

LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA - UNESPAR/FAFIUV

Livro de Registro de Atas da Câmara de União da Vitória/PR, atas de 28/01/1905 a 04/03/1909.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. / 2008.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Contestado: distorções e controvérsias*. Curitiba: Lítro-Técnica, 1987.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo*. 2014. 496f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ANTUNES, Ezequiel. *O Constado entre Paraná e Santa Catarina*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva [et al.] (orgs.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. São Luís: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira de. *A Campanha do Contestado: as operações da Coluna Sul*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: Editora UFSC: Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

AXT, Gunter. Considerações sobre as memórias do general José Vieira da Rosa (1893-1930). *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 4, n. 10, p. 1-23, jan./jun. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova história de Lagoa Vermelha*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, José D'assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção no Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. 2001. 444f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BENTO, Cláudio Moreira. A contribuição paulista ao combate à Revolta da Armada 1893-94 e a Guerra Civil 1893-95. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 90, p. 59-83, 1995.

_____. *A revolta do Contestado nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador*. Resende: FAHIMT/IHTGRS, 2013.

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 27-64.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. 2007. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. *Constituição Federal de 1891*. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889. *Crêa uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a República e seu governo, applicando-lhe as penas militares de sedição*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BUSSMANN, Janary Maranhão. A Polícia Militar do Estado do Paraná no Contestado. In: WEHLING, Arno. [et al.] (orgs.). *100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio*. Florianópolis: MPSC, 2013. p. 351-366.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. 2. ed. Florianópolis: Lunardeli, 1979.

_____. *História de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte histórica? *Revista Comunicação & Mercado*, Dourados, v. 1, n. 02, p. 79-87, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

_____. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas* [S.l.: s.n.], 2015. p. 114-136.

CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Editora Teorema, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto. *Personagens da história do Paraná: acervo do Museu Paranaense*. Coordenador Renato Augusto Carneiro Junior; textos de Renato Augusto Carneiro Junior, Maria Luzia Ferreira, Cíntia M. S. Braga Carneiro. Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 13-61.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. 2010. 313f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2009. 214f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CASAROTTO, Abele Marcos. *O Contestado e os estilhaços da bala: literatura, história e cinema*. 2003. 277f. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis.

CAVALCANTI, Walter Tenório. *Guerra do Contestado: verdade histórica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Algés: Difel, 2002.

CORDEIRO, Celeste. O Brasil vira manchete: o papel da imprensa na formação do Brasil moderno. *Revista de Ciências Sociais*, Ceará, v. 29, n. 1/2, p. 84-91, 1998.

CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. *Sobre o conceito de região*. *Revista de História Regional*. v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

DALFRÉ, Liz Andréa. *Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado*. Curitiba: SAMP, 2014.

DANTAS, Carolina Vianna. Verbete OLIVEIRA, Antônio Pereira da Silva e. In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. FGV\CPDOC. [sem data]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIVEIRA,%20Ant%C3%B4nio%20Pereira%20da%20Silva%20e.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912 - 1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 83-102.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

_____. Uma possibilidade de leitura sobre religiosidade popular e historiografia: o caso do Contestado. *Cronos Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 4, p. 65-81, 2001.

_____. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)*. 2008. 434f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. (org.). *Notícias de uma guerra centenária: o movimento do contestado através do jornal A Federação (1912-1916)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Mario Luiz. *Primeiros passos da imprensa catarinense*. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 3., 2005, Novo Hamburgo. *Anais...* Porto Alegre: Alcar, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-/Primeiros%20Passos%20da%20Imprensa%20Catarinense.doc/view>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____; RODRIGUES, Genielli. *A Imprensa Republicana de Santa Catarina - 1885/1889*. In: Congresso multidisciplinar de comunicação para o desenvolvimento regional. *Anais...* São Bernardo do Campo: UNESCO, 2006. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/4/4d/GT1-IC-REGIOCOM-01-_A_Imprensa_Republicana-_Mario_e_Gen_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FOETSCH, Alcimara Aparecida. *Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)*. 2014. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253-266.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil*. 2006. 188f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GERSON, Brasil. *Pequena história dos fanáticos do Contestado*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

GINZBURG, Carlo. *O Inquisidor como antropólogo*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 1, n. 21, p. 09-20, 1991.

GIORDANI, Rosselane Liz. As relações de poder exercidas através do discurso. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GONÇALVES, Carlos Eduardo Mendes. *História da Família*. 2006. Disponível em: <<http://www.mendesgoncalves.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 19 set. 2017.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HENTZ, Isabel Cristina. A morte do jornalista mártir: reflexões sobre a repercussão do atentado a Crispim Mira. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 1-17, 2008.

HERKENHOFF, Elly. *História da imprensa de Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC; Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1998.

KARSBURG, Alexandre. *O eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LAZARIN, Katiuscia Maria. *Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)*. 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Diccionario histórico e geográfico do Paraná*. Curityba: Empresa Graphica Paranaense, 1926. v. 5.

LE MOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na história do Contestado*. Florianópolis: IOESC, 1977.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, 2005.

LIMA, Soeli Regina; TONON, Eloy. *Contestado: a hermenêutica da fotografia*. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 2012.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbete VARELA, Alfredo. In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. FGV\CPDOC. [sem data]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VARELA,%20Alfredo.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, 2012.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 111-153.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 149-175.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. 2001. 514f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. A invasão de Curitiba: retrato de uma guerra “fraterna”? In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs.). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 73-89.

_____. O Contestado e o mundo caboclo: história, memória e historiografia. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (orgs.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 15-27.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Edições Vértice, 1997.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.

MARACH, Caroline Baron. *Discursos e linguagem na revista do Clube Curitibano (1890 a 1912)*. 2013. 168f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, 6. Tese. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. v. 1. Tradução de Álvaro Pina. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus (orgs.). *Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 6-15.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 439-454, abr./jun. 2010.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina (1889-1900)*. 1979. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. *República e oligarquia: subsídios para a história catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Insular, 1997.

MIRANDA, Alcebíades. *Contestado*. 2. ed. Curitiba: IHGPR, 2012.

MIRANDA, Heloisa Pereira Húbbe de. *Travessias pelo sertão contestado: entre ficção e história, no deserto e na floresta*. 1997. 162f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOCELLIN, Renato. *Os guerrilheiros do Contestado*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

_____. Um confronto entre Canudos, Juazeiro e o Contestado. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 46-103.

MORAES, Laura do Nascimento Póto. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis 1894-1914: o jornal como fonte histórica*. 1985. 400f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOREIRA, Regina da Luz. In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*.

FGV\CPDOC. [sem data]. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>>.

Acesso em: 05 out. 2017.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994.

MUCHEMBLED, Robert. *História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias*. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

OLIVEIRA, Beneval. *Planaltos de frio e lama: os fanáticos do contestado: o meio, o homem, a guerra: ensaio de história*. Florianópolis: FCC, 1985.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. *José Simeão Leal: escritos de uma trajetória*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: _____. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 281-309.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Susan Aparecida de. *Guerra do Contestado: mimesis e políticas da memória*. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PARANÁ. Constituição política do Estado do Paraná. In: PARANÁ. *Constituição política, leis e regulamentos do Estado do Paraná*. Curitiba: Typografia da Penitenciária Ahú, 1909. p. I - XXVI. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Constituicoes/Constituicao_do_Parana_1892.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: raízes da rebeldia*. v. 1. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.

_____. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Coleção Estante Paranista. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

POYER, Viviani. Ecos de uma Guerra: discursos acerca da violência do Contestado. In: VALENTINI, Delmir José; RODRIGUES, Rogério Rosa (orgs.). *Contestado: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)*. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015. p. 130-140.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *Olho da Rua: o humor visual em Curitiba (1907-1911)*. 1996. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato caboclo no oeste catarinense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevero (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. v. 1. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 297-310.

RICHTER, Frederico W. *Os profetas sanguinários do Contestado*: em luta através da floresta e campo contra o bando de fanáticos da América do Sul (1914-1915). Tradução de Henrique Richter. Porto Alegre: Cia. Metzler Ltda., 1993.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Memory, history, oblivion*. Budapeste, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia. Acesso em: 02 fev. 2017.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses*: Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. 2001. 115f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. *Veredas de um grande sertão*: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. 2008. 430f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. As trincheiras da palavra: os historiadores de farda e as narrativas históricas sobre o Contestado. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (orgs.). *Nem fanáticos, nem jagunços*: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 237-261.

_____. Nas águas do esquecimento: o movimento do Contestado e o dever de memória. In: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis (orgs.). *Contestado*: 100 anos de uma guerra sem fim – Movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIV e XX). Curitiba: ANPUH, 2016. p. 29-53.

ROSA, Vieira da. *Memórias*: participação na Guerra do Contestado. Florianópolis: MPSC, 2012.

ROSS, Silvia de. *Paraná-Médico (1916-1930)*: intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916)*: um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado. 2012. 294f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. *Atlas escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SCHARF, Elisabete Weber. Política, briga e imprensa: críticas à Felipe Schmidt através do jornal República. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 18-23, 2008.

SEGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a revolução federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

SERPA, Hélio. *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

SILVA, Beatriz Coelho. *Verbete Clube Republicano*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória*. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1939.

SOARES, José Octaviano Pinto. *As lutas do Contestado perante a história*. Porto Alegre: Oficina Gráfica de Eletro-Técnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920a.

_____. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficina Gráfica de Eletro-Técnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920b.

_____. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

SOUZA, Gisele de. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1924*. 2004. 299f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

STULZER, Frei Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis: Vozes, 1982.

THOMPSON, John Brookshire. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná*. Florianópolis: IOESC, 2002.

TOMAZI, Gilberto. *Protagonismo Juvenil: conexões e heranças culturais e religiosas do Contestado*. 2011. 460f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O pessoal da Lumber! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa*

Catarina, 1910-1929. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. *O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940*. 2013. 282f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. O Contestado: complexidade e regionalização das causas. *Revista do SINDASPI/SC*, Florianópolis, abr. 2015, p. 12-15.

TONON, Eloy. *Ecos do Contestado: rebeldia sertaneja*. Palmas: Kayganguê, 2002.

_____. *Os Monges do Contestado: permanências, predições e rituais no imaginário*. Palmas: Kayganguê, 2010.

_____; LIMA, Soeli Regina. Guerra do Contestado e ensino de História: sobre os ataques de sertanejos no município de Canoinhas (1914-1916). *Revista História Hoje*, v. 5, n. 10, p. 180-202, 2016.

TOTA, Antonio Pedro. *Contestado: a guerra do novo mundo*. Brasília: Editora Brasiliense, 1983.

VALENTINI, José Delmir. *Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a guerra do contestado*. Caçador: Universidade do Contestado-UnC, 1998.

_____. *Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado*. Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. 2007. 390f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Maria Isaura Pereira de Queiroz: uma interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e seus processos de inovação social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 310-326, 2014.

VEYNE, Paul. História conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 64-88.

_____. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

VIANNA, Helio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1958.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 37-44, 2010.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos?* Algumas narrativas sobre o Contestado. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. 2007. 338f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 191-210.

_____. Foucault decodificado: notas do subterrâneo. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2014. p. 251-283.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Imagem contestada: A Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2015.

- (X) Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- () Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 26 de julho de 2018.

Eloi Giovane Muchalovski